

ANA CAROLINA RODRIGUES

**À DERIVA NO (DO) TEMPO: LEITURAS SOBRE CAPITALISMO,
COTIDIANO E SENTIDO NO REASSENTAMENTO DE CATEME,
MOÇAMBIQUE**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de
Viçosa, como parte das
exigências do Programa de
Pós-Graduação em Extensão
Rural, para obtenção do
título de Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2014

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

R696d
2014 Rodrigues, Ana Carolina, 1988-
À deriva no (do) tempo : leituras sobre capitalismo,
cotidiano e sentido no reassentamento de cateme,
Moçambique / Ana Carolina Rodrigues. - Viçosa, MG, 2014.
x, 172f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador : Rennan Lanna Martins Mafra.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Viçosa.

Referências bibliográficas: f.161-170.

1. Desenvolvimento rural - Tete, Moçambique. 2. Estilo
de vida - Cateme, Moçambique. 3. Carvão, Minas e
Mineração - Tete, Moçambique . I. Universidade Federal de
Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de
Pós-graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22. ed. 338.9

ANA CAROLINA RODRIGUES

**À DERIVA NO (DO) TEMPO: LEITURAS SOBRE CAPITALISMO,
COTIDIANO E SENTIDO NO REASSENTAMENTO DE CATEME,
MOÇAMBIQUE.**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de
Viçosa, como parte das
exigências do Programa de
Pós-Graduação em Extensão
Rural, para obtenção do
título de Magister Scientiae.

APROVADA:

Newton Narciso Gomes

Douglas Mansur da Silva

Prof. Rennan Lanna Martins Mafra
(Orientador)

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2014

A minha mãe e aos meus amigos, muitos dos quais se tornaram mais evidentes nos últimos anos, dedico mais do que um relato. A você, o meu desejo de que possam viver com intensidade e originalidade. Vai valer a pena, pode crer!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, é importante agradecer a Deus, não só porque é a tradição de expressar humildade, mas por ser este ente etéreo o qual eu não compreendo muito bem, o sustentáculo da minha fé. Esta fé, por sua vez, tem sido o princípio de todas as minhas motivações diante da vida. Fé de que um dia viver-se-á em um mundo diferente, o que, permito-me a dúvida, talvez não melhor, mas que será produto também das minhas mãos.

Pensei em muitos nomes para agradecer e em alguns para desagradecer também, mas, sinceramente, não vejo espaço para esse ranço. Este trabalho é uma confissão sobre alguns sentidos que captei ao longo da minha viagem por Moçambique – sentidos dos outros e meus também – e já não acho que haja qualquer espaço para as negativas protagonizadas por outros. Sendo assim, achei que fosse melhor organizar os nomes pelas referências espaço-temporais que eu tenho e que me fazem algum sentido, já que esse trabalho se trata exatamente dos sentidos sobre um espaço-tempo em transformação. Então, vamos lá!

Agradeço a minha mãe, sem a qual eu jamais teria feito essa pesquisa, não só pela motivação e pelo ânimo, mas porque ela fez um empréstimo para pagar a minha passagem de ida e volta para Moçambique, haja vista a negativa da universidade em fazê-lo. Também as minhas tias e a toda a minha família, inclusive à parte dela que, talvez por ignorância, tenha se revelado em tons de preconceito com relação ao meu trabalho – “era melhor fazer um concurso do banco”.

Agradeço aos meus amigos moçambicanos: Vicente de Moatize e Mamá (por vocês terem me adotado, me alimentado alguns dias e me dado tanto carinho); Vicente de Maputo e todo o pessoal da Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (pelo trabalho incrível e pelo livro fofo que vocês me deram...eu amei!), todo o pessoal da União Nacional dos Camponeses em Maputo (por vocês terem me suportado o dia inteiro enchendo o saco e rindo das charges do jornal), Leandra (que agora tem um neném lindo!), Quinho (que fazia um guisado massa, mas não deixava o cabrito cozinhar direito...), todo o pessoal da Associação de Assessoria e Apoio Jurídico às Comunidades (pela companhia agradável); Abid e Safa (valeu pelas conversas malucas, pelas risadas, pelos cafés e pela preocupação compartilhada...Keep calm! Tete is not the end of the world!); Amit (nós não encontramos nenhum crocodilo, mas valeu a pena pelo pôr do sol!); Nico (pela carona inusitada porque se não fosse você dirigindo bêbado a noite pela estrada, eu teria dormido nas matas com a galera da RENAMO ou abraçada com uma hiena); Pastor Paulo e Mayara (vocês sabem o porquê); Paulo (pelas conversas e pelas dicas); Carlos (por compartilhar a experiência da vida latino-africana); Sr Cremildo (por aquele papelzinho que salvou a minha pesquisa); Paulo de Cateme (só posso dizer que a sua história me afetou sentimentalmente); Kiko (pelas fotos das calcinhas. Eu não usaria, mas...valeu!); Trombe (por compartilhar a sua experiência de adolescente órfão que vivia na pedreira quebrando pedras); a todos os moradores de Cateme indistintamente (pelo respeito, pela colaboração e, acima de tudo, pela confiança); e ao menino estranho que me esperou todos os dias no caminho pra

casa durante mais de dois meses e eu esqueci o nome. Há duas pessoas, em especial, para as quais, além do meu profundo agradecimento, devo dedicar essa dissertação: meus amigos Jeremias (pela confiança, pela irmandade...você sabe que devo todo este trabalho a uma circunstância da vida na qual você foi o protagonista. De verdade, minha gratidão não cabe aqui!) e Rui (por ter me recebido com tanto carinho em sua casa, tendo sido, ao final, como você mesmo dizia, meu “pai preto”).

Agradeço aos meus amigos de Viçosa: Diego (pela amizade, por todas aquelas risadas, cafés, furos na orelha, festinhas de v... e porque até na hora de imprimir a dissertação eu penso em você! E também porque é a “dádiva”, neh?!); Poliana e Telma (porque são duas fofinhas!); “Seu Dugus” (que se fosse raper já teria uma empresária – altamente capitalista e sanguinária!); Renata (porque eu jamais me esqueceria de que, embora a vida tenha nos ditado outros caminhos, você é uma pessoa incrível e um dia ainda vamos rir disso tudo!); Fabinho (por ter evitado que eu me sujasse ainda mais); Romildo e Carminha (por suportarem meus atropelos e erros...eu sempre estive um pouco perdida com a burocracia “ufvense”); ao grupo de pesquisa Meios/Coopráticas; Raíssa (eu ainda consigo rir do “cimentão” do Geraes); Carla Mucci; Gustavo e Bárbara; Marcela, Adriano e Alice; Álvaro, Emanuele e Antônio; a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFV indistintamente (pelas dicas, pelo apoio, pelas provocações ao debate...); a todos os concluintes do mestrado em extensão rural (foi muito divertido conhecer vocês!); e a todas as pessoas que dividiram alguma casa ou algum quarto comigo, inclusive aquela galerinha que frequenta o Hotel Central e aquela tia do centro da cidade que me “passou pra trás” (valeu pela companhia e me desculpem se foi chato conviver comigo ou se eu ronco um pouquinho a noite, só estava tentando ser legal). Há uma pessoa especial a quem eu preciso agradecer: ao meu orientador. Rennan, não era para ser assim e talvez eu pudesse fazer melhor. Desculpe-me por ter feito você perder cabelos, mas vou ficar muito feliz se você tiver, pelo menos, uma lembrança boa de mim. Eu tenho muitas de você.

Agradeço aos meus amigos de Brasília: Edson e Angélica (por mais de 10 anos compartilhando alegrias e tristezas); ao antigo grupo Brasil e Desenvolvimento, atual Esquerda Libertária Anticapitalista (pelas oportunidades que ainda temo de refletir juntos); Queila e Paulinho (ela por não me dedurar quando eu durmo no trabalho e ele por ser tão fofinho!); Danniell Gobbi (porque você imagina quanta coisa uma única conversa pode mudar!); ao pessoal da embaixada e alguns membros de outras missões diplomáticas (porque, mesmo sem saber, vocês me ajudaram no que eu estava precisando: acumular uma energia transformadora da minha própria vida. I’ll be thankful forever!). Gostaria de agradecer, em especial, ao Professor Newton por... ops, não posso escrever mais uma página de agradecimento, embora fosse necessário... então, vou ter que resumir: obrigada por TUDO! O Senhor é um fofo!

Agradeço a pessoas espalhadas pelo mundo: Irmã Anne, de São Luís (MA); Wael e toda a família (porque apesar de você ser notoriamente perturbado, eu te devo a oportunidade de esquecer um pouco este mundo e ter mais umas historinhas aí pra recheiar o livro da vida); a todos aqueles que encontrei nessa jornada, embora eu não me lembre agora seus

nomes, vocês me inspiraram de alguma forma, vivendo, a um só ritmo, as suas poesias de vidas.

Por fim, gostaria de dedicar esse trabalho a todos aqueles que vi “em trânsito”, sacrificando-se dia a dia na luta cotidiana. Àqueles para os quais a insalubridade das minas ou do trabalho quase servil é, antes, um alento. Por mais terrível que pareça, todos os dias há quem vá perdendo a sua condição humana diante de qualquer renúncia ou da fome e da morte. Ocorre que, como me confessou um amigo e médico cubano que atuava em Tete, conviver com a desumanização do outro corrói também a nossa humanidade. Sinto, por essa conclusão, alguma empatia. Talvez em virtude disso, tive dificuldades com o retorno da pesquisa. As coisas ficaram mais evidentes, inclusive aquelas que faziam parte do meu cotidiano, mas que eu não compreendia em totalidade.

Posso dizer que, para o bem e para o mal, as minhas lentes ficaram mais claras. Tive um professor na Faculdade de Agronomia que nos exortava diariamente a “tirar as lentes cor-de-rosa” para enxergar a competitividade dos chineses ou as maravilhas tecnológicas dos estadunidenses que “nos colocavam no chinelo” – repetia. Bem, posso dizer, enfim, tirei as tais lentes cor-de-rosa, mas não reconheci nada do que ele havia me dito. Na verdade, entre os vãos sobre mundos tão distintos que me acompanharam nos últimos 2 anos, percebi que, por bem e apesar de tudo, há outras forças a moverem as pessoas.

Estava grande, mas eu sei que quem chegou até aqui, curtiu! É que no início era só letra morta, mas quem se dispôs à leitura, cumpriu a narrativa, tá sentenciado a ler as próximas 150 páginas! =)

SUMÁRIO

LISTA DE FOTOGRAFIAS.....	ix
RESUMO.....	x
ABSTRACT.....	xi
INTRODUÇÃO.....	01
0.1 – Apresentação do tema de pesquisa.....	01
0.2 – Caracterização do universo empírico pesquisado.....	12
0.3 – Apontamentos Metodológicos.....	21
CAPÍTULO I: Capitalismo Brasil-Moçambique: Expropriação, Capital Imperialismo e Mundo em Trânsito.....	27
1.1 – Narrando os indícios.....	27
1.2 – Trajetórias histórico-imperialistas: do imperialismo clássico aos apontamentos contemporâneos.....	31
1.3 – “O outro lado da moeda”: a periferia diante dos desdobramentos imperialistas.....	39
1.4 – No meio do Imperialismo havia um Subimperialismo.....	43
1.5 – Os atores no desenvolvimento capital imperialista brasileiro: há “burgueses nacionais” entre nós?.....	57
CAPÍTULO II: Da expropriação capital imperialista ao tempo: uma discussão sobre passado, presente e futuro.....	73
2-1 – Expropriação e mundo do trabalho: o recorte da expectativa.....	73
2.2 – Perdendo o mundo: expropriação, a sutileza do gesto.....	76
2.3 – Na balada do tempo: a música como indício.....	82
2.4 – O Tempo: entre a construção e a demarcação de sentidos.....	89
2.5 – Tempo, cotidiano e meios de vida.....	98
2.6 – Tempo-Trabalho entre outras existências em trânsito.....	108
2.7 – O cotidiano e o efeito territorial em Cateme.....	112

CAPÍTULO III: Ensaando sentidos em dias cinzentos: a autonomia em meio à batalha cotidiana.....	121
3.1 – Cotidiano e sentido.....	121
3.2 – Espaço e sentido.....	129
3.3 – O território e o cidadão.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	150
ANEXOS.....	159

Lista de Fotografias(Anexo I)

Foto 1:Maputo, costa do Oceano Índico

Foto 2:Cidade de Tete

Foto 3:Mesquita, Avenida 24 de Julho, Tete

Foto 4:Machamba à margem do Rio Zambeze, Tete

Foto 5:Machamba à margem do Rio Zambeze, Ponte Samora Machel ao fundo

Foto 6:Machamba de milho à margem do Rio Zambeze, Tete

Foto 7:Ponte Samora Machel, Tete

Foto 8:Secagem do milho na espiga, Tete

Foto 9:Embondeiro próximo ao Rio Revúboè

Foto 10:Cateme 1

Foto 11:Cateme 2

Foto 12:Cateme 3

Foto 13: Comunidade Malabwe, Cateme

Foto 14: Rio Mwaladzi, próximo a Cateme

Foto 15: Reservatórios de água, Cateme

Foto 16: Obra de encanamento da água, Cateme

Foto 17: Amostra de mancha de solo argiloso, Cateme

Foto 18: Amaruleira, próximo a Cateme

RESUMO

RODRIGUES. Ana Carolina M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2014.

À DERIVA NO (DO) TEMPO: LEITURAS SOBRE CAPITALISMO, COTIDIANO E SENTIDO NO REASSENTAMENTO DE CATEME, MOÇAMBIQUE. Orientador: Rennan Lanna Martins Mafra.

O presente trabalho intenta discutir a construção de sentidos mediante as transformações nos usos do espaço-tempo no reassentamento rural de Cateme, construído em razão da exploração do carvão mineral na província de Tete, em Moçambique. A discussão também abrange as transformações operadas no cotidiano da cidade de Tete, as quais foram sentidas e vividas por esta pesquisadora. Para isso, avançou-se no campo metodológico sob a perspectiva do “gesto comunicacional” e da coleção de indícios, os quais foram tomados por reveladores acerca da experiência com o tempo. Também nessa perspectiva, procurou-se relacionar os eventos locais a movimentos mais amplos, globais, do capital imperialismo e suas respectivas reconfigurações locais.

ABSTRACT

RODRIGUES. Ana Carolina M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June of 2014.

DRIFTING IN THE TIME: READINGS ABOUT CAPITALISM, EVERYDAY LIFE AND SENSE ON CATEME'S RESETTLEMENT, MOZAMBIQUE. Adviser: Rennan Lanna Martins Mafra.

This research intends to discuss the construction of meaning by the changes in the uses of space-time in rural resettlement Cateme built cause to the exploitation of coal in Tete province, Mozambique. The discussion also covers the transformations wrought in the life of the city of Tete, which were felt and experienced by this researcher. To do this, progress was made in the methodological field from the perspective of "communicative action" and the collection of evidence, which has become revealing about the experience of time. Also from this perspective, we tried to make linkages between local events and global movement of capital imperialism and their respective local reconfigurations.

INTRODUÇÃO

0.1 – Apresentação do tema de pesquisa

Pretende-se, com o presente trabalho, oferecer a leitura instigante e propositiva acerca de uma interpretação do processo de reassentamento deflagrado pela mineradora brasileira Vale SA na Província de Tete, em Moçambique. Cateme, como é chamado, foi edificado para abrigar cerca de 1300 famílias deslocadas para dar lugar ao “Projeto Carvão de Moatize”, o extenso complexo das minas de carvão mineral da Vale. Tal interpretação é, ao mesmo tempo, produtora e “vítima” da história. Produz história ao registrar o evento nos anais do desenvolvimento capitalista – muito embora este não seja o único registro – e ao estimular o leitor na tarefa interpretativa de compreender uma realidade aparentemente tão distante no espaço-tempo, o que pode ser enxergado como desafio na perspectiva histórica individual de reconhecimento das outras alteridades. E “vítima” da história porque, naturalmente, a pesquisa está estaticamente datada e escrita, o que faz dela um objeto a ser superado ou afirmado por perspectivas vindouras.

Por conseguinte, a distância que mencionamos é aparente porque embora se concretize no espaço, temos por conscientes e efetivamente sentimos, enquanto latino-americanos, os efeitos da existência de uma periferia adjacente ao sistema que organiza a sociedade e do qual partilhamos, ainda que na condição de insurgentes. Tendo consciência da existência dessa periferia e da partilha outorgada que tal sistema nos imputa, pode-se dizer que esta dissertação representa um esforço no sentido de conhecer este sistema a partir da experiência periférica, isto é, nos espaços e nos tempos periféricos. Significa dizer que esta pesquisa foi motivada pelo desejo de compreender o processo de produção dos espaços no capitalismo, especialmente da periferia, e, portanto, o próprio capitalismo.

O esforço para compreender o que Marx (1988) denominou como “modo de produção” pode se apresentar como preciosismo, afinal as prerrogativas capitalistas estão aparentemente consolidadas na vida cotidiana, seja no que se convencionou chamar de “ocidente” ou em boa parte do que conhecemos como “oriente”. Entretanto, se o capital é, como o autor descreveu, uma espécie de relação social mediada pela exploração do trabalho, cuja essência é consumir parte da existência humana e transferi-

la ao capitalista através da “mais-valia”, é fundamental entender o limite dessa relação (se há) e seus respectivos pontos de tensionamento e de, porventura, ruptura. Naturalmente, não se trata de oferecer nenhuma resposta definitiva à questão, porém o relato que aqui se apresenta, produzido a partir de lugares conectados mundialmente sob a condição de periféricos, sintoniza um conjunto de questões ligadas ao movimento do capital e suas respectivas reconfigurações no tempo e no espaço.

De forma objetiva, uma das razões plausíveis para se reproduzir um olhar sobre o movimento capitalista a partir da periferia do sistema é a analogia aplicada ao raciocínio econômico – posto que ele mesmo tornou-se a inspiração da racionalidade que orienta a produção capitalista e a própria compreensão moderna do mundo (TAYLOR, 2004; CASTORIADIS, 1981) – acerca das “externalidades¹” à produção capitalista. Considerando-as como inerentes e “invisíveis” aos custos de produção, pode-se concluir que seu terreno de excelência é exatamente o das regiões invisibilizadas pelo próprio movimento do capital através do processo produtivo, ou seja, ocorre especialmente nas regiões produtoras e fornecedoras de matérias-primas, bases para a produção voraz de novas mercadorias e novos serviços avidamente consumidos em todo o globo.

De fato, histórias chocantes de “como as coisas chegam até nós” não são recentes, entretanto, em parte pela maior publicidade dada a elas na atualidade, tem-se chegado a relatos que inspiram mobilizações globais e mudanças no comportamento ou no consumo das pessoas. Parece perturbador à sociedade que o seu conforto material esteja sustentado por pessoas à margem de toda e qualquer proteção. Por isso, somos inspirados a reagir ao processo ou, simplesmente, escondê-lo, não permitindo que ele afete a consciência de quem consome. A história da exploração de carvão mineral em Tete, Moçambique, segue este roteiro de descaminhos e, neste aspecto, a pesquisa foi motivada pela ideia de que, apesar das possíveis afetações oriundas do fato de ser contrária da mineradora que idealizou o reassentamento (a Vale SA) e que produziu toda uma generalidade de impactos na vida das comunidades rurais, é salutar refletir sobre a circunstância do capital – o seu movimento e sua transmutação na fluidez do tempo e do espaço –, cujo efeito pressiona as franjas do sistema.

¹ “Externalidades negativas, custos externos, deveriam ter preços negativos por significarem perda de utilidade. Exemplos de externalidades negativas são inúmeros, principalmente aqueles de cunho ambiental. Um exemplo seria a degradação ou exaustão de recursos ambientais decorrentes das atividades de produção e consumo de certos bens que prejudicam a saúde humana e a produção de outros bens que também destroem a fauna e a flora” (MOTTA, 2006, p. 183 – grifos no original).

Por isso, para compreender parte dos processos capitalistas contemporâneos tornou-se importante mover-se até as suas periferias. Há, corroborando esta perspectiva, abordagens teóricas no campo do desenvolvimento periférico que contribuíram favoravelmente para essa discussão ao se debruçarem sobre o papel global da América Latina no século XX. A teoria da dependência (MARINI, 2013; GUDER FRANK, 1969; SANTOS T, 2012) estabeleceu as divisões entre “centro” e “periferia” na discussão sobre desenvolvimento, o que permite avançar na interpretação do fato estudado, haja visto que a implicação desses termos não é só conceitual, mas também metodológica. Isso porque, para os dependentistas era fundamental afirmar a indissociabilidade entre esses dois “pólos”, em meio aos quais o “desenvolvimento” – enquanto ente etéreo – materializava-se com mais intensidade no centro do que na periferia, servindo como instrumento para a subsunção da periferia ao centro. Este é o argumento que sustentou o parâmetro civilizador do mundo e que impôs à periferia o subdesenvolvimento (ESCOBAR, 1996).

A periferia, por sua vez, é difusa em seus limites e contextos, isto é, um mesmo lugar ou um mesmo contexto, podem situar-se como periferia em um aspecto e como centro em outros. Em todos os casos, a medida do desenvolvimento é a da comparação (ESCOBAR, 2006). Por isso, do ponto de vista pessoal, parti para conhecer um centro e uma periferia no último semestre de 2011, quando decidi fazer um mestrado em Viçosa, no interior do país. Sai da Universidade de Brasília, na capital do Brasil, e fui para a pequena Viçosa porque, àquela altura, interessava-me a experiência com o sistema de ensino brasileiro sob uma perspectiva diferente. As evidências de que dispunha eram escassas, já que não conhecia Viçosa, mas havia, no ambiente em que me graduei – a Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da UnB – um conceito bastante positivo sobre a Universidade Federal de Viçosa, principalmente pela longa trajetória na pesquisa com as Ciências Agrárias. Mesmo assim, a perspectiva de deixar a capital do país e me mudar para uma cidade com menos de 100 mil habitantes foi vista como excentricidade. Eu, porém, alimentava-me dessas duas possibilidades: a de estar no centro e na periferia ao mesmo tempo. Como seria?

Para muitos, a vida nas cidades muito pequenas é sentida como sinônimo de isolamento e “esquecimento”. De fato, em muitas delas, especialmente nas menores, a rotina rural se confunde com um aglomerado de pessoas quase sem nenhum acesso a serviços

essenciais por parte do Estado, como argumenta Veiga (2002). O lugar periférico dessas pessoas é parte de um processo generalizado de fomento à erupção de diferenças socioestruturais na sociedade brasileira, um processo que Jesse Souza (2012) descreveu como construção da subcidadania. Tais contextos, em que milhares de pessoas permanecem alijadas da possibilidade de usufruírem de serviços para os quais são efetivos contribuintes comportam-se como redutos que retroalimentam essa “subcidadania”, onde a inconsciência dos direitos leva a ter, cada vez, menos direitos.

Contudo, o alijamento da cidadania não pode ser tomado como fato inerente aos pequenos aglomerados humanos, pois mesmo as sociedades capitalistas desenvolvidas padecem da mesma experiência, mesmo que os pontos de partida tenham sido diferentes. A perspectiva que substituiu a cidadania plena foi a do cidadão consumidor cujo espaço de realização e de validação da autonomia e dos direitos é o mercado (BAUMAN, 2007; MILTON SANTOS, 2012). Na verdade, os fatores que ameaçam o exercício da cidadania nos pequenos aglomerados humanos são projeções do que tem definido o exercício dessa mesma cidadania nos grandes centros urbanos. Há uma lógica de consumo perpetrada nas significações usadas para distinguir quem é e quem não é cidadão; quem pode e quem não pode reivindicar e conquistar direitos. É provável que as cidades menores tornem mais evidentes a experiência com tais distinções não por conterem-nas em maior volume, mas simplesmente por forçar a aproximação das pessoas e, conseqüentemente, o compartilhamento de experiências desalentadoras em relação à prática emancipadora de exercitar direitos.

Por causa disso, percebi que a partir de Viçosa era possível projetar abstrações sobre o macro, isto é, sobre o capitalismo, porém, ainda insuficientes para vislumbrar o quadro real do movimento do capital no plano global. Havia alguns indícios. O aparente “multiculturalismo”, por exemplo, dava o tom do que deveria ser um lugar de excelência, comportando a todos na medida da sua capacidade intelectual – raciocínio análogo de um economista, para quem é fundamental instalar a competição no mais elevado grau. A forma como se atrai recursos para pesquisas, especialmente ligadas às ciências agrárias, mediante parcerias estreitas com grandes empresas multinacionais. Para além da universidade, haviam marcas de períodos anteriores do capitalismo no próprio espaço.

É possível observá-las nas fissuras erodidas nas serras, entre as quais hoje pastam uma vaca e outra. São marcas de que o capital passou por ali, mas não ficou. As ruínas de algumas usinas revelam que a inclinação da região da Zona da Mata mineira fora, em um tempo distante, a plantação de cana de açúcar para a fabricação de açúcar (RODRIGUES, 2012). Esse período, que se confunde com o das casas coloniais em azul e branco, teria durado até o fim do Proálcool, nos anos 80, quando a economia regrediu, transformando a região em mais um ponto no mapa da degradação ambiental motivada pela monocultura. Pouco distante de Viçosa, as fissuras nas serras são outras. Em Mariana e em Ouro Preto não se plantou cana de açúcar. Na região central do estado de Minas Gerais, a inclinação econômica foi, desde o período colonial (FURTADO, 2006), a mineração. Porém, se no primeiro momento o que dinamizou a economia da região foi o ouro, atualmente é o minério de ferro extraído por grandes mineradoras, dentre as quais, a Vale SA.

O advento da mineração nas proximidades de Viçosa proporcionou-me a primeira experiência com as grandes contradições envolvendo os interesses do “grande capital” – “capital transnacional” ou simplesmente “das grandes corporações” – e os interesses das comunidades. O caso do minério de ferro da Ferrous² movimentou a consciência política de pessoas comuns da região que seriam afetadas. A principal razão para a mobilização era que o projeto previa a supressão de inúmeras pequenas nascentes, as quais respondem pelo abastecimento do Rio São Bartolomeu³, utilizado para abastecer o consumo de água da população de Viçosa – e já insuficiente para tal, já que se registra com frequência a escassez nos bairros mais íngremes da cidade.

Diante dessas mobilizações, o “Plano de Logística Integrado”⁴ da Ferrous foi abandonado e, pelo menos até o presente, a empresa suspendeu a construção do

² “A Ferrous Resources do Brasil, fundada em 2007, é uma empresa brasileira que extrai e beneficia minério de ferro nas minas Viga (Congonhas), Esperança (Brumadinho) e Santanense (Itatiaiuçu), todas no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais.” (FERROUS, 2014). Informação disponível no site da empresa: <https://www.ferrous.com.br/index.php/pagina/view/11/11> (Acessado em: 13/06/2014 às 10:40h).

³ “A Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Bartolomeu (...) possui em torno de 440 nascentes, que são pontos da superfície onde aflora água de lençóis subterrâneos, principalmente freáticos, dando origem a pequenos cursos d’ água que, ao se juntarem, formam córregos, riachos, ribeirões e rios.” (SAAE/Viçosa, 2014). Informação disponível no site da empresa: <http://www.saaevicosa.com.br/cmcn/aguaemnoticias.htm> (Acessado em: 13/06/2014 às 10:51).

⁴ “O projeto de logística integrada da Ferrous engloba a construção de mineroduto e terminal portuário próprios. (...) O mineroduto representa um transporte ambientalmente menos impactante, pois elimina o tráfego de caminhões pesados, preservando a qualidade do ar.” (FERROUS, 2014 – grifos no original).

mineroduto. Não se sabe responder até quando durará a vitória, mas o que a sociedade de Viçosa conseguiu evidenciar foi o tamanho da “externalidade negativa” ou do “custo social” do empreendimento. Essa situação, guardados os determinantes de ser uma cidade universitária, colocou-me diante da seguinte questão: seria possível o mesmo êxito diante de outro lugar qualquer sem tais determinantes, isto é, sem a mesma possibilidade de erupção da cidadania e da conscientização levada a cabo por movimentos sociais (especialmente o estudantil) e por intelectuais ligados à academia? Comecei a imaginar um lugar longínquo qualquer onde todos e quaisquer direitos são colocados à prova diante de um grande investimento de uma poderosa transnacional. Existirá tal lugar?

Na verdade, como se pode perceber, não é apenas uma questão de existir ou não, mas de quantos e quão longínquos podem estar de nós. Tais lugares são as verdadeiras fronteiras – não para o capital haja visto a sua capacidade de se apropriar de tudo – mas para a construção de uma resistência garantidora da cidadania e dos direitos frente ao capital. Havia descoberto algo precioso: há periferias espaciais e no terreno dos direitos e da cidadania que, diante de uma “assimetria de poder” (RIBEIRO, 2008) instalada pelo capital, tende a atenuar o sofrimento dos mais fracos e a consequente “expropriação” (FONTES, 2010) dos mesmos em todos os sentidos. Essa fronteira, tal como a “periferia” enunciada pelos teóricos dependentistas (FRANK, 1969; OLIVEIRA, 1984; MARINI, 2013), está imbricada ao sistema de produção e consumo da sociedade contemporânea.

Neste ínterim, conheci a história de Cateme. Isso aconteceu de uma forma fantástica como naqueles filmes inusitados do Fernando Meireles⁵ onde um encontro pode mudar todas as trajetórias envolvidas. Conheci a história do reassentamento de Cateme, protagonizado pela Vale SA em Moçambique, região leste do continente africano, por meio de um amigo e jornalista moçambicano que, a época, trabalhava em uma organização da sociedade civil chamada Justiça Ambiental. Conheci o Jeremias em 2012 pela atual rede social mais popular do mundo, o Facebook, após ler uma notícia

⁵ Fernando Meirelles é um cineasta brasileiro que produziu filmes como “Cidade de Deus”, “O Jardineiro Fiel” e “360”.

confusa no jornal sobre a sua inexplicável deportação do Brasil quando tentava desembarcar no país para participar da Cúpula dos Povos da Rio+20⁶.

Cateme, explicou-me Jeremias, é um reassentamento rural construído na Província⁷ de Tete pela mineradora brasileira para abrigar quatro comunidades— Chipanga, Mitete, Malabwe e Bagamoyo—que foram deslocadas pelo megaprojeto de extração de carvão mineral na região. Segundo ele, a mineração vinha ocorrendo nas proximidades da cidade de Tete, capital da Província, e com maior ênfase no distrito⁸ próximo, Moatize. Em razão disso, o nome do megaprojeto da Vale SA é “Projecto Carvão de Moatize” (MOSCA & SELEMANE, 2011; VUNJANHE, 2011; VALE SA, 2007; RAMOS, 2009). A conversa com Jeremias foi muito proveitosa. Vi fotos, reportagens, ouvi muitas das histórias reunidas por ele nos trabalhos de campo... Tudo isso foi determinante para que eu tivesse segurança para decidir que iria conhecer de perto a situação dos reassentados.

O projeto de pesquisa, defendido no final de 2012 foi escrito a partir das informações das quais dispúnhamos e da contribuição metodológica da sociologia das ausências de Boaventura de Sousa Santos (2006), segundo a qual nos orientamos para buscar práticas de pesquisa flexíveis à possibilidade de compreender realidades que estão na fronteira – ou para além dela – da rotina de entendimento que se estabelece na academia. Segundo o autor, é essa rotina de entendimento e de análise do mundo a responsável pela perpetuação da “razão indolente”, a qual desprezará com facilidade os contextos pouco usuais, ignorando, portanto, a capacidade dessas experiências de produzirem sentidos para além do que já se tem escrito e documentado por pesquisadores de todo o mundo.

A discussão também foi animada pela perspectiva dos “meios de vida” (HEBINK, 2007; SCOONES, 1998; PERONDI, 2007; CHAMBERS & CONWAY, 1992) que se refere ao conjunto de práticas e de usos que os sujeitos estabelecem no sentido de produzirem a

⁶ “A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, foi realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. A Rio+20 foi assim conhecida porque marcou os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas.” (RIO+20, 2014).

⁷ Moçambique não é uma federação como o Brasil, portanto o Estado organiza-se a partir de uma estrutura administrativa mais centralizada e dependente do poder central. As províncias são análogas aos estados na perspectiva territorial, mas não na perspectiva política. Tete é uma província da região centro de Moçambique. A capital é homônima, a cidade de Tete.

⁸ Na mesma lógica das províncias, pode-se admitir que os distritos sejam como os municípios no Brasil.

própria existência e a experiência de mundo. Hebink (2007) ao analisar contextos sul-africanos remete-se a um conjunto de práticas que envolvem as tradições agropecuárias com trabalhos formais em minas ou em outras atividades. Tudo isso, mais do que diversificar as estratégias para obter renda, é um conjunto de ações orientadas por fontes que emanam sentidos práticos à vida dos sujeitos. Tais sentidos, muito embora de fontes diferentes – desde a tradição da pecuária que utiliza a pastagem compartilhada até o trabalho formal nas minas – coadunam e se expressam no mesmo sujeito, o qual também é dotado de alteridade, de uma relativa autonomia sobre a decisão de “o que fazer da vida”.

Percebeu-se que, embora os dilemas entre global e local fossem frequentes abordados pela literatura sobre desenvolvimento (STIGLITZ, 2007; SACHS, 2008), há uma lacuna na percepção do local que se manifesta na esfera do sentido contido na ação do outro ao realizar a sua existência. Por mais que não se pretenda discutir o histórico dos “modelos de desenvolvimento” (DIAS, 2012) é fundamental explicitar a existência de uma racionalidade que perpassou e ainda perpassa todas as perspectivas já propostas acerca do tema, desde as ambientais sustentáveis até as liberais ortodoxas. Tal racionalidade jamais permitiu a exclusão do crescimento econômico da agenda do desenvolvimento. Na verdade, foi além disso ao vincular todas as qualificações (social, sustentável, entre outras) à necessidade do crescimento. Segundo Castoriadis (1981) essa racionalidade emana de uma construção histórico-imaginária que coloca a possibilidade do infinito no centro da ambição humana. Essa possibilidade, segundo o autor, ampara-se na influência paradigmática das religiões judaico-cristãs sobre os elementos que baseiam a modernidade. Seguindo esse mesmo raciocínio, Taylor (2004) coloca a economia e as suas respectivas prerrogativas expansionista como um dos pilares da ordem moral e do imaginário social moderno, paralelamente à “esfera pública” e ao “governo democrático” (Idem, p. 73).

Nesse sentido, a perspectiva continuamente ascendente vinculada à economia como fenômeno essencialmente ligado ao pensamento religioso burguês ocidental, também já estudado por Weber (2006), tornou-se a base para que, no transcorrer do desenvolvimento das forças produtivas, o capitalismo se abrisse à oportunidade criada por tal abstração. Essa nova possibilidade de realização de mercadorias e de colonização do mundo pelo mercado tem acompanhado o capitalismo desde o século XIX com o

advento das primeiras negociações de ampliação de capitais nas bolsas de valores (LENIN, 2012). Diante das possibilidades abertas pelo mercado de capitais, as forças especulativas e rentistas ampliaram seu poder diante das forças produtivas e dos próprios estados, num processo que Paulani (2009) chamou de “financeirização” da economia. Assim, se o desenvolvimento e o capitalismo não aparecem dissociados, o que os uniu foi a dinâmica financeira do mercado de capitais. A velocidade ou o “instantaneísmo” com que a situação financeira dos atores muda dificulta qualquer aceção sobre o desenvolvimento não inteligível à dimensão do tempo imediato.

Brasil e Moçambique são partes de um mundo primado pela noção financeirizada de desenvolvimento. Os problemas vivenciados pelas pessoas nesses dois países são, portanto, advindos da incapacidade e da inabilidade do mercado no sentido de criar soluções para a cidadania plena. Assim, se de um lado enfraquecem os direitos dos cidadãos diante do poder acumulado por agentes financeiros (RIBEIRO, 2008), do outro, atenuam-se as expectativas de ampliar o lucro das grandes empresas como condição de existência e de permanência das mesmas nos países. Tal política passa a exigir ajustes estruturais que premiam rentistas a partir do Brasil e da sua respectiva generosidade na remuneração de títulos da dívida pública (FATORELI, 2013) e que, do lado moçambicano, sacrificam parte significativa da arrecadação do Estado em virtude das renúncias fiscais aplicadas às grandes empresas (CASTEL-BRANCO, 2010) – como a Vale SA, por exemplo. Na verdade, independentemente lugar de onde se parte, as prerrogativas do desenvolvimento capitalista, as quais aceleraram as expectativas humanas, suscitam a discussão sobre o tempo. Como o tempo pode ser entendido na dinâmica do capitalismo atual?

A discussão sobre tempo expõe a diversidade com a qual as racionalidades podem se expressar e se materializar em conflitos no cotidiano. Na perspectiva de Santos (2013), o cotidiano tornou-se uma dimensão inalienável de percepção do tempo e do espaço exatamente em virtude das diferentes experiências com esses respectivos elementos que ele permite vislumbrar. O contexto do desenvolvimento mediado pela técnica está amparado pelo sistema financeiro, globalmente conectado e cujo efeito é aceleração do tempo (SANTOS, 2013; BAUMAN, 2007b). Tal lógica, ironicamente eterniza o presente – o aion de Deleuze (2011) – por roubar o controle sobre o futuro, mediante a expropriação dos direitos frente ao mundo do trabalho, instrumentaliza a existência

humana e a reifica na condição de sujeito não autônomo, logo, não humano (MÉSZÁROS, 2007).

Nesse sentido, em ambientes distantes da formatação do mercado – como o das comunidades que foram alocadas em Cateme –, a forma como o dispêndio de tempo em trabalho aparece encapsulado nas determinações à existência opõe-se à forma como os sujeitos tocados pela dinâmica capitalista passaram a dispor de seu tempo. Vender trabalho para desfrutar de uma existência mediada pelo mercado foi a condição imputada aos seres humanos desde finais da Idade Média (THOMPSON, 1998). Porém, essa ideia não logrou êxito uniforme sobre todas as pessoas dispersas pelo globo, não exatamente pela resistência de uma parte delas, mas porque esse doutrinamento caminha em consonância com as necessidades do capital no sentido de cumprir seus desígnios num dado espaço-tempo. Esse toque intencional do capital diferencia os “homens lentos” de Santos (2013) e os estabelecidos rodeados de signos que lhes definem, incapacitando-lhes de perceberem a aceleração do tempo e seus ritmos desiguais.

A chegada da Vale em Tete e a construção do reassentamento de Cateme podem trazer evidências do choque de racionalidades e de imaginários sociais acerca dos usos do espaço-tempo. A vida nas comunidades tem uma inspiração diferente da “vida do capital”, isto é, daqueles que, por força das circunstâncias históricas foram estimulados a produzir a própria existência na esfera do mercado. Contudo, é necessário compreender os efeitos dessa diferença. Do ponto de vista de Ribeiro (2008), as diferenças na apreensão da racionalidade capitalista e nos usos que ela impõe aos sujeitos – a rotina do trabalho e a capacidade de consumir, por exemplo – materializam-se em distinções sociais consolidadas num espectro “assimétrico de poder”. Em resumo, ter-se-á reservado àqueles que internalizaram tal racionalidade a capacidade de impor a hegemonia aos quem dela se apartaram ou foram apartados.

É imprescindível ao capitalismo a construção dessa racionalidade pautada no planejamento e na expectativa sobre o futuro, que permita disciplina ao mundo do trabalho como única forma de produzir e de reproduzir a existência. Assim, diante do mercado e dos espaços de poder, tal racionalidade instrumentalizou-se historicamente e ainda instrumentaliza-se a partir de um doutrinamento (THOMPSON, 1998) que carrega traços da violência desumanizadora e objetificadora em relação ao outro (ARENDRT, 2004). Em Cateme, assim como na cidade de Tete, procura-se compreender

os sentidos que tal raciocínio tem imprimido no cotidiano das pessoas. É possível que, nestes lugares, tal lógica venha corroborando as intervenções capital imperialistas no espaço-tempo? Para oferecer respostas a essas questões tomando como referência as discussões aqui elencadas, dividiu-se este trabalho em três tópicos principais: (a) o capital imperialismo e suas reconfigurações locais; (b) sobre tempo, cotidiano e meios de vida e (c) sobre a violência estruturadora dos sentidos acerca do tempo e da própria existência.

Assim, no primeiro capítulo tem-se como objetivo demonstrar que os processos de desenvolvimento baseados na racionalidade hegemônica do crescimento econômico, sempre carregaram muitos países, pessoas e coisas a reboque, constituindo uma periferia extensa que recebe desigualmente a pressão do nível imediatamente superior na escala de desenvolvimento, num processo historicamente definido como imperialista (LENIN, 2012), subimperialista (MARINI, 2013), de cooperação antagônica, entre outros. No presente, essa dinâmica é fundamentada pela ação do “capital imperialismo” (FONTES, 2010) financeirizado e profundamente enraizado nas finanças corporativas e estatais. Nesse sentido, empresas como a Vale SA expandem-se rapidamente por várias partes do globo, materializando os efeitos da demanda ampliada por mercadorias. Contudo, essa expansão promove transformações na vida das pessoas que não se reduzem à dimensão material, isto é, às perdas e aos ganhos que um projeto de reassentamento pode gerar, mas referem-se ao conjunto da existência humana, entendida como sinônimo de autonomia sobre os usos do espaço e do tempo.

No segundo capítulo, procura-se discutir os conflitos acerca das racionalidades emergentes no cotidiano e os respectivos sentidos imersos nas formas de uso do espaço-tempo. Procurou-se, na pesquisa de campo, identificar indícios nas práticas e expressões dos sujeitos que sugerissem tais conflitos. Portanto, espaços como a cidade de Tete, foram locais privilegiados para concretizar tal objetivo, haja vista a quantidade de pessoas circulando e usufruindo desse espaço e a diversidade de perspectivas e interesses que orientavam suas ações. Na cidade de Tete, os dilemas macro, envolvendo a lógica da vida das comunidades e a lógica do megaprojeto de mineração da Vale SA tinham condições de tornarem vivos e, portanto, consolidarem-se como fatos sociais reais. Os indícios estão relatados sob a forma de narrativas, as quais completam o

quadro de análise da experiência social cotidiana nos espaços públicos, seja de Tete ou de Cateme.

Por último, o terceiro capítulo procura orientar o debate acerca das perspectivas doutrinadoras presentes na configuração do espaço-tempo em Cateme e nas respectivas tentativas de atribuir-lhe um sentido. Aborda-se a perspectiva da violência utilizada para impor um sentido único à existência do outro como fundamento do não reconhecimento da condição humana alheia (ARENDDT, 2004; 2009). Tal aspecto desumanizador é diretamente proporcional ao avanço do capital e a sua tentativa inexorável de se impor às pessoas. Entretanto, procura-se demonstrar que, em Cateme, apesar da rigidez imposta pelo espaço-tempo organizado segundo as prerrogativas do capital, há uma brecha na construção dos sentidos da qual as comunidades tem se utilizado na busca por provocar um efeito territorializador próprio no espaço. Essas tentativas, além de expressas nas táticas cotidianas de construção da individualidade, também se revelam a partir de movimentos coletivos (mobilizações reivindicatórias constantes contra a Vale e contra o próprio governo) que intentam retomar o controle sobre a própria existência, atribuindo-lhe sentidos dos quais os próprios sujeitos se sintam protagonistas.

0.2 – Caracterização do universo empírico pesquisado

A cidade de Tete, onde residi durante aproximadamente três meses, tinha 198.098 habitantes em 2013, de acordo com números oficiais do Portal de Dados de Moçambique. É a capital de uma das onze províncias, a homônima, Tete. Além da língua oficial portuguesa, a língua local, falada pela maior parte da população, é o Nyungwe. Não se pode precisar o quanto, mas em uma rápida passagem pelo centro da cidade pode-se perceber que, ao contrário do que se pode imaginar, o português é que é a língua marginal. A língua Nyungwe é ainda mais falada nas comunidades, muito embora o relacionamento das mesmas com o Estado dependa do uso instrumental da língua portuguesa. Segundo Martins (1991), essa língua faz parte do grupo linguístico Banto⁹ e é falada “ao longo do rio Zambeze, desde a fronteira com a Zâmbia até Doa, no Distrito de Mutarara” (Idem, p.15).

⁹ Segundo Martins (1991), o grupo Banto refere-se às línguas que designam, apesar de algumas variações, os seres humanos utilizando uma palavra semelhante a esse respectivo som. Em nyungwe, “pessoas” significa “**wanthu**” (Idem, p. 15 – grifo no original).

Cortando a cidade, está o rio Zambeze. Navegável durante o período colonial, o rio contribuiu para o estabelecimento de comerciantes indianos no interior do país – regiões norte e centro –notadamente no próprio Vale do Rio Zambeze (BELLUCCI 2007, p. 75). Entretanto, a partir de meados do século XX, o fluxo foi reduzido e o rio perdeu sua importância na dinâmica das trocas estabelecidas pela metrópole portuguesa. O assoreamento da hidrovia, influenciado pelas históricas grandes cheias do rio, completaram o quadro de desuso desta alternativa em transportes¹⁰. Segundo Vasconcelos (1995), “a rede de drenagem da região é caracterizada por rios de curso impersistente¹¹” (VASCONCELOS, 1995, p. 3), o que, em última análise completa o quadro de sazonalidade hídrica sob o qual vive a população ribeirinha. Os afluentes do rio são essenciais para a agricultura na região, especialmente o Revúboè, às margens do qual viviam as quatro comunidades reassentadas em Cateme.

O Rio Zambeze é um alento fascinante à paisagem da região. Majestoso no meio da savana, ele divide o gigantismo com as copas dos embondeiros. Também conhecidos como Baobás, essas árvores são malváceas arbóreas gigantes do gênero *Adansonia*, que já decoram a imaginação de quem leu o Pequeno Príncipe na infância. Segundo Bonifácio e Henkes (2012) “esse colosso vegetal pode atingir trinta metros de altura e possui a capacidade de armazenar, em seu caule gigante, até 120.000 litros de água”, o que pode ser interpretado como a razão dessa espécie ter sobrevivido em regiões tão áridas como a Província de Tete. O fruto dessa espécie assemelha-se ao cupuaçu. A partir da polpa hidratada, faz-se o “suco de malambe”, que consiste num líquido branco de consistência próxima à dos iogurtes líquidos.

A cerca de mil quilômetros da capital do país, Maputo, a cidade guarda características climáticas completamente diferentes: as temperaturas e o regime hídrico são semelhantes aos do centro-oeste brasileiro. Em expedições pela província, Santos Júnior (1944) destacou que o índice de pluviosidade média anual é de 500 a 806 milímetros, a umidade relativa entre 42,4 e 79,6% e as temperaturas médias em torno de 20 a 46 graus Celsius na cidade, podendo inclusive, acontecer esses extremos de temperatura em um

¹⁰ De acordo com Vasconcelos (1995), “durante os meses de estação seca (abril a dezembro), e considerando a natureza permeável dos terrenos, os rios apresentam leitos secos. Nos restantes meses, caracterizados por chuvas torrenciais, os rios têm caudais turbulentos que impedem a navegação e aceleram a erosão” (Idem, p. 3).

¹¹ apud. Vasconcelos (1948).

mesmo dia (Idem, p. 28-29). É quente e seco. Nos meses de junho e julho – enquanto estive lá – as temperaturas diminuem um pouco e pode até chover, mas não muito. As verdadeiras chuvas, torrenciais, estão concentradas em pouco mais de 2 meses, e já haviam cessado quando cheguei.

De maneira geral, as pessoas estabelecem uma relação empírica entre o calor e a presença do carvão, isto é, se o carvão é utilizado como fonte de calor, este é, por natureza, responsável pelo clima quente. Este está localizado em depósitos superficiais, especialmente no distrito de Moatize e nas regiões circunvizinhas à cidade de Tete, formando uma grande bacia carbonífera, o que concorre para que as mineradoras, especialmente a Vale SA, utilizem “minas de céu aberto” (VALE SA, 2007), que consistem na retirada do carvão depositado na crosta terrestre. Após a retirada do carvão mineral, é necessário lavá-lo e separá-lo segundo seus respectivos usos comerciais: carvão térmico e carvão siderúrgico. Para isso, a empresa vem utilizando a água do afluente Revúboè e a água reciclada. De acordo com o Relatório de Sustentabilidade da Vale Moçambique (2012b) “o total de água captada aumentou de 2011 para 2012 em virtude do crescimento da produção da mina de Moatize. Do total de água utilizada no processo, 47% são reaproveitados” (Idem, p. 20).

A segregação dos carvões é feita com base no poder calorífico e na quantidade de cinzas/impurezas presentes no material (VASCONCELOS, 1995). Do ponto de vista da indústria, o importante é atender a dois mercados principais: o carvão térmico deve abastecer as termoelétricas, gerando energia elétrica, e o siderúrgico, que fornece mais calor no processo de combustão, abastece a indústria do aço (VALE, 2014¹²). Ambos são encontrados em grande quantidade nos depósitos carboníferos de Tete, sendo que, pelo menos mais da metade é de carvão siderúrgico, cujo valor no mercado é significativamente superior ao térmico (MOSCA & SELEMANE, 2011). Ademais, a qualidade do carvão de Tete é singular em relação à dos outros depósitos pelo mundo em virtude do material de origem – petrografia –, da presença considerável de minerais e da baixa umidade (VASCONCELOS, 1995).

Dada a qualidade do carvão e a demanda constante por energia em todo o mundo, que esteve e está associada às necessidades da produção capitalista de mercadorias, a história

¹² Informação disponível no site da empresa: <http://www.vale.com/PT/business/mining/coal/Paginas/default.aspx> (Acesso em 06/06/2014 às 11:12h).

da exploração do carvão em Tete não é recente. Vasconcelos (1995) refere-se a dois documentos de 1859¹³ como sendo os primeiros a citarem o carvão. De 1954 a 1957, com a criação da Companhia Carbonífera de Moçambique (CCM) e o respectivo reconhecimento das potencialidades do carvão de Tete, explorou-se a possibilidade de se desenvolver a siderurgia na região, que seria favorecida também pela proximidade de fontes de minério de ferro e do potencial hidroelétrico do rio Zambeze (Idem, p. 9). Vários estudos sobre as características e a viabilidade da exploração do carvão de Moatize são feitos até a descolonização pela CCM em cooperação com outras empresas e pesquisadores, entretanto, após 1974/75, diante do processo de descolonização, “os trabalhos de geologia, exploração e extração de carvão em Moatize entram numa fase de estagnação” (Idem, p. 12).

Depois de 1975, procurando seguir as determinações de um Estado revolucionário socialista, o Governo Popular da República de Moçambique concentrou toda a produção de carvão na Empresa Nacional de Carvões – CARBOMOC – que, nos anos seguintes, especialmente na década de 1980, passou a colaborar com a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e com a República Democrática Alemã (RDA). Em razão dessa colaboração, várias empresas alemãs oriundas da Alemanha oriental socialista extraíram carvão nas minas em Moatize, com destaque para a região de Chipanga (Vasconcelos, 1995, p. 12-13 e p. 52). Contudo, segundo Brito (2009), embora a exploração do carvão mineral date do período colonial, isto é, antes de 1975, a importância econômica do mesmo foi marginal até a chegada dos megaprojetos, que começam no final da década de 1990.

Em meados do século XX, quando se iniciam as atividades de prospecção e estudo do carvão pela CCM, a indústria do caju, acompanhada de outros seis produtos agrícolas exportáveis – dentre os quais o algodão, o açúcar, o chá e o arroz – tinham maior relevância para a economia moçambicana (BRITO, 2009). Segundo Bellucci (2007), na região do Vale do Zambeze, o envio dos produtos à metrópole portuguesa se dava sob o

¹³ Dois documentos são citados por Vasconcelos (1995):

BORDALO, F. M. 1859. Ensaio sobre a estatística de Moçambique e suas dependências da costa oriental da África ao Sul do Equador. Ensaio sobre estatísticas das possessões portuguesas na África Ocidental e Oriental, na Ásia Ocidental, na China e na Oceania. Lisboa, 2ª Sér., 4:318 pp.

THORNTON, R. 1859. On the coal found by Dr. Livingston at Tete, on the Zambezi, South Africa. Quart. J. Geol. Soc. London, 15, Part 1, 556 pp.

sistema de “Prazos da Coroa”¹⁴, tornando a agricultura a grande protagonista da economia colonial nessa região. Porém, em termos de importância econômica, a agricultura dividiu espaço com o regime de concessões ligadas às companhias coloniais, que faziam de Portugal uma potência colonial cessionária de recursos, inclusive de força de trabalho, aos demais países europeus, especialmente aos ingleses e suas respectivas empresas, o que favoreceu o desenvolvimento das colônias inglesas vizinhas, principalmente da África do Sul¹⁵.

O hiato provocado pelas duas guerras – a de descolonização e a dos dezesseis anos, deflagrada dois anos após a vitória da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em 1975 sobre o exército português com o assassinato do primeiro presidente de Moçambique livre, Samora Machel, (MARQUES, 1987) – desarticulou os setores produtivos nacionais por razões que vão desde a impossibilidade de trânsito seguro pelo território nacional até a escassez de profissionais ligados à indústria e à administração pública, haja vista a evasão dos colonos portugueses após a declaração de independência do país (BRITO, 2009). Esse efeito foi traduzido para a indústria mineira, o que colaborou para que a agricultura tradicional praticada pelas comunidades se fortalecesse como base da economia do país.

Em 1992, o Acordo de Paz das Nações Unidas (Lei 1392 da República de Moçambique) é assinado entre as duas forças que combateram na guerra dos dezesseis anos, nomeadamente a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), de inspiração revolucionária socialista e apoiada por Zimbábue, Tanzânia, Bulgária, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Cuba; e sua dissidência pós-descolonização, a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), de inspiração “contrarrevolucionária” apoiada por Malawi, África do Sul e antiga Rodésia com a conveniência da potência colonial que dominavam tais territórios, o Reino Unido aliado estrategicamente com os Estados Unidos da América no contexto da Guerra Fria (HANLON, 1984). Nessa ocasião, como mostra Caccia-Bava e Thomaz

¹⁴ Segundo Papagno (1980), o sistema de prazos consistiu numa forma de arrendar as terras coloniais a investidores e rentistas estrangeiros. A remuneração da parcela arrendada, no entanto, consistia de parte da renda ou da própria produção agrícola, o que é apresentado pelo autor como questionamento no sentido de ter ou não havido, mesmo na passagem do século XIX para o XX, resquícios feudais na política portuguesa de aproveitamento dos terrenos coloniais moçambicanos.

¹⁵ Bellucci (2007) destaca o papel da produção de energia em território moçambicano para abastecer o consumo da África do Sul – como no caso da hidroelétrica de Cahora Bassa, no rio Zambeze – e do fornecimento de trabalhadores de Moçambique para as minas sul-africanas.

(2001), acumulavam problemas ao país os quais eram de natureza técnica, mas também política, étnica e até ambiental que comprometiam, inclusive, a agricultura, até então eleita como “base do desenvolvimento nacional”.

A chegada da Vale, que acontece pouco mais de 10 anos após o Acordo de Paz, manifestou-se como parte do ambiente de aproximação entre o Brasil e o continente africano que ocorreu a partir de 2003. Tal aproximação, segundo Döpcke (2003a), teve uma intenção estratégica, porém, pouco articulada com objetivos que superassem a perspectiva das trocas mercadológicas. Sendo assim, em 2004, a Vale SA venceu o concurso internacional referente à concessão dos direitos para a exploração das reservas de carvão mineral em Moatize e, a partir de então, começaram as negociações para a retirada das famílias da região às margens do rio Revúboè (MOSCA & SELEMANE, 2011).

O distrito de Moatize – distante cerca de 30 km da cidade de Tete – concentra grande parte dos projetos de exploração de carvão. Além da Vale, atualmente também operam na região a Rio Tinto¹⁶, a Jindal África¹⁷ e a Coal India Limited¹⁸. As características evidentes de deposição superficial do carvão verificadas por Vasconcelos (1995) orientam a exploração do recurso para as minas superficiais, que excluem a necessidade de perfurações no solo, mas que requerem isolamento em virtude da poeira produzida no processo de extração. O Projeto Carvão de Moatize, que é constituído por “minas a céu aberto” (VALE, 2012a, p. 32), está em operação desde 2011, sendo que, nos dois primeiros anos (2011 e 2012), foram produzidas 275 e 2.501 toneladas de carvão metalúrgico e 342 e 1.267 de carvão térmico, respectivamente (VALE, 2012a, p. 35). Tendo em vista que o montante explorado até então se refere apenas à primeira parte da área concedida, a segunda parte, do “Projecto Carvão de Moatize II”, deverá entrar em

¹⁶ O Grupo Rio Tinto é composto por duas empresas subsidiárias: uma de origem inglesa (Rio Tinto plc) e outra australiana (Rio Tinto Limited). O Grupo, com sede em Melbourne, se dedica ao ramo da mineração, operando na Austrália, na América do Norte, na Europa, na América do Sul, na Ásia e na África (RIO TINTO, 2014).

¹⁷ Jindal Africa é a subsidiária de uma mineradora de origem indiana. Em Moçambique, a empresa opera a mina de Chirodzi, inaugurada em Agosto de 2013 com a presença do Presidente da República de Moçambique, Armando Emílio Guebuza (JINDAL AFRICA, 2014). A empresa tem despertado a atenção das organizações da sociedade civil em virtude da comunidade de Caçoca, que vive dentro da área de concessão e, mesmo diante da inauguração da mina no final de 2013, não houve nenhum projeto de reassentamento para as pessoas.

¹⁸ Coal India Limited é uma empresa vinculada ao estado indiano que opera – em fase de estudos – em Moçambique através da subsidiária Coal India Africana Limitada (COAL INDIAN LIMITED, 2014).

operação em 2015, quando concluirão os investimentos em infraestruturas. Esses investimentos, voltados para a construção e a reabilitação dos trilhos ligados à logística de exportação do carvão, estão concentrados em duas linhas férreas: a Linha Sena, que liga o oeste de Moçambique e os países vizinhos – Malawi e Zimbábue – ao porto da Beira, e a linha Nacala Velha, que liga o oeste do país ao porto de Nacala, localizado no norte (VALE, 2012a).

A linha férrea de Nacala é o elemento fundamental do “Corredor de Desenvolvimento de Nacala”, que envolve a logística de exportação do carvão e grandes projetos agrícolas a serem implantados ao longo da ferrovia. De acordo com as projeções da Vale, ao término das obras, a capacidade de escoamento será de 18 milhões de toneladas de carvão por ano contra as 6 milhões de toneladas da Linha Sena (VALE, 2013)¹⁹. O projeto se resume a 912 quilômetros orientados na perspectiva do menor caminho entre a mina de Moatize e o porto de Nacala – atravessando, inclusive, 237 quilômetros pelo Malawi –, e permitirá à Vale SA controlar logisticamente o transporte do carvão – incluindo aquele retirado das minas de outras empresas que operam na região. Poderá também dar suporte às trocas comerciais e à exportação de produtos vindos do Malawi e do Zimbábue.

O controle logístico-estratégico da região tem sido favorecido pelas opções de concessões do governo moçambicano, as quais vêm refletindo as perspectivas de atração dos capitais externos – Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs) – como ferramentas de mercado para apoiar a logística de exploração dos recursos mediante “megaprojetos” (CASTEL-BRANCO, 2010; MOSCA e SELEMANE, 2011; VUNJANHE, 2011; ELIA, 2012). Assim, a partir de 2015, a Vale espera fornecer 22 milhões de toneladas por ano do carvão mineral moçambicano aos seus respectivos compradores prioritários: Índia, Américas, Europa e Ásia Oriental (VALE, 2013)²⁰. Fica definida, então, a intenção da empresa no sentido de expandir e mundializar a produção de carvão nas minas de Moatize. Contudo, o reassentamento das comunidades que viviam nas áreas de concessionadas à Vale se tornou a parte dramática do “Projeto Carvão de Moatize”,

¹⁹ Informação disponível no site da empresa: <http://www.vale.com/PT/business/mining/coal/Paginas/default.aspx> (Acesso em 07/06/2014 às 22:54h).

²⁰ Informação disponível no site da empresa: <http://www.vale.com/PT/business/mining/coal/Paginas/default.aspx> (Acesso em 07/06/2014 às 23:49h).

passando a ocupar, por isso, a agenda de ativistas, jornalistas e pesquisadores ao redor do mundo.

É importante contextualizar a protagonista dos eventos aqui discutidos, a empresa Vale SA. Criada em 1942 como estatal pelo governo de Getúlio Vargas, a então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) inseria-se em um projeto de desenvolvimento nacional cuja força motriz seria o monopólio da exploração dos recursos naturais para o desenvolvimento das indústrias transformadoras de base – siderurgia e metalurgia (MARINI, 2013; FONTES, 2010). A principal referência para o início das explorações mineiras é a mina Pico do Cauê, em Itabira, interior de Minas Gerais, local onde a empresa iniciou a retirada do minério de ferro (VALE, 2012c). Em finais de 1950, a CVDR já produzia mais de 80% do minério de ferro exportado pelo Brasil (Idem). De lá até aqui, a empresa foi privatizada em 1997 e abriu o capital a investidores, passando a ser controlada pela Valepar SA (JUSTIÇA GLOBAL et al., 2011) e pelo Governo Federal Brasileiro, que ainda configura como acionista individual majoritário, tendo acumulado, em janeiro de 2014, 5,3% do seu capital total (VALE, 2014)²¹. Atualmente a Vale SA é uma mineradora transnacional que controla empresas e desenvolve projetos diversos nas áreas de exploração mineral, produção de fertilizantes, logística e transporte, energia e operações no mercado. Está presente em todos os continentes, totalizando 31 países (Idem).

Em Moçambique, ao vencer o concurso para explorar as minas de Moatize, a empresa constituiu uma subsidiária, a Vale Moçambique SA, cujo percentual de capital controlado pela Vale SA é 95% (VALE, 2014)²². Iniciou-se, então, o planejamento do aparato logístico necessário para a retirada breve do carvão mineral, dado do período de concessão de 35 anos (MOSCA E SELEMANE, 2011). Entretanto, havia pessoas vivendo na região das minas. Isso porque, como foi mencionado por Vasconcelos (1995) e Brito (2009), a exploração mineira da região é anterior aos recentes megaprojetos, muito embora, àquele tempo, fosse economicamente menos expressiva do que atualmente. Entretanto, a partir da chegada da Vale, dada a dimensão do Projeto Carvão

²¹ Site da empresa. Disponível em: <http://www.vale.com/PT/investors/company/shareholding-structure/Paginas/default.aspx> (Acesso em: 09/06/2014 às 00:12h).

²² Site da empresa. Disponível em: <http://www.vale.com/PT/investors/company/subsidiaries/Paginas/default.aspx> (Acesso em: 09/06/2014 às 00:35h).

de Moatize e coincidência com o lugar de morada das comunidades, um projeto de reassentamento teve de ser providenciado. Assim, de acordo com os protocolos internacionais (CFI/BANCO MUNDIAL, 2002; ONU, 2007; ONU, 2010), as pessoas deveriam ser reassentadas em locais seguros com infraestruturas e condições adequadas para darem continuidade – ou estabelecerem novos – aos usos e práticas calcados no domínio do território e no usufruto direto e indireto dos recursos existentes de acordo com o modo tradicional que perdurava por incontáveis gerações.

Viviam na área concessionada à Vale, 1313 famílias²³, as quais foram diretamente atingidas pelo empreendimento (VUNJANHE, 2011; MOSCA e SELEMANE, 2011). Essas famílias pertenciam a quatro comunidades: Chipanga, Bagamoyo, Mitete e Malabwe. A empresa, objetivando cumprir as prerrogativas de responsabilidade social impostas pelos seus financiadores, dentre os quais o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil – BNDES (GARCIA, 2012; ELIA, 2012; FONTES, 2010; MOSCA e SELEMANE, 2011)²⁴, iniciou um levantamento “censitário” junto ao governo para identificar as pessoas atingidas (MOSCA e SELEMANE, 2011; RAMOS, 2009). O levantamento contou com a assessoria da Diagonal, uma empresa de consultoria especializada na “transformação de territórios” com sede em São Paulo e escritórios em Recife e em Maputo, Moçambique (DIAGONAL, 2014)²⁵.

O processo de reassentamento se deu mediante a divisão das famílias entre “rurais” e “urbanas”, correspondendo a cada uma dessas categorias, um espaço: o reassentamento urbano, chamado Bairro 25 de Setembro, é uma extensão do bairro já existente e de igual nome localizado na Vila de Moatize; e o rural, Cateme, a cerca de 40 km da cidade de Tete. O Bairro 25 de Setembro abriga 596 famílias e Cateme, 717, ambos contabilizando mais de 5 mil pessoas (MOSCA e SELEMANE, 2011). Segundo os autores, “a transferência da população afetada pelo megaprojeto da Vale decorreu entre

²³ Segundo Ramos (2009), que responde como fonte de dados vinculada à Vale, foram 1.241 famílias, o que totalizou 5.104 pessoas, das quais 69,9% correspondem ao “perfil rural” e 30,4%, ao “perfil urbano”.

²⁴ Cabe ressaltar que os autores mencionam o aporte de crédito do BNDES para a internacionalização das empresas brasileiras, dentre as quais está a Vale SA. Contudo, como aponta Tautz et al. (2010), não é possível determinar o volume de capital disponibilizado à Vale SA ou a qualquer outra empresa favorecida alegadamente em virtude do “sigilo bancário” envolvido em tais operações.

²⁵ Site da empresa. Disponível em: <http://www.diagonal.net/Conteudo.aspx/Conteudo?idForm=06b2f08f-0d00-4e26-b35e-f96177614fe2&idSub=85e088b9-e65a-48c5-8040-ec83c36032d7&idConteudo=0c8d8081-1819-4eaf-8b92-9a1cabb08290&tipo=1> (Acessado em 08/03/2014 às 13:39h).

9 de novembro de 2009 e 28 de abril de 2010” (Idem, 2011, p. 20). As quatro comunidades foram reassentadas na mesma área em Cateme, sendo divididas apenas em bairros, os quais são limitados por estradas simples e não pavimentadas. Os blocos de casas foram construídos de modo a evitar o contato “porta a porta”²⁶ de um vizinho com o outro.

Dessa forma, o reassentamento no qual se concentraram os esforços investigativos dessa pesquisa, Cateme, remete-se ao estrato da população qualificado como “rural”. Os critérios utilizados para estratificar tal população são anteriores ao reassentamento e desconhecidos por esta pesquisadora, haja visto a indisposição das empresas – Vale e Diagonal – no sentido de compartilhar quaisquer informações sobre o assunto. Contudo, vale ressaltar, as divisões e conceitos que se interpõe acerca do que é rural e o que é urbano no Brasil²⁷, em nada refletem a multiplicidade de situações e realidades sociais presentes em Moçambique²⁸. O recorte empírico em Cateme também busca obedecer ao escopo das discussões que tem sido associadas ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural desta Universidade.

0.3 – Apontamentos Metodológicos

Dada a natureza do problema de pesquisa e do recorte empírico, isto é, tratando-se de um país distante do Brasil e de uma situação de tensão que envolve, como a literatura tem relatado, níveis consideráveis de insatisfação diretamente ligadas à presença de pessoas de nacionalidade brasileira, as quais se encontram envolvidas com o trabalho na Vale (MOSCA e SELEMANE, 2011), a pesquisa procurou realizar-se sob a perspectiva do “gesto comunicacional”, objetivando aproximar-se das pessoas e conhecer suas histórias mediante a convivência nos seus espaços comuns.

²⁶ Refere-se a ter uma casa de um lado da rua com a porta de frente para a porta alheia do outro lado da rua.

²⁷ Ver Carneiro (1998) e Wanderley (2001).

²⁸ Em Moçambique, como destaca Henriques (1998), há uma correlação entre demografia e heterogeneidade na definição do que efetivamente se considera como “cidade”, entretanto, “o percurso parece mais complexo, na medida em que se registra a existência de muitas formas intermediárias” (Idem, p. 7). Fazem parte das formas intermediárias as aldeias, que, de acordo com a autora, “são parte integrante do complexo tecido social moçambicano” (Idem, p. 7; p. 15), não podendo ser marginalizadas enquanto forma de socialização.

Entende-se por “gesto comunicacional”, as interações estabelecidas a partir de uma “perspectiva comunicacional que recusa tomar os fenômenos sob o ponto de vista dos efeitos” (MAFRA, 2011, p.9), antes disso, busca estabelecer-se “pela lógica própria dos processos indiciários, gerar proposições de crescente abstração a partir de realidades concretas” (BRAGA, 2008, p. 77). Por isso, para compreender os aspectos diversos das relações humanas, imersas em processos violentos de fragmentação do imaginário social e dos sentidos com vistas ao desenvolvimento do capitalismo, foi necessário recorrer também a uma abordagem indiciária. Esta, por sua vez, convergia para o encontro com algumas respostas e para a preservação da intimidade das pessoas.

Assim, ancorando-se na ideia de tomar indícios, esclarece-se que o presente trabalho não objetiva ser mais um relato dos fatos acontecidos antes, durante e depois do reassentamento das comunidades em Cateme. Essas histórias, exaustivamente narradas pelas pessoas, são aspectos motivadores para as discussões, entretanto, procura-se abstrair delas e do próprio cotidiano os indícios das transformações nas experiências com o espaço-tempo e da construção dos sentidos.

No contexto do cotidiano resumido por Santos (2013) e por Certeau (2012) como espaço das relações banais, a combinação do gesto comunicacional com a tentativa de recuperar indícios que remetessem a sentidos, corroborou o que Braga (2008) definiu como “modelo epistemológico”. Para o autor:

[As] características desse modelo epistemológico: o estudo de casos; a busca de indícios para percepção de fenômenos mais complexos; a distinção entre indícios essenciais e acidentais; e a articulação entre indícios para elaboração de inferências. Sobre os indícios articulados, considera a construção de modelos interpretativos em dois níveis de inferências: sobre regras internas de funcionamento do caso e sobre sua inserção em contextos de interesse do pesquisador (BRAGA, 2008, p. 73).

Dialogam com a experiência humana, estabelecida através dos indícios, as percepções em torno do espaço, as quais também podem ser pensadas na perspectiva comunicacional a partir da paisagem (SILVA et al., 2008). A experiência com o espaço, muito embora não se reduza ao aspecto visual – dada a possibilidade de se estabelecerem usos e práticas ligadas ao espaço –, é eminentemente sensorial, isto é, compõe-se e recompõe-se a memória dos sentidos através da imagem, dos acontecimentos e da tarefa associativa desempenhada pelo cérebro humano no sentido

de conectar lugares e lembranças. Em resumo, o que se pode ver também comunica, também narra fatos e fenômenos sociais.

A paisagem comunicacional exige um ponto de vista que relaciona tudo que a compõe: os sujeitos que vivem ali, trabalham, frequentam ou apenas passam as fachadas dos edifícios, o comércio, a sinalização, os acontecimentos. Assim, qualquer componente a ser trabalhado não pode ser tomado ou compreendido em separado, ele existe e funciona sempre em relação ao conjunto no qual está situado. (SILVA et al., 2008, p. 10).

Por isso, tanto a cidade de Tete quanto o reassentamento de Cateme foram analisados a partir do gesto comunicacional-interacional que conectou a dimensão do espaço-tempo sob a perspectiva dos indícios que esta fornecia por si no cotidiano. Tal combinação resulta no que se pretendeu construir neste trabalho: uma espécie de “mapeamento” de sentidos que se estabelecem no espaço-tempo abrangendo passado, presente e futuro. A ideia de “mapa” é metafórica e refere-se ao quesito representativo e orientador imputado aos mapas geográficos. Para além da metáfora, o “mapa de sentidos” está inspirado na perspectiva da “cartografia social”, cujo objetivo das representações é:

(...) contrariar a visão essencialista e totalizadora do mundo buscando os processos de enunciação do cotidiano [do espaço] e suas dinâmicas. Colocando em relevo as contradições que emergem das articulações estabelecidas entre o oficial e o extraoficial, das negociações e das formas de uso e ocupação do espaço, o que se pretende é observar a diversidade de sentidos produzidos e em produção no espaço e ampliar a legibilidade, tornando visíveis lugares localizados à margem dos processos culturais, sociais e políticos hegemônicos (SILVA et al., 2008, p. 2)²⁹.

Se o advento do reassentamento transformou o cotidiano das quatro comunidades atingidas, motivando um corte temporal nas expectativas das pessoas, este deslocamento afetou as experiências envoltas na tríade presente, passado e futuro. Esse efeito, embora tratado como parte do foro íntimo dos sujeitos, tem repercussões sociais que se materializam nas perspectivas acerca dos usos do tempo, razão pela qual é importante recuperar a tese de Boaventura de Souza Santos (2002) acerca da existência de dimensões ausentes na pesquisa social. A “sociologia das ausências”, assim chamada por ele, tem como parâmetro a ideia de que “não há ignorância em geral nem saber em geral” (Idem, p.16), portanto há que se romper com a “razão indolente”, que ignora a importância dos saberes locais e da própria experiência social como componente metodológico da pesquisa social. Dessa forma, do ponto de vista dos temas e assuntos

²⁹ Op cit. ABRAMS; HALL (2006), COSGROVE (1999), HARMON (2004).

de pesquisa, “o objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças” (Idem, p. 12).

Por isso, tomando como referência a tentativa de concretizar a experiência social como uma abordagem deste trabalho, propõe-se enxergar o tempo a partir de uma perspectiva “trialética”. Essa abordagem diferiria da dialética clássica em razão da própria conformação do tempo. Por se ele fragmentado em passado, presente e futuro, há três fontes metafóricas de sentido e de motivação para as ações humanas. Diferentemente da dialética onde a “tese” surge da interação de duas fontes, respectivamente, para a “síntese” e para a “antítese”, a noção proposta aqui é que as experiências sociais com o tempo tem como origem o passado, o presente e o futuro. A perspectiva, no entanto de que o futuro consubstancia as ações como protagonista das motivações surge da abstração contemporânea sintetizada na necessidade de projetar. Martins (2013) percebe esse fenômeno com precisão. Para ela, “é a partir do já vivido e do vivendo que se pensa e se projeta o por viver, o devir” (Idem, p. 15 – grifo no original). Portanto, evocando-se a “sociologia das ausências”, estabelece-se a necessidade de abstrair o tempo enquanto elemento de consolidação do sentido a partir de uma perspectiva trialética como um aporte metodológico proposto por esse trabalho.

Sendo assim, é válido ressaltar que, embora a perspectiva aqui apresentada inspire-se na etnografia ao dispor da aproximação cotidiana como principal conduta na rotina de pesquisa, o que será tratado de fato não diz respeito à etnografia clássica definida por Geertz (2011). O gesto comunicacional aponta no mesmo sentido do que o autor elabora como “descrição densa”, ou seja, o relato pormenorizado do conjunto de gestos, implicações, diálogos, rituais, situações e cenários. Contudo, se “fazer a etnografia é como tentar ler (...) um manuscrito estranho, debotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado” (Idem, p. 7), conclui-se que tal fazer não se aplica à intenção desta pesquisa, cujo interesse principal não é o do “comportamento modelado”, mas sim da possibilidade de modelá-lo por transformações conectadas com realidades macro, globais ou mundiais.

A inspiração etnográfica surgiu de uma atitude de epifania em relação ao cotidiano. Significa dizer que a abordagem metodológica foi comunicacional assumindo a epifania como um gesto de pesquisa – o fato de, enquanto pesquisadora, eu ter sido afetada pela

experiência social, criou condições para perceber e produzir sentidos junto com as pessoas. Essa circunstância retoma a posição do “pesquisador-ator” defendida por Thiollent (2011), que expõe o pesquisador à experiência com os sujeitos de pesquisa, resguardando para ambos o processo de aprendizagem mútua. A perspectiva da epifania serviu também como indício.

Representam “indícios”, na perspectiva de Ginzburg (1991), os sinais involuntários que permitem inferências – e até conclusões parciais – acerca de algo sem que, necessariamente, este tenha sido tomado no todo. Assim, o autor sustenta que seria a “origem provavelmente venatória do paradigma indiciário, a fábula ou conto oriental dos três irmãos que, interpretando uma série de indícios, conseguem descrever o aspecto de um animal que nunca viram” (Idem, p. 168). Entendendo dessa forma, as analogias estabelecidas pelo autor entre indícios e sintomas de doenças, por exemplo, permitem-nos, na mesma ordem, aproximar as pequenas narrativas cotidianas encontradas em Tete ou em Cateme de situações globais definidoras de sentido que encontram reconfigurações no espaço-tempo local.

A opção por fazer inferências a partir das narrativas cotidianas foi essencial para que se construísse um trabalho condizente com o que se pôde explorar e, assim, construir inferências prováveis. Assim, a estória do sapato no primeiro capítulo nos transporta às reflexões sobre o mundo do trabalho e as conexões com as dinâmicas contemporâneas do capital imperialismo, que outrora se configurava no imperialismo clássico de Lênin (2012) e que, nos tempos atuais, procura reconfigurar-se a partir da periferia, numa possível alavancagem subimperialista. As narrativas sobre a música e sobre os discursos públicos de alguns comerciantes no segundo capítulo remontam a discussão sobre o tempo dos sujeitos a partir da experiência, de um lado, acelerada pelo capital imperialismo financeirizado e, de outro, ritmada pelas atividades cotidianas. No terceiro e último capítulo, as percepções sobre o espaço-tempo ressaltam a dimensão do sentido, as narrativas sobre violência encerram a necessidade de se produzir algum sentido sobre Cateme, tanto do lado capital imperialista quanto do lado das comunidades em busca da territorialização – a sua marca no espaço-tempo.

De modo prático, a abordagem indiciária percorreu todo o trabalho. Realizou-se análises documentais em busca de discursos indiciários; entrevistou-se pessoas em busca de falas indiciárias; alimentou-se o gesto da epifania na realidade cotidiana em busca de

indícios; observou-se e, em ligeira medida, participou-se da rotina das organizações da sociedade civil em busca de indícios. Neste último caso, reafirmando a perspectiva da “pesquisa-ação” (THIOLLENT, 2011), a participação não se deu exclusivamente na perspectiva de buscar indícios, mas também de produzir efeitos, aqueles que fossem possíveis, dadas as condições e as limitações desta pesquisadora enquanto mulher, estrangeira, brasileira e visualmente diferente das pessoas do local, o que, muito embora jamais tenha representado uma barreira para a ação, despertava alguma estranheza.

O período da pesquisa, 3 meses (24 de abril a 24 de julho de 2013), dividiu-se em: 2 semanas em Maputo, onde foi possível entrevistar representantes de organizações da sociedade civil, e 10 semanas na cidade de Tete, onde foi possível entrevistar e conviver com representantes das organizações da sociedade civil, locomover-se regularmente³⁰ até Cateme e valer-se do gesto comunicacional e da epifania no cotidiano da cidade para perceber situações-chaves nas quais se manifestavam os indícios. Foram realizadas também entrevistas em Cateme com os líderes comunitários e com membros das quatro comunidades, contou-se com declarações do governo através da Administração do Distrito de Moatize e procurou-se, por meios formais, a Vale SA para obter declarações, porém, desta não se obteve nenhuma colaboração.

As entrevistas ocorreram mediante o uso de roteiros semiestruturados. Foram acompanhadas por roteiros de observação participante que permitiam identificar questões para além das declarações objetivas. A todos os entrevistados foi oferecida a opção pela gravação da voz, a qual não foi aceita em dois casos. Diante da negativa, procurou-se acompanhar as declarações com apontamentos. Em todos os casos, procurou-se esclarecer os sujeitos sobre o conteúdo da pesquisa e cumprir as determinações do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (CEP/UFV) em relação à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e das respectivas autorizações de gravação de voz e de uso de imagem, mesmo que tais exigências representassem algum constrangimento em face do baixo índice de alfabetização encontrado nas comunidades de Cateme.

³⁰ Havia a expectativa de poder ir todos os dias ao reassentamento de Cateme, mas essa atividade revelou-se inviável, haja visto o fato de o trajeto – aproximadamente 60 quilômetros – depender de 2 linhas de chapas diferentes: a primeira, de Tete à Vila de Moatize, e a segunda, de Moatize a Cateme. Além dos horários não combinarem, o trajeto era extremamente cansativo, chegando a demorar até 2 horas entre a saída de Tete e a chegada a Cateme. Além disso, as lotações de pessoas nos chapam e a quantidade expressiva de buracos na estrada tornavam a viagem ainda mais difícil.

CAPÍTULO I

Capitalismo Brasil-Moçambique: Expropriação, Capital Imperialismo e Mundo em Trânsito

RESUMO

Propõe-se discutir a trajetória histórica do capitalismo e suas respectivas expressões, a saber, o imperialismo, o subimperialismo e o capital imperialismo, a partir de um olhar centrado na periferia do sistema e que admite a sua vital importância no sentido de sustentar as transformações que se operam no centro. Por conseguinte, o enfoque permite elucidar a natureza dialética das transformações operadas na periferia em virtude das reconfigurações capitalistas no centro do sistema. Tais perspectivas são sustentadas a partir de narrativas indiciárias produzidas na pesquisa de campo na Província moçambicana de Tete, região onde se concentram as explorações de carvão mineral por grandes empresas transnacionais – em especial pela mineradora brasileira Vale SA – naquele país.

Palavras-chave: Moçambique; Vale SA; Cateme; reassentamentos; capital imperialismo.

1.1 – Narrando os indícios

Parti do Brasil no dia 24 de abril de 2013 para passar 3 meses em Moçambique levando apenas um calçado social, uma bota e um chinelo. Essa situação, muito embora representasse meu desejo de “viajar de mala vazia e retornar com a mesma cheia” em todos os sentidos possíveis, me causou algum constrangimento. Entretanto, proporcionou-me a incrível e curiosa oportunidade de me tornar, sem grande esforço, partícipe da realidade social. O calçado “social” era uma sapatilha preta de lacinho que, com o tempo e com as várias visitas – e “chás de cadeira” – que eu tinha que fazer aos agentes do governo em busca da fatídica “autorização de pesquisa” tão exigida tanto pelo comitê de ética em pesquisa com seres humanos da universidade quanto pelas autoridades locais para entrevistar as pessoas no reassentamento. Em resumo, por conta

de tudo isso, o calçado foi sendo reduzido a mero trapo. Depois de algum tempo já em Tete, precisei definitivamente de um novo sapato. Fui às poucas lojas que haviam – umas três – e não encontrei nenhum. Decidi então ir ao mercado popular, mas, no meio da diversidade de cores e tamanhos disponíveis, não encontrei nada que me agradasse. Acontece que o estilo africano de usar as cores é um pouco diferente do que eu estava acostumada. Os sapatos são bastante coloridos e isso fazia com que ficassem destoantes em relação às minhas roupas. E como, no que diz respeito à moda, o padrão ocidental parece ser o de combinar acessórios, estilos e cores segundo uma lógica que obedece a um sentido e a uma identidade definidos, sentia que aqueles sapatos combinados com as minhas roupas me fariam parecer ridícula, isto é, tentando reunir padrões estéticos muito destoantes num mesmo traje. Depois de muito peregrinar, comprei um par no terminal de chapas³¹. Era um tipo mais discreto, menos colorido, algo que misturava laranja com preto, “MADE IN CHINA”, segundo a inscrição no solado. Dá pra usar – pensei. Não podia exigir muito diante dos 10 dólares – 350 meticais – que gastei nele. Gastei com a certeza de que ele custaria menos para uma moçambicana negra. – O leitor não me interprete mal, tampouco suponha algum racismo na forma como escrevo as narrativas. O fato é que, comprando nos espaços populares, até então impensáveis para uma mulher “branca”, estava frequentemente sujeita de alguma forma de abuso nos preços³². Isso não é nada absurdo, tampouco exclusivo de Moçambique ou de qualquer outro lugar no continente africano, acontece no Brasil também. Todos sabem, por

³¹ Os chapas são pequenas vans, que lembram a “Besta”, muito utilizada nos anos 90 e até hoje no Brasil como transporte escolar. Em Moçambique são veículos como esses que fazem a maior parte do transporte de pessoas. Não é exatamente um transporte público, haja visto que os operadores são privados, mas é uma espécie de consorciação público-privada informal – já que o Estado não regulamenta as atividades do setor – que atende às necessidades de transporte da população, especialmente em virtude da escassez dos “machimbombos”, que são os ônibus do Estado, teoricamente os únicos responsáveis pelo transporte. Ocorre que, ainda que utilizem os chapas, o transporte frente à demanda ainda é insuficiente, razão pela qual em Maputo tornou-se comum ver pessoas sendo transportadas nas carrocerias de caminhões, a maior parte deles, pequenos e de origem chinesa, não tem, sequer barras de contenção para as pessoas se apoiarem. Embora em Tete eu não tenha visto mais do que chapas e “machimbombos”, o drama do transporte público em Moçambique é generalizado. Os veículos estão muito deteriorados – cheguei a me surpreender ao ver que alguns ainda funcionavam – e, muito embora não seja possível determinar o quão velhos são, porque a grande parte já foi importada de países como Japão com mais de 10 anos de uso, percebi que alguns modelos já estão obsoletos há mais de 20 anos aqui no Brasil. Embora não seja uma observação tão fundamentada, é importante destacar que os acidentes com chapas, os quais acompanhei através dos jornais, acontecem especialmente nas proximidades de Maputo, com muita frequência e quase sempre com vítimas fatais. Os motoristas de chapa – chapeiros, como são conhecidos – são um assunto que merece um pouco mais de atenção do que uma nota de rodapé, voltarei a eles. Por hora é importante dizer apenas que, por vezes, cheguei a duvidar de que os tivessem a “carta de condução” em virtude da maneira truculenta com que dirigiam e da completa ignorância em relação a quaisquer possíveis regras de trânsito.

³² Checo (2003) registra esse fato nos mercados públicos moçambicanos indicando que há “frequente e corrente discriminação dos preços em função das características de cada cliente” (CHECO, 2003, p. 29).

exemplo, que há uma tabela de preços “diferenciados” para a cerveja nas praias do Rio de Janeiro segundo o sotaque, a cor e a nacionalidade aparente. Nada anormal.

Comprei o tal sapato. Usei durante menos de um mês e, um dia, enquanto caminhava atrasada pela rua, o sapato perdeu o solado. Eu não poderia ficar descalça porque tinha um compromisso – mais uma daqueles “chás de cadeira” que já mencionei. Ali no meio da confusão de pessoas indo e vindo, detive-me a pensar sobre o que faria sem calçado no pé direito. Desci um pouco mais pela rua e reparei que havia um senhor na calçada arrumando uns calçados velhos. Parei diante dele, observei e perguntei: “o Senhor conserta sapatos?” – mostrando o meu. Ele disse: “solado é 50 meticais.” Pensei que havia uma certa “usualidade” na forma como ele me respondeu, uma ausência de formalidade típica de quem está mais que acostumado a lidar com a situação. Reparei, enquanto ele fazia o serviço – que, diferentemente do que pensei, não consistia em colar – com a famosa cola de sapateiro –, mas sim em costurar – com agulha e fio de nylon, que parecia mais linha de pesca – o solado, o que se revelou muito mais trabalhoso para ele.

Tirei uma conclusão acerca daquela empreitada: produtos como aquele sapato, chineses ou não, fazem girar, em países como Moçambique – e em muitas outras partes do mundo –, uma engrenagem social ligada ao trabalho. De alguma forma, é em razão da falta de qualidade nos materiais e componentes usados para fabricar produtos como o meu sapato – um bem de consumo não durável – que eles sempre precisavam de algum reparo ou então seguiriam para o descarte. Eu poderia comprar outro, mas, dada a minha circunstância, que demandava alguma contenção de gastos, isso se tornou inviável – contudo ainda era uma alternativa possível caso fosse necessário. Entretanto, parecia improvável que uma moçambicana pudesse comprar, a cada mês, um sapato novo com um salário mínimo médio de 3000 meticais³³ – menos de 100 dólares. Em razão disso, e

³³ É importante ressaltar que além da situação de informalidade visível em que se encontram boa parte dos trabalhadores moçambicanos, há uma dificuldade considerável de mensurar os rendimentos médios da população. De toda sorte temos dois indicativos. O primeiro, o Produto Interno Bruto nominal per capita, 12.780 meticais – 426 dólares americanos – em 2008 segundo dados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP de 2012. O segundo, refere-se aos salários mínimos em diferentes atividades (com exceção da função pública) reajustados 2013. Os valores foram divulgados nos veículos de comunicação moçambicanos e variam de 2.500 (setor agrícola em geral) a 6.817 meticais (setor financeiro). Os últimos dados aos quais me referi podem ser vistos em: <http://www.verdade.co.mz/economia/36308-conselho-de-ministros-aprova-novo-salario-minimo-mas-ainda-abrange-a-funcao-publica>. Acessado em 05/02/2014 às 18:48. Reitero que esses números, até certo ponto, são insignificantes diante da informalidade.

também da quantidade de outros calçados que aquele senhor tinha para consertar – alguns inclusive bastante deteriorados –, supus que era comum que as pessoas consertassem mais sapatos do que os comprassem novos. Era uma escolha racionalmente bem fundamentada: pagando-se 50 meticais (menos de 1,50 dólar) para costurar o solado e 350 meticais (10 dólares) por um novo que iria durar cerca de um mês, não há dúvidas. O trabalho do consertador de sapatos, bem como o do vendedor de quem o comprei, é informal – aliás, como a maior parte do setor de vendas no varejo moçambicano – e pouco empreendedor. Isso porque, diferentemente das atividades autônomas que envolvem criação no mundo do conhecimento, essa atividade tem pouco potencial empresarial e pouco potencial de acumulação capitalista. Trata-se de uma atividade restrita e inerente à circulação de bens de consumo não duráveis que “não duram quase nada mesmo”, mas que tem o consumo assegurado pelo baixo preço e pela possibilidade de serem constantemente consertados por um preço mais baixo ainda quando estragam.

Indo mais longe, essa situação imediata permitiu-me concluir que a força de trabalho empregada informalmente no conserto dos calçados tem o seu lugar no mundo. Este lugar é o mesmo que milhões de pessoas ocupam todos os dias: submetidos a uma lógica precarizada que explora mais o trabalho vivo (intensivo em trabalho humano) do que o morto (intensivo em tecnologia), eles transferem sob a forma de trabalho. É intensivo em trabalho vivo porque, diferentemente dos poucos sapateiros que ainda encontro em Brasília, ele não contava com a cola. Ao contrário disso, esforçava-se para costurar um solado de plástico duro com uma agulha parcialmente enferrujada. Mas se o homem que esteve diante de mim e costurou o meu sapato estava transferindo renda, quem é que estava consumindo a renda? A primeira vista, parecia ser eu porque estava pagando 50 meticais por um trabalho que, notoriamente, valia muito mais do que isso, especialmente pelo esforço da costura. Mas, num olhar um pouco mais aprofundado – e sim, tive tempo para fazer isso porque demorou bastante – percebi que sim, eu também estava consumindo, mas não consumia mais do que a indústria chinesa que, por causa daquele homem – em situação de trabalho precarizado, sentado na calçada sob um calor de mais de 30 graus Celsius e costurando o plástico duro com uma agulha enferrujada – continuava a vender inúmeros pares de um sapato que não dura mais de 30 dias. Mais do que todos nós, consome também o trabalho e a renda desse homem o mercado de

capitais no qual muito provavelmente a fábrica de sapatos está se capitalizando e remunerando suas ações na perspectiva de produzir mais daqueles sapatos.

Essa pequena história que, admitamos, lembra as cartilhas dos movimentos sociais sobre os três volumes d'O Capital, a obra mais importante de Marx – e provavelmente, uma das mais importantes sobre a história do capitalismo, exatamente porque tem o teor crítico explícito para o qual nos inclinamos – não está aqui por acaso. Poder-se-ia recorrer a várias outras narrativas iniciais, entretanto nenhuma delas revelaria com tanta propriedade o ponto de partida dessa dissertação, que consiste no movimento sob o qual nos transportamos do todo para o particular e, em seguida, de volta ao todo. Relembra também a razão pela qual fui até Moçambique – conhecer essa parte do mundo reduzida à condição de periferia – e traz a tona ligações fundamentais para enxergarmos o universo econômico em que está circunscrito a expansão do capitalismo no nível global.

Nesse sentido, o objetivo fundamental deste capítulo é lançar uma reflexão inicial e histórica sobre como e porque as circunstâncias encontradas em Cateme, em Tete ou, de uma forma geral, em Moçambique, tornaram-se fatos experimentado e vivido cotidianamente por aquelas pessoas. Buscar compreender o processo de transformação do capitalismo e as suas respectivas reconfigurações globais implicará localizar essas pessoas no espaço-tempo numa perspectiva, referendada pelos acontecimentos, periférica e notadamente conflituosa.

1-2 –Trajetórias histórico-imperialistas: do imperialismo clássico aos apontamentos contemporâneos

Como apontou-se anteriormente, os esforços engendrados neste tópico em função da narrativa apresentada é de identificar indícios que possam nos ajudar a compreender alguns aspectos conceituais fundamentais para a leitura da relação entre tempo e desenvolvimento em Moçambique, motivados inicialmente pela análise das transformações cotidianas no reassentamento de Cateme. Assim, correspondendo à proposta apresentada ao final da narrativa, o retorno ao particular requer um olhar sobre o todo historicamente estruturado. Nesse sentido, pensar a relação de trabalho exposta na narrativa tem por objetivo questionar em que nível tal relação pertence às estruturas econômicas, políticas e sociais no contexto moderno em crise.

A história que interessa particularmente ao propósito aqui desenhado não começa exatamente numa data, mas num período histórico que Lenin (2012) chamou de “partilha do mundo”. O momento imediatamente anterior, de “formação dos monopólios” também nos interessa, já que se trata, em parte, da razão pela qual se estabeleceu tal partilha. Entretanto, se é fundamental localizar tais processos no tempo histórico, Lenin escreveu o livro “Imperialismo, estágio superior do capitalismo” em 1916 e pretendia, com ele, procurar uma explicação para o curso que o capitalismo tomara a partir das últimas décadas do século XVIII e início do XIX.

As importantes contribuições de Lenin para o estudo do “imperialismo” demonstrar-se-ão essenciais para a discussão sobre a expansão do capitalismo, especialmente porque, é no bojo do imperialismo que se materializam as perspectivas colonialistas das economias centrais sobre as periféricas e, especialmente sobre o continente africano, onde o colonialismo efetivou-se e perdurou até as décadas finais do século XX. Lenin (2012) situa o colonialismo como a porta de entrada da periferia no sistema capitalista estruturado no centro. Essa inserção acontece, como parece óbvio, em favor do centro. Entretanto, não teria sido possível proceder a conversão de regiões inteiras em periferias sem um poder coercitivo forte, o que irá se materializar na força dos monopólios.

A formação desses monopólios, à qual Lenin dedica a primeira parte do livro, é a síntese de um processo que destitui o sentido da concorrência, na medida em que os lucros obtidos por meio de ganhos de escala, incrementos tecnológicos e quaisquer outras vantagens competitivas, vão, paulatinamente, favorecendo a concentração e a centralização – ou socialização – da produção. Nesse sentido, “a concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um gigantesco progresso na socialização da produção. (...) O capitalismo, em seu estágio imperialista, conduz praticamente à socialização integral da produção” (LENIN, 2012, p. 47-48). Num nível elevado de concentração, o sentido da concorrência foi conduzir ao domínio do mercado por um número cada vez menor de agentes, os quais se associaram para privar o mercado de novos possíveis concorrentes e repartir o espólio dos antigos. Estavam formados os cartéis.

Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre condições de venda, os prazos de pagamento, etc. Repartem os mercados de venda. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Distribuem os lucros entre as diferenças. (LENIN, 2012, p. 44).

De acordo com Lenin (2012), o processo de formação de cartéis, que ocorreu primeiramente em países pioneiros como Inglaterra e França, se estenderia à Alemanha e aos Estados Unidos na virada do século XVIII para o XIX, concentrando-se especialmente em setores industriais como: extração e processamento de recursos naturais (minério de ferro e indústria do aço, por exemplo), energia (carvão, eletricidade e petróleo) e transportes (ferrovias). Entretanto, o papel dos cartéis não poderia estar completo sem a devida consideração dos seus emprestadores. A produção industrial, desde que foi possível, operou na passividade de recursos, haja visto a aquisição de matérias primas para a fabricação de mercadorias que se realizam posteriormente no mercado. Sendo assim, a indústria está imbricada ao agente financeiro que, no primeiro momento, é representado pelos bancos.

O papel dos bancos é radicalmente importante para os monopólios, haja visto a ciência sobre as contas alheias, próprias dos gerentes financeiros que emprestam e tomam juros. A considerar que eram – e são – também agentes privados em busca do lucro, e, exatamente por isso, essas instituições, na posição de “intermediários nos pagamentos”, “convertem o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital que rende lucro” (LENIN, 2012, p. 55). Com isso, fica definida a primeira pedra angular no sistema de consolidação da renda furtiva: os bancos. Foram eles, pelo menos até a metade do século XX – depois disso, como mostra Fontes (2010), passaram a dividir o espaço com outros tipos de instituições –, período dominado pelo imperialismo, que transformaram a atividade de extração de renda, especialmente oriunda das periferias colonizadas, em uma atividade tão lucrativa que, como mostra Lenin, transformou nações inteiras em rentistas. Foi o caso da Holanda, a quem Lenin referiu-se como “modelo de Estado rentista”³⁴, indicando que até mesmo países industriais como Inglaterra e França iam tomando o mesmo caminho (LENIN, 2012, p. 139).

Ao transformar o capital em ativo portador de juros através da “união íntima” entre monopólios e bancos, o capital põe em marcha o seu movimento através de territórios cada vez mais distantes em busca pelo que lhe é vital: a reprodução ampliada do capital em uma escala cada vez maior. O retorno do investimento – empréstimo – a juros é, por definição, maior do que o investimento em si, o que leva à decisão racional de expandir

³⁴ Esta citação não se refere exatamente à obra de Lenin, mas a uma de suas referências, a qual reproduzo: Sartorius von Waltshausen. *Das Volkswirtschaftliche System*. Berlim, 1907, t. IV.

em escala e volume o montante imediatamente superior. A ruptura, como bem lembrou Lenin, desse processo, é dada pelas crises, a partir das quais os vitoriosos tem a chance – e o autor aponta para uma tendência nesse sentido ao tratar da crise de 1900 – de ampliar ainda mais a concentração e o monopólio.

Um raciocínio inerente ao capitalismo vai se estabelecendo pela prática do juro, porém, segundo Castoriadis (1981), essa tendência se consumou na sociedade consubstanciada pela dimensão de infinito no imaginário humano. As religiões ocidentais (judaico-cristãs) teriam consolidado uma espécie de paradigma no ocidente, seduzindo, em seguida, o mundo, de acordo com o autor. Sendo assim, sob o capitalismo, a reprodução ad infinitum do capital e da renda generaliza-se comológica de apreensão do mundo. Esse paradigma, em particular, não estaria circunscrito à economia, muito embora, seja nela que se materializa de forma mais sólida e praticamente incontestável se tomado como exemplo o comportamento dos juros. Efetivamente, essa é uma hipótese com notável valor à necessidade de reprodução ampliada do capital. Há efetivamente um limite? Embora pareça pouco racional acreditar que não há, o recurso ao juro, como mostra Lenin, permite alentar a fé de que há sempre uma barreira a ser transposta que permita ainda mais acumulação de capital e extração de renda.

Lenin acredita que o limite é a luta fratricida que os monopólios estabeleceram em torno da “partilha do mundo”. Se por um lado a formação das oligarquias financeiras extratoras de renda, possibilitada pela “diluição” (LENIN, 2012, p. 82) do capital das grandes empresas, espalhou uma classe rentista pelos países centrais – Europa Ocidental e Estados Unidos –, por outro as lutas entre essas classes rentistas – de diferentes nacionalidades – pressionam os estados nacionais no sentido de garantir a presença – inclusive física, como se tornou o colonialismo – nos locais onde se encontram seus respectivos investimentos, de maneira a tornar segura e confiável tais atividades.

Vimos anteriormente que o desenvolvimento do capitalismo pré-monopolista, o capitalismo em que predomina a livre concorrência, vai de 1860 a 1870. Agora vemos que é exatamente depois desse período que começa o enorme auge das conquistas coloniais, que a luta pela partilha territorial do mundo se torna extremamente aguda. É indubitável, por conseguinte, que a passagem do capitalismo a seu estágio monopolista, ao capital financeiro, se encontra relacionada com o acirramento da luta pela partilha do mundo. (LENIN, 2012, p. 111 – grifos no original).

Registre-se que quando Lenin discute o papel da oligarquia financeira, rentista e investidora do capital monopolista – mais tarde ele também a adjetivará como “parasita”, tendo em vista a expropriação descontrolada de riquezas das colônias que irá promover – o autor introduz um conceito que será essencial posteriormente para o nosso fenômeno particular, que vem a ser as transformações ligadas ao uso e à apropriação do tempo no bojo da expansão capitalista contemporânea – muito embora estas transformações sejam apenas parte contínua de um processo histórico amplo que se inicia com a apropriação capitalista do “tempo trabalho” demonstrada em Thompson (1998). Lenin exemplifica o fenômeno de circulação do capital da seguinte forma:

(...) em 1887, Havemeyer constituiu o truste do açúcar mediante a fusão de 15 pequenas companhias, cujo capital total era de 6,5 milhões de dólares. Mas o capital do truste, “diluído”, segundo a expressão americana, fixou-se em 50 milhões de dólares. A “recapitalização” tinha em conta, de antemão, os **futuros lucros** monopolistas, do mesmo modo que o truste do aço – também na América – tem em conta os **futuros lucros** monopolistas ao adquirir cada vez mais jazigos de minério de ferro. E, com efeito, o truste do açúcar fixou preços de monopólio e, com os lucros que recebeu, pôde pagar um dividendo de 10% ao capital sete vezes “aguado”, que dizer, quase 70% sobre o capital efetivamente investido no momento da constituição do truste! Em 1909, o seu capital era de 90 milhões de dólares; em 22 anos, ele foi mais que decuplicado. (LENIN, 2012, p. 82 -83 – grifos no original e **grifos nossos**).

Lentamente, o capital, ao reproduzir-se ampliadamente no espaço, começa a reproduzir-se semelhantemente no tempo. Exaspera-se numa dimensão que está além do seu controle, mas sobre o qual se permitiu crer que se pode controlar. A noção de futuro, que nos é cara aqui, aparece não como atributo da cronologia do tempo, mas da expectativa ligada a uma realização – a realização do capital, que é precisamente produzir lucro e renda. A expansão do capital começa a criar em torno de si, uma dimensão que se lhe torna própria: a dimensão do abstrato. É nesse sentido que Lenin foi escolhido para introduzir a discussão sobre imperialismo. Não é exclusivamente pelo fato de este autor ter se apoiado nos conceitos de Marx para revelar a “tentacularização” do capital através do espaço global, mas por ele ter registrado o momento em que a expansão através desse espaço começa a distorcer a percepção de tempo. Aparentemente, à época, o autor parece não ter percebido a relevância dessa outra categoria do fenômeno histórico, mas o próprio tempo a revelaria fundante.

Por último, a contribuição de Lenin ainda se apresentará fundamental no que diz respeito ao estabelecimento da “partilha do mundo” entre as grandes potências. Ele

discute com Kautsky, à época formulador da tese de conciliação entre os monopólios nacionais – que Kautsky chamou de “ultraimperialismo” ou “subimperialismo”³⁵ –, na qual estes estabeleceriam não a “partilha”, no sentido que Lenin afirma ter havido, mas sim o compartilhamento – o que inclui a prerrogativa de ser pacífico – das zonas de influência.

(...) o traço característico deste período em questão [1876 – 1900] é a partilha definitiva do planeta, definitiva não no sentido de ser impossível reparti-lo de novo – ao contrário, novas partilhas são possíveis e inevitáveis –, mas no sentido de que a política colonial dos países capitalistas já completou a conquista de todas as terras não ocupadas do planeta. Pela primeira vez, o mundo encontra-se completamente repartido, de tal modo que, no futuro, somente novas partilhas serão possíveis, ou seja, a passagem de territórios de um “proprietário” para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um “dono” (LENIN, 2012, p. 110-111 – grifos no original).

Vale a pena considerar que Lenin menciona o termo “ocupação” não apenas no sentido colonialista, mas também na perspectiva “semicolonial” (Idem, p.119), a partir da qual territórios inteiros, são anexados à dependência econômica dos bancos estrangeiros, responsáveis pelos empréstimos e financiamentos industriais nesses países – ele cita como exemplo a América Latina. Tais investimentos carregariam consigo os monopólios industriais, os quais passam a expandir-se à sombra do capital exportado. É por isso que, para ele, se “o que caracterizava o velho capitalismo (...) era a exportação de mercadorias o que caracteriza o capitalismo atual, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital” (Idem, p. 93 – grifos no original).

É tanto pela dimensão competitiva em relação à possibilidade de exportar capital quanto pelo próprio tamanho do capital relacionado a cada monopólio – bancário ou industrial – e, conseqüentemente, a cada potência hegemônica – Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos, Japão, entre outras –, que Lenin rechaça qualquer possibilidade de solução pacífica para as disputas diante da partilha do mundo. Uma vez concluída, alterá-la seria atributo dos mesmos fatores que a constituiu: o tamanho relativo da “força” e do “capital” (LENIN, 2012, p.108). Sendo assim, supor que uma ordem

³⁵ Será importante não repetir esse termo quando referirmo-nos à teoria de Kautsky para evitar confundir-la com a teoria marinista de “subimperialismo”. O próprio Marini, ao referir-se à teoria revisionista de Kautsky fala apenas em “ultraimperialismo” (MARINI, 2013, p. 111), o que nos permite inferir que poderá ter havido alguma confusão na tradução da obra de Lenin. Efetivamente, Marini não propõe nenhuma referência à Kautsky. Ao contrário disso, ele conclui este tópico afirmando que “a guerra de 1914 e a Revolução Russa, a guerra mundial e os fenômenos por ela engendrados (...) deram razão a Lenin” (MARINI, 2013, p. 111).

pacífica e racional suplantaria as práticas destrutivas que imperaram na constituição dos monopólios não lhe parece plausível. Ao fim, como lembra Marini (2013), a história parece ter confirmado sua hipótese – de Lenin –, haja visto as guerras em que se envolveram tais potências até a metade do século XX, frustrando qualquer possibilidade de se confirmar o “ultraimperialismo” redentor de Kautsky.

Por todas essas razões, o imperialismo em Lenin era entendido, à época, como “estágio superior do capitalismo” especialmente porque é sinônimo de capital concentrado sob a forma de monopólios, os quais se expandem para além das fronteiras nacionais, numa ação articulada de domínio que, no primeiro momento – isto é, no período tratado – se materializa nos setores industrial e bancário. O imperialismo pode ser entendido como o estágio político da concentração de capitais na medida em que busca anexar territórios, cada vez mais distantes, a sua atividade extratora de renda e lucro. Essa prática se confirma como a agenda política das potências, que iniciam a conversão para o status de “nações rentistas”, onde o peso da produção colonial é, muitas vezes, superior à do território nacional.

Instituem-se, por isso, meios políticos, práticas sociais e discursos ideológicos que legitimam o imperialismo – dentre os quais o discurso do próprio Kautsky que argumenta ser o “ultraimperialismo” a solução pacífica para as constantes ocupações militares promovidas pelas potências ou ainda as constatações de Marx e Engels sobre as migrações de trabalhadores para as atividades de rentistas (LENIN, 2012, p. 146). As formas de dominação vão desde cooptações de governos locais por meio de empréstimos – que desembocarão em dívidas e na subsequente servidão imposta pelo pagamento dos juros e amortizações – até ocupações militares (ocupação do Egito, guerra anglo-boer na África do Sul, entre tantas outras). Nisso resume-se a operação do capitalismo que o transformou em imperialismo. Como procuramos demonstrar, é importante lembrar que o ponto de partida desse movimento foi a necessidade de acumulação por parte das potências globais daquele período.

Com isso, entende-se que, na perspectiva do que se tem objetivado discutir até aqui, isto é, discutir as transformações inerentes ao capitalismo contemporâneo e as nuances acerca do tempo, em Cateme e em Tete, é essencial situar o lugar histórico de Moçambique, à época colônia vinculada à Portugal, uma potência colonial já decadente. Segundo Papagno (1980), fora instituído pelos portugueses, ainda no século XIX, um

regime administrativo e de promoção da exploração do território moçambicano que incidia sob a concessão das terras a investidores estrangeiros combinado com a impossibilidade de pessoas locais obterem tais direitos, haja visto o estatuto de indígenas imputado sobre os locais que lhes impedia ascender à condição de cidadãos. Na perspectiva do autor, os chamados “prazos”, que representaram “o instrumento através do qual boa parte das colônias passou, de fato, para as mãos estrangeiras encontra-se representado nas concessões de terras” (PAPAGNO, 1980, p. 142), consistiam de mecanismos simples:

Um particular ou um grupo de particulares apresentava um pedido circunstanciado às autoridades competentes. Se a superfície do terreno não ultrapassasse os mil hectares, o governador da província tinha a faculdade de conceder imediatamente o lote, sem necessidade de recorrer previamente ao governo de Lisboa. (...) Ao outorgarem pequenas concessões, as autoridades não se preocupavam em fazer averiguações sobre a solidez financeira do requerente, embora em cada concessão fosse imposto ao titular a valorização do terreno atribuído, do ponto de vista da agricultura. (PAPAGNO, 1980, p. 144).

Por isso, se há, nos processos contemporâneos associados à aproximação entre Brasil e Moçambique, um contexto de cooperação (SARAIVA, 2012) que concorre com as intenções mercadológicas vinculadas à dimensão empresarial (DÖPCKE, 2003) – como no caso da Vale SA –, foi o sistema de prazos o responsável por lançar, ainda no início do século XX, as bases para que o regime de concessões fosse uma opção favorável às grandes empresas, conglomerados internacionais e imperialistas que vislumbravam no território moçambicano a possibilidade de ampliação da acumulação capitalista.

A criação das companhias e a intervenção massiva de capital estrangeiro criaram as premissas para uma extensão do sistema dos prazos. A simultaneidade de vários sistemas de concessões na área de exploração das companhias (...) puseram em destaque o montante de regalias de que gozavam os arrendatários dos prazos sob todos os pontos de vista. Com efeito, o concessionário podia realizar em pouco tempo um capital líquido considerável (...). Se, para além dos intentos puramente especulativos, desejava fazer do prazo uma fazenda, podia dispor de mão-de-obra praticamente gratuita a empregar nas culturas e nos vários serviços da empresa. (...) Na prática, arrendatário ficava titular de numerosos direitos sobre a população indígena, enquanto os seus deveres eram limitados e escassamente controláveis. (PAPAGNO, 1980, p. 171-172).

Do ponto de vista histórico, o papel do território moçambicano se inseriu no jogo colonialista, cuja dimensão esteve circunscrita à disputa imperialista entre as potências materializada na “partilha do mundo”. Como é possível compreender a partir dos sistemas de prazos em Moçambique, num determinado momento do colonialismo,

potências coloniais como Portugal, em virtude da decadência industrial e administrativa, convertem-se em potências locadoras – ou rentistas – que intercambiam direitos com potências mais robustas – Inglaterra e Alemanha – em troca da remuneração pelo território explorado na colônia. Por vezes, entretanto, tais territórios não seriam sequer explorados, tendo seguido enriquecendo as elites coloniais com base na valorização dos títulos de concessão e na possibilidade de negociação dos mesmos.

1.3 – “O outro lado da moeda”: a periferia diante dos desdobramentos imperialistas

Enquanto as potências industriais da Europa Ocidental e da América do Norte concentram seus esforços em assegurar as suas fronteiras de acumulação, do outro lado estaria a maior parte do globo, que será tomada por “periferia”, repartida e centralizada direta – como nos exemplos de colonialismo predominantes no continente africano – ou indiretamente – como no caso da América Latina sob influência dos Estados Unidos. Moçambique e Brasil estiveram em situações opostas, porém não distantes do sentido que a partilha do mundo lhes conferiu, a saber, o papel de periferia a ser centralizada por potências industriais que, já nos meandros do século XX, iniciavam a conversão em potências financeiras.

O Brasil iniciaria tardiamente sua efetiva industrialização por volta da terceira década do século XX, como nos mostram Furtado (2006) e Marini (2013). O processo, se por um lado refletiu-se em contornos políticos autoritários – com o Estado Novo de Vargas e a Revolução de 1930 –, por outro, tinha razão na instabilidade do país diante da crise americana de 1929, que estrangulou a principal via de exportação e importação que o Brasil utilizava. Portanto, como salientam os autores, a industrialização desenvolveu-se, num primeiro momento, tendo em vista a “substituição de importações” combinada com a tentativa de implantar as “indústrias de base” nos setores de siderurgia e metalurgia.

As circunstâncias referentes à inserção da América Latina na partilha do mundo e, de maneira mais específica, ao papel periférico em que ela foi lançada, já no início do século XX – mas que se consolidaria politicamente ainda com mais ênfase no período de Guerra Fria, como argumenta Marini (2013), diante das tendências à polarização cujo ápice foi da Revolução Cubana e as aproximações de alguns chefes de Estado latinos, inclusive do Brasil (João Goulart), aos líderes revolucionários – deram origem às

grandes reflexões eminentemente latinas sobre a dependência. É no rastro da teoria da dependência que procuramos encontrar o Brasil de hoje, marcadamente presente na dinâmica do capitalismo global.

Do lado moçambicano, importa enfatizar que, permanecendo como colônia portuguesa até 1975, o país manteve, ao longo do século XX, uma economia de exportação de produtos agrícolas – com destaque para açúcar, chá e caju – combinada com os acordos de consórcio estabelecidos entre Portugal e as potências industriais, especialmente com a Inglaterra, para viabilizar a exploração de recursos – com destaque para a energia hidroelétrica que se materializou na construção da grande barragem de Cahora Bassa na Bacia do Rio Zambeze – e da força de trabalho (BELLUCCI, 2007). Com a Inglaterra, os acordos de fornecimento de força de trabalho masculina eram especialmente importantes para o desenvolvimento do setor mineiro na África do Sul (Idem, 2007), alguns dos quais permanecendo ativos até o presente.

No bojo do desenvolvimento do imperialismo, o tema da industrialização nos países periféricos – e latinos – ganha fôlego a partir do pós-guerra. A primeira expressão prática dessa empreitada viria da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL – que proporia a “teoria do desenvolvimento”, que admite ser imperiosa a participação dos estados latinos na industrialização, tendo em conta a incapacidade estrutural de o capital realizar-se com semelhantes êxitos na periferia e no centro (DUARTE e GRACIOLLI, 2007). Concomitantemente, surge a “teoria da dependência”, cuja proposta é:

(...) tentar entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia, enquanto um sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras (Idem, 2007, p. 1).

As fissuras entre os teóricos da dependência se revelarão na polarização entre as extrações estruturalistas e liberais – Celso Furtado e, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso – e extrações críticas e marxistas – André Gunder Frank, Vânia Bambirra, Teotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. Sabe-se, não somente pelos consistentes argumentos apresentados por Gunder Frank (1966) acerca do que ele chama de “sociedade dual” – países centrais desenvolvidos versus países periféricos subdesenvolvidos –, mas pela experiência da década de 1990, que a via liberal baseada

no estreitamento dos laços – ou correntes – entre a periferia e seu respectivo centro, produz, ao contrário do que os liberais acreditaram, mais desigualdade nessa relação e, conseqüentemente, mais agravo na condição de periferia.

Creio, pelo contrário, que toda a tese da “sociedade dual” é falsa e que as recomendações de política às quais leva, se seguidas, servem somente para intensificar e perpetuar as próprias condições de subdesenvolvimento que supostamente deveriam remediar (GUNDER FRANK, 1966, p. 103 – tradução própria)³⁶.

Por essas razões, mais do que justificadas, é que se posicionará este trabalho no polo oposto ao dos liberais. Naturalmente isso implica explorar uma amealhada bibliografia que, muito embora tenha sido produzida por brasileiros e sobre o Brasil, é mais popular em países latinos de língua espanhola do que no próprio Brasil. Isto se deve, segundo o prefacista do recém-publicado, “Subdesenvolvimento e Revolução” de Ruy Mauro Marini, Nildo Ouriques, ao esforço, no afã da democratização – período no qual livros com esse teor puderam, finalmente, circular no Brasil sem estarem sujeito à censura –, de afirmar no campo acadêmico linguagens e abordagens cada vez menos polarizadas e, talvez por isso, menos críticas, que preparariam os paradigmas acadêmicos para a aceitação da ideologia liberal. No campo da teoria da dependência essa transformação resultou na exaltação política do pensamento “liberal-progressista” (MARINI, 2013 p.21) acerca da periferia capitalista e do subdesenvolvimento, cujo maior expoente, não por acaso, foi o ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso. Deve-se a este a popularidade de tantos outros autores que povoaram o meio acadêmico – congêneres de Amartya Sen com a perspectiva do “desenvolvimento humano”(SEN, 2010) – com uma abordagem sobre o subdesenvolvimento que, no máximo, procurava reparar as causas do desenvolvimento do capitalismo periférico.

Extraídos da teoria da dependência, alguns conceitos serão fundamentais aqui para seguirmos o caminho da acumulação capitalista e de sua expansão imperialista. Se com a ajuda de Lênin compreende-se que o imperialismo é o alargamento da exportação de capitais – e tudo que provem deles –, como atuarão tais capitais na periferia do sistema e, principalmente, como a produção de periferias irá reproduzir-se, por desdobramento,

³⁶ Do original: “Creo por el contrario, que toda la tesis de la “sociedade dual” es falsa y que las recomendaciones de política a las que lleva, si se siguen, sirven solamente para intensificar y perpetuar las propias condiciones de subdesarrollo que supuestamente deben remediar.” (GUNDER FRANK, 1966, p. 103).

em “processos de periferização”– construção de periferias dentro das periferias –que estratificarão o mundo impondo o domínio de uns dominados sobre outros dominados? A resposta a essa questão contribuirá, certamente, no sentido de compreender as relações entre países periféricos como Brasil e Moçambique, a partir das posições em que cada um destes se encontra no estrato da periferia.

É essencial esclarecer que o termo “processos de periferização” está empregado tomando por analogia a discussão sobre urbanização por segregação espacial proposta por Sposito (2004) e outros teóricos da geografia urbana, mas não reduzimo-nos a ela, uma vez que também pretendemos desenvolver esse conceito no sentido de dar visibilidade ao fenômeno de construção de periferias dentro da periferia capitalista. Na verdade, como propõe Zizek (2012), a diferença entre uma periferia e outra, na atualidade, não estaria no fato de estar ou não inserida no capitalismo, mas sim na forma como essa inserção se dá. Numa discussão com Jameson, Zizek (2012) traz a tona um exemplo importante:

(...) Jameson não enfatiza como esses “excluídos” são, não obstante, muitas vezes incluídos no mercado mundial. Tomemos o caso do Congo hoje: é fácil discernir os contornos do capitalismo global por trás da fachada das “paixões étnicas primitivas”, que mais uma vez explodem no “coração das trevas” da África. Depois da queda de Mobutu, o Congo deixou de existir como Estado unificado operante; sua parte oriental, em particular, é uma multiplicidade de territórios governados por chefes guerreiros que controlam seu pedaço de terra com um exército que, via de regra, inclui crianças drogadas, e cada um desses chefes possui ligações comerciais com uma corporação ou companhia estrangeira que explora a riqueza (principalmente) mineral na região. Essa organização atende aos dois lados: a corporação ganha o direito de minerar sem pagar impostos etc., e o chefe guerreiro ganha dinheiro... A ironia é que muitos desses minérios são usados em produtos de alta tecnologia, como laptops e telefones celulares. Em suma, devemos esquecer tudo que sabemos sobre os costumes selvagens da população local; basta subtrairmos da equação as companhias estrangeiras de alta tecnologia para que todo o edifício da guerra étnica, alimentado por antigas paixões, venha abaixo. (...) O desmembramento de facto, ou melhor, a “congolização” da Líbia depois da intervenção franco-britânica (hoje é um país composto de territórios governados por gangues armadas, que vendem o petróleo diretamente para os consumidores) indica que o Congo deixou de ser uma exceção: uma das estratégias do capitalismo atual para assegurar um fornecimento constante de matéria-prima barata, livre de um poder estatal forte, é manter o desmembramento do Estado condenado à maldição do petróleo ou dos minerais ricos. (ZIZEK, 2012, p.15 – grifos no original).

Por mais que essa referência em Zizek aparente um salto no assunto que estávamos introduzindo – o subimperialismo – ela é extremamente útil para compreender os

desdobramentos da constituição periférica. “Processos de periferização” implicarão exatamente o que Zizek pretende demonstrar acerca do Congo ou da Líbia: trata-se de um processo constante em que regiões ou países inteiros são, aparentemente, “retirados”, pra depois serem reposicionados na ordem global. Na verdade, tanto a “retirada” quanto o “reposicionamento” são atividades próprias do capitalismo muito bem articuladas com os interesses de acumulação³⁷. Por último, para não adiantar mais essa discussão, vale fazer uma ressalva a Zizek. Parece pouco sensível à história, considerar a pujança dos interesses imperiais comorazão exclusiva das lutas milicianas na República Democrática do Congo ou em qualquer parte do continente africano, incluindo a Líbia. Há que se ter em vista o rememorado processo de estabelecimento das fronteiras nacionais neste continente que diferem, em muito, dos princípios de autonomia e identidade que se tem discutido atualmente.

Assim, diante da objetividade do processo de periferização e da consequente objetificação da periferia como locus da exploração predatória, pode-se localizar Moçambique na atualidade como sujeito de pressões do capital mediante a convivência tácita do Estado, que insiste em não exigir das empresas uma contrapartida concreta no tocante aos cidadãos e às comunidades. Essa é a denúncia constantemente repetida quando se indaga acerca da complexidade do processo de desenvolvimento em curso no país, que elegeu como protagonistas as grandes empresas transnacionais notadamente ligadas ao setor primário da economia: extração mineral; prospecção de gás e hidrocarbonetos; agronegócio; e geração de energia a partir de fontes renováveis, especialmente a hidroelétrica.

1.4 – No meio do Imperialismo havia um Subimperialismo...

O processo de exportação de capitais permite parafrasear Carlos Drummond de Andrade em seu dilema com a fatídica pedra no meio do caminho, isto é, se no primeiro

³⁷ A interpretação de que conflitos desestabilizadores convergem para a exacerbação de facilidades a serem oportunamente aproveitadas pelos monopólios ligados às potências centrais vem sendo compartilhada por um número cada vez maior de analistas em conflitos, acadêmicos ou não. Um deles, o jornalista britânico do “The Guardian”, Dan Glazebrook, escreveu às vésperas da ocupação francesa no Mali, em 2013, um texto que sintetiza algumas opiniões do mercado financeiro, expostas por meio do Financial Times, que classificavam países como Líbia, Argélia, Irã e Venezuela como praticantes de uma política protecionista com relação aos recursos naturais de que dispõem – especialmente o petróleo. Essa política, chamada de “nacionalismo de recursos naturais”, argumenta Glazebrook, teria sido responsável pela mobilização internacional em torno da primavera árabe na Líbia e, conseqüentemente, em torno da morte de Muammar al-Gaddafi.

momento esse processo foi realizado à luz das potências, no segundo, favoreceu-se das brechas da atuação dos grandes capitais ou das suas respectivas crises, criando condições para a emergência de atores de domínios locais, as quais, de acordo com Marini (2013), estão plenamente articulados com as primeiras potências imperialistas. É por isso que, se no meio da trama imperialista houvesse lugar para uma “pedra”, esta seria o subimperialismo. Mas não qualquer se trata de qualquer cascalho, é, antes de tudo, uma pedra de respeito, a “pedra angular” na articulação global do sistema.

A tese de Marini permite avançar na compreensão do movimento brasileiro – que, de acordo com ele, começa por volta da década de 1960, com destaque para os contornos ideológicos de dois projetos, o imediatamente anterior e o imediatamente posterior ao golpe civil-militar de 1964 – no sentido de constituir-se enquanto centro local e periférico, que viria a exercer uma forma de exploração subalterna, especialmente sobre os outros países da América Latina (mas não só, ao que se pode depreender do presente caso moçambicano) que o autor chamará de “subimperialismo”. Contextualiza-se a América Latina nos seguintes termos:

A ruptura do monopólio colonial ibérico se torna então uma necessidade e, com isso, desencadeia-se o processo de independência política, cujo ciclo termina praticamente ao final do primeiro quarto do século XIX, dando como resultado as fronteiras nacionais em geral ainda vigentes até os nossos dias. A partir desse momento se dá a integração dinâmica dos novos países ao mercado mundial, assumindo duas modalidades que correspondem às condições reais de cada país para realizar tal integração e às transformações que esta vai sofrendo em função do avanço da industrialização nos países centrais (MARINI, 2013, p. 48).

Assim, Marini revela que a expansão industrial das potências se deu no rastro do colonialismo e, por essa razão, países como Brasil, Chile e Argentina teriam, segundo ele, àquele tempo, uma infraestrutura colonial mínima que possibilitou, através do apoio, no primeiro momento do crédito inglês – e das indústrias que acompanhavam o crédito, como Lenin já nos reportou –, o desenvolvimento industrial. Nisto, cabe destacar que o papel do crédito, além de estruturante ao desenvolvimento da economia, assumiu uma função específica de extrair renda das recém emancipadas economias latinas.

(...) diferentemente dos créditos externos utilizados antes e que correspondiam a operações comerciais compensatórias, a função que assume agora o capital estrangeiro na América Latina é subtrair abertamente uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração do

capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista (MARINI, 2013, p. 49).

Soa-nos útil definir o conceito já citado aqui de “mais-valia”. Efetivamente não aprofundaremos na teoria do valor-trabalho, da qual esse conceito é chave, mas será indispensável desnudar o termo posto que ele se reportará diretamente à narrativa inicial proposta neste capítulo. Na mesma medida em que se fará necessário conhecer as distinções entre mais-valia absoluta e relativa, termos constantemente utilizados por Marini. Marx (1988) definiu a mais-valia como a relação entre o valor da produção industrial e o valor pago ao trabalhador. Ele concluiu que há uma relação depreciada entre esses dois fatores. Na prática, a atividade industrial só seria possível no mundo capitalista a medida que o capitalista se apropriasse de parte significativa do valor do trabalho humano incrustado na mercadoria – a ser realizada no mercado – particularizando-o sob a forma de lucro. Com isso, uma segunda distinção é feita por Marx (1988) no tocante à divisão da jornada de trabalho e, conseqüentemente, à apropriação exploratória de grande partedo tempo do trabalhador por parte do capitalista. Segundo essa divisão, há o tempo que o trabalhador trabalha para si – para produzir mercadorias suficientes para remunerar o seu próprio trabalho – e o tempo que este mesmo trabalhador trabalha para o capitalista – ou seja, para produzir mercadorias que, ao realizarem-se no mercado, garantirão o lucro do capitalista.

Da divisão do tempo-trabalho, desdobram-se os conceitos de mais-valia absoluta e mais-valia relativa em Marx. Por mais-valia absoluta, entende-se o aumento da produção forçado pela extensão da jornada de trabalho, mantido fixo o salário. Assim, amplia-se, de imediato, o tempo de trabalho dedicado à produção do lucro para o capitalista. A mais-valia relativa, por sua vez, inclui um mecanismo mais sofisticado. Mantida fixo o salário, trata-se de reduzir o tempo gasto pelo trabalhador para produzir a sua remuneração, que corresponde a sua própria existência enquanto trabalhador. Todas as medidas internas (a introdução de máquinas que aceleram a produção de mercadorias) e externas (a redução nos preços dos alimentos, da moradia ou do transporte) ao ambiente de trabalho que resultarem nesse objetivo são entendidas como meios de ampliação da produção com base no aumento do volume de mercadorias destinadas à obtenção do lucro do capitalista.

Tratamos do trabalho informal na narrativa que inicia esse capítulo, por algumas razões inerentes ao contexto estudado: numa breve caminhada pelas cidades moçambicanas, seja em Maputo ou em Tete, um observador, ainda que desatento, constatará que o trabalho na rua, constituído por um conjunto de vendedores informais de todos os tipos de mercadorias e de prestadores de serviços simples, isto é, restritos à habilidade manual (como é o caso do nosso costurador de sapatos) é uma das ocupações mais populares entre as pessoas – homens, mulheres e crianças. Não há dados específicos sobre a quantidade de pessoas que encontram, nesse tipo de trabalho, os meios para obter renda, entretanto, reportando-nos aos relatos de observação participante deste trabalho, é possível registrar que, o comércio formal – em lojas, por exemplo – mesmo na capital Maputo é escasso e são de propriedade, na maioria das vezes, de imigrantes de origem árabe, indiana, chinesa, bengalesa, nigeriana e portuguesa. Entre os árabes, destacam-se os libaneses, que controlam grande parte dos supermercados existentes em Maputo e praticamente monopolizam este segmento do comércio em Tete com a rede VIP de supermercados que, segundo me informou um dos donos, opera na cidade desde 2003.

O VIP é um caso particular de sucesso em Tete, haja visto a sua política de adaptação ao respectivo público que pretende atender. Observa-se que, no centro de Tete, onde é frequentado por pessoas da cidade em geral, é um complexo composto por supermercado, padaria, café e pizzaria (esses dois últimos não pertencem diretamente ao VIP, embora os donos sejam amigos e, aparentemente, sócios); no bairro da Matema, onde normalmente há grandes casas nas quais vivem os brasileiros e outros imigrantes em geral, há três unidades da rede; e no Distrito de Moatize há uma padaria que vende o pão – normalmente fabricado no dia anterior na padaria do centro de Tete – em sacos e mais alguns produtos industrializados. As três unidades da Matema são certamente a parte mais interessante. A Estrada Nacional N1, que liga Tete – e os respectivos países sem acesso ao mar como Zimbábue e Malawi – à cidade portuária da Beira, corta o bairro da Matema ao meio. Do lado esquerdo, para quem vai do aeroporto de Chingodzi/Matundo à Tete, estão duas unidades da rede VIP: a primeira é uma padaria pouco expressiva que fica próxima das casas, quase no centro do bairro; a segunda, que fica à margem da estrada, é novamente um complexo de padaria, café, pizzaria e lojas de produtos importados (essas últimas provavelmente de sócios ou outros árabes que locam os espaços – é possível encontrar desde açougue até agência de viagens!). Vale a pena destacar que, por serem locais diurnos onde é possível fazer todas as refeições,

assim como o café/restaurante português da Senhora M., que fica no centro de Tete, esse espaço do VIP concorre pelo mesmo público: estrangeiros ou moçambicanos ricos em rotina. Do lado direito da Estrada Nacional, quase chegando à ponte Samora Machel, há outra unidade do VIP. Dessa vez trata-se do VIP Express, um conceito de supermercado rápido e menor para pessoas em trânsito para casa. Vale mencionar que esse ponto fica a apenas alguns quilômetros da Estrada da Zâmbia, por onde se entra na rota do “Vale dos Embondeiros”, o condomínio dos brasileiros que trabalham na Vale.

Do lado oposto do monopólio do VIP, no entanto, a informalidade também movimentava um volume grande de mercadorias, o que torna importante discutir mais aqui sobre o possível papel do setor informal nos países periféricos. Lautier (2003), ao analisar a informalidade do serviço doméstico no Brasil, faz uma importante constatação sobre a natureza dessa categoria de ocupação no mundo do trabalho na periferia do capitalismo. Ele ressalta que: “tanto na América Latina como na África (...), o tema dominante foi a capacidade da economia informal para compensar os efeitos sociais do ajuste estrutural, que se transformou, em meados da década de 1990, em capacidade para lutar contra a pobreza³⁸” (LAUTIER, 2003, p. 791 – tradução própria). Em razão disso, adjudicar-se-á neste trabalho, o que Checo (2003) chamou de “perspectiva estruturalista” acerca do setor informal, segundo a qual se pretende admitir não o contrassenso entre os setores formal e informal, mas a complementariedade; não a formalização como fim inexorável no contexto do desenvolvimento econômico – o que se poderia considerar como a boa solução do mercado para o enquadramento formal no mundo do trabalho –, mas a tendência à informalização como forma de “expropriação secundária³⁹” em favor da acumulação capitalista.

O setor informal não pode ser considerado como um produto da má política de estado, mas em termos de aumento das possibilidades de acumulação no contexto atual da crise econômica global. Longe de representar o triunfo

³⁸ Do original: “tanto en America Latina como en Africa (...), el tema dominante fue la capacidad de la economia informal para compensar los efectos sociales del ajuste estructural, que se transformó, a mediados de la decada de 1990, en capacidad para luchar contra la pobreza” (LAUTIER, 2003, p. 791).

³⁹ Termo utilizado por Fontes (2010) para sintetizar a reflexão da autora sobre a expropriação. A interpretação dela, que será muito útil mais adiante, considera que o termo “expropriação” não se refere à circunstância histórica de formação do capitalismo, mas é, antes disso, um processo constante que tem origem histórica na propriedade – os cercamentos na Inglaterra e a expulsão dos camponeses da terra – e avança, na contemporaneidade, para o campo dos direitos – a expropriação de direitos sociais como a aposentadoria, exemplo fornecido pela própria autora. É a expropriação dos direitos, que se encontra em marcha no presente, especialmente nos países que padecem diante da crise econômica, que a autora chama de “expropriação secundária”.

empresarial dos atores da economia informal sobre a regulamentação estatal, o surgimento do setor informal nos anos 80 é visto como uma tentativa do capital do setor formal de reduzir os custos de salário e aumentar a sua flexibilidade ao usar trabalhadores desprotegidos do setor informal, com cumplicidade do estado (CHECO, 2003, p. 8).

Ainda sobre o setor informal moçambicano, Checo (2003) informa que tem sido um dos seus papéis preponderantes o “poder de reciclar os desperdícios adaptando-os a tecnologia apropriada permitindo eficiência de alocação de recursos” (CHECO, 2003, p. 29). Se isso é verdadeiro, a costura do meu sapato deve ser vista como uma ação de reciclagem adaptada com a tecnologia apropriada – talvez não exatamente a apropriada, mas com a disponível – que, de maneira oportuna, impediu o desperdício – no caso, jogar o sapato fora – e permitiu a eficiência na alocação dos recursos – dos recursos utilizados para produzir a mercadoria, que, na hipótese de o sapato ser reciclado, não foram desperdiçados; e da força de trabalho que operou produzindo a sua remuneração. Ocorre que, todo esse processo, apesar de acontecer a margem da formalização e, portanto, à margem da implicação de direitos ao trabalhador, realiza e contribui para a possibilidade de realização de uma mercadoria: o sapato de fabricação chinesa. Esse cenário, em que pese o fato de desenhar-se num contexto internacional recente de cidadania e reconhecimento multicultural, vem permeado por tentativas no sentido de promover uma visão universal dos direitos associados ao trabalho⁴⁰.

Contudo, ao realizar (no caso do vendedor) ou contribuir para a realização da mercadoria (no caso do costurador de sapatos), ambos os trabalhadores, expropriados dos seus direitos trabalhistas, operaram nas franjas do sistema, permitindo a competitividade e o lucro capitalista (isto é, a apropriação da mais-valia incrustada na mercadoria pelo capitalista proprietário da indústria que produziu o sapato) dos produtos que vendem (ou que facilitam a venda no mercado) mediante a transferência das suas rendas sob a forma de direitos expropriados e de trabalho. Essa reflexão deixa clara a omissão de uma riqueza não contabilizada e, principalmente, a fuga de renda invisível:

A partir do conhecimento de que a célula base do setor informal é a família, sendo majoritariamente dominada pela mulher e olhando para a definição da OIT de que o setor informal é composto por unidades econômicas que

⁴⁰ A Organização Internacional do Trabalho tem estimulado, especialmente em países com níveis elevados de informalidade na economia, a investirem em pisos de proteção social nacionais a fim de “proporcionar ao menos um nível básico de seguridade social” às pessoas (OIT, 2012, p. 1).

funcionam fora do quadro administrativo e legal ou estatístico, deixa claro que o resultado ou ganho deste não entra no cálculo do PIB bem como não entra para as estatísticas do mercado de trabalho. Contudo, a contribuição subestimada do setor informal no PIB é de 1/3. (CHECO, 2003 p. 25).

Assim, pode-se compreender a argumentação inicial acerca da transferência de renda, mas isso não é tudo. Na fórmula exposta por Marx (1988) acerca da produção industrial capitalista, o capitalismo é enxergado como um sistema cuja força motriz é o trabalho. Trabalho este que, enquanto mercadoria, é vendida no mercado (de trabalho) e utilizada pelo capitalista de modo a produzir outras mercadorias que se realizarão no mercado e, sendo realizadas, remunerarão uma parcela de trabalho não pago ao trabalhador (mais-valia) que representa o lucro. Assim, pode-se entender que, por trás do lucro capitalista, que faz girar vários ciclos de investimento, o elemento propulsor da economia é o trabalho, especificamente o trabalho não pago, ou seja, a mais-valia. Este elemento propulsor, por se associar às múltiplas formas de produção e a todas as possibilidades gerais de acumulação presentes na economia, pode ser conhecido na perspectiva de uma mais-valia global. Sendo assim, o trabalho informal é parte dessa mais-valia global. Nesse sentido, Tavares (2002) pontua a tendência liberal que permeia o raciocínio econômico estatal no sentido de enxergar o setor informal como uma reserva permanentemente temporária de força de trabalho, extinguindo-se na mesma proporção que o capitalismo eo mercado de trabalho formal se expandem.

Essas determinações ideológicas, que traduzem o oportunismo da razão liberal, nos conduzem a concordar com Lautier⁴¹, quando nega qualquer pertinência à noção de “setor informal”, e afirma a existência de empregos informais, de trabalho sob relações informais, o que não significa estar à margem do capital. É a própria estrutura capitalista que imprime esse caráter, pelo qual se explica a expansão do trabalho informal e o modo como parte dele, mediada pelos processos de terceirização, se articula diretamente ao capital (TAVARES, 2002, p. 51).

A tese de Marini (2013) refere-se de maneira generalizada à mais-valia global produzida dentro da economia periférica, ampliada de maneira absoluta ou relativa. Essa mais-valia global é o objetivo final tanto dos capitalistas oriundos dos países do centro quanto, evidentemente, dos capitalistas do país. A apropriação desta por terceiros sob a forma de rendas, mais do que um golpe no desenvolvimento industrial da periferia, tem como consequência a definição da atuação econômica dos países – ramos e atividades em que, a depender dos esforços do Estado no sentido de promover a assimilação dos

⁴¹ Nota no original: Bruno Lautier. L'Etat et l'informel. Paris: L'Harmattan, 1991.

padrões centrais de desenvolvimento tecnológico e científico, poderão atuar como fornecedores dos países centrais, podendo até, muito embora em raras ocasiões, competir com os monopólios do centro⁴² – e a brutalização da superexploração do trabalho.

(...) em contraste com o que ocorre nos países centrais, onde a atividade econômica está subordinada à relação existente entre as taxas internas e externas de mais-valia e de investimento, nos países dependentes o mecanismo econômico básico provém da relação exportação-importação, de modo que, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo, mediante a atividade de exportação, e se traduz em rendas que se aplicam, em sua maior parte nas importações. A diferença entre o valor das exportações e das importações, ou seja, o excedente passível de ser investido, sofre, portanto, a ação direta de fatores externos à economia nacional. (...) Em geral, o excedente é aplicado no setor mais rentável da economia, que é precisamente a atividade de exportação que mais produziu excedente (o que explica a afirmação sobre a tendência à monoprodução); porém, para atender o consumo das camadas da população que não têm acesso aos bens importados, ou então como defesa contra as crises cíclicas que afetam regularmente as economias centrais, parte do excedente se orienta também para atividades vinculadas ao mercado interno. Por isso, em alguns países – como a Argentina, o Brasil ou o Uruguai –, ao lado de uma indústria vinculada essencialmente à exportação (frigoríficos, moinhos etc.), desenvolve-se uma indústria leve que produz para o mercado interno, indo além do nível artesanal e dando lugar, progressivamente, a implementação de núcleos fabris de relativa importância (MARINI, 2013, p. 50-51).

Se por um lado o sistema externo de drenagem da renda articula-se com os capitalistas locais – destacando breves hiatos na história brasileira em que a burguesia rechaçou essa possibilidade – a superexploração do trabalho é, segundo Marini, o mecanismo que sustenta a ação capitalista nas periferias. Isso porque, a medida que a associação de capitais estrangeiros com os nacionais subtrai da burguesia local parte da acumulação, ela defende-se ampliando a mais-valia absoluta – aumentando a jornada de trabalho – o que concorrerá para a maior produção de mercadorias. É importante lembrar que o mecanismo de expansão da jornada de trabalho na periferia adquire ainda mais importância para a acumulação capitalista na medida em que tal manobra se inviabiliza nos países centrais, uma vez que a organização classe trabalhadora surge como obstáculo. Ainda nos anos 1960, essa possibilidade foi alimentada no Brasil pelas fartas migrações do campo para a cidade de uma massa de pessoas, muitas vezes, sem

⁴² Exemplos dessa concorrência podem ser observados no presente envolvendo grandes monopólios centrais e monopólios periféricos brasileiros no setor primário – notadamente sendo este o mais provável para se estabelecer a concorrência entre centro e periferia em virtude do baixo componente tecnológico empregado face à intensidade com que se desgastam os recursos naturais. O caso mais notório para o tema estudado aqui é, evidentemente, a concorrência entre duas das maiores empresas mineradoras do mundo (XIE, 2012): Rio Tinto (origem anglo-australiana) e Vale (origem brasileira).

alfabetização, como nos reporta Marini. É com base no numeroso exército de reserva que foi se formando nas cidades que a produção industrial, ancorada em equipamentos – ainda que obsoletos – poupadores de força de trabalho e em capitais estrangeiros, passará a internalizar a dependência – tecnológica e financeira – e terá na superexploração do trabalho a sua força motriz.

Uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção. As classes dominantes locais tratam de se ressarcir desta perda aumentando o valor absoluto da mais-valia criada pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, submetendo-os a um processo de superexploração. A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial (MARINI, 2013, p. 52).

Contudo, se a associação com capitais imperialistas parece tão óbvia no desenvolvimento industrial periférico – principalmente no caso do Brasil –, paralelamente, o capital imperialista surge como barreira para o monopólio da apropriação indevida do trabalho humano (mais-valia) por parte dos grupos nacionais. Essa polarização, muito embora não representasse uma competição declarada, fez surgir um grupo eminentemente resistente a associação entre nacionais e imperialistas. A existência desse grupo, que acompanha as tensões sociais da década de 1960, reaviva no plano político o projeto do desenvolvimento industrial autônomo advogado por Vargas nos anos 30 e faz criar um ator político fortalecido pelos discursos progressistas de João Goulart, ao qual se dará o nome de “burguesia nacional”. A esse grupo será imputada, politicamente, a ideologia progressista de contornos eminentemente nacionalistas que se pretendia, antes de tudo, a um pioneirismo no desenvolvimento do capitalismo brasileiro que dispensasse a aliança com as potências imperialistas.

Segundo Marini, a conjuntura industrial brasileira na década de 1930, marcada pelo Estado Novo de Vargas, destaca-se predominantemente pela “complementariedade” entre a burguesia industrial e as oligarquias rurais. Entretanto, não cabe supor exatamente uma “aliança pacífica”, embora tivesse um líder carismático e, em certa medida autoritário, como Getúlio Vargas enquanto avalista. A complementariedade proposta pela ideologia do Estado Novo tinha como instrumento uma gestão econômica que canalizava parte dos recursos oriundos da atividade agroexportadora para a indústria nascente, que, por sua vez, produzia para um mercado consumidor restrito

representado, em grande parte, pelo próprio grupo burguês e pelos oligarcas da terra. Tal medida correspondia à proposta nacionalista do “desenvolvimento autônomo” industrial brasileiro, segundo a qual Vargas pretendia impedir a colonização transnacionalizada do Brasil por parte dos grandes conglomerados internacionais. A criação da própria Vale SA, então Companhia Vale do Rio Doce (CDRV), e a sua tarefa inicial de monopolizar a exploração do minério de ferro brasileiro é produto desse intento histórico no sentido do desenvolvimento autônomo. Entretanto, no plano político global, como mostram os próprios documentos históricos da criação da empresa, essa manobra não pôde prescindir do aval e do interesse das potências hegemônicas, ou simplesmente dos Estados Unidos da América.

Em 1942 (...) o país precisava de dinheiro, precisava nacionalizar o seu minério e, diziam os parceiros comerciais americanos, precisava entrar na guerra. A Companhia Vale do Rio Doce, empresa capaz de alavancar o fornecimento de ferro para a indústria bélica americana, era fundamental (VALE, 2012c, p. 41).

No plano social, de acordo como Jessé Souza (2012), ao qual retornaremos mais adiante, o Estado Novo consolida a chamada “ralé” brasileira a medida que materializa, no pacto de classes (burguesia industrial e oligarquias da terra), o instrumento implícito de segregação através da mudança na natureza e no lugar – no sentido geográfico mesmo: do campo para a cidade – do trabalho – de todas as formas anteriormente existentes para o assalariado fabril – que irá por a prova a liberdade do negro diante da embrutecimento do proletariado. Esse contexto, ressalta o autor, será fundamental para definir o escopo e o “lugar” social da “ralé”⁴³ – o extrato social segregado, em grande parte, composto por pessoas negras – na sociedade impessoal e competitiva “inaugurada” pelo capitalismo.

O Estado autoritário e modernizador, que se consolida a partir de 1930, não inicia o processo de modernização brasileiro, que já começa em 1808, mas o põe efetivamente em outro patamar. A partir dele, o processo de modernização brasileiro passa a ser comandado não mais pelo surto urbanizador e comercial, como no século XIX, mas, agora, pela industrialização. Também, a partir dele, a estrutura transicional que articulava, a um setor moderno, especialmente nas cidades, e um setor tradicional, especialmente no campo, tende a refletir a crescente hegemonia do primeiro na dimensão nacional. A indústria passa a ser,

⁴³ Souza (2012) define a “ralé” nos seguintes termos: “homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade” (p. 121). Esses processos, aos quais ele chama de “essenciais” dizem respeito, basicamente, à estrutura produtiva mercantil exportadora. Ele reitera que tais homens encontravam-se “nas ocupações marginais da ordem produtiva” (p. 121). Ainda segundo o autor, esses homens, de origem mestiça e sem reconhecimento por parte do senhor de terras, espalharam-se pelo território nacional e, representavam cerca de dois terços da população em meados do século XIX (p. 122).

no contexto da política de substituição de importações, o principal fator dinâmico do crescimento econômico. O Estado reformador de 1930 lança as bases dessa profunda transformação econômica, pela ênfase nas indústrias de base – como siderurgia e petróleo – e pela construção da infraestrutura para um crescimento capitalista em grande escala (SOUZA, 2012, p. 152).

Entretanto, do ponto de vista estratégico, as tensões sociais que explodem na década de 1960, como consequência da crise econômica protelada por 30 anos da política de complementariedade com abertura vacilante⁴⁴ ao capital imperialista, estavam fundamentadas na inviabilidade da própria complementariedade que se propugnava entre a burguesia industrial urbana e as oligarquias da terra. Tal inviabilidade residia na forma como o mercado consumidor – representado por grupos restritos de detentores da renda suficiente para consumir produtos industriais – condicionava a produção industrial, gerando um constrangimento profundo no que diz respeito à realização das mercadorias industriais – o que, segundo já argumentamos neste mesmo tópico, é fundamental para a apropriação da mais-valia, que se converte em lucro e pode ou não ser reinvestido na produção de mais lucro – e, conseqüentemente, às possibilidades de crescimento da indústria. A burguesia nacional somou os seus interesses aos dos movimentos sociais e trabalhistas que reivindicavam reformas de base. O governo de João Goulart sinalizou em dois sentidos: no primeiro, ampliar o mercado externo dos produtos industriais brasileiros como forma de estancar a crise de realização das mercadorias; no segundo, realizar as reformas de base (MARINI, 2013).

Fazia parte da estratégia dos governos Quadros e Goulart a consolidação de mercados periféricos para os produtos brasileiros. Antes mesmo da renúncia precipitada de Quadros, o então vice-presidente João Goulart, “iniciou uma ativa política na África, abrindo novas embaixadas e consulados e enviando missões comerciais aos jovens países desse continente” (MARINI, 2013, p. 93) além de sustentar a política de relações

⁴⁴ Marini destaca que nos momentos em que prevaleceu a possibilidade do desenvolvimento autônomo enquanto projeto de Estado, precisamente até a morte de Vargas em 1953, a burguesia apegou-se a ela. No instante seguinte, com Juscelino Kubitschek, a solução apontada pelo Estado para solucionar as demandas do setor industrial foi a integração com os capitais imperialistas. A burguesia seguiu essa perspectiva até perceber que a entrada dos grandes conglomerados industriais pouco lhe favorecia, dada a impossibilidade de concorrência e a tendência inexorável do grande capital à concentração, o que, na prática, traduzia-se na constante anexação de pequenas e médias empresas nacionais, concorrendo para a expropriação – e conseqüente risco de proletarização – especialmente das burguesias pequena e média. Por isso, nos finais da década de 1950 – precisamente a partir de 1958, ao surgirem as Ligas Camponesas de Francisco Julião –, parte da burguesia reanimou as resistências ao capital estrangeiro somando-se às lutas sociais, especialmente à luta pela correção estrutural da distribuição da riqueza por meio da “reforma agrária radical” (MARINI, 2013, p. 87), que estava intimamente ligada à necessidade burguesa de corrigir seu problema constante de realização das mercadorias e ampliação do setor industrial.

diplomáticas não intervencionistas na América Latina. Tais inclinações mantiveram a burguesia a favor da derrota do parlamentarismo, sustentando a posse de Goulart em 1963. Para tanto, o apoio de partidos de esquerda como o Partido Comunista Brasileiro – PCB – foi fundamental, cujo papel foi, àquela circunstância, de sustentáculo ideológico da tese de cooperação de classes materializada em “um governo da burguesia industrial respaldado pela classe operária” (MARINI, 2013, p. 98). O aparente alinhamento entre os comunistas e a burguesia, como sustenta Marini, além de produto do raciocínio marxistaetapista – que tinha como alvo primeiro a destituição do poder dos oligarcas da terra para posteriormente avançar sobre a burguesia industrial – ,também teve lastro na “origem de classe” (Idem, p. 188) que unia os comunistas – extratos intelectualizados da classe média urbana– e a burguesia industrial – especialmente a pequena e a média, ambas na iminência da proletarização.

Portanto, o primeiro projeto expansionista brasileiro é uma tentativa de exportar temporariamente as contradições nacionais, marcadas pela forte concentração dos meios de produção, que impediam a realização interna das mercadorias e a consolidação daracionalidade capitalista como mediadora da relação produção/consumo. Teve apoio dos setores de esquerda, especialmente do PCB, por ter sido interpretada enquanto “luta anti-imperialista e anti-feudal” que tinha “o caminho pacífico como via, as reformas como instrumento, e a frente única entre a burguesia e o proletariado como garantia” (MARINI, 2013, p. 204). A defesa da política de colaboração de classes também reforçou a tese sobre a existência de uma burguesia nacional inalienável ao capital imperialista e capaz de protagonizar o projeto desenvolvimentista nacional.

Com a disposição do governo Goulart no sentido de realizar as reformas de base, especialmente a agrária, precipitou-se a insatisfação dos setores conservadores representados pelos oligarcas da terra e por segmentos de patentes elevadas das forças armadas, e irrompeu-se o golpe civil-militar. Com isso, tem origem o segundo projeto expansionista brasileiro. Este, por sua vez, consolidando a perspectiva de integração subimperialista ou de “cooperação antagônica” (MARINI, 2013, p. 130) subordina completamente o Brasil no sentido de que “não se trata de aceitar passivamente as decisões estadunidenses (ainda que a correlação de forças leve muitas vezes a esse resultado), mas de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país-chave” (Idem, p.127). Assim, o papel desempenhado pelos militares foi

de enquadramento da burguesia nacional nos marcos da colaboração brutal com o imperialismo, transformando-a, muitas vezes, em um setor empenhado na produção inútil, como a de armamentos para alimentar as guerras travadas pelos Estados Unidos. Portanto cabe a comparação feita pelo autor em relação aos dois projetos históricos de expansão do capitalismo brasileiro no século XX:

A política exterior de Jânio Quadros e João Goulart também buscava garantir uma reserva externa de mercado para uma expansão comercial brasileira na África e na América Latina. A diferença está no fato de que, então, o Brasil adotava uma posição *free lancer* no mercado mundial, confiando em que as limitações que freavam o crescimento do mercado interno brasileiro não tardariam a desaparecer, através das reformas estruturais internas. A exportação aparecia, nesse contexto, como uma solução provisória, que tendia a conceder à política reformista burguesa o prazo necessário para que florescesse. A partir de Castelo Branco, pelo contrário, a burguesia trata de compensar sua impossibilidade de ampliar o mercado interno com a incorporação extensiva de mercados já formados – como, por exemplo, o uruguaio. **A expansão comercial** deixa de ser, assim, uma solução provisória e complementar a política reformista e **converte-se na própria alternativa às reformas estruturais** (MARINI, 2013, p. 129-130 – grifos no original e **grifos nossos**).

Diferentemente da aproximação com a América Latina, notadamente subimperialista segundo Marini, a política brasileira no continente africano vai desde a indiferença dos anos 1930/40 até a política salazarista pró-Portugal dos militares pós-1964, passando, em meados disso, pela Política Externa Independente (PEI) amplamente defendida nos anos Goulart e cujo princípio era de isenção brasileira com relação aos conflitos externos estabelecidos no contexto da Guerra Fria, que opunham os Estados Unidos à União Soviética. Para Saraiva (2012), o primeiro momento, dos anos 1930/40, a política define-se a partir dos marcos da negação, especialmente, do que a África representaria para a construção de uma identidade nacional, o que, naturalmente, envolve os desdobramentos raciais que Jessé Souza (2012) aponta como fundamentais para a segregação da “ralé” brasileira.

A insignificância das relações com a África na década de 1930 e na primeira metade da década de 1940 espelhava a conjugação de dois processos históricos na política exterior do país. O primeiro, de origem ideológica, vinculava-se ao projeto de afastamento deliberado das imagens do continente africano na formação da nacionalidade brasileira, porquanto a elite brasileira tratava de construir uma nação modelada sobre as chamadas nações modernas ocidentais. O segundo, de origem material, relacionou-se à irrelevância das relações econômicas e comerciais com a África no período. A ausência de pauta efetiva nas relações do Brasil com a África entre 1930 e 1945 esteve ligada ao próprio sistema internacional. A política das potências coloniais na África tornava o espaço africano diminuto para relações internacionais que procurassem romper

com o esquema metropolitano de dominação do continente (SARAIVA, 2012, p. 25).

No segundo momento, já diante da intenção de Goulart, muito bem pontuada por Marini (2013), no sentido de exportar temporariamente – isto é, até a realização das “reformas de base” por ele preparadas – os déficits provocados pelo estrangulamento que a concentração da renda e dos recursos provocava ao desenvolvimento do Brasil, ampliou-se substancialmente a política brasileira em relação à África. Tal aproximação, que começou a ser desenhada em 1961, tinha por princípio a “nítida solidariedade ao esforço independentista da África negra” (SARAIVA, 2012, p 35) e inscreveu-se no rol das tentativas brasileiras de dinamizar seus parceiros comerciais.

O nascimento da política africana não aconteceu sem consistência e sem cálculos estratégicos. No fundo, ela se tornou um capítulo importante na busca brasileira por novos parceiros políticos e econômicos internacionais e, ao mesmo tempo, serviu para a busca de maior autonomia no espaço das relações internacionais da época. Essa política era parte da nova estratégia de inserção internacional do Brasil no início da década de 1960 que incluía também o estabelecimento de relações comerciais com os países socialistas da Europa e da Ásia, principalmente a União Soviética, e a revisão das relações com o centro hegemônico ocidental, os Estados Unidos (SARAIVA, 2012, p. 35).

Por fim, encerra-se esse período no golpe civil-militar de 1964. A partir desse momento da história brasileira, há, ao menos nos primeiros lances, uma inflexão no sentido de defender posições coloniais em África. Na perspectiva de Saraiva (2012), houve “um claro recuo em relação à Política Externa Independente” (Idem, p. 41). Durante os governos militares, no entanto, as posições variam no tom conservador a medida que avançava a luta anticolonial do outro lado do Atlântico. Entre o apoio ao governo português de Salazar e o reconhecimento prematuro da independência de Angola e de Moçambique, os militares enxergavam nisso uma oportunidade de reafirmar o Brasil como ponto intermediário, o qual fora determinado pela política de interdependência com os Estados Unidos e pela situação conjuntural que permitia a existência de apenas duas potências bem definidas no campo militar e ideológico.

1.5 – Os atores no desenvolvimento capital imperialista brasileiro: há “burgueses nacionais” entre nós?

A partir da contribuição de Marini (2013), depreende-se que o “lugar comum” dos projetos desenvolvimentistas expansionistas do Brasil na década de 1960, é

anecessidade de um articulador nacional, isto é, um grupo social eminentemente capitalista – pautado na racionalidade da extração de lucro a partir da exploração do trabalho e, sucessivamente, na capacidade de reinvesti-lo, ao menos em parte, na produção de novas mercadorias – que pudesse catalisar o mérito da tarefa de desenvolver o país. Por isso, a consolidada burguesia nacional enquanto sujeito histórico do desenvolvimentismo, não obstante a carência de materialidade para tal, perpetuará a tendência recorrente à ideologia econômica brasileira – e periférica – de tentar reproduzir a trajetória de desenvolvimento dos monopólios nos países centrais pautando-se em grupos “autônomos”, em relação aos imperialistas, possivelmente almejando transformá-la no que Lenin (2012) chamou de oligarquia financeira ou simplesmente em burguesia rentista. Tal ideologia econômica é o fundamento das alternativas geralmente etapistas que foram impostas à periferia do mundo no sentido de que o crescimento econômico, os ajustes estruturais, a abertura dos mercados e todo o roteiro do Consenso de Washington se definiam como o meio único de superação do “subdesenvolvimento” em direção ao desenvolvimento pleno (ESCOBAR, 1996; STIGLITZ, 2007).

Assim, esse assunto, aparentemente desviado da discussão sobre o subimperialismo, é, na verdade, fundamental para compreender o movimento do capital brasileiro em direção à periferia teoricamente “mais afastada” dos centros imperialistas. A existência ideológica de uma burguesia nacional vem sendo, desde o início do século XXI, novamente enquadrada no discurso do Estado brasileiro. Porém, é necessário localizar tal discurso para além do desenvolvimentismo clássico da década de 1960, tendo em vista que não se trata de uma alternativa protagonizada pelo então Estado-agente das reformas de base (MARINI, 2013), mas sim do Estado partícipe, financiador e cofinanciador do desenvolvimento através dos meios de que dispõe (FONTES, 2010), ou, nos termos de Pochmann (2010), um Estado “ativo e criativo”⁴⁵, dando suporte ao que Vigna (2013) toma por “neodesenvolvimentismo”.

⁴⁵ O termo “estado ativo e criativo” refere-se à atividade do Estado brasileiro na reestruturação do capitalismo, especialmente por meio do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES –, cuja reestruturação, destaca Pochmann (2010), o recolou na posição de banco de investimentos, diferentemente da função que havia desempenhado na década de 1990 enquanto mediador nas transações financeiras que envolviam a liquidação do patrimônio público, as privatizações. Por intermédio do BNDES, diversas empresas nacionais têm obtido financiamentos para atividades nacionais e internacionais. A aposta de Pochmann nesse sentido é consolidar grandes multinacionais que tenham o Estado como acionista (a exemplo da Petrobrás AS, da Vale AS, etc.) ou não (como a Odebrecht, a

Parte desse novo movimento desenvolvimentista corresponde à nova política expansionista, iniciada em 2003 a partir das constantes viagens do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que visita especialmente o continente africano (DÖPCKE, 2003a; 2003b). Tais circunstâncias, marcadas por tentativas de reproduzir o novo em relação à política desenvolvimentista protagonizada por atores eminentemente nacionais e ao expansionismo no sentido Brasil-África, permitem lembrar o bordão marxista de “O dezoito Brumário de Luís Bonaparte”: “todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 2011, p. 25). Por isso, ao lado de Marini (2013), Fontes (2010) resume a “organicidade” da burguesia brasileira – e seus possíveis veios nacionalistas – da seguinte forma:

A burguesia como classe “nacional”, atuante e impondo a sua ordem, de maneira unificada (embora contraditória) em todo o território, não a converteria na famosa “burguesia nacional”, da qual se esperava um processo revolucionário de cunho democratizante e fortemente anti-imperialista, disposta a enfrentar a grande propriedade rural e a dirigir um processo de incorporação republicana dos setores subalternos. Como fartamente demonstrou Florestan Fernandes, a burguesia aqui forjada estava articulada socialmente em bases nacionais, sendo pois sua fraqueza apenas relativa, previda pelas injunções de uma dupla articulação promotora de permanente tensão entre o desenvolvimento desigual no interior do país e o que ele designava como imperialismo total. Não mais havendo espaço histórico e internacional para um perfil burguês conquistador, essas burguesias se converteram em formas internalizadas de defesa do capitalismo (FONTES, 2010, p. 311).

Reafirmando a inexistência de condições históricas para a formação de uma burguesia nacional monopolista, Fontes (2010) explicita a “dupla articulação” como fundamento da conexão dos “setores econômicos nativos profundamente desiguais a uma subordinação ao **capital-imperialismo**” (Idem, p. 312 – **grifos nossos**). Através dessa conexão se estabelece o papel da economia brasileira no contexto da divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, da partilha original do mundo esclarecida por Lenin (2012). O crescimento incensado pela produção no setor primário da economia, como no caso das commodities agrominerais, associado à política flexível de entrada e de expansão pelo território nacional das empresas transnacionais e à atual transnacionalização de empresas brasileiras – como é o caso da Vale – confirmam um

Camargo Correa, entre outras) a fim de que sejam capazes de competir internacionalmente com os conglomerados estrangeiros.

processo que tem origem histórica e mantém seu percurso no presente, realimentando a dependência.

A inviabilidade de uma burguesia nacional seja nos anos 1930, 1960 ou no presente tem razão histórica na partilha imperialista do mundo. Funda-se exatamente nisso o conceito de subimperialismo de Marini (2013), isto é, na incapacidade de a burguesia brasileira desenvolver o capitalismo de maneira autônoma, esta se associa ao capital internacional e recebe, como contrapartida, a tarefa de valorizá-lo e remunerar as burguesias centrais. Concordando com a inexistência desse ator, a “burguesia nacional”, Fontes (2010) dá um passo adiante quando nos remete ao conceito de capital-imperialismo. Pretende-se, com ele, ir além do capital que emana do imperialismo clássico descrito por Lenin, cuja predisposição à ocupação física – a exemplo do colonialismo na África – é notoriamente se não o objetivo central, ao menos um dos que estiveram no horizonte de ação das potências. A autora procura entender a virtualização desse movimento, isto é, por trás dele, o que de fato impera? Lenin defendera que o capital portador de juros – financeiro – oriundo da “união íntima” entre o capital industrial e os administradores de capital – os bancos, de maneira geral –, no seu movimento pelo globo a procura do lucro advindo da superexploração do trabalho, produzira um conjunto de transformações globais e locais que polarizou as classes rentistas (a oligarquia financeira) e pauperismo absoluto na classe trabalhadora (a brutalização do proletariado). A contribuição de Fontes (2010), muito embora não crie exceções a essa regra, vai além disso e se dispõe a enxergar, para além do capital e do imperialismo, o capital-imperialismo.

Falar, pois, de capital-imperialismo, é falar da expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico da Guerra Fria. (...) No capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica. (FONTES, 2010, p. 149).

O capital-imperialismo em Fontes (2010) é uma dimensão totalizante que tem a expropriação por princípio estruturante. É a apresentação final – e provavelmente inacabada – do capital no nosso tempo. Enraizado em todos os sentidos, ele é a evolução do capital financeiro – portador de juros – com interface industrial e imperialista para uma dimensão irreal e fictícia. Sua complexidade, especialmente a partir da década de 1980 e no século XXI, alcançou aspectos profundos da existência

humana e, na extensão disso, resumiu-se, ele próprio, na razão dessa existência. A forma presente do capital exaspera a continuidade dos processos capitalistas anteriores, é a exacerbação deles para maneiras criativas de domínio sobre a coletividade. Não se trata exclusivamente de criar necessidades virtuais ou simbólicas para promover o consumo baseado na fetichização das mercadorias (MARX, 1988), mas de introduzir formas ainda impensadas e totalizantes de extrair a mais-valia incrustada nas mercadorias ou nos serviços – a exemplo dos trabalhadores com ou sem vínculos formais que exercem suas atividades em casa como consequência da evolução dos meios de comunicação e das possibilidades desterritorializantes adquiridas pelo capital-imperialismo na era da internet –; de aumentar o sobrelucro sob a forma de renda ou juros; e, principalmente, de converter a humanidade, conscientemente ou não, em coadjuvante da sua própria existência transformadora do mundo (FONTES, 2010, p. 17).

O capital-imperialismo é devastador, mas envolve na atualidade o conjunto da existência humana. Decerto, políticas diversas – militares, econômicas, sócias – voltadas para as relações internacionais, culturais, etc., são conscientemente formuladas para assegurá-lo, seja nas grandes empresas, seja no país preponderante, os Estados Unidos, seja ainda em outros copartícipes do capital-imperialismo, em seu âmbito interno ou em seu impulso externo. No entanto, não se trata apenas da expressão de uma “vontade”, mas de uma “necessidade” imperiosa do capital-imperialismo que, aliás, formula suas justificativas exatamente pela falta ou ausência de alternativas. Cresceu a complexidade das interações econômicas e sociais, ao mesmo tempo que as características políticas predominantes procuram reduzir e constringer a capacidade consciente de intervenção humana. (FONTES, 2010, p. 152-153).

A ampliação da escala de concentração do capitalismo, reafirmando sua dimensão totalizante, tem origem no processo de expropriação contínuo. Dessa forma, para Fontes (2012) a expropriação, que fundamenta a “dinâmica permanentemente ampliada do capital” (Idem, p. 22), não tem um lugar fixo na história do capitalismo, ao contrário disso, a sua constância é condição inexorável para a manutenção do sistema. A expropriação – outrora primária e ligada diretamente à propriedade dos meios de produção, especialmente à terra – segue o rastro da atuação dos enormes conglomerados administradores e emprestadores de capital – num primeiro momento, essencialmente os bancos e, posteriormente, instituições financeiras multilaterais promotoras de desenvolvimento, fundos de pensão e de investimentos. A teia financeira que se forma desempenha um papel complementar na lógica ampliada da acumulação: “o relativo isolamento dos grandes proprietários de capital monetário (portador de juros) diante do

capital funcionante (extrator de mais valor) não significa a redução deste último, mas sua maior expansão” (Idem, p. 22 – grifo no original).

Naturalmente, a teia desnacionalizada e “cosmopolita”, a qual Fontes (2010) se refere, inclui um conjunto abrangente de capitalistas cuja capacidade de extrair renda está mobilizada política e institucionalmente – muito embora possa escapar à última, como nos casos de fraudes e expropriações à margem das instituições e da legalidade, ambas se traduzindo em crises repentinamente favoráveis à acumulação (HARVEY, 2011; PAULANI, 2009; ZIZEK, 2012) – no sentido de ampliar a valorização do capital-imperialismo. Essa mobilização no sentido de exacerbar a acumulação, se por um lado carrega o componente ideológico da racionalidade capitalista da “reprodução infinita” (CASTORIADIS, 1981), por outro, atenua as assimetrias de poder entre o local e o global – e as respectivas motivações e os sujeitos que representam essas assimetrias (RIBEIRO, 2008).

O papel das instituições concentradoras dessa enormes massas monetárias – sejam elas bancos ou outras instituições – para assegurar sob diversas modalidades o processo de venda de capital, venda que impõe a condição de que seus compradores o convertam em capital ativo, isto é, que os mutuários atuem socialmente como extratores de mais-valor. Isso significa que massas crescentemente concentradas de recursos impõem ao conjunto da vida social uma extração acelerada e intensificada de mais-valor. (...) O proprietário de capital monetário exige do capitalista funcionante crescente eficácia nessa extração, de maneira a remunerar tanto o próprio capital funcionante como o capital monetário ou, ainda, o capital tornado mercadoria. (FONTES, 2010, p. 24).

A noção de capital-imperialismo como uma construção – jamais fenômeno, porque tem origem racional – de “arraste”, é incompatível com a burguesia nacional brasileira da mesma forma que o será com relação a qualquer projeto autônomo de desenvolvimento. O século XXI inscreve a profundidade dessa afirmação nos fatos. Quando Zizek (2012) escreveu em 2011 que a humanidade sonhou perigosamente em dois sentidos, isto é, tanto no sentido do fascismo racista de Andreas Breivik⁴⁶, quanto no sentido da

⁴⁶ O caso de Anders Breivik se tornou a marca de sangue da atual depressão econômica europeia. Num primeiro momento, as economias mais frágeis da União Européia, isto é, as menos industrializadas e mais dependentes dentro do bloco, foram as mais atingidas. De 2010 até 2014, Grécia, Portugal, Espanha e, em menor grau, a Itália, colapsaram sem grandes expectativas de retorno às taxas de crescimento e ao estado de bem-estar experimentados anteriormente. A crise, que se desenrolou no mesmo compasso dos mercados estadunidenses, os quais acumulavam perdas desde 2008, suscitou uma onda de “saudosas lembranças” dos tempos totalitários na Europa. Cresceram os eventos de xenofobia e racismo no continente, cujos alvos foram especialmente os imigrantes de origem árabe e/ou africana. Em meio à explosão do ódio remoldado, em junho de 2011, o norueguês Anders Behring Breivik de 32 anos planejou e

emancipação radical, que emergiu no Egito⁴⁷, ele não poderia prever as surpresas guardadas para o pós-2011, o que incluiu manifestações de revolta nos locais mais recônditos possíveis, como é o caso de Cateme – o reassentamento rural construído pela Vale “no meio do nada⁴⁸”, como me coube confirmar, em Moçambique –, que se levantou pela primeira vez contra a empresa desde o início do reassentamento em 2009⁴⁹. Não se trata de fazer conjecturas, mas, de assumir que, embora desde 2011 o mundo tenha entrado “em trânsito” – e já não sabemos de onde partiu ou onde vai aportar –, os sentidos das revoluções estancaram-se em um estado de tensão permanente. Se, desde 2011, fizemos algo para construir a autonomia dos nossos mundos, seja no sentido econômico, social, cultural ou político, certamente fracassamos nas nossas tentativas. Vimos, diante dos nossos olhos, a autonomia se esfacelar: a tentativa de autonomia política dos árabes se transformou em guerra na Síria, em ditadura militar no

executou 92 pessoas em um atentado a bomba em Oslo, capital da Noruega, e, em seguida, como franco-atirador em um encontro do Partido Socialista norueguês. Convicto de ter agido na legítima defesa da Europa, o terrorista deixou uma longa declaração por escrito na qual afirmava, entre outras coisas, ser a entrada massiva de imigrantes a principal razão para a decadência da Europa. O caso, que se arrasta até o presente, teve diversos momentos importantes. Em 2012, Breivik foi considerado insano mesmo apresentando um raciocínio claramente articulado diante das razões e dos objetivos que teve para cometer os assassinatos. No mesmo ano, foi considerado sano novamente e condenado a 21 anos de prisão. Em 2014, os jornais se voltaram novamente para o terrorista diante dos seus protestos por um “vídeo game melhor” na prisão. Ele queria um Playstation 3. Fontes: <http://www.theguardian.com/world/2011/jul/23/anders-behring-breivik-norway-attacks> (Acessado em 23/02/2014 às 16:51h); <http://www.theguardian.com/world/2012/jun/14/anders-breivik-norway-killer-trial> (Acessado em 23/02/2014 às 16:52h); <http://www.theguardian.com/commentisfree/2012/aug/24/anders-breivik-verdict-norway> (Acessado em 23/02/2014 às 16:53h); <http://www.independent.co.uk/news/world/europe/anders-breivik-demands-better-video-games-and-threatens-hunger-strike-over-jail-hell-9130592.html> (Acessado em 23/02/2014 às 16:54h); <http://www.independent.co.uk/news/world/europe/anders-breivik-demands-better-video-games-and-threatens-hunger-strike-over-jail-hell-9130592.html> (Acessado em 23/02/2014 às 16:55h).

⁴⁷ No Egito, tudo começou na Praça Tahrir em janeiro de 2011, quando jovens ocuparam o local pedindo a renúncia do presidente Hosni Mubarak. Em 18 dias, a multidão extravasou os limites da praça e houve confrontos e execuções sumárias. Contudo, no dia 11 de janeiro, o presidente renunciou depois de 30 anos no poder. Há um documentário instigante sobre os protestos do Egito chamado “A Praça Tahrir” no qual são relatadas as histórias de várias pessoas que se uniram pelo objetivo comum de destituir Hosni Mubarak. Fonte: <http://oglobo.globo.com/mundo/praca-tahrir-palco-historico-de-protestos-no-egito-se-tornou-epicentro-da-insurreicao-contr-2827936> (Acessado em 12/06/2014 às 06:42h).

⁴⁸ Esse termo foi usado pelo jornal brasileiro “Estadão” no dia 31/10/2013. Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,vale-se-torna-a-maior-investidora-do-brasil-na-africa-e-e-alvo-de-criticas,1091746.0.htm> (Acessado em 23/02/2014 às 14:07h).

⁴⁹ Em janeiro de 2012 ocorreu a primeira grande manifestação dos reassentados de “Cateme” e do “Bairro 25 de Setembro”, culminando na paralisação da Linha do Sena, ferrovia que liga a província de Tete – e a mina da Vale em Moatize – ao Porto da Beira, na província de Sofala. Esse ato, ao qual as pessoas costumam se referir como “greve de janeiro”, teve como consequência 14 pessoas presas e denúncias de tortura e arbitrariedades que, segundo as organizações da sociedade civil entrevistadas e as pessoas das comunidades, foram deflagradas por parte da Polícia da República de Moçambique – PRM. Fonte: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/506152-vale-novos-conflitos-em-mocambique-entrevista-especial-com-jeremias-filipe-vunjanhe-> (Acessado em 23/02/2014 às 16:14h).

Egito, em governos e situações sociais instáveis na Líbia, no Líbano e em quantos mais estiverem por perto; a tentativa de autonomia econômica diante dos sacrifícios dos direitos sociais se converteu em violenta repressão na União Européia e nos Estados Unidos; e até mesmo tentativas menos complexas de reverter decisões do Estado em favor do capital-imperialismo com base na autonomia popular, como ocorreu na Turquia⁵⁰, no Brasil de junho ou no Brasil da Copa, surtiram efeitos devastadores no plano da repressão policial.

Assim, por mais que faça algum sentido, com base na experiência histórica de formação dos monopólios, a tese da “hipermonopolização” de Pochman (2010), é pouco sólido imaginar a independência ou o nacionalismo desses grupos, ainda que se constituam com auxílio do Estado por meio de instituições de financiamento como o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES. Ou seja, a estratégia de transformar milionários brasileiros como Eike Batista, Luísa Trajano⁵¹ ou Norberto Odebrecht⁵² (e

⁵⁰ As manifestações na Turquia começaram no dia 31 de maio de 2013 e tinham como alvo a decisão do governo de construir um complexo arquitetônico abrangendo um shopping e uma mesquita no local onde havia um parque em Istambul. Os protestos rapidamente se espalharam e atingiram a cidade de Ancara, já no dia seguinte. O uso intensivo e desproporcional de instrumentos de repressão como gás lacrimogêneo e canhões de água, somado à resistência do governo em reverter a decisão, provocou uma situação de tensão que perdurou por vários dias. A situação, embora não tenha chegado a uma conclusão clara, ao menos obrigou o governo a abandonar o projeto. Fontes: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130601_turquia_protestos_1k.shtml (Acessado em 21/02/2014 às 20:44h); http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130606_turquia_importancia_gezi_taksim_fn.shtml (Acessado em 21/02/2014 às 20:45h).

⁵¹ Dona da rede varejista “Magazine Luiza”, a empresária, cuja vocação para os negócios começa a se manifestar na simplicidade do interior de São Paulo, comanda atualmente cerca de 800 lojas espalhadas por 16 estados brasileiros e mais de 23 mil funcionários. A pujança da trajetória empresarial de Luiza, que inclui a anexação de, pelo menos, outras 5 redes varejistas, fez com que ela fosse convidada pela presidente Dilma Rousseff em 2010 para gerir o Ministério da Micro e Pequenas Empresas. Muito embora não tenha aceitado o convite, a empresária permanece como uma voz ativa em defesa dos avanços da política econômica do governo. Em 2014, ela caiu nas graças de parte dos brasileiros ao contestar publicamente dados negativos apresentados pelo jornalista Diogo Mainardi, reconhecidamente um crítico conservador dos governos petistas, sobre a inadimplência no setor varejista. Fontes: <http://ultimosegundo.ig.com.br/os-60-mais-poderosos/luiza-trajano/5202d62f9c9d9af340000008.html> (Acessado em 24/02/2014 às 18:42h); <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,luiza-trajano-envia-e-mail-para-mainardi-com-dados-de-inadimplencia,175914,0.htm> (Acessado em 24/02/2014 às 18:43h).

⁵² Norberto Odebrecht fundou as Organizações Odebrecht na década de 1940. De lá pra cá a empresa se transformou em um império da construção civil, uma holding cujos investimentos ultrapassam, em muito as vigas e o concreto: além de ter se especializado em grandes obras (barragens, estradas, estádios de futebol para a Copa do Brasil de 2014, entre outras) a empresa investe no setor petroquímico e tem se expandido no rastro de outras transnacionais brasileiras, como a Vale, por exemplo. Atualmente a Odebrecht está realizando grandes obras também em Moçambique (dentre elas a barragem de Mphanda Nkuwa, também na província de Tete), especialmente em consórcio com outra gigante brasileira da construção civil, a Camargo Corrêa. Especula-se que, entre outras questões, Norberto Odebrecht seja amigo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e tenha se beneficiado disso para assumir as obras da Copa e muitas outras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Fontes:

seus respectivos filhos e netos) em mártires da pujança econômica do Brasil emergente, fazendo parte, inclusive, dos elementos de apoio, propaganda e do discurso oficial do governo sobre o “país que está dando certo”, tem caminhado ao largo da expectativa. No caso do Eike Batista, que chama mais atenção pelo potencial e pela importância estratégica que tinham os seus negócios no setor energético, o desfecho da disseminação desse panfleto humano foi o vergonhoso assassinato de um trabalhador cometido pelo filho do magnata em um crime de trânsito⁵³ e a consequente falência do Eike especulador que, havendo captado bilhões no mercado de capitais, não conseguira remunerar seus investidores⁵⁴. Para o Estado brasileiro, ficou o custo de recuperar o império falido da OGX, o que acabou se transformando em obrigação, dada a importância das atividades da empresa na infraestrutura termoeletrica do país.

O que estamos observando nessas duas últimas décadas de predomínio da globalização, sobretudo financeira, e de desregulamentação do próprio Estado, é a constituição de grandes corporações transnacionais. Falava-se, antes da crise

<http://www.odebrechtonline.com.br/materias/00201-00300/253/> (Acessado em 24/02/2014 às 19:20h); <http://www.odebrecht.com/organizacao-odebrecht/historia> (Acessado em 24/02/2014 às 19:21h); <http://www.tete.gov.mz/noticias/mocambique-e-uma-terra-de-oportunidades/> (Acessado em 23/02/2014 às 15:05h); http://www.brasileconomico.com.br/noticias/camargo-correa-deve-construir-hidreletrica-em-mocambique_70775.html (Acessado em 24/02/2014 às 19:22h).

⁵³ Na noite do dia 17 de março de 2012 no Rio de Janeiro, o pedreiro Wanderson dos Santos voltava para casa de bicicleta quando foi atropelado pelo Mercedes-Benz SLR McLaren de Thor Batista, que seguia pela rodovia a cerca de 110 km/h, e morreu. Em outubro de 2013, Eike Batista e o filho fizeram um acordo com a família do pedreiro pagando 500 mil reais pela vida de Wanderson. Fontes: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/03/filho-de-eike-batista-se-envolve-em-acidente-com-morte-no-rj-diz-policia.html> (Acessado em 21/02/2014 às 19:54h); <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/10/1361721-eike-e-thor-batista-devem-indenizar-familia-de-ciclista-atropelado.shtml> (Acessado em 21/02/2014 às 19:55h).

⁵⁴ O “excêntrico” empresário Eike Batista comandava um império do setor energético, tendo como um de seus ramos de “atuação” a prospecção de petróleo em águas profundas, que equivaleria à camada pré-sal, descoberta na costa brasileira em meados dos anos 2000. A empresa, de nome OGX, integrava o grupo EBX, do qual também fazem parte algumas das termoeletricas acionadas no período de estagnação, quando a matriz energética precisa ser recomposta, haja vista a insuficiência da geração hidroelétrica. No início de 2013, a OGX confirmou-se incapaz de remunerar todos os seus investidores. Tal circunstância, tendo ficado evidente ainda em abril do mesmo ano, deu início à novela de “recuperação” da empresa, que acabou tendo que abranger outras duas empresas do grupo, a OSX Construção Naval AS e a OSX Serviços Operacionais Ltda, igualmente decadentes. Cogitou-se a possibilidade de recuperá-las por meio do Estado, especificamente por meio de estatais como a Petrobrás, que terceirizariam as atividades de exploração no setor energético, mas o plano não decolou. Em novembro de 2013, o pedido de recuperação judicial das empresas foi aceito pela justiça. De março de 2012 a outubro de 2013 o patrimônio de Eike variou de 34,5 bilhões de dólares para 73,3 milhões e o magnata, que incluía o “X” no final das siglas de suas empresas para simbolizar a multiplicação do patrimônio acabou, pois, diminuindo. Fontes: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/04/11/analise-eike-batista-pode-ser-grande-demais-para-quebrar.htm> (Acessado em 21/02/2014 às 20:28h); <http://economia.uol.com.br/noticias/efe/2013/12/25/antiga-ogx-de-eike-batista-anuncia-acordo-para-tentar-evitar-quebra.htm> (Acessado em 21/02/2014 às 20:29h); <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/11/justica-aceita-pedido-de-recuperacao-judicial-da-ogx.html> (Acessado em 21/02/2014 às 20:30h).

de 2008, da emergência de pelo menos 500 grandes corporações transnacionais, que dominariam todos os setores da atividade econômica. Nesse circuito de hipermonopolização do capital, os países que não tiverem grandes grupos econômicos e não forem capazes de fazer parte desses 500 grupos, de certa maneira, estarão de fora, aliçados da competição de tal forma que passariam a ter um papel passivo e subordinado ao circuito de decisões desses 500 grupos. Então, a opção brasileira é se aproximar da concentração desses gigantes para, de certa maneira, fazer parte desse circuito de poucas, mas grandes empresas (POCHMANN, 2010 – entrevista on line).

A tese de um desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro que, por razões históricas de concentração de renda – cujo quadro permaneceu praticamente inalterado, especialmente sob a perspectiva da propriedade dos meios de produção, tendo em vista os dados relativos ao Índice de Gini⁵⁵ da terra: 0,836 em 1967; 0,837 em 1972; 0,854 em 1978; 0,831 em 1992; 0,843 em 1998; 0,802 em 2000 e 0,854 em 2006 (DIEESE e NEAD/MDA, 2011, p. 34-35) –,recorre novamente ao expansionismo como forma de realizar as mercadorias, o que inclui a mercadoria dinheiro, e ampliar as fontes de reprodução e acumulação de capital. É notório, portanto que, se não há autonomia no capital brasileiro frente aos capitais oriundos das potências, como argumenta Marini (2013), também é verdade que em praticamente nenhum aspecto a possibilidade de autonomia diante do capital-imperialismo está assegurada.

A seu tempo, Moçambique também teve, se não um projeto de desenvolvimento autônomo, ao menos discursos que permitiam vislumbrar tal possibilidade. Nos anos pós-independência, o então presidente Samora Machel enunciava o que seriam as bases para a criação de um poder popular ancorado nos interesses genuínos do povo moçambicano. O discurso de Samora não pôde concretizar-se, haja visto o fato de ter irrompido, já em 1977 e em virtude de sua própria morte, uma nova guerra. Contudo, os princípios de autonomia e autodeterminação do povo moçambicano, por ele anunciados, procuravam consubstanciar a sua ideia acerca do “poder popular”.

As massas populares compreenderam, o seu instinto de classe fez-lhes compreender esta questão: a Independência [e] a autonomia concebidas pelo imperialismo [e] pelo colonialismo são táticas destinadas a manterem tudo

⁵⁵ O índice de Gini “é um indicador de desigualdade muito utilizado para verificar o grau de concentração da terra e da renda. Varia no intervalo de zero a 1, significando que quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade na distribuição, e, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade. Os valores extremos, zero e 1, indicam perfeita igualdade e máxima desigualdade, respectivamente” (DIEESE e NEAD/MDA, 2011, p. 34). Sob a ótica da produção, isto é, analisando a distribuição do Produto Interno Bruto brasileiro, “o índice de Gini para o PIB, em 2009, foi de 0,86, enquanto para o valor adicionado bruto da agropecuária, indústria e serviços os índices foram de 0,57, 0,90 e 0,87, respectivamente” (IBGE, 2011, p. 18).

como antes, a manterem a exploração. (...) O nosso Poder representa os interesses do nosso povo trabalhador, exprime a nossa vontade de expulsar o colonialismo e o imperialismo e criar uma sociedade nova sem exploração (MACHEL, 1979, p. 25).

Esse discurso carregado de intenções com vistas ao desenvolvimento foi, provavelmente, produto da sensação libertária produzida pela conquista da independência. Entretanto, é provável que não tenha sido suficientemente consistente para romper com os estereótipos administrativos coloniais. Como já se mencionou aqui, há, até o presente, fórmulas administrativas que foram muito pouco reformuladas. O regime de concessões, por exemplo, muito embora opere de maneira diferente dos “prazos da coroa” (PAPAGNO, 1980), mantém a ideia de que é imprescindível terceirizar a exploração dos recursos para viabilizar qualquer tentativa de superação da pobreza. Mais do que isso, atualmente, pautando-se em princípios liberais de mínima intervenção do estado, procura-se minimizar as interferências em tais projetos (nos megaprojetos), praticando-se, ostensivamente, a renúncia fiscal e o abandono da prerrogativa reguladora (CASTEL-BRANCO, 2010) – por meio de leis específicas e fiscalizáveis que estabeleçam o que pode e o que não pode ser feito.

Um exemplo dessa baixa atividade reguladora refletindo na vida das pessoas é o próprio reassentamento de Cateme, o qual foi aceito pelo governo – e pela comunidade – da forma como a Vale e as empreiteiras contratadas (a brasileira Odebrecht e a moçambicana Seta, responsáveis pela construção do reassentamento) o submeteram em virtude de não haver nenhuma legislação local que compromettesse as empresas a efetivarem alguma determinação em termos de responsabilidade social. Enquanto estive a cargo dessa pesquisa, a Assembleia da República e o Conselho de Ministros ainda debatiam a “Política de Responsabilidade Social Empresarial da Indústria Extractiva”, que foi finalmente aprovada em fevereiro de 2014⁵⁶, sete anos após a concessão da licença à Vale SA para a exploração de carvão e dez anos após a assinatura do memorando de entendimento entre a empresa e o governo, o que viabilizaria os trâmites administrativos necessários para que se iniciassem os estudos de prospecção do carvão e o reassentamento das famílias que viviam no local da mina (MOSCA e SELEMANE, 2011; VUNJANHE, 2011).

⁵⁶ Informação registrada no portal do Governo de Moçambique. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/governacao/fevereiro-de-2014/aprovada-politica-de-responsabilidade-social-no-sector-mineiro/> (Acessado em: 12/06/2014 às 10:38h).

Dessa forma, a questão da autonomia na discussão moçambicana sobre desenvolvimento tem a mesma intenção que na brasileira, embora no Brasil essa ideia tenha inspirado um comportamento conjunturalmente mais agressivo no sentido de ampliar a reprodução do capital, como se pode perceber no atual discurso de Pochmann (2010) acerca da formação dos monopólios brasileiros. Por razões históricas, cujas raízes estão fixadas no imperialismo clássico e na partilha do mundo por ele estabelecida, a preocupação com a autonomia do desenvolvimento é o lugar comum da periferia do sistema. Por isso, argumenta Stiglitz (2007), essa preocupação se expressa regularmente – em tom de suspeita acerca da provável exploração – quando o desenvolvimento internacionalizado ou “globalizado” frustra as expectativas das pessoas que habitavam o limite da dignidade no sentido de se enxergarem como sujeitos beneficiados coletivamente (enquanto comunidade, país ou nação) pela ação direta ou indireta do capital. É o momento em que o capital, no seu intento globalizante é questionado quanto a sua possibilidade de oferecer algum sucesso emancipatório às pessoas.

Portanto, partindo do ponto de vista da autonomia no desenvolvimento, Brasil e Moçambique têm um “lugar comum” e este é o lugar de periferia, muito embora se admita a existência de estratos periféricos, que é exatamente o que eleva o Brasil à posição de “potência” diante de Moçambique. Entretanto se a perspectiva de um projeto de desenvolvimento de bases nacionais se conserva nos dois contextos e é um anseio expresso nas lutas e nos discursos anti-imperialistas, é porque a dependência é, de fato, uma realidade abaixo da linha do Equador. Os países do sul tem, na busca por projetos autônomos de desenvolvimento, a materialização da insatisfação com independências incompletas e passíveis de intercâmbio entre as potências que estão na ordem do dia. Nos tempos atuais, esse processo, mediado pelas relações financeirizada do capital imperialista dispensa, inclusive, a necessidade de uma potência declaradamente imperialista. Centros para onde conflui o poder econômico e financeiro mundial podem, de fato, ignorar qualquer ação abertamente imperialista como se esta não lhe dissesse respeito. É o exemplo dos grandes paraísos fiscais ou das imensas corporações financeiras “administradoras de capital” que manifestam seus interesses relacionados à ampliação da produção em escala predatória através de empresas secundárias e com alguma dimensão produtiva, sem sequer terem seus nomes reconhecidos pela opinião pública ou pelos estados.

Procuramos não nos estender no debate sobre Moçambique diante da “globalização” (VIEIRA, 2005) por concordarmos com a constatação de Fontes (2010) de que, do ponto de vista econômico e financeiro – ou seja, no terreno em que domina o capital imperialismo – a globalização apresenta-se como parte da necessidade inexoravelmente expansionista do capital-imperialismo. Esse processo, que tem escala global, atua como uma força de “arraste”, isto é, manifesta-se como o impulsogeneralizado ao movimento de pessoas e coisas numa direção determinada pelas possibilidades de acumulação. Este movimento carrega consigo expressões aparentemente descoladas de sua verdadeira intenção ou aparentemente inofensivas diante do grande capital. Assim, expressões aparentemente desvinculadas do capital imperialismo evidente, acompanham-no na sua tarefa territorializante, isto é, transformadora do espaço-tempo.

Pode-se compreender, dessa forma, a expressiva presença dos libaneses e árabes em geral no setor do comércio moçambicano como uma fração territorializante, muito embora não vinculada organicamente à Vale ou a qualquer outra grande empresa protagonista dos megaprojetos. Essa presença acabou consolidando oligopólios de imigrantes no setor varejista, como o de supermercados, por exemplo, e acirrou a pressão migratória para a região. Isso porque o que direciona fluxos cada vez maiores de filipinos, indianos e bengaleses para Moçambique não é somente a busca pelos escassos postos de trabalho gerados nos megaprojetos, mas também as possibilidades alhures, que surgem na brecha dos megaprojetos. Enquanto estive no país, verifiquei, pelas notícias na televisão e nos jornais que os casos de apreensão no aeroporto de Maputo ou de extradição de imigrantes ilegais são constantes, todas as semanas pelo menos um caso envolvendo mais de 10 imigrantes era reportado. A maior parte deles não estava vinculada às empresas transnacionais, mas a empresas de médio e pequeno porte cuja existência estava, de alguma forma, ligada ao usufruto da renda gerada pelo crescimento econômico moçambicano. A quase totalidade dessas empresas, no entanto, pertenciam a estrangeiros e contratavam estrangeiros ilegalmente estabelecidos no país.

O capital-imperialismo brasileiro, entendido no mesmo sentido dessa força de “arraste”, carrega o modus operandi da nossa sociedade enraizada nas empresas, nas instituições, nos meios de comunicações e até mesmo nos movimentos sociais. Esse assunto não será abordado com a profundidade que merece dadas as limitações teóricas desta dissertação e, por extensão, desta pesquisadora, mas é importante destacar aqui o quanto o

capitalimperialismo brasileiro busca ancorar-se em valores do passado colonialista, como o racismo, por exemplo, o qual a sociedade moçambicana tentou e ainda tenta superar, como nos revela Caccia-Bava & Thomaz (2001). Enquanto estive em Moçambique, curiosamente, a TV Miramar⁵⁷, que faz a reprodução stricto sensu da programação da Rede Record do Brasil, transmitia, além do Hoje em Dia⁵⁸ que consumia a programação da manhã inteira, uma novela durante a noite cujo nome é “Dona Xepa”. Essa novela se tornou particularmente importante, mais do que as outras cujo teor racista – mostrando atores negros em papéis subalternos – já é perceptível. A ficção em torno de Dona Xepa é mais curiosa. A história da feirante viúva que precisa sustentar a filha e o filho com a renda da banca no mercado se desenrola em uma periferia paulista que, curiosamente, tem apenas uma família negra. Entretanto, nem se faria necessário citar os inúmeros estudos que confirmam a segregação da metade negra e/ou parda da população brasileira nas periferias (ROLNIK, 1989; VILLAÇA, 2001) seja em São Paulo, em quaisquer capitais brasileiras ou no Brasil como um todo. Assim, a representação atédica pobreza suburbana com recortes raciais que “minorizam” os negros vão ao encontro do que revelou a escritora moçambicana Paulina Chiziane: “para nós, moçambicanos, a imagem do Brasil é a de um país branco ou, no máximo, mestiço”⁵⁹. Em Moçambique, até mesmo pela proximidade no espaço e no tempo do apartheid sul-africano, a condição, pelo menos aparente, de “branco” já é, como pude notar, de alguma forma, elemento que lhe imputa facilidades e, por vezes, superioridade.

⁵⁷ Subsidiária da TV Record brasileira, a TV Miramar está presente em Moçambique desde os anos 2000 e faz parte do grupo de canais de TV aberta. Segundo Caccia-Bava & Thomaz (2001), “a Rede Record de Televisão (brasileira), ligada à Igreja Universal do Reino de Deus, passou a emitir em canal aberto na capital do país, o que implica a veiculação de uma programação claramente proselitista” (CACCIA-BAVA & THOMAZ, 2001, p. 42). Disto, as observações que a experiência social proporcionou a esta pesquisadora em Moçambique permitem-me apenas uma conclusão: proselitismo é, de fato, um eufemismo do autor. O que presenciei na programação da TV Miramar foi quase uma doutrinação pela força no sentido de levar as pessoas a acreditarem que a origem da pobreza estava na “bruxaria” e no “feitiço”, nos termos usados pelos pastores.

⁵⁸ Programa da TV Record brasileira apresentado por Celso Zucatelli, Edu Guedes, Chris Flores e, a época, Ana Hickmann. Esta última apresentadora levou-me a um profundo constrangimento quando me foi perguntado, por uma senhora com quem eu conversava, sobre a distância entre o Brasil e Portugal. Ao que lhe respondi que era muito longe, ela se espantou e disse-me: “ah, pensei que fosse perto porque eu vejo na televisão e agora você está aqui e você é igual a Ana Hickmann!”. Confesso, especialmente naquele contexto, não fiquei entusiasmada por ser assemelhada à ex-modelo comercial de ascendência alemã loura e de olhos azuis.

⁵⁹ Paulínia Chiziane esteve em Brasília em abril de 2012 lançando um livro na 1ª Bienal do Livro e da Leitura. Nesta ocasião, a escritora foi entrevistada e proferiu tais declarações. Fonte: <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-04-17/novelas-brasileiras-passam-imagem-de-pais-branco-critica-escritora-mocambicana> (Acessado em 26/02/2014 às 21:37h).

Contudo, afora os elementos de “arraste” do capital-imperialismo aparentemente descolados da intenção real de extração de renda, há elementos factuais que retomam a discussão sobre autonomia – ou sobre a não autonomia ou ainda, sob a ótica do capital-imperialismo, a impossibilidade de autonomia. Se em todo o mundo, a partir de 1970, as desregulamentações do mercado e o ingresso de mais um ator no processo de gestão de capitais – os fundos de pensão e, por consequência, de investimentos – ampliou as fronteiras de acumulação rumo ao capital fictício (FONTES, 2010), o processo de tomada de crédito passou a gerir as economias nacionais, num processo claro de financeirização das economias nacionais (PAULANI, 2009; FATORELLI, 2013). Tal processo, recorrentemente impositivo, como no caso dos países que foram vítimas dos ajustes estruturais forçados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, repercute até os dias atuais, seja do ponto de vista da drenagem na produção de riquezas nacionais ou da deterioração sucessiva da capacidade de financiamento dos Estados, como argumenta Fattorelli (2013). Do ponto de vista de Moçambique, Castel-Branco (2010) ressalta que o constante desbalanço nas contas nacionais tem ainda como agravante as renúncias fiscais aplicadas aos megaprojetos, aprofundando o desajuste na balança de pagamentos. Entretanto, no que tange à capacidade de financiamento dos Estados, as instituições bancárias acompanham o rastro da expansão do capital-imperialismo – naturalmente porque também fazem parte do que Fontes (2010) chamou de “teia capital-imperialista”, mas também porque pretendem disponibilizar capitais para os possíveis investimentos exigidos ao Estado por parte dos empresários. Desses captais, os bancos extrairão renda.

Sendo assim, diante do megaprojeto de exploração do carvão mineral em Moatize, tentacularizam na direção da economia moçambicana e local (da Província de Tete) os grandes financiadores do investimento, como o BNDES, Banco do Brasil, Bradesco e os Fundos de Pensão/Investimentos (Previ - fundo associado ao Banco do Brasil, Petros - fundo associado à Petrobras e Funcesp - fundo privado), os quais são acionistas da Valepar, sociedade por ações que controla o capital da Vale SA (GARCIA, KATO e FONTES, 2013; ELIA, 2012). Porém, a chegada da empresa também elevou a presença de bancos comerciais em Tete de maneira curiosa. Segundo os dados apresentados por Mosca e Selemane (2011) coletados com auxílio de Rui Vasconcelos⁶⁰, de 2007 a 2011,

⁶⁰ Rui Vasconcelos é natural e atual morador da cidade de Tete e coordena a Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades – AAAJC. É uma figura muito importante para os projetos e

o número de instituições bancárias em Tete cresceu de 4 para 11 – algumas das quais com mais de uma agência – e em Moatize, passaram de uma instituição apenas para 3 no mesmo período (MOSCA & SELEMANE, 2011, p. 26). O lucro desses bancos é o tema da capa da Revista Exame – Edição Moçambique (maio/2013) que celebra “os milhões da banca”. Em anos de crise como 2011 e 2012, os bancos:

Ainda em 2011, os lucros dos seis principais bancos nacionais (que representam 91% dos ativos do setor) aumentaram, em média, 29% (...) enquanto o PIB cresceu “apenas” 7,3% (...) o investimento na expansão da rede de agências tem também um impacto no ativo, dado que com isso os bancos aumentam o seu patrimônio. É por isso que (...) os bancos viram os seus lucros abrandarem, em média, 4% em 2012. (EXAME, 2013, p. 20-21).

NOME DO BANCO	TETE					MOATIZE				
	2007	2008	2009	2010	2011 (1º Semestre)	2007	2008	2009	2010	2011 (1º Semestre)
BIM	1	1	2	2	3	0	0	1	1	1
BCI	1	1	1	1	2	0	0	0	1	1
STANDARD BANK	1	1	1	2	2	0	0	0	0	0
BARCLAYS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
BANCO TERRA	0		1	1	1	0	0	0		0
BANCO OPORTUNIDADE	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
PRO CREDIT	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0
SOCREMO	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0
TCHUMA	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
ABC	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
FNB	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
TOTAL	4	4	8	12	15	1	1	2	3	3

Fonte: MOSCA & SELEMANE, 2011, p. 26.

Nessa perspectiva, confirma-se a tese de Fontes (2010) de que irrelevantemente se trata de “globalização” ou de “mundialização” na tentativa de reverter as desigualdades criadas pela distribuição desigual do capital pelo mundo, como parece propor Stiglitz (2007) ao falar de receitas para uma melhor governança global capaz de tratar com mais humanidade questões como patentes de medicamentos ou fluxos migratórios em direção ao centro do capitalismo que condenam milhares de pessoas latinas, asiáticas, subsaarianas, entre outras, à morte todos os anos. Do ponto de vista do capital-imperialismo, que circula em todas as esferas da produção gerando valor e remunerando o próprio capital, inclusive nas periféricas e aparentemente não incluídas – como na prestação de serviço do nosso costurador de sapatos, ou como em territórios inteiros

pesquisas que tem sido desenvolvidos em Tete, Moatize ou Cateme. Em tempo, é preciso dizer que, sem ele esse trabalho jamais teria sido possível.

brutalizados pela guerra (República Democrática do Congo, Líbia, Síria, Somália e congêneres) – a globalização já é um fato consolidado e não um objetivo. O movimento do capital-imperialismo está assegurado pela ausência de qualquer controle sobre capitais – uma das premissas para o crescimento econômico, segundo BOLNICK (2000) – e pela possibilidade de estes realizarem mercadorias e ampliarem a acumulação em níveis transnacionais.

CAPÍTULO II

Da expropriação capital imperialista ao tempo: uma discussão sobre passado, presente e futuro

RESUMO

Discute-se a perspectiva do tempo inserido no movimento capital imperialista através do espaço. As transformações no tempo presente, lastreadas em um passado e nas expectativas sobre o futuro compõem a abordagem dialética desenhada nos “apontamentos metodológicos” e que será trabalhada neste capítulo a partir das narrativas cotidianas. Procura-se compreender como operam as transformações nas experiências com o tempo na periferia do sistema, as quais são permeadas por uma dualidade fundamental entre o tempo acelerado do capital imperialismo financeirizado e o tempo local, tempo dos “homens lentos” (SANTOS, 2013). Esta díade é fonte de um conflito elementar de percepções que se manifestam em interesses diametralmente opostos acerca da ideia de trabalho e de produção.

Palavras-chave: Tempo, Futuro, Expectativa.

2-1 – Expropriação e mundo do trabalho: o recorte da expectativa

Em escala global, tamanha é a força de concentração e de centralização do capital, que muito embora este ainda se proponha a realizar-se na apropriação indébita do trabalho (mais-valia), também tem produzido tipos excepcionais de abstração sobre a propriedade e sobre o tempo em favor do capital. Concomitantemente, como já nos alertava Lenin (2012) – reportando-se à capitalização do truste do açúcar nos Estados Unidos em 1887 – a construção da lógica dos juros faz sobressaltar a alienação do tempo pelo capital e a imposição da “expectativa”. Sob a forma da expectativa, o mercado sublimou a natureza cronológica do tempo, dividida em passado, presente e futuro, e impôs-lhe, inexoravelmente, o futuro como meta. Investimentos, empréstimos, compras e vendas a prazo possuem uma dinâmica realizadora dentro dessa perspectiva: sintetizam a relação

mais objetiva – e por vezes a única – que o futuro estabelece com o presente, isto é, a capacidade de o futuro realizar-se no presente.

O sistema que se alimenta do futuro, também se especializou em produzir a sua forma redundante de capital. Um capital “fictício”, tanto no sentido de estar condicionado à confiança na sua existência – e não na existência de fato – quanto de estar apartado de realizar-se na usurpação do trabalho. (FATORELLI, 2013; FONTES, 2010; LIMA,2006). Esse capital transpõe-se sob outra forma que não o dinheiro: o crédito baseado na confiança de papéis – títulos – para a sua posterior compensação. Esta, a maneira corrente de capitalização utilizada pela quase totalidade dos capitalistas e pelos organismos financeiros, consolidou-se como instrumento de subordinação e extração de renda, a exemplo da dívida pública, “a qual designa originalmente um comprometimento futuro do Estado com a produção de recursos inexistentes no presente e que lastreiam a emissão de títulos da dívida” (FONTES, 2010, p. 37). Não obstante, segundo Fattorelli (2013), a prática iniciada após os anos 1970 e que estabeleceu o “sistema da dívida” consistiu exatamente na concessão de “volumes exagerados de crédito” (Idem, p. 14) para países da América Latina, África e tiveram “a característica predominante de ausência de entrega efetiva dos respectivos recursos” (Idem, p. 14), o que, de maneira alguma, concorreu para que fosse interrompido o fluxo de renda da periferia para o centro que caracteriza o “sistema da dívida”.

O “sistema da dívida” é o fundamento da discussão sobre extração de renda, mas também tem implicações na discussão sobre o capital-imperialismo totalizante, o qual adquire sentido nas relações do presente, mas se materializa no futuro. Nesse sentido, se para Marini (2013) a expressão máxima do subimperialismo é a superexploração do trabalho, que encadeia potências globais e potências regionais – as últimas como centros periféricos – em ordem crescente de extração da mais-valia, para Fontes (2010), a expressão máxima do capital-imperialismo (o vetor das relações capitalistas em âmbito global) é a expropriação, a qual, alcançando os níveis mais elevados – como a expropriação de direitos e de meios de vida – atinge o conjunto da humanidade. Por isso a autora discorda de Marini (2013) com relação à abordagem do subimperialismo como um movimento a parte – ou em cooperação com o imperialismo – dentro da periferia e baseado na superexploração do trabalho. Para ela, a expropriação de direitos é uma

dimensão aprofundada e concreta da superexploração do trabalho, traduzindo-se no “lugar comum” do trabalhador no mundo dominado pelo capitalimperialismo.

Nesse aspecto, tendo em vista o atual cerceamento do debate público e a emergência da violência como resposta a reivindicações políticas no campo do direito e da cidadania em diferentes partes do mundo, desde as revoltas árabes e as jornadas de junho de 2013 no Brasil até o nosso lugar de pesquisa, o reassentamento de Cateme, não é difícil concordar com a tese de que há expropriações de direitos no presente. Esta fratura fica evidente diante do aprofundamento da crise capitalista global após 2008, a partir de quando se assiste uma escalada de sacrifícios sociais memoráveis na história recente em favor do salvamento das instituições financeiras (HARVEY, 2011; ZIZEK, 2012). Dessa forma, a expropriação no mundo do trabalho amplia-se diante dos contextos de insegurança e crise. A grande contribuição para essa afirmação vem de Bauman (2007a), ao destacar que a insegurança constante dos postos de trabalho tem promovido uma alteração da dinâmica comportamental humana. A fluidez da condição de trabalhador atuante, isto é, empregado no mercado, impede que as pessoas projetem para si – em suas vidas – uma dimensão criada e alimentada pelo próprio capital-imperialista: a dimensão da expectativa em torno do futuro.

Naturalmente, as legislações trabalhistas flexíveis tem o mérito de contribuir para que o trabalho tenha se tornado uma realidade que pertence exclusivamente ao presente e não ao futuro – este último representando mais um universo de incertezas e de inseguranças do que de expectativas. Entretanto, o que se torna determinante para tal é a inconstância do próprio capital-imperialismo, que se movimenta fluida e rapidamente pelo globo, entrando e saindo de empresas e países, promovendo crescimento rápido e depressão abrupta à custa da chantagem que força os trabalhadores contra as instituições e contra o próprio Estado no sentido de, ele mesmo, ainda que sujeito da superexploração, apresentar-se na trincheira para defender o capital (ZIZEK, 2012) – ou o capital-imperialismo –, impedindo, por exemplo, que fábricas multinacionais fechem ou que comunidades como a de Cateme reivindiquem seus direitos em face da possível saída da Vale de Moçambique.

Nestes termos, o sentido final da expropriação, a medida que avança através do mundo do trabalho para o território dos direitos, traduz-se em expropriação do futuro. E é com base na expropriação dos direitos sobre o futuro que o capital-imperialismo fixou a sua

última – não por ser a final, mas por ser a mais atual –fronteira. A restrição dos benefícios da seguridade social enquanto política pública fez surgir uma resposta do capital, motivando agentes econômicos que se multiplicaram para cobrir a ausência do Estado: planos de saúde para sanar a ineficiência do sistema público de saúde; financiamentos estudantis para a insuficiência do ensino público; entre outros. Porém, foi precisamente a restrição do direito e dos benefícios da aposentadoria que fez surgir uma fonte nova – e profundamente perversa – de acumulação, que conecta milhões de pessoas através do mundo em operações financeiras virtuais no tempo e no espaço: os fundos de pensão e, sucessivamente, os fundos de investimento (FONTES, 2010). A perversidade à qual se refere é ambivalente: trata-se, ao mesmo tempo, tanto de transformar trabalhadores e trabalhadores, muitas vezes separados apenas no espaço, em agentes e sujeitos da exploração quanto de promover a expropriação do futuro diante da expectativa da vulnerabilidade humana, ou seja, a expropriação do direito de envelhecer tendo assegurado um benefício digno.

Assim, a expropriação de direitos, iniciada no campo material, consolida-se no campo financeiro. Por isso, concordando com Fontes (2010), ainda que hajam profundas discrepâncias entre a condição de trabalhador ao redor do mundo, na era capital-imperialista, a expropriação atinge também os trabalhadores do centro e, em razão disso, já não se poderia restringir a superexploração à periferia do sistema, como argumentaria Marini (2013) ou Jessé Souza (2012). Porém, cabe um questionamento a essa afirmação: até que ponto é possível vislumbrar sob o mesmo guarda-chuva expropriação um trabalhador europeu, que vem tendo seus direitos sociais reduzidos desde a década de 1990, como menciona a autora e que, para além disso, viu esses mesmos direitos serem drasticamente reduzidos nos últimos 4 anos em consequência da crise no continente, e o costurador de sapatos cuja narrativa inicia este capítulo, ou ainda, as mais de mil famílias reassentadas pela Vale em locais cuja capacidade produtiva da terra está, notoriamente, muito abaixo daquelas às quais as comunidades se referem como “locais de origem”?

2.2 –Perdendo o mundo: expropriação, a sutileza do gesto

O local de origem das famílias, ao qual nos referimos fica às margens do Rio Revúboè. Visitei esse local, muito embora não a parte que concessionada à Vale, porque esta está

cercada, e vi cenas que as palavras não conseguem descrever. Durante os cerca de 80 dias em que estive em Tete, passei diariamente pela ponte sobre o Rio Revúboè e acompanhei, ainda que visualmente, a retirada das famílias daquele local – não as da Vale, as quais já foram retiradas desde 2009. Essas estavam sendo removidas para dar lugar a dois projetos: o primeiro, a extensão da mina de outra mineradora, a Rio Tinto⁶¹; e o segundo, a ampliação da estrada (Estrada Nacional N1, que liga Tete à Beira) e da ponte, ambas muito estreitas para os carregamentos de carvão e de outros produtos que passavam diariamente por ali vindos, muitas vezes, dos outros países próximos, como Zimbábue e Malawi⁶². Os dois lados da ponte costumam ser divididos da seguinte forma: no sentido de quem vai da vila de Moatize para a cidade de Tete, do lado esquerdo da ponte os animais (bois, vacas, cabritos) bebiam água e os homens tomavam banho; do lado direito estavam as machambas⁶³ e era onde as mulheres tomavam banho. Essa organização do espaço contrastava com outras atividades, como a extração de pedras, que eram quebradas em pedaços menores por crianças do sexo masculino de até 16 anos de idade. Deste local, as pessoas seriam indenizadas em 119 mil meticais (cerca de 3.960 dólares americanos, segundo informações locais) e transferidas para o reassentamento da Rio Tinto, cuja localização é próxima de Cateme, mas a área, segundo pude constatar, é melhor. O solo é mais úmido e há um córrego próximo, o que também dá acesso a alguns recursos florestais, como a madeira, amplamente utilizada para fazer carvão.

Um pouco distante da ponte, no curso do rio Revúboè está o local de onde os atuais habitantes de Cateme foram retirados. É, portanto, um lugar semelhante a este. Cateme,

⁶¹ A Rio Tinto também possui minas de carvão na região de Moatize, as minas de Benga. O reassentamento construído por esta empresa, chamado Mwaladzi, fica a cerca de 4 quilômetros de Cateme. Segundo Mosca e Selemane (2011), o processo de reassentamento das famílias da região de Benga foi iniciado em novembro de 2010 e, como pude presenciar, em julho de 2013, ainda não havia terminado.

⁶² O Zimbábue e o Malawi são países a oeste da Província de Tete que, em razão de não possuírem acesso à costa marítima, transportam produtos exportados e importados pela Estrada Nacional 1 indo e vindo do Porto da Beira, Província de Sofala, Moçambique.

⁶³ Machambas, cabe explicar, são pequenas unidades agrícolas, normalmente com tamanho médio de 2 hectares, segundo apurei. Consiste em uma área preparada pela família - na maioria das vezes, pela mulher - para a agricultura, constituindo-se como determinante cultural forte na tradição do povo moçambicano. Em virtude de a terra ser “pública” e as unidades de machamba, pequenas, é comum que, até quem viva na capital do país, Maputo, tenha uma pequena machamba onde é possível cultivar parte da alimentação da família. Um apontamento importante: normalmente não se encontram animais nas machambas. Áreas onde se encontram animais costumam ser de pastagens naturais e comuns. Em resumo, nas comunidades, cabritos, bois, porcos e galinhas ficam soltos, não sendo habitual cercá-los ou amarrá-los.

no entanto, tem outro cenário: há sérios problemas quanto à disponibilidade e ao abastecimento de água; o solo é arenoso e bem drenado (seco), tendo sido possível avaliá-lo visualmente como tal, o que, segundo os informantes das comunidades, o torna impróprio para o cultivo; a temperatura, conforme repetidamente me informaram, é mais elevada. A estrutura do reassentamento e a disposição racionalizada das casas não condizem com o padrão que encontrei em nos demais vilarejos visitados. Em Cateme são extensos talhões (cerca de 1,2x0,8km) numerados e delimitados com um marco de cimento nas extremidades, que contem a casa e um terreno adjacente para uso individual livre. As quatro comunidades reassentadas (Malabwe, Chipanga, Mitete e Bagamoyo) são indicadas, cada uma, por uma placa indicando o nome do “bairro”. Há outras comunidades em Cateme, as quais habitavam anteriormente no local, muitas delas formadas por pessoas que tinham moradias sazonais⁶⁴ na região. Sem rio, sem terra para cultivar – algumas vezes não havia sequer água para beber e tomar banho, já que as bombas usadas na captação de água do subsolo são elétricas e as constantes quedas de energia geram desabastecimento –, distando cerca de 40 quilômetros da Vila de Moatize e 8km da rodovia (Estrada Nacional N1), tendo que pagar para se deslocar até lá mesmo sem ter condições reais de produzir excedentes que lhe propiciariam o acesso ao meio de troca (dinheiro) e sem, sequer, acesso ao ambiente de troca (não havendo mais possibilidade de se negociar no mercado de Moatize) o reassentado em Cateme é a leitura mais expressiva do tipo de expropriação a que nos referimos.

Diferentemente do trabalhador europeu, a quem foi negado o direito ao trabalho e ao estado de bem-estar, ou do costurador de sapatos – de quem não me esqueci –, a quem foi negado o direito de ser reconhecido enquanto trabalhador e, sucessivamente, o direito à proteção das leis relativas ao vínculo formal trabalhista, o reassentado de Cateme foi expropriado no que tange aos seus meios mais elementares de manutenção da vida. Aspectos formais de produção e de consumo e informais ou simbólicos, que fogem à racionalidade materialista do capitalismo, socialmente inscritos no espaço e no tempo é o que Hebinck (2007) e Scoones (1998) chamam de “meios de vida”. Os elementos que dão razão aos meios de vida envolvem uma cosmologia própria que

⁶⁴ Moradias sazonais, conforme apurei, eram casas que as pessoas ocupavam apenas na época do cultivo da terra (outubro a abril), que coincide com o período chuvoso. No local onde foi estabelecido o reassentamento, haviam casas desse tipo, ou seja, havia pessoas que tinham suas machambas no local e que também tiveram que dividir os recursos (terra, água e espaço) com as 716 novas famílias foram reassentadas pela Vale. As pessoas que viviam sazonalmente na região de Cateme eram também moradores, em grande parte, da Vila de Moatize (informação local).

inclui os fazeres, os usos, que conferem sentido às práticas (RIBEIRO, 2008; CERTEAU, 2012). Assim, a construção do sentido que dá razão à prática é a tarefa cotidiana dos sujeitos em busca de concretizar a existência humana enquanto capacidade de para transformar o ambiente e as situações adversas em seus respectivos contornos.

A expropriação em Cateme se expressa sobre os meios de vida das comunidades. Tal situação é intimamente perturbadora por sintetizar, de forma sensível, tudo o que temos discutido desde o início: a capacidade de o capital-imperialismo se transmutar para os espaços mais recônditos da existência humana. A experiência com o tempo esteve constantemente inscrita nesse universo de forma reveladora. Na era do capital-imperialismo, a sua construção predatória sobre o futuro de uns, expropria o presente de outros, e esses outrossomos quase todos. As pessoas, em menor ou maior grau, vão perdendo o direito sobre a sua própria representação do tempo. Perde-se, progressivamente, a relativa autonomia, a relativa autodeterminação e a já inconstante capacidade de projetar para si a dimensão de tempo imposta pelo capital-imperialismo: o futuro. Essa percepção é particularmente notável nos discursos dos jovens⁶⁵ de Cateme e reflete, às vezes até cita, a forma como a “perda do mundo” (GIANNOTTI, 2008), que é a perda do controle sobre os caminhos e descaminhos da própria vida, se manifestou depois do reassentamento. Decerto, a maneira impositiva relatada por eles na condução do processo de reassentamento, fez com que sentissem que, aparentemente, o mundo deles, mesmo representando tudo para eles, sob a lógica do capital-imperialismo intrincado nos megaprojetos, não valia nada.

Conheci um jovem em Cateme que me inquietou bastante. Este, a quem chamarei de Júnior, tinha 27 anos, quase a mesma idade que eu – na época com 25 – revelou-me uma dimensão que eu ainda não havia notado: a dureza do silêncio. Falo, não em

⁶⁵ Consideramos jovens, para todos os efeitos, aqueles com idade até 29 anos, como recomenda a PEC da Juventude brasileira (Brasil, 2008/2010, p. 10). Apesar de reconhecemos a faixa etária de 15 aos 24 anos da UNESCO como um marco importante (MEC & UNESCO, 2007, p. 21), expressamos nossa concordância com a extensão brasileira. Para efeitos de Moçambique, a única referência à faixa etária que compreende esse grupo social está no Estatuto da Organização da Juventude Moçambicana – OJM –, entidade representativa dos jovens ligada ao Partido Frelimo, que estabeleceu 18 e 35 anos como mínimo e máximo, respectivamente (OJM, 2010, p. 7). Fontes: http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/marcos-da-politica-nacional-de-juventude/PEC%20da%20Juventude%20Revisado_05.05.20091.pdf (Acessado em 25/02/2014 às 22:37h); <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154580por.pdf> (Acessado em 25/02/2014 às 22:37h); <http://ojm.org.mz/images/Estatutos da OJM Vers. Final.pdf> (Acessado em 25/02/2014 às 22:36h).

linguagem figurada, mas no sentido denotativo de silêncio, que é a aparente ausência de vida e de movimento. O Júnior vivia no bairro de Chipanga e integrava a parte dessa comunidade que foi classificada como rural – a revelia de qualquer critério suficientemente claro. Ele era casado e tinha um filho – que estava doente quando o visitei. Trata-se de uma pessoa verbalmente articulada e com experiências interessantes, tendo morado no litoral de Moçambique e na África do Sul. Mas o que mais me surpreendeu quando estive em sua casa – um exemplar do “tipo C”, as casas de plantas menores no padrão adotado pela construtora terceirizada da Vale, a Seta – é que ele tinha um rádio executando músicas muito altas que, de longe, quebravam o silêncio da savana. Foi ao som desse rádio que conversamos por mais de uma hora. De repente, sem que eu esperasse, ele me revela o motivo da música:

Eu nasci aqui em Tete, cresci em Inhambane [província no litoral de Moçambique], voltei, fiquei um tempo em Chipanga, fui para a Vila [Moatize], passei um tempo na Vila, fui para a cidade [Tete] e fiquei muito tempo lá, quase sete anos. Então com aquele ambiente todo da cidade, não é?! Então voltei no ano passado [2012], fui à África do Sul, que é o ambiente mais agradável da cidade, né, muito, muito bom! Dá mesmo pra viver lá. E voltei. Agora sim estou aqui, tudo calmo, né?! Silêncio, nem movimento não existe, tenho que fazer essa caminhada toda para chegar lá [no mercado] pra pelo menos ver um ambientezito assim... **Eu tenho estado aqui a fazer barulho com a minha música só para não pensar em muita coisa.** E a minha senhora [a esposa dele] também não gosta, às vezes ela chega e desliga a música. Porque tá silêncio, silêncio, então tento pelo menos fazer o barulho da minha casa para não pensar em muitas coisas. Por isso eu gostava mesmo do ambiente de viver na cidade, ter aquele ambiente de passear daqui pra ali, agora aqui vou passear para onde? Nada! Gosto daquele movimento, de assistir televisão, mesmo se for sozinho, mesmo se for um jogo agradável, você vai estar sozinho assistindo. **Podes estar acompanhado dos amigos, eu não tenho amigo aqui.**(Júnior – fonte local).

A solidão e a pressa de tentar olvidar o peso da “perda do mundo” eram compensadas pelo êxtase que os ritmos noturnos estadunidenses lhe causavam. Percebi que ele

preferia as músicas estrangeiras às moçambicanas. Isso, embora uma tendência na cidade, não era comum em Cateme. A música alta sim era muito comum – relembrando o que me disse um sábio, isso era de fato sinônimo de tristeza e não de alegria – mas não a estrangeira. A perplexidade dessa situação advém da tentativa desesperada de fugir ou de pelo menos sublimar a realidade com base nos estímulos externos que acionam emoções aparentemente ocultas na dimensão íntima. Não se trata de colocar todas as reações sob o mesmo módulo de intensidade, mas parece ter a música frenética e em alto volume, seja estrangeira ou moçambicana, o mesmo sentido que o álcool – especialmente as bebidas alcoólicas artesanais, que chegam a custar menos de 1 dólar americano – tem na tentativa catártica das pessoas de estabelecerem um outro “eu” sobre si, um ser superpotente capaz de retomar o controle sobre os sentidos. Para Júnior o silêncio era uma expressão do tempo, do tempo perdido de quem aparentemente se converteu em inútil. Essa era a sua maior preocupação: a falta de emprego (e não somente de trabalho), sobre a qual ele se queixou bastante, o fazia se sentir sem utilidade enquanto ser humano, expondo uma forma de compreensão do mundo típica de quem foi tocado pela modernidade, mas ficou preso nas franjas do sistema.

Eu não sei que governo, que tipo de governo é esse que vai estar a favor dos **brancos** – não estou a falar mal dos brancos, hein?! [foi uma de minhas últimas entrevistas e a essa altura eu já não expressava grandes constrangimentos com o fato de me identificarem como “azungo”, que significa branco na língua nyungwe. Fazer o que? Era o que todos viam. Não podia e não posso mudar isso.] – mas eles são os vindouros, nós estamos aqui. Não é nenhuma exigência a esses brancos... [interrompemos novamente por causa do filho dele que estava doente] não há nada de bom. Por exemplo, eu estava só falando na minha cabeça: tão aí os brancos estão a extrair minas, estão aí a fazer tudo, todas as melhorias lá no país deles, porque eles não fazem fábricas aqui, processam o carvão aqui e só levem os lucros para o país deles? Isso ia desenvolver. É o que esta a acontecer com a África do Sul. Os brancos foram ditos: não, vocês só vão tirar ouro aqui, vão extrair tudo aqui, vão processar tudo aqui, lá no vosso país só tem que estar a ir os lucros. A África do Sul é desenvolvida, dizem que a África do Sul é uma Europa perdida. Conheces a África do Sul, né?! Vistes como lá é desenvolvido?

Porque? Não é carvão e ouro que estão a fazer também lá? Tanto faz, aqui também deviam fazer a mesma coisa. (...) Não seria bom que processassem aqui? **Eles teriam os lucros deles lá e nós teríamos emprego.** Porque o que está em causa, Ana, é o emprego, nós queremos trabalhar. Ok, não estudamos lá tanto, temos lá nossos níveis assim baixinhos, tá, mas eles tinham que entender e dizer “nós que reasentamos essas pessoas, então temos que procurar um sítio qualquer que essas pessoas, seja na empresa, a pessoa vai trabalhar”. Desde que a pessoa saiba assinar o seu nome será suficiente para eles. Eles não podem vir aqui e dizer “não, queremos alguém com o décima segunda [classe, refere-se ao nível escolar de ensino médio], queremos alguém com décima [refere-se ao ensino fundamental]”, não são muitos que tem essas classes(Júnior – fonte local).

Poderíamos, de fato, ter recorrido a outras declarações, mas nenhuma delas expressaria com uma brutalidade tão inocente o que é a expropriação capital-imperialista. Em última análise, ela sonega a dignidade humana e corrompe violentamente as tentativas de se estabelecerem os sentidos. A razão disso é a perda do controle sobre o espaço e sobre o tempo, isto é, em uma dinâmica em que até o “tempo sem sentido” – ou a coação ao ócio – é expressão mais pura da expropriação. Sob o signo dessa expropriação vagueiam tantos por Moçambique ou pelo Brasil. Sem direitos, sem autonomia e sem espaço, ser transformado em “sem tempo” é a síntese e a antítese do que isso passou a significar no mundo moderno. Ser “sem tempo” atinge tanto aqueles cuja dedicação compulsória a ter a mais-valia extraída é constante quanto aqueles que, para viabilizarem a extração da mais-valia alheia, são lançados e mantidos na condição permanente de expropriados. Sofreram a expropriação das possibilidades de realizar material e espiritualmente o que o capital-imperialismo difundiu como a meta obsessiva da humanidade: o futuro. Assim, a expropriação do futuro, na medida em que ela se realiza, é a expropriação dos sentidos da vida.

2.3 – Na balada do tempo:a música como indício

A partir das declarações do jovem de Cateme, surgiu uma curiosidade sobre a música que será explorada aqui na perspectiva indiciária. De alguma forma, a música dizia algo

sobre o tempo, ou pelo menos sobre as sensações de tempo, o que é elementar a essa pesquisa. Para tanto, o uso "indiciário" (GINZBURG, 1991) dessa expressão artística busca uma interpretação sobre os sentidos, exigindo a dedicação sensorial de se sujeitar a essas possíveis sensações – nos termos de Santos (2006), “criar o espaço-tempo necessário” para, de fato, viver a experiência social. A tentativa é de apurar as expressões do que, supõe-se, serem ações e comportamentos influenciados por um movimento global e contemporâneo do capital – e sua respectiva força de “arraste”. A possibilidade de explorar o universo sensorial acerca do tempo se apresenta também como diretriz metodológica, o substrato da defesa de Boaventura de Sousa Santos (2006) no sentido de superar a "razão indolente", plenamente instalada nas ciências sociais produzindo e reproduzindo verdades incompletas, posto que foram incompreendidas na sua totalidade. A música ofereceu alguns aportes para a compreensão da comunicação entre global e local a partir da perspectiva de “razão cosmopolita”. Outros discursos que encontrei dispersos no cotidiano de Tete e Cateme foram igualmente reveladores. A velocidade do tempo e o lugar das pessoas no tempo pareceu variar substancialmente conforme o lugar social em que cada agente se encontrava.

(...) chama de razão indolente e proponho (...) um outro modelo, que designo como razão cosmopolita. Procuo fundar três procedimentos sociológicos nesta razão cosmopolita; a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução. (...) A compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo. (...) a característica mais fundamental da concepção ocidental de racionalidade é o fato de, por um lado, contrair o presente e, por outro, expandir o futuro. A contração do presente, ocasionada por uma peculiar concepção da totalidade, transformou o presente num instante fugidio, entrincheirado entre o passado e o futuro. Do mesmo modo, a concepção linear do tempo e a planificação da história permitiram expandir o futuro indefinidamente. Quanto mais amplo o futuro, mais radiosas eram as expectativas confrontadas com as experiências do presente. (...) Proponho uma racionalidade cosmopolita que, nesta fase de transição, terá de seguir a trajetória inversa: expandir o presente e contrair o futuro. Só assim será possível criar o espaço tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje. Por outras palavras, só assim será possível evitar o gigantesco desperdício da experiência de que sofremos hoje em dia. Para expandir o presente, proponho uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências. (SANTOS, 2002, p. 238-239).

Seja em Tete, em Moatize ou nas comunidades de Chipanga, Malabwe, Mitete e Bagamoyo antes do reassentamento, o tempo passava como uma procissão de acontecimentos cotidianos: as pessoas iam e voltavam das suas machambas, comiam,

faziam seus negócios informais, praticavam o artesanato (vassouras e esteiras de dormir, segundo os relatos locais), pescavam, tomavam banho, lavavam a roupa e levavam os animais para beber água no rio. Em Tete ainda se pode ver as machambas em toda a margem do rio Zambeze, porém a medida que se viaja em direção a Cateme os vestígios de comunidades em volta dos afluentes do Zambeze vão diminuindo. Na chegada a Cateme, a imagem é radicalmente diferente. Não há rio, as pessoas vão e voltam de suas machambas secas, por vezes, improvisadas em algum lugar distante daquele que a Vale determinou para tal, já que lá as pessoas constataram que não havia espaço suficiente e tampouco solo fértil e água disponíveis para o estabelecimento das mesmas culturas que eram praticadas às margens do rio Revúboè - especialmente para o milho, exigente em umidade e principal componente da alimentação local, mas também para o amendoim, a mapira, o tomate e o repolho. O ritmo dos acontecimentos, por vezes desesperançosos, era quebrado pela música. Na maior parte do tempo, músicas locais, algumas das quais cantadas na língua local - nyungwe. Tratava-se de músicas dançantes e era comum apanhar senhoras de todas as idades movimentando freneticamente os quadris naquele ritmo. Com frequência essa cena se repetia no mercado - que se tornou um ponto de convergência dentro do reassentamento construído sem quaisquer outros espaços de encontro ou convivência coletivos - ou nas casas das senhoras enquanto elas trabalhavam.

O mercado me ofereceu diversas possibilidades de contato com as pessoas, suscitando reflexões interessantes. Por ser o local de onde partiam e aonde chegavam os machimbombos (ônibus que fazem o trajeto de ida e volta de Cateme à Vila de Moatize ao preço de 20 meticais, pouco mais de 1 real) e os chapas (as famosas vans privadas que fazem o mesmo trajeto ao preço de 30 meticais, cerca de 2 reais), todos que chegavam e/ou partiam eram validados por aquele espaço. Eu era uma figura facilmente notada, por isso, logo no primeiro dia, a minha chegada foi rodeada por curiosidades e desconfianças, mas talvez por algum fio de esperança também. Ocorre que o sentimento em Cateme, o qual se percebe seja nas conversas cotidianas seja no relacionamento com as pessoas, é de profundo abandono. As pessoas se sentem enganadas e abandonadas por quem parece lhes ter prometido possibilidades de efetivamente mudar de vida. Além disso, o assunto Cateme tem suscitado bastante o interesse da mídia, de pesquisadores e militantes de organizações da sociedade civil. Esse movimento tem sido mundial. Após 2012, ano em que o assunto do reassentamento foi denunciado pela mobilização da

própria comunidade em parceria com organizações da sociedade civil como a Justiça Ambiental, a Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades e a Liga dos Direitos Humanos, Cateme foi visitada por movimentos sociais como a Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra; por jornais desde a Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo até o britânico The Guardian e o francês Le Monde Diplomatique; e algumas organizações não governamentais internacionais.

Nesse contexto, em que as pessoas são constantemente arguidas sobre suas condições adversas, começa a surgir uma razão mais do que compreensível para a desconfiança. Entretanto, a forma como procuravam se aproximar de alguma forma, especialmente as crianças, contando e querendo ouvir histórias demonstrava algum traço de que ainda havia uma disposição a colaborar com mais essa pesquisa. Assim, o mercado era um ambiente importante porque me proporcionava a chance de quebrar alguns paradigmas, especialmente o paradigma da privacidade do lar. Era especialmente mais descontraído e interessante conversar com as pessoas em um ambiente rodeado por um tom de "festividade" e por uma ideia – ainda que incompleta – de espaço público. A música fazia parte disso, mas também abria espaço para a naturalização da pouca diversão que restou depois da retirada da margem do rio, do qual as comunidades dependiam para praticamente tudo: alimentação (agricultura e pesca), higiene e lazer. O mercado proporcionava tudo isso também porque dispunha de energia elétrica, tornando-se o lugar aonde as pessoas iam para ouvir as notícias do rádio e assistir aquela que era provavelmente a única televisão existente em Cateme. Não que não houvesse energia elétrica em algumas casas, mas a iluminação individual é rara. Isso por várias razões, mas principalmente porque, segundo apurei, as pessoas não costumam dispor de recursos para pagar a ligação tampouco a fatura mensal. Segundo apurei, alguns estão se valendo das indenizações para fazer a ligação. Quanto à fatura, esperam que, a medida que obtiverem um trabalho, serão capaz de pagar regularmente. A televisão, por sua vez, cumpria um papel social interessante: as pessoas vinham de todas as pontas do de Cateme para assisti-la. Ela sintonizava com alguma qualidade 3 canais, dentre os quais os moçambicanos STV e TVM e a subsidiária da Rede Record - brasileira -, a TV Miramar, que basicamente reproduz a programação do Brasil, porém com edição própria do programa "Fala que eu te escuto", vinculado à Igreja Universal do Reino de Deus e que ocupa boa parte da grade de programação do canal.

Os canais de televisão eram transmissores de uma certa cultura musical, mas não parecia conquistar muitas pessoas além dos jovens. Assim, o apreço pelas músicas ocidentais, especialmente originadas dos Estados Unidos ou da Europa, se popularizava através dos aparelhos celulares chineses que os jovens compravam provavelmente na cidade - Tete. Avaliei que um aparelho novo, simples e pequeno poderia custar até 300 meticais - cerca de 20 reais - numa loja de chineses. Por 800 meticais - menos de 55 reais - poder-se-ia adquirir um smartphone simples com dois chips. A transferência de dados, por meio de Bluetooth ou conexões de internet 3G, é o combustível que move a cultura do compartilhamento e o compartilhamento da cultura e, sendo a conexão à internet 3G especialmente rápida nos aparelhos móveis em Tete, o cenário é positivo para a difusão de músicas, vídeos ou qualquer outro produto cultural criado em qualquer parte do mundo. Assim, por vezes, a minha ida a Cateme acontecia dividindo o assento do chapa com algum jovem que ouvia músicas no celular. Delas, muitas vezes, a minha imaginação derivava imagens que abrangiam desde a minha própria adolescência até o vibrante verão europeu do ano corrente. Eram as canções de Linkin Park⁶⁶, Guns'n Roses⁶⁷, Rudimental⁶⁸ ou Swedish House Mafia⁶⁹ (entre muitos outros), que me confirmavam a todo instante a suposição da força indiciária da música: ela faz lembrar, faz esquecer e é, por excelência, a expressão artística de alguém (ou de um coletivo) que toca outro alguém (ou outro coletivo) - significando, portanto, a marca de um tempo, de uma geração ou "época", e construindo a sua própria noção do tempo, o tempo

⁶⁶ Linkin Park é uma banda de rock estadunidense formada em 1996 na Califórnia. No início dos anos 2000, essa banda era muito ouvida pelo público dos 12 aos 16 anos. Há muitas músicas que são reconhecidas até os dias atuais, entretanto a que interessa aqui, por ter sido tocada por um celular Nokia 5130 (um dos modelos mais simples e mais antigos dessa marca) de um garoto de 14 anos no chapa a caminho de Cateme, é "Burn It Down".

⁶⁷ Guns'n Roses é uma banda de "hard rock" estadunidense formada também na Califórnia em 1985. Atualmente fora de atividade, o grupo imprimiu a sua marca nas gerações de jovens dos anos 1980 e 1990. Fonte: <http://www.gunsroses.com/> (Acesso em: 13/06/2014 às 20:26h).

⁶⁸ Rudimental é uma banda britânica da periferia londrina, constituída por Piers Agget, Amir Amor, Kesi Dryden e pelo DJ Locksmith. O quarteto, que define seu estilo musical como "eletronic" e "liquid funk", é distribuído por duas gravadoras, uma comercial e outra independente: Asylum Records e Black Butter, respectivamente. Os quatro integrantes parecem, curiosamente, representar, cada um, grupos sociais comuns às periferias europeias: há dois negros, um árabe e um terceiro, asiático. E, na verdade, todos são londrinos. A capa do primeiro CD da banda, "Home", é de um dos maiores grafites d'Os Gêmeos - a dupla de irmãos gêmeos de São Paulo e provavelmente os grafiteiros mais reconhecidos em todo o mundo atualmente - em Londres. No verão de 2013, a música "Waiting all night", uma parceria com a cantora britânica Ella Eyre, foi o grande sucesso do grupo, além de outras quatro: "Feel the love", "Not giving in" "Right here" e "Free". Fonte: <http://www.rudimental.co.uk/> (Acesso em: 13/06/2014 às 20:23h).

⁶⁹ Swedish House Mafia é um grupo sueco constituído por três DJs e produtores de "house": Axwell, Steve Angello e Sebastian Ingrosso. Do verão de 2009, quando o grupo foi lançado até 2013, nenhuma de suas músicas haviam tocado tanto em todo o mundo quanto "Don't you worry child" tocou no verão de 2013. Fonte: <http://leavetheworldbehind.com/> (Acesso em: 13/06/2014 às 19:56h).

comprimido e acelerado pelo ritmo. Por isso procurei os espaços que me colocavam em contato com a música - ou com a apreciação social da música - e busquei compreender no ritmo um traço de globalidade que conectava as pessoas de Cateme e de Tete ao mundo. A conexão pela música, embora não seja a única ou sequer a principal, carrega uma disposição à difusão e à globalidade compatível à fluidez das suas ondas. Essa condição vanguardista relaciona-se com a sensação de tempo que procurava identificar e compreender nas discotecas de Tete, nos chapas e em Cateme.

No consumo globalizado da música, não é mais possível isolar as inter-relações entre música e identidade em espaços engessados, o que permite perceber que nas cenas se afirmam identidades nas constantes negociações entre afirmações cosmopolitas (conexão com expressões musicais que circulam em lugares distintos do planeta através da internet e outros meios) e a forma como as mesmas expressões musicais se materializam em diferentes espaços (JANOTTI Jr, 2012, p. 116).

A música, entre as outras linguagens da arte, como o cinema estudado por Martins (2013)⁷⁰, são capazes de produzir verdadeiras marcas no tempo. Um carimbo no papel em branco da dialética que conecta as sensações humanas sobre o tempo ao mesmo (lembranças, memórias, sentimentos, perspectivas) instante em que, por si só, expressa essas sensações sobre o tempo (ocioso, rápido, acelerado, caótico, destrutivo). Não é por acaso que a autora conclui que a exacerbação de efeitos especiais destrutivos nos filmes de ação, por exemplo, traduzem a escalada da potência destrutiva presente na sociedade contemporânea ao mesmo tempo em que esses mesmos enredos do cinema potencializam o nosso imaginário destrutivo. Com a música não seria diferente, muito embora ela expresse diversas tendências e ritmos pelo mundo, o predomínio da música eletrônica com seus ritmos acelerados, transitórios e recorrentes traduz uma tendência do nosso tempo a exacerbar sensações no menor espaço de tempo possível. A aceleração dos ritmos como tendência predominante entre os estilos musicais ocidentais refere-se a uma sensação de tempo acelerado, cada vez mais curto e mais transitório. Mas de que tipo de aceleração estamos falando?

A aceleração do tempo surge como um dos dilemas da existência humana contemporânea. Parafraseando Shakespeare em Hamlet, é como se entre o "ser" e o "não ser" não houvesse mais "a questão", mas houvesse "o tempo", tempo fluido, em

⁷⁰ A autora estuda a relação entre o cinema de ação e as perspectivas futuristas. As sensações de tempo também permeiam suas abordagens.

condição transitória. Bauman (2007), ao desenvolver a ideia de liquidez, conclui que o tempo líquido é um tempo acelerado, perdido entre a lembrança do passado e a incerteza sobre o futuro. Baseado nesse mesmo princípio da incerteza sobre o futuro como a regra que consome a existência de um presente independente que Giannotti (2008) sustenta a ideia "perda do mundo". Trata-se da perda de referências essenciais para dimensionarem a existência humana. Se os espaços, o tempo, o trabalho, a técnica - e portanto, possivelmente, também o conhecimento enquanto técnica e com a sua própria técnica - são transitórios, porque se prender a qualquer coisa que tente se eternizar? No caso particular da música, talvez a pergunta melhor seja: se tudo no universo capitalista adquiriu o status de transitório, porque não se expressar conforme essa tendência e, exatamente por essa sintonia, lucrar com tal possibilidade? É possível que quando se ouve as notas repetitivas e artificializadas, mixadas ou exaustivamente remasterizadas - que pode ser entendido como sinônimo do processo de pasteurização - a conclusão de Bauman fique mais visível. Algumas dessas músicas produzem efeitos incontestáveis na emoção humana, a maior parte dos quais marcados pela excitação niilista de estar muito próximo da fronteira entre o mundo e o "não mundo" - o não lugar e o não tempo. Este estado, embora aparentemente expresse um contentamento ímpar, caminha ao largo de sê-lo de fato. Enquanto negação do mundo, é um estado constante de busca desesperada por sentidos na tentativa objetiva de sublimar a realidade. Algo eminentemente característico da sociedade acelerada, de indivíduos acelerados vivendo o tempo acelerado que nos foi imputado.

Os jovens com quem conversei em Cateme estavam em busca desse sentido. Expropriados no espaço e no tempo, eles andavam de um lado para o outro sem conseguir projetar horizontes distantes para suas existências. Alguns afirmavam objetivamente lhes restar apenas a espera pela brevidade da morte. A manifestação da morte como fim desejável é algo comum em Cateme, o que surpreenderia a qualquer pesquisador. Um nível de desesperança chocante. Capaz de levar jovens em tenra idade, como um dos ex-oleiros (um dos quais se achava impedido de trabalhar fazendo tijolos porque seu antigo local de trabalho em Chipanga atualmente faz parte da área de concessão da Vale) a quem contatei, à época com 19 anos, a declarar que foi colocado no reassentamento para "esperar a morte" porque era a única alternativa que lhe restava. A espera pela morte como forma de redenção também era acompanhada do abuso de bebidas alcoólicas, o qual parecia ter um sentido muito claro: forçar a sublimação da

existência compulsória, condicionada ao não lugar e ao não tempo, para, quem sabe, tornar ainda mais transitório o tempo de vida. Sem o sentido, que também está no tripé simbiótico homem/mulher-tempo-espaço, do que poderá se valer a vida? Não se trata de uma pergunta retórica (o objetivo é que nada aqui seja puramente retórico), é apenas reflexiva.

2.4 – O Tempo: entre a construção e a demarcação de sentidos

Algo importante para tornar essa discussão inteligível é tentar definir o tempo de maneira objetiva. Até aqui se tem explorado o tempo enquanto ente etéreo, que paira sobre a percepção humana, tratando de dogmatizá-la ao longo da história. Entretanto, como isso pode ter sido possível? E quais os parâmetros que determinaram a consolidação do tempo da forma como o percebemos?

O tempo, segundo Milton Santos (2013) acha-se indissociável do espaço. Na sua definição, a técnica é o que estabelece tal elo - entre o espaço e o tempo - representando, portanto, o "carimbo" da ação humana no espaço-tempo. O tempo em Santos (2013) aparece definido como uma "sucessão de eventos". Porém, na tentativa de não restringir-se a outras possíveis interpretações acerca do tempo, tal conceito carece de ser esmiuçado pela filosofia. Algumas indagações sobre a qual tempo (tempo humano, tempo histórico) ou a qual instante do tempo (passado, presente ou futuro) referimo-nos quando ao estabelece-lo como sucessão de eventos são pertinentes. Poder-se-ia enxergar o tempo enquanto a sequência de ações abjetas de sentidos?

Por tempo vamos entender grosseiramente o transcurso, a sucessão de eventos e sua trama. Por espaço vamos entender o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos. E por mundo entendamos a soma, que é também síntese, de eventos e lugares. A cada momento mudamos juntos o tempo, o espaço e o mundo. Desse modo, nossa grande tarefa é a de apreender e definir o Presente segundo essa ótica. (SANTOS, 2013, p. 38 - grifos no original).

Por mais que se aceite, em princípio, tal definição - isto é, do tempo enquanto sequência de eventos -, ela não contribui positivamente para explicar a possibilidade demonstrada por Fontes (2010) de a força que o capitalismo contemporâneo exerceu e exerce sobre o imaginário social ter estabelecido uma expropriação de caráter secundário sobre o terreno dos direitos e exacerbado a exploração do tempo no mundo do trabalho, reduzindo este - o tempo - à reificação pela via da apropriação capitalista sobre os

sentidos do futuro, já amplamente discutida. Dispondo-se a enxergar a sequência de eventos, perde-se de vista que muitos dos eventos não estão de fato articulados nessa estrutura preconizada pela noção cronológica de tempo (passado, presente e futuro). Ao contrário disso, a cada dia compromete-se mais o passado (enquanto registro que desperta possibilidades inerciais, isto é, de "estado" a "condição" - essa é a situação particularmente comum entre os desempregados, a exemplo da "tradição" de que ficar muitos anos sem trabalhar contribui para uma maior rejeição do candidato a um posto de trabalho) e o futuro (enquanto possibilidade ainda não realizada - a dívida com o cartão de crédito é um compromisso com o salário ainda não pago, portanto, imaginado) na perspectiva de exacerbar o presente e torná-lo a única dimensão possível de existência.

Esse movimento, a que chamamos de “trialeítica”, compõem-se do fato de que os eventos não tem produzido efeito separadamente numa escala de tempo linear. A vida cotidiana, por ocasião, recebe contornos cada vez mais determinantes no sentido do rompimento com essa escala linear. Operações das mais simples no mercado financeiro como empréstimos e financiamentos envolvem exatamente esse princípio: o resgate do passado (registros dos "bons pagadores" ou pelo menos dos "não devedores") e a possibilidade de comprometer o futuro (apesar da óbvia ausência de controle sobre ele decorrente da instabilidade no mundo do trabalho) para usufruir de bens ou serviços no presente, muitos dos quais representam necessidade imediatas não inscritas no rol da seguridade social - como a moradia por exemplo - e suscetíveis a serem atendidas por políticas públicas que atuam via mercado, como o financiamento a juros subsidiados pelo Estado em programas habitacionais. Estamos, pois, muito além da sequência de eventos.

Por isso, tomamos por trialeítica a expressão dessa nova configuração do tempo, que corrobora uma lógica cujo sentido está propriamente vinculado ao mundo do consumo. Logo, se é possível distender o tempo em direção ao futuro – “o cortada ponta da flecha do tempo” (BAUMAN, 2007) – para atender a uma expectativa de consumo, isto será instituído como a regra, posto que, sobre o futuro, nos lembra Castoriadis (1981), há um infinito de possibilidades. O que melhor para um sistema que se alimenta de consumo que a possibilidade infinita de consumir? O capitalismo contemporâneo especializou-se em gerir a existência humana sobre o planeta na perspectiva de rompimento com a

ordem cronológica dos fatos e eventos. Esse rompimento tornou-se, portanto, uma marca elementar da contemporaneidade, carecendo, por isso, de um “lugar” no que tange ao debate entre “pós-modernidade” e “hipermodernidade” (FERRAZ JUNIOR, 2005; LIPOVETSKY, 2005). Seria a capacidade de a sociedade de indivíduos acelerar-se, por meio da mudança constante das técnicas e da obsolescência (SANTOS, 2013; BAUMAN, 2007) uma reação à pós-modernidade ou seria ela o oposto, isto é, um aprofundamento da modernidade?

Para os teóricos defensores da “pós-modernidade”, a díade em torno do tempo não representa mais a arena do conflito, na medida em que a hegemonização do tempo transformou sujeitos em tempos lentos e sujeitos em tempos rápidos em coautores do processo global e "radical encurtamento de distâncias" (FERRAZ JUNIOR, 2005, p. 98). Sendo assim, o tempo não poderia ser tomado por arena do conflito, mas sim a circunstância provável para a conciliação entre os agentes e "a alternativa entre exclusão/inclusão passa a ser uma questão de tempo, (...) qualquer um participa, e muda de função ao longo do tempo" (Idem, p. 100). Dessa forma, a aceleração representa uma alternativa ao que classificam como a "rigidez" das estruturas - de classe, de comportamento. Para Ferraz Junior (2005), a construção da atual lógica pós-moderna que norteia o tempo é precedida pelo surgimento, ainda no século XX, do homo laborans, o homem trabalhador, cuja realização da produção encontra-se fora de si - na esfera do mercado - dando início a percepção da incompletude que orienta da produção material industrial.

A terceira antropologia começa a aparecer depois da Revolução Francesa e toma conta do mundo ocidental do século XX. Tem como expressão o homo laborans, o homem trabalhador, cuja atividade - o trabalho ou o labor - não é propriamente espontânea, como a ação antiga, nem finalista, como a moderna, mas é sem fim no sentido de um contínuo, do que não para nunca, porque este homem vê sua ação como arte de sobreviver. (...) Essa nova antropologia do homo laborans dá relevo, portanto, à ideia de consumo, em que nada tem começo e nada tem fim. Em seu mundo, o efêmero tem lugar privilegiado. (FERRAZ JUNIOR, 2005, p. 96).

Tal sensação, de perda do fim, efetivamente possui sentido, porém a defesa do autor de que essa lógica encontra-se superada parece divergir da realidade contemporânea. Exatamente por contrariar tal perspectiva, Santos (2013) procura reafirmar o tempo como constitutivo dos processos de inclusão e exclusão a medida que distingue, no ação de controle do espaço-tempo - ou seja, no processo de territorialização - os "homens

lentos". A dinâmica que opõe os homens rápidos aos lentos é a mesma que se propõe a controlar os espaços - excluindo uns e outros dessa possibilidade de controle -, é a força do capital para impor a sua própria lógica normalizadora do trabalho e da produção. Porém, como argumenta o autor, não estão no mesmo plano as capacidades do aparentemente "forte" ou "rápido" e do efetivamente "fraco" ou "lento" de se oporem ao que lhes consome a existência. Perceber e atuar contra as lógicas opressoras que lhes roubam o tempo, seja sob a forma de trabalho ou quaisquer outras, é um privilégio do lento. Isso porque a sua condição determina a impossibilidade de negar a realidade. Assim, a analogia de Cateme ou de Tete com "a grande cidade" de Santos (2013) se sustenta porque a cidade está empiricizada como espaço, mas não qualquer espaço, é o espaço territorializado pelo capital, cuja díade em torno da compreensão do tempo, opõe sujeitos orientados por lógicas diferentes.

Se a velocidade e força, o pobre, quase imóvel na grande cidade, seria o fraco, enquanto os ricos empanturrados e as gordas classes médias seriam os fortes. Creio, porém, que na cidade, na grande cidade atual, tudo se dá ao contrário. A força é dos "lentos" e não dos que detêm a velocidade. (...) Os que, na cidade, têm mobilidade - e pode percorrê-la e esquadrinhá-la - acabam por ver pouco da Cidade e do Mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente pré-fabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem exatamente do convívio com essas imagens. Os homens "lentos", por seu turno, para quem essas imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações. (...) Se pobres, homens comuns, os homens "lentos" acabam por se mais velozes na descoberta do mundo, seu comércio com o prático-inerte não é pacífico, não pode sê-lo, inseridos que estão num processo intelectual contraditório e criativo. (SANTOS, 2013, p. 80).

Acompanhando a negativa ao entendimento pós-moderno acerca do tempo, Lipovetsky (2005), defensor da hipermodernidade, procura desmistificar a ideia de que, nos atuais "tempos virtuais", em que tudo parece eminentemente instantâneo e constantemente conectado em nível global, o material, bem como todas as relações provenientes do mundo real - com as próprias forças produtivas, a exploração e a exclusão -, estejam obscurecidas. Para ele, seria essencial desencantar-se com as tecnologias e perspectivas apresentadas pelo tempo que nos é contemporâneo, o presente. Ele não deve ser entendido a partir da suposição de aniquilação do passado, até porque, segundo o autor, não houve tal ruptura, tampouco aniquilação. Ele sustenta que as forças exacerbadoras dos sentidos no presente são as mesmas que orientavam a sua busca na modernidade racionalista e secularizada.

Esta teoria tem tradução em uma lógica temporal, se dissermos que o indivíduo da hipermodernidade vive no estrito presente, quando o significado, a pausa, as palavras perdem o valor, e festa apenas a sensação brutal. Assim, a pornografia, as compras impulsivas, os comportamentos de vício são algumas ilustrações. Mas vejo que este é só um aspecto dos acontecimentos. (...) Poderíamos dizer que, na hipermodernidade, nossa antiga humanidade retorna. Ao mesmo em que os fatos se sucedem mais rapidamente e tudo se consome de imediato, surpreendo-me com a reabilitação, o revestimento feito no que há de mais antigo. (...) A existência do jovem completamente dependente da internet, que não consegue mais se desligar do virtual porque vive neste universo, não nos permite esquecer o conjunto de uma sociedade. Parece-me que permanecem as mais antigas buscas da modernidade: o prazer, o corpo, a relação com os outros, a comunicação, a autenticidade. (LIPOVETSKY, 2005, p. 109-110).

De fato, há verdade no argumento de Lipovetsky (2005) de que a vida não poderá se consubstanciar apenas no presente, uma vez que ela está imbricada ao passado. Entretanto, essa construção destinada a exacerbação do presente não emana de outra fonte senão a da sociedade de consumo, à qual é inexorável. O arranjo promovido pela sociedade de consumo, que se difunde em perspectivas globais, objetiva exatamente naturalizar a tendência à essencialização do presente e estabelecê-lo como o parâmetro da existência humana no mundo desenvolvido, permitindo amplamente a obsolescência da técnica e, por conseguinte, das pessoas. Tais sociedades especializaram-se em confundir passado, presente e futuro na dimensão do cotidiano de consumo e, por consequência, do mercado. Acompanha esse processo a constante produção de necessidades imaginárias, elevando o comprometimento da totalidade temporal humana para viver o presente com todos os símbolos que lhe acompanham.

Sendo assim, é necessário pensar numa interpretação de tempo mais próxima do vivido, que, naturalmente, reafirme a indissociabilidade entre espaço e tempo, mas que também admita a essencialização do presente - e a decorrente contração do tempo - como possibilidade teórica de coação no espaço, produzindo territorialidades impostas pela dinâmica do capital. O sentido de coagir é abreviar a impressão de marcas próprias do capital - na organização do espaço e na normatização das formas de trabalho - em espaços antes reduzidos à periferia. A velocidade inerente à ação do capital na sua forma contemporânea, eminentemente financeira e global, se por um lado produz transformações abruptas nas sensações humanas sobre o tempo, também tende a impulsionar o surgimento de inadequações na relação pessoas-espaço. Segundo Santos (2013) o papel da técnica é exatamente mediar essas transformações que conectam o local ao global e, em razão disso, estabelecem usos e práticas locais cada vez mais

próximas da globalidade capitalista e distantes das localidades marcadas pela força dos costumes e das tradições. Assim, Tete e Cateme são expressões do diálogo global-local. São também a prova da intenção capitalista de tornar esse diálogo um monólogo sem a contrapartida do local.

Tomando por referência o contexto das transformações sócio-territoriais no espaço-tempo em que se inscrevem Tete, Moatize e Cateme, procurar-se-á tratar do tempo numa perspectiva mais próxima do significado que este adquire no processo de construção de territorialidades capitalistas nas franjas do sistema. A proposta anterior de enxergar o tempo sob a perspectiva da dialética permanece fundamental para a compreensão do fenômeno de desprendimento do complexo retilíneo passado-presente-futuro. Neste caso, constatam-se três pontos operando na origem das significações, posto que os eventos ligados ao tempo podem ter origens no passado, no presente e/ou no futuro. Ou seja, há fatos cujas origens (passado, presente ou futuro) remetem a pontos determinados e dispersos em qualquer fase da cronologia (um trauma da infância que afeta a sociabilidade do adulto; uma contingência financeira qualquer que obrigue alguém a tomar um empréstimo a longo prazo no banco; ou um objetivo profissional ou de realização pessoal que leve alguém a se dedicar a algo pouco motivador para a maioria), entretanto, tal origem não significa independência em relação aos demais. Sendo assim, essa ideia deve servir para descartarmos qualquer possibilidade de entender o tempo a partir da sequência cronológica de eventos, o que levaria a possíveis desvios no sentido de afirmar o tempo como uma aposta linear.

A perspectiva dialética que norteará essa reflexão conduz à defesa de Ricoeur (2010) sobre a necessidade de entender o tempo antes como metáfora do que como conceito. A defesa da metáfora encontra sentido no tempo narrado que, segundo o autor, expõe "o caráter temporal da ação humana" (RICOEUR, 2010, p. 9). Com base na experiência do tempo narrado, poder-se compreender com mais acuidade as conexões que se estabelecem entre passado-presente-futuro. E o que é a metáfora senão o ato de comunicar sem a necessidade de dizer exatamente o que se pretende? O tempo surge então como uma "parábola" da ação humana e se torna objeto de estudo porque, enquanto metáfora ou enquanto parábola, ele é, assim como a música, "indiciário", na linguagem de Ginzburg (1991), dos conflitos de paradigmas que opõem os fazeres e os usos locais à perspectiva do global standardizado.

(...) a metáfora do trânsito dos acontecimentos através do presente parece insuperável: é uma boa metáfora, uma metáfora viva, porque mantém unidas a ideia de "passar", no sentido de cessar, e a de "fazer passar", no sentido de comboiar. Não parece haver nenhum conceito que "supere" (...) essa metáfora viva (RICOEUR, 2010, p. 39).

Se o tempo ou as experiências individuais ou coletivas com ele dialogam com as transformações mais profundas na organização da vida humana, ele é o elemento fundamental na compreensão da essencialização intencional do presente que é característica do nosso tempo, o tempo do capital. A ideia de um tempo acelerado (BAUMAN, 2007; SANTOS, 2013), reduzido ao presente, como se tem pretendido demonstrar, pode ser representado pela ideia de "triplo-presente" apresentada por Ricoeur (2010). Segundo o autor, os indícios do passado e as expectativas do futuro na narrativa do presente são elementos patentes desse triplo-presente, apresentado como uma das "aporias" fundamentais acerca do tempo. Aporia porque consiste numa das inquietações sobre as quais a filosofia vem concentrando, desde Santo Agostinho, seus esforços mais primorosos. Desvendar o passar do tempo na narrativa é compreender, segundo Ricoeur (2010), o processo de consumo - combustão - do futuro ou, simplesmente "a dialética da expectativa, da memória e da atenção (...) em interação. Já não se trata de imagens vestígios, nem de imagens antecipatórias, mas de uma ação que abrevia a expectativa e alonga a memória" (RICOEUR, 2010, p. 37).

Assim, se inscrevem na analogia à narrativa do tempo proposta por Ricoeur (2010), todas as discussões que propusemos acerca da aceleração do tempo e do consumo exacerbado do futuro, seja comprometendo-o a par das incertezas ou agindo na tentativa de protegê-lo no contexto de expropriação. Para além disso, entende-se que o consumo exacerbado do futuro se materializa nas condutas dos agentes econômicos no uso do espaço-tempo em Tete, Moatize e Cateme. Trata-se, da parte da Vale, de explorar ao máximo o espaço-tempo (o espaço no esvaziamento da bacia carbonífera e o tempo na perspectiva de valer-se dos baixos salários e da farta força de trabalho para derivar lucros extraordinários da atividade mineira) em toda e qualquer possibilidade ofertada por ele de auferir lucros. É por essa razão que, insatisfeita com a baixa capacidade de drenagem do carvão através da Linha férrea do Sena e com a limitação na capacidade de carga do Porto da Beira, a Vale tem investido recursos massivos na construção de uma logística de exportação que difere em pouco ou quase nada da lógica colonial de desenvolvimento dos aparelhos de infraestrutura. O modelo de linha férrea

condicionado ao trajeto da mina ao porto é a ideia orientadora na construção do Corredor de Nacala, integrado pela Ferrovia de Nacala Velha - que parte de Tete em direção ao porto de Nacala, norte de Moçambique, atravessando inclusive parte do Malawi - e do Porto de Nacala, cuja profundidade natural das águas permitirão aumentar a capacidade de exportação do carvão de Moatize dos atuais 8 milhões para até 18 milhões de toneladas ao ano (VALE, 2011; 2012a).

Moatize – A primeira fase dos ativos de carvão de Moatize iniciou suas operações em agosto de 2011. A capacidade total é de 11 Mtpa, sendo 8,5 milhões de toneladas métricas de carvão metalúrgico, principalmente Premium hard coking coal (HCC), e 2,5 milhões de toneladas métricas de carvão térmico. Em novembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a Moatize II, a qual aumentará a capacidade de produção de carvão em Moçambique para 22 Mtpa, além da implementação do projeto do Corredor de Nacala, uma infraestrutura de logística ferroviária e portuária de classe mundial, para sustentar a expansão da capacidade de produção de Moatize. (VALE, 2011, p. 22).

Nacala Corridor. Infraestrutura ferroviária e portuária que conecta Moatize ao terminal marítimo de Nacala-à-Velha, localizado em Nacala, Moçambique. O projeto compreende a recuperação de 682 km da ferrovia existente em Malawi e Moçambique, a construção de um terminal marítimo e 230 km de novas ferrovias, compostas por um trecho de 201 km que conecta Moatize e Nkaya, Malawi, e outro de 29 km que conecta a ferrovia à Nacala-a-Velha. O contrato de concessão com o governo de Malawi da ferrovia que atravessa o país foi assinado. O desenvolvimento do projeto de engenharia está em andamento. As licenças de supressão de vegetação foram obtidas para a construção da ferrovia e do terminal marítimo em Moçambique. O projeto tem uma capacidade nominal estimada de 18 Mtpa. (VALE, 2011, p.70).

Nacala Corridor. Infraestrutura ferroviária e portuária que conecta Moatize ao terminal marítimo de Nacala-à-Velha, localizado em Nacala, Moçambique. O projeto possui uma capacidade nominal estimada de 18 Mtpa. Os serviços de terraplanagem do ramal ferroviário e do porto onshore estão em andamento. Concluímos a engenharia detalhada da construção do porto offshore e estamos recebendo o equipamento offshore para a construção do porto. Os projetos para a ferrovia e porto estão 12% e 15% concluídos, respectivamente, com um total de investimentos no valor de US\$409 milhões. O start-up é esperado para o segundo semestre de 2014. (VALE, 2012a, p. 75-76).

Tal conduta acelerada da Vale corresponde ao imperativo do tempo do capital financeirizado, cujas determinações de maior lucro em menos tempo não isentam a construção ostensivamente rápida e precária das casas de Cateme. Segundo as informações locais, em um ano foram construídas as mais de 700 casas que atualmente abrigam as quatro comunidades do reassentamento, razão provável para a falta de estrutura sólida que sustente as construções. Foi praticamente um uníssono entre as pessoas que ouvi a afirmação de que as casas não tinham alicerces e que, diante da

primeira chuva após a transferência em 2009, começaram a apresentar fissuras enormes nas paredes, razão pelo qual a empresa terceirizada pela Vale para construir o reassentamento - a Seta Engenharia - caminhava já em 2013, enquanto essa pesquisa era executada, para a terceira reabilitação geral das construções. Algumas famílias - cerca de 100, principalmente da maior comunidade, a de Chipanga -, diante da desconfiança e da descrença na reabilitação das casas, recusaram-se a receber as equipes da Seta. Argumentava-se que seria melhor construir novas casas, ainda que não fossem de alvenaria, mas que pelo menos se pudesse fiar na estrutura.

Havia um clima de incerteza em Cateme, um diferente do que se encontrava em Tete. Se, no primeiro caso, o lugar e as pessoas, pareciam se nutrir da desesperança marcada por situações extremamente adversas, em Tete ainda havia alguma esperança ou, pelo menos, um deslumbramento com a novidade. Diferentemente de Cateme, o isolamento profundo não se aplica a Tete, ao contrário disso, há uma miríade de nacionalidades, de etnias e de grupos sociais circulando, dialogando e, por vezes, impondo a sua territorialidade. Foi extremamente interessante estar contemporânea a esse processo. Acompanhei o surgimento de novas casas noturnas, algumas das primeiras festas mainstream da cidade, a construção e a abertura de igrejas pentecostais (brasileiras ou africanas de influência brasileira) em Tete e até mesmo em Cateme, a inauguração da primeira mesquita xiita de Tete (que atendia exclusivamente os imigrantes muçulmanos não árabes, haja vista a predominância de sunitas entre os muçulmanos moçambicanos). Documentei cada um dos conflitos, intrigas e reclamações inerentes à nova dinâmica social que se estabelecia. Nisso pude concluir que, diferentemente da resistência e da rejeição aos outsiders detectadas por Elias (2000), havia um sentimento radicalmente contrário que invertia as condições: os estabelecidos – nativos de Tete, o que pode ser generalizado para os nativos das comunidades ou até mesmo para os nativos do país – pareciam ser os próprios outsiders! "E quem os estabeleceu?" - perguntava-me. É, por certo, a temporalidade do capital com todos os seus símbolos e sentidos.

Tal temporalidade, marcada pela percepção do tempo enquanto elemento eminentemente orientador da vida produtiva externada existência teve origem, como mostra Thompson (1998), numa experiência histórica construída pelo ocidente nos idos do desenvolvimento do capitalismo. O processo, que remonta o início da era industrial, teve de romper com expressões libertárias de uso do tempo como a possibilidade de

utilizá-lo, ou pelo menos parte dele, para produzir a própria existência independentemente do mercado, situação possível no início do capitalismo. Foi necessário impor a propriedade privada da terra como estatuto fundamental, o que encaminhava para a dependência completa do mercado na produção da existência humana⁷¹. A partir daí, a doutrinação ao cumprimento das rotinas de trabalho - de início desumanamente extensas - vão, paulatinamente, se apresentando como a única possibilidade existencial de uso do tempo. Constrói-se a ideia de trabalho como devir, mas não qualquer trabalho, trata-se de uma fração apropriável, o “tempo trabalho”, a ser depositado nas mercadorias produzidas e sacado pelo capitalista. Por fim, este tema não se esgota aqui. Ocorre que a maneira histórica de estabelecer usos do tempo e práticas produtivas vinculadas ao capitalismo, que consiste na forma extraordinária de doutrinação para a extração de valor por meio da venda de trabalho, está presente no cotidiano de Tete e de Cateme.

2.5 – Tempo, cotidiano e meios de vida

Procurando retomar a dimensão do local, das trajetórias coletivas dos sujeitos em Cateme e seus respectivos esforços territoriais no sentido de existir, faz-se necessário destacar que há um confronto com formas de produção modernas, desvinculados dos meios de vida tradicionais. Esse confronto se expressa na aparente díade entre o presente da indústria mineira transnacional representada pela chegada das mineradoras e passado da agricultura “a mãos livres”, isto é, praticada sem máquinas, implementos ou insumos agrícolas nas margens dos rios. Neste sentido, faz-se necessário traçar delineamentos sobre o que e em que medida as relações tradicionais entre seres humanos e espaço podem ser enxergadas como “passado”, haja visto a importância socioeconômica e estrutural que essas formas de viver tem na reprodução da existência dos sujeitos. Assim, na perspectiva de entender as nuances deste conflito, se passado e

⁷¹ Talvez seja importante aproveitar o ensejo para destacar que Moçambique preserva como herança da Revolução Socialista pós-independência, o fato de ser um dos poucos países no mundo - provavelmente o único - em que a terra não é propriedade privada, mas sim pública e monopolizada pelo Estado. Ocorre que, no transcorrer dessa pesquisa e, mesmo antes da minha chegada ao país, já acompanhava rumores sobre a revisão da Constituição Moçambicana. A discussão da carta magna, que já dura mais de um ano na Assembleia Geral, tem a questão da terra como um dos pontos mais delicados e controversos. Entretanto, há setores do parlamento e mesmo personalidades públicas que defendem o estatuto da propriedade privada da terra. Tal circunstância, somada à dinâmica dos megaprojetos de mineração, de geração de energia e de infraestrutura, tem do concorrido para um elevado grau de especulação sobre os direitos de uso e aproveitamento da terra, o que consubstancia a tese de que há atualmente em Moçambique uma verdadeira "corrida pela terra" em franca marcha.

presente ao mesmo tempo e no mesmo espaço, há que se buscar seus respectivos dispositivos: a memória e a territorialização.

O passado firmado no conteúdo da memória é sempre um elemento tocante na história coletiva dos sujeitos. De fato, Halbwachs (1990) destaca que a memória, no ato de reler e narrar fatos e acontecimentos, revela os atributos do sentimento de pertença na comunidade da qual se faz parte, isto é, tempo e espaço comuns cujos limites e sentidos são acordados e partilhados entre o grupo de indivíduos. Esta memória é um espaço de potencial entendimento acerca das contradições vividas pelas pessoas de Cateme, posto queo passado pessoal de cada indivíduo representa uma leitura do passado coletivo dacomunidade à qual ele pertence e dos respectivos meios de vida manifestados no antigo cotidiano do local de origem.

Frequentemente, consideramos a memória como uma faculdade propriamente individual, isto é, que aparece numa consciência reduzida a seus próprios recursos, isolada tios outros, e capaz de evocar, quer por vontade, quer por oportunidade, os estados pelos quais ela passou antes. Como não é possível todavia contestar que reintegramos frequentemente nossas lembranças em um espaço e em um tempo (sobre cujas divisões nos entendemos com os outros), que nós as situamos também entre as datas que não têm sentido senão em relação aos grupos de que fazemos parte, admitimos que é assim. (Halbwachs, 1990, p. 39.)

O passado coletivo, bem como as respectivas relações sociais que o determinaram e o determinam, constituiu e constitui uma força inercial na dinâmica da vida dos sujeitos. Esse dispositivo relevador, a memória, diante das fissura aberta no cotidiano pelo deslocamento das pessoas dos seus lugares de origem, suscita um questionamento: as relações sociais produtoras de existência experimentadas por eles estarão, de fato, circunscritas ao "passado" apenas pelo fato de já terem sido superadas no ocidente ou na parte do mundo considerada desenvolvida? Refiro-me a práticas cotidianas encontradas em Cateme ou em Tete que colocam em xeque qualquer conceito ocidental acerca do que pode ser considerado "urbano", "rural", "público" e até mesmo "privado". Esse dilema no olhar requer muito da sensibilidade multicultural.

A primeira vista de Tete impressiona, trata-se de uma cidade vibrante, com uma multidão na rua indo e vindo, ruas empoeiradas e sem calçamento, mercados de rua agitados, uma ponte linda que leva o nome do primeiro presidente de Moçambique Livre, Samora Machel, e um pôr do sol deslumbrante sobre as águas do rio Zambeze,

que corta a cidade. Quando cheguei à cidade sem conhecer ninguém além do Senhor que se dispôs a me abrigar, era uma figura estranhada. Ninguém sabia o que eu fazia, o que procurava em Tete, e todos estranhavam profundamente o fato de eu, pelo menos aparentemente, estar vivendo como uma moçambicana mesmo sendo branca e mulher (indo e vindo de chapa, andando pelas ruas a pé quase sempre sozinha, indo a lugares inesperados, conversando com pessoas inesperadas, entre outras incógnitas). Com o tempo, essa situação foi mudando e fui me aproximando das pessoas, chegando até a conquistar algumas amizades. Talvez o processo pudesse ter sido mais rápido, mas duas questões principais impediram: a aparente distância e desconfiança que algumas pessoas expressavam pelo fato de não saberem exatamente o que eu fazia na cidade; e, especialmente no primeiro momento, o meu "susto" com o fato de estar em um lugar onde nenhum dos meus códigos sociais funcionava e, na mesma proporção, eu não conseguia compreender nenhum dos existentes. Portanto, desse ponto de vista, a pesquisa envolvia um desafio social e pessoal muito grande para mim.

Tentei me aproximar de quase tudo e de quase todos. Essa disposição me colocava em teste com os códigos. Por isso, confesso que fiz movimentos cotidianos inimagináveis, desde sentar num café de muçulmanos árabes para conversar com prostitutas zimbabueanas até pegar carona com desconhecidos bêbados na estrada e conversar com homens desconhecidos que tinham por certo que era prostituta. Alguns grupos e pessoas se mostraram mais permeáveis, outros eu sequer consegui contatar, por mais que me esforçasse. O contato com pessoas do sexo masculino era especialmente complicado, porque envolvia sempre alguma expectativa de encontrar uma amostra do comportamento sexual liberal assistido através das novelas brasileiras comumente exibidas pela TV Miramar. Porém, mesmo constantemente acompanhada por esse "problema", era ainda mais fácil conversar com os homens do que com as mulheres.

Para além do problema da língua⁷², as mulheres estavam, em grande parte, invisibilizadas na sociedade, o que as reprimia de tal forma que meu contato parecia um

⁷² A quantidade de mulheres que não dominam a língua portuguesa é bastante superior à de homens. Segundo apurei, isso se deve à maior evasão feminina das escolas, o que encontra razão nos casamentos precoces e na preparação das jovens para se tornarem esposas, situação reconhecida, inclusive, no Balanço do Plano Econômico e Social da Província de Tete referente a 2012, que admite serem causas da evasão escolar “a prática da caça, trabalho nas machambas, fraco poder financeiro dos pais/encarregados

atenuante à violência simbólica. É óbvio, no entanto, que essa relação também me era perturbadora. Isso porque me lembrava, todos os dias, o meu lugar histórico de opressora, por mais que eu procurasse me afastar dessa substantivação. Talvez tenha sido no contato com elas, as minhas iguais enquanto mulheres, que eu tenha percebido a face mais perversa e negligente do racismo. A mulher negra, silenciada no cotidiano, suportou e suporta todos os dias as dores da sociedade como a última grade do alambreado do preconceito. Tentar negligenciar isso e me comportar como se não enxergasse a violência que a minha presença representava significaria me valer da posição privilegiada que a história me concedeu e usar do autoritarismo racial para estabelecer novos paradigmas de sociabilidade - ou da "igualdade" que negligência o histórico de "diferença".

Por todas essas razões, com exceção das mulheres que eu encontrei nas organizações da sociedade civil ou nas autarquias do Estado, meu contato com elas se restringiu aos mercados, onde são maioria na venda de alimentos, com algumas nos chapas - onde eu normalmente procurava me aproximar brincando com os bebês que elas frequentemente levavam - e com outras provenientes do Zimbábue estereotipadas como profissionais do sexo - embora eu acreditasse mais que, na verdade, elas não eram exatamente profissionais, mas apenas mulheres que praticavam o sexo de forma libertária e, por ocasião de alguma dificuldade, recebiam ajuda financeira do parceiro. Por não saber qualificar isso, esclareço que estou apenas tentando descrever a forma como encontrei o feminino no contexto social da cidade de Tete - e de Cateme também, diferença é que lá não encontrei essa mulher de sexualidade libertária que descrevi - e a razão pela qual os meus contatos e relatos são predominantemente de fontes masculinas.

A atividade comercial formal - lojas, supermercados, padarias, lanchonetes e restaurantes - é protagonizada por estrangeiros e, por ocasião de nos acharmos todos expatriados, conversava muito com alguns deles. É certo também que não era só pela situação de expatriados, mas pela condição de "estabelecidos" da qual gozávamos mesmo sendo os outsiders. Essa condição derivava do fato de que, fosse pelos dilemas raciais ou simplesmente pela capacidade que parecia inerente a nossa presença, de territorializar -exercer o "controle", na perspectiva de Haesbaert (2002), associado ao

da educação, **casamentos prematuros**, prática de negócio informal, insuficiência de centros internato para o alojamento de zonas distantes" (TETE, 2013, p.9 – **grifos nossos**).

que supostamente possuíamos: o capital – o espaço-tempo, configurava-se uma barreira que colocava o estrangeiro num lugar social de conforto e relativa superioridade. A maior parte dos expatriados que contatei era muçulmana de origem árabe ou indiana. Esse contato, da parte deles, invariavelmente se iniciava como uma curiosidade reticente que opunha o desejo de descobrir o que eu estava fazendo em Tete à reticência de se aproximar de uma mulher de "cabelos nus" que andava sozinha de chapa. Com o tempo, apesar das diferenças, construí laços com algumas pessoas, laços de amizade, mas que também me deram acesso a histórias interessantes e perspectivas importantes sobre o que procurava.

A maior parte desses comerciantes queixava-se com frequência dos seus funcionários, de que "não sabiam trabalhar" ou que "não gostavam de trabalhar". Eu recebia essa informação com resistência porque, mesmo na casa onde fiquei hospedada, era comum recebermos amigos do dono da casa reclamando exatamente de não conseguirem uma oportunidade de trabalho. Diziam que os comerciantes estavam trazendo trabalhadores de Maputo para trabalhar em Tete e que os naturais de Tete não tinham oportunidade. Maputo fica a cerca de mil quilômetros de Tete - pensava -, portanto, o que poderia motivar um comerciante a trazer garçons de Maputo para trabalhar em Tete? Procurei essa resposta entre os comerciantes, não em forma de entrevista, mas de maneira informal mesmo. Perguntava-lhes por rodeios e, entre um café e outro, eles iam me revelando algumas questões pertinentes.

A tendência a empregar pessoas do sul do país, especialmente de Maputo, nas demais regiões é também uma iniciativa do Estado, razão pela qual muitos funcionários públicos em Tete frequentemente não dominam a língua local, comunicando-se com os nativos apenas em português⁷³, e revela um estereótipo que tem origem étnica. Por mais que não nos atenhamos prioritariamente a essa interpretação, é preciso destacar a diversidade do mapa étnico moçambicano (THOMAZ, 2008, p. 110; BINZE, 2013, p. 20) como uma das razões de construção de estereótipos e de segregação. É também

⁷³ Presenciei situações um tanto reveladoras acerca disso. A mais interessante delas aconteceu no dia em que acompanhei um amigo até o Tribunal da Província de Tete e havia lá uma senhora que reclamava algum problema familiar com a atendente. Ocorre que essa senhora não dominava a língua portuguesa e seu marido tentava mediar a comunicação. Questionei-me se, de fato, todas as traduções feitas pelo marido acerca de assuntos jurídicos de interesse da mulher eram fiéis às sentenças. A dúvida pode ser maliciosa, mas, pode não ser também. Nesse caso, teríamos de lidar com o fato de que a cidadania feminina é vilipendiada pela ignorância em relação à língua oficial portuguesa.

preciso localizar a divisão étnica como estratégica do ponto de vista colonial português, isto é, no sentido de “categorizar a heterogeneidade” com o propósito de evitar “qualquer questionamento reflexivo sobre o carácter ambíguo da relação colonial”, como aponta Meneses (2009, p. 15). Seja como for, há preconceitos étnicos fortemente arraigados no imaginário social que supõem uma certa “inabilidade” das pessoas de Tete (e de outras regiões ao norte do país também) em relação às de Maputo nos quesitos “capacidade liderança” e “disposição ao trabalho”. No entanto, a provável explicação para as diferenças culturais não reside em aspectos biológicos ou étnicos, mas sim na dinâmica capitalista em que esteve inserida cada uma das respectivas regiões. Cabe lembrar que cidade de Maputo fica geograficamente muito próxima da África do Sul - país pioneiro na industrialização e, conseqüentemente, na internalização da lógica do trabalho capitalista na África Austral - e, enquanto capital de Moçambique e maior aglomerado urbano do país, possivelmente refletiu as transformações sociais da dinâmica capitalista - ainda que o país tenha passado por um período de “socialismo”, marcadamente de inspiração soviética - vividas pelo vizinho mesmo antes da independência em 1975. Como mostra Bellucci (2007), os contratos de trabalho que exportaram homens moçambicanos para trabalharem nas minas sul-africanas terão sido um caminho provável para este intercâmbio.

Em Tete, os comerciantes defendiam com frequência que as pessoas nativas não tinham “compromisso” com o trabalho e que “só queriam fumar soruma⁷⁴” (A.S. – informação local). Indagados sobre o que seria esse “compromisso”, responderam-me que era comum um funcionário trabalhar durante um mês e, ao receber o dinheiro, ir embora para casa e não retornar nos dias seguintes. Essa história me era contada com tanta frequência que decidi procurar uma explicação. Era preciso retornar, no entanto, às origens do estabelecimento do tempo-trabalho enquanto “regra” - tão socialmente aceita pelos imigrantes, comerciantes e pelas pessoas vindas do sul do país e tão incompreendida ou abertamente rejeitada pelos naturais de Tete - que, por conseguinte, se tornaria uma das bases fundamentais do desenvolvimento do capitalismo. Thompson (1998) referindo-se à lógica disciplinadora do relógio e à apropriação do trabalho no capitalismo industrial, concluiu que o trabalho rotineiro, invariável e notadamente

⁷⁴ Segundo apurei o nome “soruma” refere-se à erva *Cannabis sativa* seca e minimamente processada com alguma resina de origem vegetal ou animal (âmbar ou mel). É muito comum o uso da soruma em Tete, conquanto não se distancia das tradições locais, que incluem o trago da erva para fins espirituais e medicinais.

cronometrado é, de fato, mais uma doutrina violentamente consolidada do que a expressão de uma tendência natural dos seres humanos à racionalização de suas rotinas.

O autor reitera que as sociedades camponesas como as europeias no início da era industrial, eram organizadas sobre "ritmos irregulares de trabalho" (THOMPSON, 1998, p. 289), os quais, por sua vez, eram determinados pelo envolvimento em diversas atividades - distintas em natureza e em função como a exemplo de um camponês que poderia produzir parte de seu consumo alimentar, minerar ouro artesanalmente para trocar ou vender a um intermediário e também se encarregar de fiar algum tecidos para o inverno. Todas essas atividades correspondiam a ciclos próprios determinados segundo ritmos outros - irregulares e sazonais - que não o do relógio, com destaque para as estações do ano e os fenômenos delas decorrentes.

A notação de tempo que surge nesses contextos tem sido descrita como orientação pelas tarefas. Talvez seja a orientação mais eficaz nas sociedades camponesas, e continua a ser importante nas atividades domésticas e dos vilarejos. (...) Primeiro, há uma interpretação de que é mais humanamente compreensível do que o trabalho de horário marcado. O camponês ou trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo, na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre "o trabalho" e "a vida". As relações sociais e o trabalho são misturados - o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa - e não há grande senso de conflito entre o trabalho e "passar o dia". Terceiro, aos homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, essa atitude para com o trabalho parece perdulária e carente de urgência. (THOMPSON, 1998, p. 271-272).

Tete - e mesmo Cateme não difere tanto neste aspecto - possui um ritmo eminentemente ditado pelas atividades. Às 5:00 horas da manhã eu acordava para viver o meu momento catártico - que se resumia a uma pequena corrida matinal - e já começava a ver as pessoas nas ruas da cidade. A maior parte delas eram mulheres caminhando em direção aos mercados com as suas pesadas trouxas de capulana cheias de vegetais para vender. Algumas vinham de suas machambas com a colheita, outras ainda iam colher. De trouxas cheias ou vazias, a cada minuto que passava depois das 5:30h o movimento ficava mais intenso. Parece importante destacar que muitas dessas machambas ficavam dentro da cidade, nas regiões de várzea ou na própria margem do rio Zambeze. Às 6:00 horas da manhã, a rua estava tomada de pessoas indo de um lado para o outro, a poeira - que é quase uma característica da cidade - estava agitada e o sol já clareava o dia. Aquele movimento era incessante até a noite cair e, por vezes, até depois que ela caía. Em alguns momentos me perguntava para onde iam e de onde vinham tantas pessoas. A

medida que me encaminhava para ir a Cateme - tarefa que tentei religiosamente cumprir todos os dias, uma jornada de aproximadamente 120 quilômetros entre ida e volta de chapa - percebia que o ritmo dos acontecimentos pelo caminho era o mesmo.

Na ponte sobre o Rio Revúboè, próxima do local de origem das quatro comunidades alojadas em Cateme, eu passava por volta das 7:00 horas e já notava uma intensa atividade das pessoas indo e vindo, se dividindo entre o manejo dos bois e a capinha das machambas. Tratava-se da última população da região, que estava sendo reassentada por outra mineradora - também detentora de concessões para a exploração do carvão de Moatize, a Rio Tinto - num processo concomitante a esta pesquisa de campo. Havia um impasse, segundo um membro desta comunidade, acerca do valor da indenização - 119 mil meticais ou aproximadamente 8 mil reais - a ser paga a cada família pela casa e pelas machambas na margem do rio. Quanto às casas, as negociações estavam mais avançadas porque, segundo ele, haveria casas no reassentamento. O maior problema seguia sendo as machambas, uma vez que ele se queixava de ter perdido a época de plantio no início das chuvas (em setembro/outubro de 2012) devido à incerteza quanto à data exata da remoção e de, em virtude disso, não saber como faria para se alimentar até o próximo período de plantio (setembro/outubro de 2013)⁷⁵.

Em Cateme não deveria ser diferente. A julgar pelo fato de todas essas comunidades terem os afluentes do Rio Zambeze como ponto de referência para os processos sociais, o que incluía a possibilidade de praticar agricultura, a quebra do ritmo é capaz de produzir uma fissura memorável, marcada pela pecha da escassez e do abandono. Essa situação, ainda que circunstancial, foi um dos principais dilemas pós-reassentamento que motivaram os protestos organizados pela população de Cateme em janeiro de 2012. Conforme informou-me a Senhora L., reassentada em Cateme e presidente da associação de moradores:

Antes, quando chegamos aqui não havia isto (apontando para o poste) iluminação pública. Isto é desse ano mesmo. Quando chegamos aqui foram

⁷⁵ Cabe ressaltar que o ano agrícola ao qual ele se refere é o período de maior produção do milho e dos demais vegetais, como tomate e repolho. Entretanto, segundo apurei nas entrevistas com os moradores de Cateme, na margem do Rio Zambeze ou do Revúboè, praticava-se agricultura durante o ano inteiro. A diferença consistia tão somente na produtividade dos grãos que, uma vez sendo maior no período das chuvas, permitia que secassem e estocassem em pequenos silos de até 20 mil litros durante o ano todo. Esse volume de comida é aparentemente exclusivo para o consumo humano. Salvo a minha possível desatenção, não presenciei, em nenhuma circunstância, bois, cabritos ou porcos sendo alimentados intensivamente, isto é, com grãos e sob restrição de mobilidade.

distribuídos sete sacos de milho e mais feijão, um saco de amendoim e seis sacos de adubo, de estrume. Era pra por na machamba. Há outras coisas que eles não cumpriram que eu estive a ver - a água e a energia -, estava incompleto. Então no dia 10 de janeiro (de 2012) saiu aquela confusão de greve. Era através das promessas que a empresa Vale não cumpriu. Mas a população não começou logo a ir fechar a linha férrea. Primeiro estava a falar: olha, nos foi prometido isto, nos foi prometido aquilo (principalmente a energia elétrica, a água e a estrada, cujas obras dessas últimas me foram contemporâneas). As tantas, a empresa Vale e o governo estavam a resolver ou não sei se estavam a resolver, mas isso já não se sabe da conversação entre o governo e a Vale. Às tantas que a população viu que era um atraso das promessas que fez a Vale. A população se juntou e começaram a se organizar. A greve não foi desorganizada, eles meteram documento na empresa Vale, no governo, não sei mais aonde, dizendo que estávamos pra fazer greve porque as nossas promessas nunca apareciam. Porque a Vale disse: "vocês quando saírem daqui pra Cateme, será dada a comida desde o ano que vocês chegam até vocês capinarem, nos não vamos deixar de ajudar. Quando vocês colherem nas vossas machambas vamos ver que dessas machambas saem colheitas, então vamos deixar." Essa promessa eles não cumpriram. São muitas coisas, por isso a população resolveu fazer greve. Quando foi feita, a empresa Vale começou a sentar juntamente com o governo e começou a pensar nesses projetos, começou a fazer esses projetos de aviário, de frango, de bois⁷⁶. Mas esse projeto de bois, quando saímos de lá, eles tinham nos dito que "cada família seria dado o animal". A população perguntava assim: "porque que vocês estão a construir os currais para pessoas que aqui não tem currais?" Porque há pessoas que não tem bois, não tem cabritos, mas em casa dele vocês estão a por o curral. Então eles responderam: "nós temos algumas coisas que vamos fazer lá a frente". Mas o governo não queria que fosse dado assim, dizia: "vocês vão ter que comprar, mesmo que seja por pouco dinheiro, para considerar essas poucas coisas. Porque se for dado assim, vocês não vão considerar, vão dizer que foi dado e vão estragar". (Sra. L. - informação local).

Do ponto de vista produtivo, é sabido que a domesticação da terra - entendendo-a como o conjunto de tarefas que permitem ao camponês o reconhecimento de sua capacidade produtiva e das respectivas necessidades para realizar tal capacidade - não acontece apenas em um ano agrícola, entretanto, do ponto de vista socioproductivo, essa determinação é ainda mais imprecisa. Isso porque requererá a reinterpretação ou a própria construção de uma interpretação sobre o espaço, que concorre com a reestruturação ou com o redimensionamento da vida social. Se para Hebinck (2006) os "meios de vida" podem ser resumidos como a simbiose - entre as dimensões social e

⁷⁶ Segundo a empresa, as atividades desenvolvidas foram: "treinamentos para capacitação de mão de obra local e distribuiu alimentos para famílias, no âmbito do programa "Comida Pelo Trabalho"; com o objetivo de criar atividades que permitam a geração de renda da população, a Vale em parceria com Direção Provincial da Agricultura de Tete, distribuiu 100 hectares de terra arada e pronta para cultivo para 200 famílias de Cateme; a ação foi acompanhada pela entrega de sementes para produção de feijão bóer e gergelim. (...) Concluído o processo de reassentamento, iniciou-se a implantação de programas de melhoria da qualidade de vida das famílias afetadas. Um dos principais focos do programa, iniciado em 2012, foi proporcionar condições para que as famílias produzissem alimento para consumo próprio, além da oportunidade de gerar renda pela venda do excedente. Há também programas de plantio de árvores de frutas, o desenvolvimento da cadeia de valor do frango e de horticultura, além da constituição de grupos de poupança e crédito." (VALE, 2012b, p.11).

produtiva - a partir da qual a manutenção e a reprodução da vida são organizadas, a transferência de pessoas e/ou comunidades no espaço incluirá necessariamente a experiência de reeditar tais meios de vida. Para além disso, que parece de certa forma óbvio, essa experiência constitui uma fissura temporal que altera a dinâmica anterior de trabalho e de produtividade. Consonantemente, o contexto em que essa fissura se estabelece, isto é, a chegada de uma multinacional estrangeira conectada às redes do capitalismo global por meio do mercado financeiro, comunica Cateme com a modernidade e com uma dinâmica do tempo-trabalho industrial de Thompson (1998).

Tal comunicação, que também se expressa nos setores acessórios à expansão da indústria mineira, como o comércio varejista, traduz-se no conflito evidente sobre o sentido orientador que o tempo tem para imigrantes e para naturais de Tete e/ou de Cateme. Em virtude disso, discursos como os dos comerciantes expatriados em Tete refletem uma espécie de tentativa de sequestro da realidade e dos sentidos que o tempo das atividades - o qual representa a produção e a reprodução da própria existência independente da forma "dinheiro" e da estrutura "mercado" para satisfazer as necessidades elementares como trabalho, comida, lazer e pertencimento - no sentido do tempo-trabalho, no qual as expectativas de materialização da vida estão eminentemente "do lado de fora", no "espaço do alheio" e, portanto, na propriedade privada e na venda da força de trabalho.

Assim, se do ponto de vista do capital, quaisquer formas de perceber o tempo que não se insiram no componente fundador desse modo de produção - a saber, a única forma permitida: a venda do "tempo-trabalho" - serão, por sua vez, objetos de contínuo combate material ou simbólico, criando desdobramentos de segregação social. Este combate materializa-se na expropriação de outras formas de existência e na construção de estigmas segregacionistas. É exemplo do primeiro caso, a construção de um reassentamento como Cateme, que se apresenta sob o ponto de vista da construção de um imaginário capitalista nos sujeitos, procurando distanciá-los dos meios de vida originais da comunidade. Em Tete, a relação dos empresários estrangeiros com noções distintas de tempo, por sua vez, é exemplo do segundo caso, em que imperam estigmas sobre os locais, cujo efeito é o próprio fechamento das possibilidades de vender a força de trabalho, alavancando o processo de exclusão estrutural de parte da população.

Por isso, se, como notou Ribeiro (2008), o conflito reside numa diferença brutal entre interpretações hegemônicas e não hegemônicas sobre o tempo e o espaço, o produto dos mesmos é a brutal expropriação de parte das pessoas – a maior parte – da condição de sujeitos no tempo e no espaço. Ocorre, portanto, um movimento que pende para o lado da exclusão da maioria, expropriada da possibilidade de experimentar qualquer outra relação com o tempo se não o rótulo do que, na interpretação hegemônica acerca da evolução histórica dos meios de produção, é passado. As pessoas, os locais, reduzidos à condição de “rugosidade”⁷⁷, ao estereótipo de “passado” na aceleração dialética do tempo contemporâneo, incorpora as imagens do que o entendimento ocidental comumente reconhece como pobreza, miséria, flagelo, tragédia social, entre outros nomes.

2.6 – Tempo-Trabalho entre outras existências em trânsito

Atravessando os séculos através das reflexões de Thompson (1998) a Bauman (2007) e Milton Santos (2013), percebe-se que a lógica da produção industrial-capitalista foi a responsável por levar a humanidade a materializar e a internalizar o que lhe era abstrato e externo - o tempo. Ocorre que, tal como estabelece Mészáros (2007), esse processo realizou-se sob uma lógica industrial, a qual orientando-se por princípios da produção material, alienou as pessoas acerca do lugar histórico de construção e transformação do tempo, eternalizando o tempo capitalista como único e indissociável à existência humana. Essa dimensão, continuamente reafirmada pela necessidade de produzir a existência por intermédio do mercado e, por conseguinte, do tempo-trabalho, condenou a humanidade à negatividade do poder sobre o tempo. Inverte-se o princípio de construção coletiva histórico-dialética do tempo, isto é, através de fato e acontecimentos ligados ao protagonismo humano. Nesse sentido, o autor destaca a incompatibilidade entre a dimensão limitada do capital, em termos de tempo histórico, e a sua respectiva capacidade de se eternizar no "tempo de vida" das pessoas, refletindo na manutenção do horizonte reprodutivo do próprio capital.

(...) a maior acusação contra nossa ordem social dada é que ela degrada o fardo inescapável do tempo histórico - o tempo de vida tanto dos indivíduos como da

⁷⁷ O termo “rugosidade” foi definido por Milton Santos como: “As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades não oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados” (SANTOS, 1978, p. 138).

humanidade - à tirania do imperativo do tempo retificado do capital, sem levar em conta as consequências. O modo historicamente único de reprodução sociometabólica do capital degrada o tempo porque a determinação objetiva mais fundamental de sua forma própria de intercâmbio humano é a condução irreprimível à contínua expansão, definida pelas características intrínsecas a esse modo de intercâmbio societário com a necessária expansão do capital, alcançada na sociedade de troca apenas por meio da exploração do tempo de trabalho. O capital, portanto, deve tornar-se cego com relação a todas as dimensões do tempo diversas da dimensão relativa ao trabalho excedente explorado ao máximo e o correspondente tempo de trabalho. (MÉSZÁROS, 2007, p, 33).

O capital se absolutizou no tempo, expropriando qualquer forma de experimentá-lo que não flua efetivamente dele, isto é, da forma capitalista hegemônica de construção de sentido, que está circunscrita ao binômio produção-consumo. A ideologia sobre o emprego "produtivo" do tempo tem origem concomitante ao nascimento do capitalismo, como mostra Thompson (1998), entretanto, Taylor (2004) defende que o trabalho se consolidou no imaginário social como valor e virtude na transição para a racionalidade moderna. Nesse momento histórico, o trabalho, como centro da vida secular - e da construção da modernidade também deriva a secularidade enquanto paradigma social - ou "ordinária", foi o terreno para que a economia se firmasse como elemento organizador da sociabilidade. O trabalho completou o conteúdo da secularização no sentido de romper com a "complementaridade hierárquica" lastreada em outros princípios que não o da ordem e do poder econômico - como o poder que emanava de Deus ou dos valores por Ele ordenados - característicos das sociedades pré-modernas.

Se a vida ordenada se tornou uma exigência (...) cada um tinha que se tornar ordeiro e sério naquilo que fazia e no que necessariamente tinha que fazer na vida, nomeadamente trabalhando numa ocupação produtiva. Uma sociedade verdadeiramente ordenada exige que cada um aceite seriamente estas ocupações econômicas e as desempenhe com disciplina. (...) Deve defender-se que a vida comum, a vida que a grande maioria não pode deixar de levar, a vida de produção e de família, de trabalho e de sexo, é tão santa como qualquer outra. Na realidade, mais santa do que o celibato monástico, porque está se baseia na pretensão vã e orgulhosa de ter encontrado uma via mais elevada. Está é a base para a santificação da vida ordinária que, ao meu ver, teve um tremendo efeito formativo na civilização ocidental, extravasando da original variante religiosa para inúmeras formas seculares. (...) A afirmação da vida ordinária é o fundo do lugar central da economia nas nossas vidas, bem como da grande importância que atribuímos à vida familiar e às nossas relações. (TAYLOR, 2004, p. 77-78).

Uma vez estabelecidas as doutrinas do trabalho rotineiro e da produção material capitalista, o próprio desenvolvimento do capitalismo tratou de acelerar a percepção sobre o tempo. Segundo Bauman (2007), a aceleração do tempo é a condição do

capitalismo contemporâneo, cujo efeito maior foi “o corte da ponta da flecha do tempo” (Idem, p. 88), ou seja, a convergência fluida, à qual já nos referimos, do tempo em instantes. Essa seria, de acordo com o autor, a marca maior da modernidade fluida, que se opõe à solidez dos tempos passados. Entretanto, uma vez estabelecida a rigidez da rotina de trabalho capitalista, o estado permanente de transitoriedade, que remete à modernidade fluida, não significa o rompimento com tal ordem. Ao contrário, representa uma exacerbação dela, atenuando, em duas frentes, formas autoritárias de doutrinação ao tempo-trabalho – reforçadas pelo crescimento da necessidade de produzir e reproduzir a existência por meio do mercado – e formas extraordinárias de multiplicar a produtividade do tempo-trabalho possível – por meio de avançadas tecnologias que efetivam a possibilidade da produção instantânea, em menor tempo de trabalho e em maior escala de produção.

Diferentemente da era precedente da modernidade “sólida”, que vivia para a “eternidade” (termo taquígrafo para um estado de eterna, monótona e irrevogável mesmice), a modernidade líquida não estabelece objetivos nem traça uma linha terminal. Mais precisamente, só atribui a qualidade da permanência ao estado da transitoriedade. O tempo flui – não “marcha” mais. Há mudança, sempre mudança, nova mudança, mas sem destino, sem ponto de chegada e sem previsão de uma missão cumprida. Cada momento vivido está prenhe de um novo começo e de um novo final: antes inimigo declarados, agora irmãos siameses. (BAUMAN, 2007, p. 88).

Entretanto, a propósito da doutrinação à rotina sob a égide do tempo-trabalho e mesmo da aceleração do tempo contemporânea, tais transformações tem origem eminentemente ocidental. Por isso é inútil supor que tenha se estabelecido de maneira uniforme sobre todas as pessoas e culturas dispersas pelo globo. A perspectiva de um tempo comum a todos os seres humanos, o qual estaria separado apenas por algumas linhas imaginárias de fuso, é tão inaceitável quanto a perspectiva de que todos nós vivemos em um mesmo tempo histórico. Zizek (2012) percebe essa assimetria em relação ao tempo histórico ao discorrer sobre os levantes de 2011, fazendo a interessante constatação de que, no nosso tempo, mesmo o pioneirismo ocidental acerca das questões emancipatórias já não é tão evidente. Para ele, a necessidade de um rompimento com a ordem estabelecida no tempo atual foi percebido muito longe, onde supostamente vigoravam e vigoram outros tempos em termos de paradigmas emancipatórios. A luta radical pelo reconhecimento que se operou naquele ano entre a juventude muçulmana na Praça Tahrir, no Egito, e que se espalhou pelo mundo árabe, atingindo o ocidente no auge da crise econômica – iniciada em 2008 – tem uma constatação de fundo que se verbalizou no slogan do

Occupy Wall Street: “nós somos os 99%”. A constatação de que tais movimentos são eminentemente jovens reporta ainda a Zizek outra conclusão: a juventude começa a perceber que caminha na linha transitória do tempo capitalista, o qual opera na ausência de grandes expectativas em torno do futuro. A luta emancipatória adquire, portanto, a única alternativa de retomar o controle das suas próprias vidas. Assim, como diria Santos (2013), esses “homens lentos” – não por serem efetivamente lentos, mas por operarem aparentemente em dessintonia com os “valores” ocidentais – foram, mais uma vez, os mais ágeis em perceber a transitoriedade do tempo no nosso tempo.

Por isso, mesmo que o tempo não seja uniforme e não suscite o mesmo ritmo nas mais diversas regiões do planeta, a aceleração dele – cuja afirmação é generalizada a partir do domínio do capital – comunica-se com a periferia do mundo e confronta-se com o seu tempo próprio, por vezes expropriando-lhe dele para impor o tempo globalizante. Essa comunicação, por sua vez, embora se consubstancie no tempo, também se remete ao espaço. Como ocorre com a Vale em Tete, a força propulsora do capital que expropria é materializada no espaço diante da possibilidade de controlá-lo e convertê-lo à lógica de fluxos do capital financeiro-global. A fatia do espaço à margem do rio Revúboè da qual gozavam os camponeses encontra-se nesse franco processo de conversão, que sintetizara o produto inconveniente dessa territorialização: Cateme. Da mesma forma, encontram-se os nativos da cidade de Tete, cuja lógica de expropriação e territorialização do capital-tempo-espaço deu origem ao conflito intrínseco à relação entre os comerciantes estrangeiros e os possíveis trabalhadores formais. Tal situação é derivada, antes de tudo, da tentativa (ainda que possivelmente inconsciente) de preservar a autonomia na produção da existência frente à apropriação do trabalho. A inadequação ao ritmo de trabalho rotineiro, a falta de horizontes para além do dia que acaba e a carência de um sentimento poupador são, todas elas, partes dessa iniciativa, ainda que não deliberada, de permanecer imune à lógica de trabalho preconizada pelo capital. Assim, seguindo o raciocínio de Thompson (1998), procura-se pelo padrão de trabalho que está na origem da sociabilidade, ou aquele que "sempre alternava momentos de atividade intensa e de ociosidade quando os homens detinham o controle da sua vida produtiva" (Idem, p. 282).

Por isso, em face da possibilidade de construção da autonomia, Mészáros (2007) defende a existência do "tempo livre" como uma conquista potencialmente

revolucionária. Isto porque, afirma ele, o tempo livre pode ser "territorializado" por lógicas diferentes do capital epidérmico. É o momento em que a produção de sentido fora do binômio produção-consumo se apresenta como efetivamente possível, podendo inclusive ser utilizado para reafirmar o sentido da luta contra a racionalidade hegemônica operante. Em razão disso, afirma ele, faz parte dos objetivos do capital apropriar-se também do tempo livre na perspectiva de produzir sentidos - especialmente simbólicos - para a existência humana. Sentidos produzidos e ofertados inúmeras vezes e por inúmeros agentes como exclusividades lembrando o efeito do fetiche da mercadoria marxista. Assim, a existência condicionada ao trabalho e ao mercado coloca a "subexistência" no plano correto, o qual em nada remete à condição dos que, ainda que com recursos limitados, produzem a sua própria existência, mas sim àqueles que não podem desfrutar de nada (inclusive do tempo livre) fora do mercado.

2.7 – O cotidiano e o efeito territorial em Cateme

Assim, se por um lado o esforço até aqui tem sido o de tentar compreender a existência de lógicas distintas no uso do tempo, que opõem a hegemonia do tempo racionalizado e acelerado do capital (presente tanto no funcionamento das empresas quanto do Estado) ao tempo das atividades (das comunidades e daqueles que buscam produzir a própria existência a partir dos recursos disponíveis), por outro, procura-se demonstrar a existência de uma dimensão na qual ocorre o encontro entre essa díade: o espaço no cotidiano.

O espaço ganhou uma nova dimensão – em espessura e profundidade do acontecer –, graças ao número e diversidade enormes dos objetos (isto é, fixos) de que hoje é formado e ao número exponencial de ações (isto é, fluxos) que o atravessam. Essa é uma nova dimensão do espaço, uma verdadeira quinta dimensão. O **tempo do cotidiano** compartilhado é um **tempo plural**, o tempo dentro do tempo. (...) Em termos analíticos, a espacialização chama-se temporalização prática, pois todos os atores estão incluídos através do **espaço banal**, que leva consigo todas as dimensões do acontecer. Ora, o acontecer é banalizado pelo lugar, e nesse sentido é que se pode dizer que o tempo é determinado pelo espaço. (SANTOS, 2013, p. 34-35 – **grifos nossos**).

Tomando o cotidiano como ponto de partida, faz-se necessário esmiuçá-lo, o que na perspectiva de Certeau (2012) referir-se-á a resistências e ajustamentos no âmbito da “estratégia” e da “tática”. A estratégia, segundo o autor é a dimensão potencialmente estruturante do cotidiano. Essa, por sua vez, não é isenta, tampouco procura revelar dimensões alheias à hegemonia. Nesse sentido, a tática apresenta-se, antes de tudo como

mecanismo não revelado por meio do qual um plano inconsciente de resistência e assimilação é traçado no plano individual e coletivo. Se Certeau (2012) afirma que o espaço da narrativa fantástica - ou do escracho - pode revelar o poder do fraco sobre o forte e levar o primeiro a experimentar o sabor da vitória, ainda que essa vitória esteja circunscrita a um plano reduzido em relação ao global, esse raciocínio serve às possibilidades apresentadas pela correlação entre tempo e espaço presentes no cotidiano.

O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Permite capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias. É um domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo. (CERTEAU, 2012, p. 94).

Nesse sentido, qual é o espaço de afirmação do próprio em Cateme? Se é o cotidiano o terreno das relações duais e potencialmente conflituosas, em Cateme o “próprio” apresenta-se nas narrativas que os sujeitos trazem sobre os dilemas vivenciados ao longo do processo de reassentamento e na possibilidade de articulá-las com vistas a romper o silêncio e o isolamento. São dilemas cujo ciclo não aparece fechado - haja visto que permaneciam até o instante dessa pesquisa mesmo tendo se passado quase cinco anos desde 2009, quando foram efetivamente habitar o Cateme que antes lhes aparecia apenas na imaginação – e, exatamente por essa razão, tem um potencial mobilizador que alimenta os fechamentos recorrentes da linha férrea do Sena e as eventuais ações que paralisam a mina da Vale em Moatize. O sofrimento, portanto, deu origem ao “lugar autônomo” dos reassentados que, num movimento dialético, tentam romper com esse mesmo “lugar” – ou situação – com vistas a não transformá-lo em condição. A lógica dual aparece explícita, seja na articulação dessas ações que interrompem a produção no tempo do capital – vigente na mina – ou nas narrativas curiosas de quem não se percebe tocado positivamente pela compreensão de tempo imposta, e posta a termo, em Cateme.

O reassentamento é uma nova vida porque lá onde vivíamos, ninguém vivia dessa forma, em “ruamento”, cada qual com sua casa ali. (...) Vivíamos com um pouco de família aqui e ali, dispersos. Não, aqui está tudo organizado. (...) A escola, o cento de saúde estão perto. (...) Mas comunidades que foram colocadas aqui não estavam próximas, por exemplo, a minha comunidade vivia fora da Vila de Moatize, a uma distancia de uns 10 km da Vila. Lá vivia-se assim à maneira, recorriamos aos recursos naturais. E como a minha comunidade estava a beira do rio Revúboè, então recorria a este recurso matando peixe, então, matava o peixe e ia vender na Vila. Havia muitos recursos ali, por estar na beira do rio então as pessoas também aproveitavam aquelas baixas para fazer suas

hortas e machambas, onde, evidentemente, havia verduras a qualquer altura. (...) Aqui, pra manter as machambas, o governo implementou vários projetos, onde cada um escolheu: “eu quero este projeto”. Então o plano da empresa é cada um ter a sua horta no seu quintal. Então quando a empresa ia colocar os tanques, era pra cada um regar a sua horta. (...) Aqui há lugares, como perto do rio Mwaladzi (cerca de 10 a 11km de Cateme), que se pode fazer machamba, mas lá já tem dono, então precisa fazer o contato e negociar, mas depende da vontade. (...) Houve uma melhora de vida, eu vou lhe dizer francamente que nem nunca tive o sonho de viver numa casa dessas (de alvenaria), então, pra mim, foi uma melhoria de vida. Graças ao reassentamento tenho essa casa, embora que com problemas, mas houve melhoria. Tem hospital, tem escola, tem posto policial, são vantagens do reassentamento. (...) Quando chegou o governo dizendo que uma empresa ia explorar o carvão, que tínhamos que sair, foi uma coisa nova, porque antes se explorava o carvão e nós não saíamos, agora precisava sair. Porque que vamos sair? Porque vai ser uma mina a céu aberto, onde que ninguém vai conseguir viver com toda aquela poeira, com todo aquele barulho de maquinaria. As pessoas ficaram esperançosas de que iam ter uma casa. (...) Mas não negociaram com a população, o que houve foi uma sensibilização, porque negociar é sentar com a comunidade e ela dizer: pra sair nós queremos isto. Esta via não houve. O governo, junto com os líderes, teve o papel de sensibilizar a comunidade. Portanto, penso que o negocio foi entre o governo e a empresa, mas comunidade teve o conhecimento de que vão sair. E quando saem, os direitos vão ser isto e isto. (...) Na parte dos oleiros não houve aquele negócio com oleiros, porque se tivesse havido um negócio, essa confusão não haveria de ser (referindo-se aos constantes protestos dos oleiros, com fechamento da linha férrea e paralisação da mina de Moatize, os quais foram impedidos de continuar fazendo seus tijolos de barro na área de concessão da Vale). Só houve promessas que não foram cumpridas em sua totalidade. Hoje todos estão a exigir o que foi prometido. Os oleiros estão sempre em cima da empresa pedindo os seus direitos. E como não houve a assinatura de um memorando por escrito e daí as coisas estão como estão. **Durante as pesquisas, a empresa deveria ter perguntado o seguinte: Senhor, há quanto tempo o senhor está aqui?** E a pessoa ia dizer: estou aqui há tanto. **Então aquele ali ser indenizado por aquele tempo.** Não houve isso. Não se fez nenhum estudo. É por isso que uns falam: “ah, mas eu estava há tanto tempo! Agora não estou a ver esse tempo que eu fiquei lá, qual é a minha vantagem?” **Deveria ver tempo que esteve ali para compensar a retirada.** (...) O padrão (das casas) é único e deve receber segundo esse padrão. (R.C. – informação local e **grifos nossos**).

As circunstâncias inscritas no cotidiano têm por inspiração também a lógica doutrinadora do tempo, a qual encontra expressão particular na tentativa de reconfiguração do espaço. Santos (2013) percebeu a conexão entre a racionalização do espaço e a racionalização da vida - que inclui os usos do tempo - a partir do fenômeno das metrópoles urbanas. Neste caso (das metrópoles urbanas), se a funcionalidade dos espaços é a regra, a funcionalidade da produtividade humana ancorada no mercado como interlocutor na produção de sentido traduz de forma explícita essa intencionalidade. Os espaços milimetricamente calculados, cuidadosamente planejados ou rigorosamente segregados, a forma como se esvaziam os espaços públicos da cidade, todas essas formas de elevar o padrão de rigidez da estrutura com pena à sociabilidade é

consequência da ação pretendida, em suma, racionalizar a vida humana sob os paradigmas da racionalidade capitalista.

As estruturas mentais forjadas permitem a abolição da ideia (e da realidade) de espaço público e de homem público. Numa sociedade de homens privados, a lei da concorrência legítima a lei da jungle, e a cidade retrata tais egoísmos funcionais: em suas formas primárias e secundárias, em seus arranjos particulares e em sua arrumação global. A rua, onde o estacionamento expulsa o jardim, torna-se arena desde conflito e não mais o lugar do encontro e da festa. (SANTOS, 2013, p. 70-71).

Apesar de parecer supérfluo, o princípio da racionalização da cidade tem um sentido claro nessa discussão. Ao ser questionada acerca das perspectivas sobre Cateme, a Administradora do Distrito de Moatize afirmou, entre outros detalhes, que "a Vila de Cateme se transformaria em uma cidade". Essa afirmação, se num primeiro momento poder-se-ia imaginar impossível, dada a condição de "reassentamento rural" e o isolamento desse reduto populacional de quaisquer outros; no segundo percebe-se o quanto essa ideia foi compatível com a racionalização do espaço imposta às comunidades. “Talhões” quadrados bem medidos, casas padronizadas, espaços determinados como “lugar das machambas”, “lugar do mercado”, “lugar dos aparelhos públicos” ou mesmo a organização dos canteiros destinados a cada cultura, em separado, que se podia contemplar na Fazenda Modelo da Vale em Cateme, revelam a tentativa de impor uma ordem subjetiva ao espaço e, por conseguinte, ao tempo: a doutrina do tempo-trabalho.

O reassentamento tem que ser adequado à realidade. Houveram problemas com a conservação das casas, os moradores pediram a reabilitação e também a energia e a água. Há um avanço muito grande entre as casas originais e aquelas do reassentamento. As pessoas que estão insatisfeitas não querem uma situação melhor, o reassentamento é positivo. Há ônibus, posto de saúde, escola primária e secundária, ambulância...há um galpão em construção que será o mercado. A vila será uma cidade no futuro⁷⁸.

A lógica da ordem, do limite e do controle em Cateme deve sobrepujar à desordem e ao caos dos vilarejos das comunidades. Com isso, fixa-se a primeira barreira inconsciente ao “antigo” dever de compartilhar o espaço, o dever que pairava no tempo das comunidades, no tempo das atividades. Tal dever, agora na mira da obsolescência, vai perdendo o status de potencial gerador de desastres sociais e “econômicos” – criar uma

⁷⁸ Sra. E.B. É preciso destacar que a entrevistada não autorizou a gravação da conversa, portanto o presente relato é um resumo das declarações da mesma.

inimizade na comunidade ou deixar morrer alguns cabritos por não compartilhar o pasto -, sendo substituído pela possibilidade de distinguir o que é de um e o que é do outro - do vizinho - sem a obrigação clara de partilhar. Acerca disto, percebi que os “projetos”, aos quais muitos dos meus colaboradores se referiam são estratégias, por vezes inadapáveis às condições socioambientais⁷⁹ do local, de se tentar estimular uma lógica individualista de relacionamento com a terra. Era patente também que em Cateme uma quantidade cada vez maior de pessoas foram (e são) levadas a cercar os seus “talhões”, seja pela inabilidade espacial do reassentamento em conciliar agricultura e pecuária ou pela atração que a ideia de individualizar e racionalizar o espaço começava a exercer sobre as pessoas.

A intenção de destituir meios de vida, formas de uso do espaço e do tempo considerados ultrapassados do ponto de vista do capital estavam por toda a parte. Naturalmente, a Vale, ao impor o modelo de reassentamento que difere substancialmente da maneira como se organizam as casas nos vilarejos, corroborou tal objetivo. E não poderia ser diferente, pois, a medida que as ações da empresa em termos de racionalidade - logística e operação para abreviar metas, processos robustos de transformação da natureza em matéria e em produto - implicam uma assertiva em torno do tempo – rápido, acelerado, o tempo do capital –, as demais ações imprimidas por esse agente no espaço e a sua interferência na sociabilidade serão da mesma ordem. Para além disso, ao concluir que a territorialização do capital implica o controle do tempo e do espaço na perspectiva hegemonizar seus respectivos usos, Santos (2013) identifica a existência de locus desse processo, a partir dos quais as transformações são irradiadas e por meio dos quais elas se conectam ao global. Se há, pois, um locus em Tete que essa perspectiva se torna real especificamente Cateme. A lógica de divisão do espaço, milimetricamente calculado; a padronização das casas, muitas vezes divergente em tamanho da casa anterior; a

⁷⁹ O projeto de frangos foi o que me pareceu mais chocante. Consiste em uma associação temporária (pelo prazo de 5 gerações de pintinhos, os quais, engordados no período de 41 a 45 cada geração, seriam comprados pela empresa, totalizando um período de parceria em torno de 300 dias, o que inclui os tempos de descanso necessários para a esterilização da cama entre um lote e o seguinte) entre a Vale, por meio da sua diretoria de desenvolvimento social, e a comunidade. Pareceu-me um tanto curioso que, para tanto, cada família reassentada tivesse que construir seu próprio aviário, já que a Vale fornecia apenas plástico transparente, plástico preto, comedores e bebedores. Aconteceu que as pessoas fizeram seus aviários, com restos de construção – entulho – e algumas madeiras que conseguiram cortar, com o devido apoio de alguns extensionistas. Entretanto, como era de se supor, os aviários fechados e mal ventilados, sob o calor de Tete - que no verão chega a quase 50 graus Celsius - resultaram numa solução sem nenhuma viabilidade técnica, haja vista a baixa produtividade desses aviários, o que certamente não desmerece o trabalho das famílias, apenas atenua o desrespeito e a indignidade com os quais são tratados os sonhos e as expectativas das pessoas em Cateme.

racionalização no cálculo das indenizações, que desconsiderou quaisquer aspectos simbólicos para além dos 119 mil meticais por hectare de machamba⁸⁰. Todas essas tentativas revelam o componente racionalizador que pretende nortear a compreensão do mundo das comunidades a partir de Cateme.

O reassentamento começou com uma sondagem feita em 2003. Foram nos bairros com uma máquina - provavelmente um trado - para sondar onde estava o carvão. Avisaram que iam ter sair: uma parte pra Cateme e a outra parte, composta também por pessoas que trabalhavam no Estado, iam para o 25 de setembro. Em 2009, começou a transferência. O primeiro bairro foi Mitete. Antes de transferir, estavam dizendo que no lugar haveria curral com cabritos e bois e mais casa com casa de banho. Aquele que tinha mais ia ser construído, e a verdade é que quando chegamos aqui apanhamos essas casas. Havia quem não tinha nenhum quarto e eles puseram uma sala e um quarto. E na construção há sempre uma pessoa que falha. Havia umas lá que eram grandes e aqui são pequenas, mas na fala deles, quem tinha um quarto e uma sala lá ia apanhar aqui um quarto e uma sala; aquele que tinha dois quartos e uma sala, ia apanhar dois quartos e uma sala; aquele que nem tinha quarto, um quarto e uma sala. E eles disseram: lá vão receber machamba. Eles vieram e mediram as machambas. E estavam todos a perguntar por que há pessoas que capinavam milho, produziam amendoim, mapira e outros produtos. E eles disseram: vamos entregar dois hectares a cada família reassentada. Quando chegamos aqui, fomos transferidos de lá pra aqui, nos foi mostrado o talhão. A largura de 45 e o comprimento 180 metros. E esta casa aqui (apontando para o “lote” dela) estamos a dividir no meio. Daqui até lá no terminal, é 180m; da minha vizinha até aqui é 180m; da minha vizinha até o terminal, é também 180m. E depois nós disseram que esse lugar estavam nos dando grande porque cada pessoa vai poder construir casa para os filhos e para a família. Quando chegamos aqui foi nos dado machamba e a confusão saiu porque o reassentamento foi mal formado porque eles deixaram as pessoas no meio e no lado do reassentamento eles puseram machamba e daqui onde estamos... Estas a ver aquela fila ali? - apontando para a última fileira de casas. Aquela fila de casa vai até em baixo e depois aquilo é machamba. Eles atrasaram a pensar, não sei se trouxeram o sistema do Brasil de viver ali e ter machamba aqui, enquanto aqui temos animais, temos cabritos,

⁸⁰ No decorrer dessa pesquisa os técnicos de desenvolvimento social da Vale faziam a sondagem para identificar quantas e quais pessoas receberiam a indenização pelo segundo hectare de machamba, haja visto o fato de não haver mais área produtiva disponível para distribuir às famílias. Segundo a Sra. L., quando a empresa e o governo foram negociar a retirada das pessoas da área de concessão da Vale, foram-lhes prometidos 2 hectares de machambas a cada família, entretanto, a empresa distribuiu apenas o primeiro hectare e argumentou não haver mais área disponível para o segundo parcelamento, decidindo assim pelo pagamento de 119 mil meticais - menos de 8 mil reais - a cada família que tinha o segundo hectare pendente. Nem todos receberão. Uma das razões é que, embora Cateme seja um reassentamento rural, nem todas as pessoas reassentadas lá sequer receberam qualquer machamba. É o caso de alguns extrativistas, que encontrei na comunidade do Bagamoyo. Essas pessoas retiravam lenha e faziam carvão para vender, entretanto não tinham machamba. Foram consideradas rurais apenas pelo fato de não terem emprego formal, característica que, aparentemente, designaria os reassentados no Bairro 25 de Setembro em Moatize. Essas pessoas, uma vez no local de origem, retiravam a madeira nas áreas comuns e até mesmo nas áreas dos vizinhos. Porém, essa atividade foi bastante prejudicada em Cateme. Primeiro por não haver muitas árvores na área do reassentamento, que foi aparentemente desflorestado para facilitar a construção das casas. Segundo por não haverá quem compre a lenha ou o carvão, haja visto que poucas pessoas além dos moradores de Cateme circula por lá, diferentemente do local de origem, que tinha acesso facilitado à movimentada Estrada Nacional N1, que liga Tete à cidade e ao Porto da Beira.

bois...então saíamos e íamos capinar longe, mas aqui é casa e ali é machamba enquanto temos bois. Como podemos considerar esses animais? O falho foi assim mesmo.(Sra. L. - informação local).

Entender as transformações no espaço-tempo inclui, portanto, identificar a Vale e também as outras mineradoras ou até mesmo o comércio varejista, mais conectado com os mercados internacionais/globais de alimentos industrializados do que com qualquer tipo de produção agrícola ou industrial alimentícia de Moçambique (o que era possível perceber pela origem declarada nos rótulos e nas embalagens dos produtos), como o locus ao qual Santos (2013) se refere. É o estabelecimento desses agentes que orienta as transformações no uso do espaço e na lógica do tempo. A Vale foi o vetor – e qualquer outro agente ou outra mineradora teria igual papel - para uma possibilidade articulada sob o propósito do capital de territorializar - de impor o seu controle e a sua lógica produtiva, o que inclui a finalidade da produção, ao espaço. Essa possibilidade dialoga com os objetivos operantes nos discursos do governo, os quais preconizam pela “modernização” daquilo que parece pouco dinâmico – leia-se pouco articulado ou pouco dependente em relação ao mercado – diante dos marcos em que a nova economia moçambicana com crescimento acima dos 7% ao ano durante os últimos dez anos pretende se inscrever.

Dessa forma, Cateme é a expressão do movimento do capital que não se restringe ao espaço, mas procura também pela possibilidade de converter, através de mecanismos objetivos e subjetivos, o universo do tempo das atividades à disciplina do tempo-trabalho, da jornada de trabalho, invariavelmente robusta, que exclui qualquer perspectiva de existência resistente ou inábil a essa lógica. Mas não é este o único sentido que tem esse reassentamento. Andei por Cateme durante aproximadamente três meses e em nenhum dia vi imagens diferentes. Fosse dia ou noite, a paisagem era desolação. A minha passagem pelas ruas geométricas indo de uma lado para o outro, caminhando entre um destino e outro, por vezes, era a única perturbação visual no ambiente. Do ponto de vista sonoro, a realidade era outra. Havia muita música, mas disso já tratamos. Às vezes era apanhada por um vendaval - quase como uma tempestade de areia - e me escondia em atrás de alguma árvore até que passasse. Foi tentando me esconder que descobri uma coisa fantástica: caminhos (muitos caminhos!) através dos talhões.

De início pensei que aquilo não era importante e continuei as minhas andanças pela estrada. Acontece que, a medida que o tempo ia passando, percebia cada vez mais pessoas saindo daqueles caminhos para atravessar a estrada do que o contrário. Comecei então a me mover pelos tais caminhos também. Foi quando percebi que o verdadeiro movimento fluía era através deles e não do deserto aparente que se podia presenciar nas estradas. Na verdade não sei de fato se era por causa da poeira que o vento assanhava a todo instante ou se era pelo hábito anterior que as pessoas tinham de se locomover através dos caminhos. Nesse sentido, limitei-me a perceber que, diferentemente da estrada, que passava na porta da casa, os caminhos sempre davam para o terreiro, lugar onde as mulheres ficavam sentadas cozinhando ou cuidando dos filhos pequenos.

Os caminhos eram curvas que conectavam uma dimensão que as estradas, operadoras da racionalidade hegemônica, não alcançavam. Eram a dimensão íntima de Cateme. Por vezes me via profundamente constrangida ao encontrar uma senhora cozinhando, na intimidade do seu lar, enquanto eu surgia por detrás de um arbusto. Era um estranhamento que, apesar de parecer invasivo, não se revelava como tal. Isso porque os caminhos pareciam uma forma tão natural de acessar os espaços que elas, por vezes, sorriam e me convidavam para ficar ali por alguns instantes. Penso que não fazia sentido para elas me ver caminhando ali, isso talvez as tenha confundido porque não era possível ignorar que eu pertencia à “lógica da estrada”, mas não podia me privar de experimentar o cotidiano de Cateme e andar por aqueles caminhos era exatamente isso. Era onde o tempo se revelava notado nas atividades, especialmente nas atividades femininas, onde o cotidiano se apresentava de forma mais firme como uma oposição à passividade. Talvez fosse uma oposição inconsciente pautada simplesmente na memória do “lugar de origem”.

Contudo, ao retomando Certeau (2012), percebe-se que aquele era o espaço da tática, que rompia temporariamente com a estratégia da estrada, e criava, nas formas de locomoção através do espaço, um lugar comum. Não constituem exatamente um próprio porque a tática é insuficiente para atingir este fim, haja vista a sua limitação diante do embate assimétrico no campo do poder. Construir um próprio demanda a articulação com um projeto que tensione substantivamente as determinações hegemônicas. Entretanto, por meio desses caminhos pude constatar algo que será, por efeito, uma das melhores conclusões deste trabalho: se o capital é eficiente em

territorializar – e o faz com vilania utilizando-se de meios objetivos e subjetivos –, certamente o cotidiano também o será em resistir e em vibrar as notas solitárias que se articularão na próxima canção.

CAPÍTULO 3

Ensaçando sentidos em dias cinzentos: a autonomia em meio à batalha cotidiana

RESUMO

Propõe-se uma discussão em tom ensaístico sobre sentido tendo em vista os encaminhamentos lançados no presente trabalho, os quais versam sobre a indissociabilidade entre espaço e tempo inscrita na perspectiva humana que orienta a experiência com esses dois elementos no cotidiano. Entende-se que o cotidiano é um espaço privilegiado para a percepção dessas experiências porque nele – e através dele – se conjugam os dilemas e as contradições inerentes ao viver. Trata-se do que Santos (2013) pontuou como "quarta dimensão do espaço" (Idem, p. 34): este terreno banal partilhado por formas conflituosas de perceber o mundo e de estabelecer práticas fundamentadas em idéias. Assim, na prática da ação, o espaço é traduzido em sentido e confessado na intenção dos gestos guardados pelo tempo. Daí, o cotidiano é abordado como síntese metodológica do espaço-tempo, posto que se inscrevem sobre ele as reações agonistas ou antagonistas (ou simplesmente concordâncias e resistências) aos sentidos nele engendrados. A discussão para a qual se encaminha este capítulo procura ligar melhor os pontos levantados pelas discussões anteriores e levantar novos. Contudo considerando o tom ensaístico, da discussão inacabada, passível de considerações e contestações.

Palavras-chave: Cotidiano; Tempo; Território.

3.1 – Cotidiano, sentido e violência

É preciso retomar a discussão sobre o cotidiano do ponto de vista das experiências presenciadas em Cateme. A principal delas, os caminhos discutidos no capítulo anterior, dá conta de um diálogo teórico entre táticas, estratégias e fundação do próprio que já

seria bastante, porém outras medidas em busca da individualidade aparente num contexto de fabricação do igualitarismo desigual - amplamente expresso em Cateme e viabilizado pela construção de um ambiente artificializado onde impera a tentativa de construir rotinas iguais e, por vezes, competitivas quando se considera a escassez dos recursos naturais elementares como água e solos férteis e as necessidades produtivas emergentes da população - também tem impacto sobre as manifestações do que Certeau (2012) chamou de "guerra cotidiana".

A guerra cotidiana à qual o autor se refere é qualificada como o duelo entre as estratégias e as táticas. Um duelo que, embora invisível, vale-se de fissuras, aberturas temporárias nas quais a estratégia propicia um lugar para o advento da tática. Antes, portanto, de referir-mo-nos a essa guerra em Cateme, ou até mesmo ao ensejo fundamental dela, que vem a ser a construção do próprio, do "domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo" (Certeau, 2012, p. 94), é preciso estabelecer em que termos o autor trata de táticas e de estratégias.

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa, etc). (...) Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto de modernidade científica, política ou militar. (...) Mas é mais exato reconhecer nessas "estratégias" um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio. (CERTEAU, 2012, p. 93-94).

A estratégia parte, portanto de uma hegemonia construída ou em construção. Em Cateme, esse é o espaço do capital, o "sujeito de querer e poder" enunciado por Certeau. Santos (2013) referir-se-á a este mesmo ator como a força territorializadora capaz de submeter o espaço e o tempo através da técnica, cujo papel é obsolescer-se constantemente, tendo por consequência a aceleração do tempo e o estabelecimento de uma força impositiva capaz de designar novos usos e funções ao binômio espaço-tempo em consonância com as novas técnicas conjugadas em espaços mundializados. A mina da Vale em Moatize, na sua diversidade de interlocuções globais, é a expressão objetiva da técnica mundializada que tem, na outra ponta, a tentativa de elevar o espaço-tempo em Cateme às condições desse binômio que imperam em contextos essencialmente

capitalistas, isto é, onde a existência humana só pode ser produzida tendo como centralidade o âmbito do mercado. Por estar nessa outra ponta, Cateme sintetiza possibilidades dos levantes táticos na guerra do cotidiano.

Chamo de tática a ação calculada que é calculada pela ausência de um próprio. Então nenhuma determinação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. (...) A tática é um movimento "dentro do campo de visão do inimigo", como dizia von Bullow (...), e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. (...) Aproveita as "ocasiões e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. (...) Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. (...) Em suma, a tática é a arte do fraco. (CERTEAU, 2012, p. 94-95).

A tática tem um lugar no reassentamento: é a voz do dissenso cotidiano. É o dissenso que opera no limite da contradição. Uma manifestação silenciosa do que está latente. Enquanto as greves – cuja primeira se deu em janeiro de 2012 (GARCIA, KATO, FONTES, 2012) e as posteriores que se seguiram, com os recorrentes fechamentos da linha férrea do Sena - manifestam essa latência com outro objetivo, o qual ainda será discutido, a guerra cotidiana tem a intenção de revelar a tentativa de intimizar o lugar. A criação dessa intimidade caminha no mesmo sentido da tentativa de territorializar o espaço, entretanto não são ações sinônimas. Como o próprio Certeau (2012) revela, a tática não produz um projeto, um sentido, um “próprio” para além de usos e resistências cotidianas.

Estratégia e tática são partes de um confronto em que impera, de um lado, a tentativa de objetificação de um sujeito pelo outro e, de outro, a expectativa de permanecer humano apesar da oposição, por vezes violenta. Chega-se, pois, à discussão fundamental acerca do que constrói e consolida a hegemonia no espaço-tempo, acerca do que é eminentemente capaz de "possuir" ou de territorializar, de impor o controle sobre tais dimensões: a violência. Não se trata, entretanto, da violência direta e explícita - muito embora também não prescindida dela, mas a mantenha como um estoque impopular sobre o qual sempre se pode lançar mão diante de qualquer tentativa ameaçadora ou potencialmente desestabilizadora -, mas de um conjunto de fronteiras, muitas vezes arcaicas - como a suposta prática "eticizadora" do Estado ou dos postos de poder - que

são alimentadas pelo capital como forma de dividir a sociedade, promovendo alguns grupos em detrimento da maioria.

Tal violência, virtualizada sob a prática invisibilizadora do outro, como nota Certeau (2012), concentra-se na tentativa de extrair-lhe a condição humana. Nesse mesma perspectiva, Hannah Arendt (2009), ao refletir sobre o que nos torna efetivamente humanos, percebeu que, para além de enxergar-se como espelho do outro, é essencial que haja a garantia do exercício político, especialmente de forma livre e libertária. Assim, a medida que se procura doutrinar o espaço e eliminar, paulatinamente, as possibilidades de dissenso por meio da violência, caminha-se na contramão de se estabelecer algum conteúdo democrático para a atuação da Vale no país. A sintonia entre as pessoas e o lastro que sustenta a presença da empresa, isto é, o próprio governo moçambicano, é perdida – o que frequentemente pontuavam como “perda de confiança” da sociedade no governo.

Onde quer que a igualdade de outros e de suas opiniões particulares tenha sido eliminada, como numa tirania, em que tudo e todos são sacrificados ao ponto de vista do tirano, ninguém é livre nem capaz de uma percepção política, nem mesmo o próprio tirano. (ARENDR, 2009, p. 230-231).

A instrumentalização de tal violência manifestou-se com a autoridade com a qual a Vale procurou gerir o reassentamento tendo, inclusive, no tocante a pesquisas anteriores a esta (MOSCA e SELEMANE, 2011; VUNJANHE, 2011; GARCIA, KATO, FONTES, 2012; CTV, 2012) e mesmo nesta, criado mecanismos impeditivos para os pesquisadores chegarem até o reassentamento, falarem com os reassentados ou acessarem quaisquer informações sobre o projeto. Contudo, não se restringiu isso, alimentou-se também de mecanismos violentos de ruptura, como, por exemplo, a descontinuidade/irregularidade na assistência à população reassentada, mesmo que as normas dos organismos que realizam investimentos financeiros internacionais, como o Banco Mundial, determinem nos seus protocolos o prazo de 5 anos para que a empresa assista regularmente as pessoas deslocadas (CFI/BANCO MUNDIAL, 2002).

O exemplo de Moçambique não foi bom. Houve um tempo em que haviam muitas barreiras para se chegar a Tete. Houve um tempo em que uma pessoa que vinha de Xangara, que é o distrito vizinho de Moatize, e tinha um parente reassentado tinha que se apresentar ao Governo Provincial para lhe dar a permissão para visitar o seu familiar. Então criou-se uma estratégia de isolamento. Tete estava isolada e isso diminuiu também os trabalhos em que estávamos envolvidos. (L. - informação local).

Essa via de cerceamento do debate, também avalizada pelo governo, tem na prática da coação individual e na divulgação de informações e de opiniões pessoais como agravante político. A desconfiança que se tinha em uma pesquisadora estrangeira - eu - era semelhante àquela que se achava entre algumas pessoas. O clima de espionagem e de conseqüente perseguição é agravado pelo fechamento de algumas vias fundamentais ao diálogo, especialmente as institucionais. Em Cateme, embora haja uma infraestrutura pública concentrada - escolas, posto de saúde e uma sucursal da administração local, os quais, inclusive, lembram um projeto cidadão -, não houve sequer um posto de recenseamento eleitoral⁸¹ nas eleições autárquicas de 2013, o que, considerando que o posto mais próximo ficava a cerca de 40 quilômetros, em Moatize, e que era necessário pagar, pelo menos, 40 meticais (cerca de R\$ 2,50) para ir e voltar da vila, pode ser considerado um impeditivo para a participação no processo eleitoral.

Violências como tais, potencialmente desumanizadoras por agirem no sentido de impossibilitar os descontentes de produzirem ruídos, são algumas das práticas - as quais tem lugar no âmbito local e nacional - que levaram Moçambique a uma nova tensão político-militar envolvendo os dois atores principais do conflito passado, a Resistência Nacional Moçambique (RENAMO) e a Frente Nacional de Libertação de Moçambique (FRELIMO), vinte anos após o Acordo de Roma, que pôs fim à Guerra dos Dezesseis Anos (1975 a 1991). Torna-se importante, então, considerar a perspectiva de Hannah Arendt (2004), segundo o qual, "toda diminuição de poder é um convite à violência - quando pouco porque aqueles que detêm o poder e o sentem escorregar por entre as mãos, sejam eles o governo ou os governados, encontram sempre dificuldade em resistir à tentação de substituí-lo pela violência" (ARENDR, 2004, p. 56).

Estivemos no reassentamento durante um tempo. Houve uma mudança que colocou as pessoas numa situação desvantajosa comparativamente àquela situação que tinham antes em termos de condições de produção, condições de habitação, de proximidade dos mercados, proximidades dos serviços públicos, oportunidades de negócios, distâncias para os centros de serviços, problemas com a terra. Tudo isso nós vimos que as comunidades foram tapeadas. A qualidade dos solos é inferior, as indenizações não tiveram critérios muito

⁸¹ O recenseamento eleitoral é uma medida burocrática através da qual todo cidadão que deseje votar nas eleições locais (autárquicas, que elegem os representantes das províncias) ou nacionais (elegem representantes nacionais, dentre os quais o presidente) deve atualizar o seu cadastro eleitoral. Diferentemente do Brasil, onde há um documento permanente para votar nas eleições - título de eleitor -, em Moçambique o documento de habilitação para o voto não é permanente, devendo ser revalidado a cada pleito. Tal processo deve ser efetuado nos postos de recenseamento, os quais são montados pela administração pública em escolas ou nos pontos para os quais a população converge.

sérios - são indenizações muito pequenas que nem sequer foram acordadas em papel, foram acordadas verbalmente - e depois chega-se a algum tempo e a Vale não cumpre aquilo que prometeu, o governo também não interfere de uma forma séria, quase que toma o partido da Vale, e acaba que as pessoas não tem voz ativa em qualquer processo. Há organizações locais que procuram estar com os camponeses, falar com eles sobre os direitos, sobre os deveres, sobre a legislação que está em vigor, mas também essas organizações tem dificuldades. Então a conclusão é que nós temos poucos meios e canais para poder discutir. Os fóruns de debate só acontecem quando tem alguma questão forte. Os camponeses tem muito pouca possibilidade de defender seus interesses. As organizações que estão em Tete procuram apoiar-los, mas também o próprio governo não tem nenhuma iniciativa, então as vezes os camponeses tomam atitudes mais violentas, porque já estão esgotadas as possibilidades de dialogar. (...) Não dá pra pensar que vamos influenciar este governo porque ele só reage usando a violência. Lá em Tete só houve qualquer reação quando as pessoas "cortaram" a linha férrea. E quando reage é sempre contra a população e com forças policiais armadas que batem, torturam e até matam as pessoas. Até para entrar em Cateme já não se pode entrar de qualquer maneira. (J.M. - informação local).

É preciso por em questão que uma das maiores denúncias pretendidas pela RENAMO diante do conflito armado é a partidarização do Estado que, a sua maneira, afeta Cateme, uma vez que os líderes comunitários, os administradores locais ou toda e qualquer forma de poder é compelida ao alinhamento com as administrações do Distrito (Moatize) e da Província (Tete), ambas do Partido FRELIMO, como forma de minimizar possíveis resistências ao projeto modernizador levado a cabo pelo respectivo partido-governo em parceria com as transacionais, especialmente as do setor mineiro. Talvez por esta razão, tenha sido curioso que, apesar do contexto de críticas e manifestações constantes, as eleições autárquicas de 2013 tenham apresentado um resultado expressivamente positivo para os candidatos da FRELIMO.

A violência institucional, neste caso, constrói a ponte cognitiva que se pretendia para uma discussão sobre sentido no cotidiano. Não se trata de qualquer violência - portanto não cabe estabelecer uma única resposta, hajam vistas as múltiplas origens do processo - , mas a violência desumanizadora, que rompe com a condição humana, desconsiderando todas as formas de usos e sentidos já construídas nas quais as comunidades operavam seus ciclos produtores de existência no espaço-tempo. Essa dinâmica, cuja lógica parece jamais ter se buscado recuperar - tampouco poderia - na nova dinâmica do reassentamento, determinou que animais fossem contabilizados como prisioneiros - muito embora não o fossem - para caberem na programação do espaço; culturas foram eliminadas da terra e comidas foram retiradas do prato pela falta de água e de solo fértil (especialmente o milho que, mesmo sendo a base da alimentação local, teve a sua

produção e consumo duramente afetados pela falta de qualidade da terra nas machambas de Cateme); alguns banhos foram racionalizados pela intermitência do abastecimento hídrico, que depende da rede elétrica faltosa. O projeto modernizador pretende construir arbitrariamente novos sentidos para a vida das pessoas em Cateme.

Em primeiro lugar, é preciso determinar o que é sentido ou, mais precisamente, qual a lógica construída por ele, capaz de virtualizar intenções sem, porém, deixar de expressá-las. O fio que conduz à definição do sentido em Deleuze (2011) é proposição. A idéia de proposição pode ser entendida como uma analogia do que Ricoeur (2010) chamou de "narrativa". Representa um conjunto de acontecimentos - verdadeiros ou fantasiosos - dispersos de forma linear ou não linear no tempo e no espaço, cuja reprodução em todas as dimensões da linguagem revela partes do conteúdo da vida social e parâmetros orientadores da sociabilidade implícitos ou explícitos. Assim, da mesma forma que Ricoeur (2010) pretende enxergar o tempo como metáfora, posto que seria fundamental compreendê-lo sob a perspectiva virtualizada que produz e que se expressa através da narrativa, o sentido em Deleuze (2011) é a metáfora do acontecimento, haja visto que é ele o conteúdo do acontecimento e, na mesma proporção, é expresso através do acontecimento.

O brilho, o esplendor do acontecimento, é o sentido. O acontecimento não é o que acontece (acidente), ele é no que acontece o puro expresso que nos dá sinal e nos espera. Segundo as três determinações precedentes, ele é o que deve ser compreendido, o que deve ser querido, o que deve ser representado no que acontece. (DELEUZE, 2011, p. 152).

É importante dizer que, em Deleuze (2011), acontecimento e tempo - este último dividido entre o aion, presente limitado em profundidade, e o cronos, passado e futuro enquanto dimensões totalizantes e ilimitadas - aparecem soldados e, conjugado a eles, o sentido. Assim, os três elementos (acontecimento, tempo e sentido), ao se submeterem ao "presente do ator", tomando-o por "estreito" e "instantâneo" (Idem, p. 153), aproximam-se da perspectiva de cotidiano que temos defendido. Ocorre que, na dimensão do presente do ator - ou do grupo de atores - assim como procuramos demonstrar, os desdobramentos que se operam a partir do acontecimento conduzem a experiências próprias com o tempo, balizadas ou não por intencionalidades diversas, cujo teor ideológico é inquestionavelmente de expressar e de construir sentidos. Cateme se inscreve nesta retórica sob o pronto de vista do acontecimento, que marca um tempo ao mesmo tempo em que procura lançar novas bases acerca da organização do tempo (e,

por conseguinte, do espaço), cuja intenção é expressar e oferecer um sentido - já construído, pré-fabricado pela dinâmica doutrinadora do tempo-trabalho na era do capital.

A oferta de sentido independe da nomenclatura dada à esfera em que este foi construído (muito embora se saiba que tal esfera é a do capital, que remete à construção de uma racionalidade voltada para o condicionamento da existência ao mercado) para ser qualificada sob o ponto de vista da violência. A existência da marca violenta, inerente à tentativa doutrinadora, reside no fato de que a lógica em que esta se baseia - da construção de individualismos a partir da organização do espaço e do estiolamento das relações sociais a partir do aumento das distâncias -, sendo exterior à vida das pessoas e à lógica que existia nas comunidades antes de Cateme, retoma a prática desumanizadora. Segundo relatos de Ribeiro (2008), a possibilidade de exploração ampliada pela violência - material e simbólica - está frequentemente associada às formas de relacionamento e de negociação estabelecidas entre grandes empresas e grupos populacionais apartados, no todo ou em parte, do acesso às estruturas de decisão e aos campos de poder bem delimitados (e por vezes com limites bastante rígidos) na sociedade. Em Cateme esse fenômeno é notável desde o princípio, haja visto o acordo hierárquico entre o governo e a empresa, que subtraiu a possibilidade de haverem amplas consultas públicas e estudos antropológicos aprofundados, deu lugar a um processo de reassentamento para mais de 1300 famílias em cerca de 2 anos, isto é, entre 2007 e 2009 (MOSCA e SELEMANE, 2011; informações locais).

Há um sentimento de indignação porque o trabalho que foi feito foi muito superficial. Não houve um aprofundamento. Então há essa indignação. Para as pessoas recompor-se, precisava primeiro de uma consciência dos direitos humanos por parte dos investidores. Por outro lado o governo também precisa se conscientizar. Qual é a tarefa como governo como interlocutor do diálogo? O que é que tem que se considerar quando se trata de pessoas? Quando tem vidas humanas em jogo? E também sinto que seria necessária uma revolução no mecanismo de reassentamento que foi feito aqui. (...) Porque as comunidades foram meros espectadores do processo. Não foram proprietários de um processo. Houve um desmonte de casas e foi-se construir outras casas. A ingenuidade das pessoas e a questão também da confiança que as comunidades têm para com o governo, porque as comunidades usaram de confiança. Não havia um contrato que dizia o que foi acordado. Não houve esse acordo formalmente feito. Foi um acordo verbal porque as comunidades tem confiança para com o seu governo e confiaram que o governo ia fazer o acompanhamento e as coisas iam sair bem. Houve uma traição no meio. As comunidades sentem-se abandonadas, isoladas. (L. - informação local).

A emergência de um cotidiano doutrinador, no entanto, choca com as perspectivas das pessoas no sentido de continuarem a vida a partir do ponto em que ela parece ter se estancado nas comunidades - apesar de todos os contenciosos. Nesse momento, não apenas o dilema da guerra cotidiana entre a estratégia e as táticas são eminentemente importantes para a construção de um sentido na contramão do que tem sido ofertado, mas também a revolta diária contra a vida que se vive a contragosto. O cotidiano tem sido não apenas o ambiente em que se esboça a adaptação e em que se procura a diferenciação, mas também o terreno em que se vive a contradição e que se desenha a resistência. Cateme é um acontecimento bem expresso em sentido, perfeitamente sintonizado com discursos modernizadores emitidos pelo governo e pelas empresas no sentido de transformar os espaços-tempos vividos localmente em espaço-tempo uno, mundializado e globalizado, que incidir-se-á sobre território e pessoas. Entretanto, se há um vazio que opera no fato de as comunidades não estarem afeitas ou satisfeitas com o sentido oferecido - exatamente por terem sido desumanizadas do processo de construção deste sentido desde seus primórdios e, em virtude disso, não se identificarem com o mesmo -, haverá um caminho através do qual será possível reconstituir a humanidade dos reassentados? E o que seria capaz de produzir, então, tal sentido eminentemente contraditório ao hegemônico?

3.2 – Espaço e sentido

Propomos abordar os caminhos como uma das tantas outras tentativas - por vezes tão íntimas e talvez até pessoais, tornando-se invisíveis - de construir uma marca no espaço, e talvez por oportuno, um sentido. Posto que, se a violência é vivida e sentida no cotidiano, as objeções também se manifestarão nessa dimensão do espaço. O espaço onde as comunidades viviam, à margem do rio, era dotado de sentido, o qual fora construído ao longo de gerações inteiras dedicadas à pecuária e à agricultura. Por causa disso, cada prática era organizada a partir de um princípio racional próprio. Fazia sentido que as machambas ficassem próximas da margem do rio e distantes o suficiente das casas para impedir que os animais, especialmente os cabritos, visitassem as culturas e, naturalmente, destruíssem-nas. Por causa disso, uma das principais queixas das comunidades em Cateme era no sentido de que a organização do espaço (com casas no centro do reassentamento e machambas nas bordas) não contemplava a dualidade da

vida agropecuária - para não mencionar outras atividades como a pesca, o extrativismo, o artesanato, entre outras.

As pessoas saíram para Chipanga porque também teriam oportunidade de cortar e trazer a lenha e havia aqueles que tinham animais e que não poderiam estar dentro da vila. Então, quando foram tiradas as pessoas para Cateme, aquilo foi um choque, por isso que o processo demorou tanto. As discussões começaram em 2007, mas nem mesmo o governo percebia o problema que aquilo ia dar, só estavam recebendo ordem de cima e o processo acabou acontecendo. (...) Havia uma pressão política tão grande sobre as pessoas que elas não tinham como resistir e acabaram saindo. As indenizações que foram dadas às pessoas não considerava nada da lógica de vida daquelas pessoas, como ocupavam o espaço, como desenvolviam as suas atividades. Se tinha uma mangueira, eram 40 meticais, se plantavam abóbora eram 2 ou 3... Eu não sou agrônomo, mas vejo que as empresas de agricultura quando vão fazer um projeto, fazem as análises de solo para entender sobre a adaptação das plantas. O que deve vir na cabeça do indivíduo é que, pra se plantar abóbora ou melancia, as pessoas testaram outras plantas e viram que era aquilo que dava. Nos anos 70, por exemplo, perdeu-se toda a produção e percebeu-se que mapira aqui não saía. Vê como funciona? Com base numa prática de longo tempo, é como se eu fizesse um estudo do solo e visse que devo plantar isso e que devo cuidar dessa planta assim ou que aquilo não serve. Eu me recordo que tinha uma tia que tinha uma machamba em Chipanga e num ano ela plantou milho e não deu certo, no segundo ano ela matou mapira e deu certo. Então ela plantava todo ano mapira e sempre dava certo, mas era mais pra cima. Mas as pessoas são colocadas numa zona como Cateme, que não tem nada dessa informação, e pra quem está a explorar carvão não tem nada disso. (V. - informação local).

O espaço com seus usos inscritos numa dimensão cotidiana é, junto ao que Hebinck (2007) sintetizou como meios de vida, um dos pilares do processo de territorialização. Representa a tarefa empreendida todos os dias, não só pelos membros das comunidades de Cateme, mas pelo conjunto da sociedade, a fim de marcar o espaço-tempo, de impor-lhe o controle sobre uma fatia, por menor que esta seja. Por isso, o efeito da territorialização reorienta todo o debate que correntes de pensamento atuais no campo dos conflitos sociambientais (LITTLE, 2006; MARTINEZ, 2011) tem chamado de disputa por recursos. É isso, mas também mais do que isso. Se os recursos estão contidos no espaço e sob eles vigora o controle de alguém (no primeiro momento, a comunidade com vistas à produção da sua própria existência), o conflito é socioambiental por envolver pessoas e ambiente, mas antes disso é territorial por envolver a capacidade dos atores, acomodados dentro do espectro do "campo de poder" (RIBEIRO, 2008), no sentido de efetivarem ou de manterem o controle sobre o espaço.

Pode-se entender, portanto, que o local onde se instalou a mina da Vale em Moatize fora territorializado antes da chegada da empresa pela comunidade que lá viviam. O

processo de territorialização construído através do desenvolvimento de usos, por vezes autônomos em relação à dimensão do mercado comportada pelo modo de produção capitalista, e sentidos inerentes ao espaço foi estabelecido pelas comunidades ao longo de muitas gerações. Entretanto, tal estabelecimento não pode subsistir à disputa, naturalmente permeada por contrastes violentos eficientes em impor novos usos e sentidos ao espaço, os quais pertencem à nova dinâmica do capital global financeirizado e mundializado.

No tocante ao tempo, os ritmos que abrigam as metas, que impõem sua lógica ao funcionamento das coisas e à vida das pessoas, passam a ser doutrinadores de uma disciplina que está para além do que se pode perceber: paulatinamente o tempo vai se convertendo em mercadoria, tal qual nos primórdios do capitalismo, como demonstra Thompson (1998). Entretanto, no cotidiano o processo se apresenta de forma mais complexa. Não se trata da repetição do processo doutrinador do relógio descrito por Thompson (1998) nas primeiras fábricas da revolução industrial inglesa, até porque seria anacrônico pensar que tais formas de doutrinação ao tempo-trabalho estivessem disponíveis na atualidade tendo em vista o, ainda que restrito, acesso das pessoas aos meios informacionais. Assim, se há uma tentativa de impor elementos racionalizadores para conduzir à racionalização da vida privada, também há choques brutais de tempos no mesmo espaço. A existência de uma empresa multinacional interconectada mundialmente através dos fluxos de importação e exportação; a disponibilidade de internet via celular e de postos ambulantes de vendas de crédito para os planos pré-pagos - inclusive no próprio reassentamento de Cateme -; a conexão de sujeitos globais, estrangeiros ou nacionais, vagos itinerantes do capital em busca de oportunidade de negócio, trabalho e/ou renda; e a perspectiva de "educar" as pessoas de Cateme a um tempo propriamente estruturado pela experiência histórica do ser humano com o capitalismo. Todos esses eventos conjugados no mesmo espaço são expressões brutais dos conflitos territoriais cotidianos.

o, portanto, de significação
pelas classes sociais.

entr es da subalternidade
dominantes e dominados.
das
diversidades e das conflitualidades das disputas territoriais. (FERNANDES,
2008, p. 4).

Tete e Cateme são expressões de um mesmo fenômeno: nos dias atuais, a disputa fundamental - individual e coletiva - assumida pelas pessoas consciente ou inconscientemente é em busca da marca no espaço-tempo, isto é, pela determinação de um lugar; pelo estabelecimento de um próprio que lhes assegure a capacidade de manterem-se vivos e ativos, por mais que se possa entender essa atividade a partir de diferentes perspectivas. E se essa disputa fundamental ocorre em um campo tensionado por diferentes formas de poder, instituídas pelos tantos capitais disponíveis na sociedade (BOURDIEU, 2006). Assim, estabelece-se um conflito que opõem partes dissonantes de um todo dividido, recortado, tantas vezes individualizado ou pulverizado em grupos com perspectivas radicalmente diferentes ou completamente antagônicas sobre os usos e sentidos de um mesmo espaço dado. Para Fernandes (2008), o fato de todos assumirem a intenção (conscientemente deliberada ou não) de marcarem o espaço-tempo é um indicativo de que essas partes conflitantes interagem em algum lugar-comum, neste caso, a "quarta dimensão do espaço"⁸², o cotidiano (SANTOS, 2013).

Portanto, o processo de territorialização, que assume o caráter de "luta" objetiva pela manutenção das vidas, é cotidiano. E o é porque implica em significações que só podem valer-se do espaço-tempo imediato vivido - o cotidiano com as suas estratégias e táticas - para se estabelecerem. Sendo assim, poder-se-ia supor que o espaço-tempo em Cateme é desterritorializado, do ponto de vista da falta de autonomia das comunidades acerca da construção de sentidos. Porém, considerando-se que haja partes conflitantes na disputa pelo controle material e simbólico do território e interesses doutrinários inseridos na própria organização do espaço e na consequente perspectiva de que esta conduza a uma racionalização do tempo, não se sustenta a idéia de que Cateme é um vazio desterritorializado. Se o é, de fato, isso é verdade apenas do ponto de vista das comunidades. Cateme tem um sentido afirmado pelo discurso oficial do governo e percebido por algumas organizações da sociedade civil: consiste em transformar radical e violentamente a vida das pessoas sem consultar-lhes a vontade.

Outra coisa que contraria é a questão de os reassentamentos serem urbanos. Ninguém escolheu ser urbano! As pessoas sabiam que as cidades existem e tinham o direito de escolher se queriam viver na cidade ou no campo, mas

⁸² A título de informação, as demais dimensões do espaço, segundo Santos (2013), são: o mercado (dimensão mundial); a tribo (dimensão fragmentada onde a união se dá pelas semelhanças); o lugar (onde a união se dá pela "cooperação da diferença"); e a escala (que não se refere exatamente ao tamanho, mas ao tempo).

aquelas pessoas estão a ser obrigadas a viver numa perspectiva de que estão a viver numa cidade - ainda que seja uma perspectiva falsa porque nunca vai ser uma cidade -, mas são confrontadas no seu dia a dia com a perspectiva de que tem que se transformar em cidade, enquanto eles têm um modo de vida que, naturalmente, tem padrões que não cabem no conceito de urbano. O padrão é definido pelas empresas: isto é urbano e isso é rural! A idéia oficial que o governo tem difundido é que os reassentamentos devem ser no modelo de vila para poderem se transformar em cidade. E, de alguma forma isso contraria a tese das empresas de que estão a respeitar a vontade das pessoas baseando-se na separação de um urbano ou rural ou semiurbano. Sempre tem, de um lado, o governo que diz "Cateme foi pensada para ser uma vila" e do outro a empresa separou as famílias de Cateme por entender que eram camponeses e que não tinham como se inserir na cidade. São situações contraditórias que acabam colocando as pessoas em uma situação de violência estrutural vinda do lado da Vale e também do próprio estado. (J. - informação local).

Evidentemente, do ponto de vista das comunidades, há um prejuízo em relação à afirmação da vontade das pessoas. Tal situação é paradigmática para o estabelecimento ou ruptura de relações sociais que, com o advento do reassentamento, se estiolaram. A racionalização do espaço prejudicou, além do acesso aos recursos - como no caso da água, que antes estava mais acessível no rio e agora está disposta nos chafarizes ou, como se chamam por lá, "fontanárias", que podem distar de 2 a 4 quilômetros das casas e estão sujeitas ao abastecimento ditado pelo ritmo das bombas elétricas oscilantes - as interações sociais. Cateme é um conjunto de casas, só casas, construídas sobre uma pequena chapada rodeada por alguns depósitos de arenitos. Está em uma região plana, o que favorece alguns aspectos da comunicação, como o próprio sinal de telefonia móvel e internet 3G, entretanto não dispõe de nenhum equipamento através do qual se pretende estimular a convivência social. Há escolas (primária e secundária), posto de saúde, uma sucursal da administração pública, casa de moagem para o milho, uma Fazenda Modelo - muito bem orientada para os princípios racionalistas da agricultura, por sinal, na qual se pretende oferecer cursos e serviços de assistência técnica e extensão rural -, entretanto não há nenhum espaço de convivência.

Diante dessa condição, o espaço de convivência improvisado pelas pessoas foi o do mercado informal, que ficava no local aonde o ônibus que ia e voltava da Vila de Moatize parava. Esse terminal rodoviário, também improvisado, deu lugar ao que, depois das manifestações de janeiro de 2012 (e em resposta a elas), o governo e a Vale se organizaram para edificar: um galpão modesto, que chamaram de mercado. Enquanto estive em Cateme, este galpão estava sendo finalizado, mas as dimensões, nitidamente, não comportavam a extensão do mercado ambulante que havia se formado nas

proximidades. Ocorre que, para além da já mencionada característica informal da economia moçambicana, as pessoas de Cateme não estão efetivamente produzindo comida o suficiente para alimentar-se e alimentar suas famílias, o que as tem levado a utilizar o dinheiro das indenizações adquirindo bens de consumo não duráveis para revender aos outros reassentados. Os estoques alimentares das pessoas estavam tão escassos que, no inverno de 2013, haviam algumas famílias alimentando-se apenas da popular "chima" - uma espécie de papa de farinha de milho branco - e pepino. Entretanto, a saída para o comércio informal também tinha uma limitação fundamental: diante da fraca produção, a medida que os meios financeiros - na maior parte oriundos das indenizações que ainda estavam sendo pagas - se esgotam, a possibilidade de circulação das mercadorias também fica escassa.

A convivência com a escassez era cotidiana em Cateme. De fato, aparentemente a hipótese maquiavélica de que aquilo fosse intencional não era desprezível em virtude da abundância de eventos amargurantes. Todos os dias alguma coisa falhava: o gerador não comportava a demanda, a rede elétrica não sustentava, as bombas de água falhavam, o caminhão-pipa não aparecia, o adubo prometido não circulava, os sacos de milho estavam acabando, a terra não produzia, até mesmo o calor não arrefecia. Mas, sob que pretexto a escassez pode ser utilizada como elemento doutrinador? Num primeiro momento pode-se imaginar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1960 superou esse ponto, mas não é estranho que a humanidade tenha aprendido a viver sob a lógica do capital a partir da experiência histórico-cotidiana com a ideia de escassez. É o que reitera Thompson (1998) a partir da discussão acerca da restrição do acesso aos meios de produção e a consequente doutrinação à disciplina da venda da força de trabalho no mercado.

Os sentidos no espaço-tempo não são produtos apenas da interação triangular entre mulher/homem-espaço-tempo. Se há um processo dialético que interrelaciona espaço e tempo por meio da técnica (SANTOS, 2013), também há uma distensão interna que corresponde às relações mulher/homem-mulher/homem, isto é, relações sociais. Elas são parte do sentido e dos usos construídos em torno do espaço, fazem parte do cotidiano, estabelecem hierarquias e papéis sociais. Sendo assim, dessas relações surgem processos produtivos que, no caso das comunidades alocadas em Cateme (e talvez de grande parte das comunidades camponesas moçambicanas), eram coletivos,

isto é, havia o compartilhamento de meios de produção, como as pastagens para os animais, a água do rio (até porque isso poderia representar a possibilidade de manter um rebanho global maior e mais diversificado pelos cruzamentos, embora se soubesse exatamente quem é o dono de cada animal). Advém, portanto, das relações sociais, parte do substrato produtivo que conflui no sentido do processo global de territorialização. Sendo assim, pode-se sustentar que o estiolamento das relações representa uma possibilidade de empobrecimento generalizado das comunidades para além dos meios financeiros, materializa o limite da dignidade no qual solidão e escassez relacionam-se dialeticamente e, estando tão fortemente unidas, já não é possível visualizar o indivíduo - na plenitude da sua condição humana e no gozo das táticas, que, na perspectiva de Certeau (2012) lhe possibilitariam alguma resistência - diante da estrutura ou da estratégia.

Do ponto de vista do estabelecimento do capital, é necessário que a racionalidade capitalista esteja fundada como o sentido primordial no espaço-tempo. Entretanto, esse processo, que pode se revelar uma captura de sentidos outros alheios ao binômio produção-consumo circunscrito à esfera institucional do mercado, não pode se realizar num contexto de abundância, o qual seria um potencial desorientador na busca pelo consumo, haja visto a lógica de que o consumo a ser estimulado tem impactos menos objetivos - e talvez menores - do que o consumo sustentado pela ideia de sobrevivência. Portanto, para se efetivar enquanto racionalidade há que se considerar o princípio no qual Santos (2012) se baseia para discutir a "alienação moderna", ou seja, o fortalecimento e a predominância do mercado sobre o espaço nas suas respectivas formas de estabelecer sentidos.

O espaço tem muito de parecido com o mercado. Ambos, por meio do trabalho de todos, contribuem para a construção de uma contrafinalidade que a todos contém funcionalmente e, malgrado eles, os define. Mercado e espaço, forças modeladoras da sociedade como um todo, são conjuntos de pontos que asseguram e enquadram diferenciações desigualadoras, na medida em que são, ambos, criadores de raridade. E como “o mercado é cego”, para os fins intrínsecos das coisas, o espaço assim construído é, igualmente, um espaço cego para os fins intrínsecos dos homens. Daí a relação íntima e indissociável entre a alienação moderna e o espaço. (...) O espaço também contribui para o processo de socialização invertida que agora assistimos e é utilizado como instrumento de política cognitiva, por meio da manipulação do significado, um marketing territorial que também é criador de anomia. (SANTOS, 2012, p. 80).

O capital precisa estabelecer o sentido do espaço e ser, de fato, o único sentido aceitável que fundamenta a vida das pessoas. Assim, balizando a expectativas de uma parte dos atores e pretendendo se estender a todos, o capital se propõe a uma uniformidade heterogênea na forma de relacionar pessoas e espaço. Uniformidade porque não faz distinção nas formas de uso, a saber, a racionalidade hegemônica do capital que opera no uso do espaço para a produção da existência externada e institucionalizada na forma do mercado, e heterogênea porque não possibilita acesso igualitário aos recursos contidos no espaço por parte dos diferentes atores que com ele se relacionam. O conflito territorial, segundo Fernandes (2008), deriva exatamente dessa dualidade.

capitalista.

ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes. (FERNANDES, 2008, p. 5).

A disputa territorial em Cateme tem como estopim a tentativa, por parte das comunidades, de construir sentidos naquele espaço análogos aos que orientavam as práticas cotidianas anteriores. Entretanto, tal desejo esbarra em dois principais contenciosos: em primeiro lugar, a existência de uma organização do espaço voltada exatamente para o propósito contrário; e, em segundo, o estranhamento territorial. O primeiro ponto já está amplamente explorado a partir do debate sobre racionalização e construção de sentidos, porém o segundo ponto permanece. Como as comunidades de Cateme poderiam, ao mesmo tempo, recriar os sentidos inscritos nas suas práticas de outrora – diante da possibilidade de retomarem as próprias práticas – ou construir outros que fossem opacos à tentativa de objetificá-los diante da doutrinação à racionalidade capitalista? Em resumo, como as comunidades poderão construir autonomamente os sentidos que lhes contemplem?

Para Santos (2012), “quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação” (Idem, p. 81). Portanto, o estranhamento, assim como já se percebeu, criado por um processo violento que apartou as pessoas da possibilidade de opinarem e de decidirem diante da necessidade de serem reassentadas, provocou um corte na percepção delas acerca de sua humanidade, isto é, da condição de sujeitos de direitos ou, segundo a caracterização do autor, como cidadãos. A forma como Cateme se orienta para as expectativas de mercado, tanto no sentido de educar as pessoas para se

integrarem ao mundo do trabalho a partir da racionalização do espaço-tempo quanto na tentativa de externalizar a produção da existência, buscando fomentar – como a própria Administradora do Distrito de Moatize informou – atividades comerciais, as quais teriam por objetivo eliminar a dependência da atividade agrícola. O que de início parece entusiástico do ponto de vista da diversificação da renda e do emprego da força de trabalho, fofalecendo, suportamente, a atividade agrícola diante dos riscos inerentes à produção, esconde a outra intenção – ou talvez nem seja mais possível esconder – que é de, paulatinamente, eliminar essa atividade de um espaço que foi, num primeiro momento e pelo menos na aparência do discurso, pensado para abrigar camponeses.

Este estanhamento está ligado à ideia que se tem promovido aqui de que há um processo de doutrinação para o capital em curso no reassentamento de Cateme. E, diferentemente das suposições ingênuas, não haveria meios de se evitar que assim o fosse. Isso porque a Vale, enquanto empresa transnacional e operadora da racionalidade capitalista, está interessada em produzir, no seu locus de atuação, uma situação favorável para suas operações do ponto de vista do rebaixamento do preço da força de trabalho. Relembrando Fontes (2010), essa pressão capital imperialista se insere na dinâmica contemporânea de ampliação da renda e do lucro a partir da expropriação progressiva do trabalhador. Do lado da empresa, o alívio para essa pressão atua como motivador para aprofundar as múltiplas formas de expropriação, inclusive através da construção de “não lugares” (espaços “vazios” de sentidos para aqueles que neles devem viver) onde imperam, do ponto de vista material e simbólico, processos de empobrecimento coletivo e a sensação de “perda do mundo” (GIANNOTTI, 2008). Do lado das comunidades, a concretização do despertamento ao mundo é atenuada pela perda do controle e da autonomia sobre o espaço – desterritorialização.

Enquanto estive em Tete, em Cateme ou circulando pelas imediações das regiões de exploração mineira, percebi a existência de um conjunto muito grande de pessoas que saíam de casa sem uma direção exata, mas com um propósito muito bem definido: encontrar algo para fazer. Na se tratava de emprego, até porque a oferta real deste era muito baixa em relação à procura. Àquela altura soube que, na rua, poder-se-ia encontrar situações que demandavam algum trabalho adicional e, por ocasião desta oportunidade, apresentar-se como força de trabalho prontamente disponível. Constatei que esse era o ritmo de trabalho que determinava, por exemplo, a descarga dos

caminhões de cimento em Tete: quando aportavam no ponto de descarga reunia-se um grupo e pagava-se cerca de 10 a 30 meticais – algo como de 0,60 centavos a 2 reais – para cada pessoa que ajudasse no carregamento dos sacos. Esse processo era todo muito rápido e nem se percebia como estranho à rotina da cidade. Entretanto, numa visita que fiz, em parte por curiosidade, ao local concessionado à mineradora indo-africana Jindhal África – uma das empresas que operam a extração do carvão em um bloco próximo à região de Songo –, percebi que um grupo de homens jovens, a maior parte oriundos da comunidade de Caçoca, único aglomerado humano próximo, o qual está localizado dentro da área concessionada à empresa e sem nenhuma previsão de reassentamento⁸³, esperava do lado de fora dos portões da empresa com o mesmo propósito que os carregadores de cimento na cidade de Tete. Buscavam uma oportunidade qualquer não apenas de ganhar algum dinheiro, já que isso soava útil a julgar pela distância que a comunidade ficava de qualquer cidade, mas de corresponderem à expectativa da nova lógica que territorializou-lhes o espaço: a lógica do trabalho vendido no mercado. Nisto se finda esta ideia: o novo espaço e o novo tempo, portanto novo território, requerem como consequência um novo ser humano – aquele que é capaz de incorporar e viver sob a racionalidade do capital.

3.3 – O território e o cidadão

Fui a Moçambique encontrar a “maravilha econômica” tão comentada nos jornais e revistas internacionais e nos relatórios de agências e bancos multilaterais para o desenvolvimento. De fato, em maio de 2013 o relatório anual de 2012 do Banco Africano de Desenvolvimento dizia:

Na África Austral, em 2012 o crescimento foi apenas moderado. A África do Sul, que se apresenta como motor de crescimento regional, cresceu apenas 2,5% em 2012 (uma percentagem inferior aos 3,5% registrada em 2011) devido ao impacto da elevada taxa de desemprego e às convulsões laborais. Angola, Moçambique e Zâmbia cresceram, em média, mais de 7,5% com o florescimento das matérias-primas (BAD, 2013, p. 5-6).

⁸³ Há nessa região um conflito entre a Jindal África e a comunidade de Caçoca que consiste no fato de não haver nenhuma previsão para o reassentamento da comunidade. Entretanto, a mina que ali se opera – e esta já está em funcionamento – é também, como a da Vale em Moatize, uma mina a céu aberto, o que leva à produção constante de fuligem e poeira. Tal situação tem afetado a saúde respiratória das pessoas da comunidade. Além disso, o barulho constante gera um desassossego perturbador às pessoas.

O Fundo Monetário Internacional, no Relatório Nacional n. 13/01, endossa as recomendações positivas aos investidores privados no país e reafirma a estabilidade macroeconômica de Moçambique:

Apesar da difícil conjuntura mundial, o crescimento económico em Moçambique manteve-se dinâmico. Reflectindo o rápido início da produção e das exportações de carvão, o PIB real cresceu em 7.2 por cento no primeiro semestre de 2012. O sector extractivo foi o que mais cresceu (39¼porcento), enquanto os sectores de transportes e comunicações também registaram bom desempenho (com a introdução da terceira operadora móvel). O crescimento do PIB real em 2012 deverá atingir os 7.5porcento, reflectindo a contribuição do sector de carvão superior à prevista (FMI, 2013, p. 4).

As dificuldades econômicas que ambos relatórios não puderam negligenciar, concentram-se em dois pontos. Em primeiro lugar, um problema econômico: os déficits constantes nas transações correntes e, conseqüentemente, na balança de pagamentos demonstrados por Castel-Branco (2010), haja visto que o Estado, segundo o autor, vem praticando sucessivas renúncias fiscais que, diante do aumento das importações frente às exportações – especialmente porque as plantas dos megaprojetos precisam de maquinário importado pra se instalarem –, tem estrangulado as contas públicas e a capacidade de manter o endividamento estável. Em segundo lugar, um problema social: esse crescimento se traduz em melhoria social? Quanto ao primeiro problema, a conclusão de Castel-Branco (2010) é que os instrumentos de facilitação criados para atrair megainvestidores – como as grandes empresas mineradoras, incluindo a Vale – tem penalizado a capacidade do Estado de investir nas metas estabelecidas no sentido do desenvolvimento humano no país. Essa conclusão aparentemente simples e bastante lógica, ajuda a compreender a segunda questão.

Chegando a Moçambique, deparei-me com um bordão que era amplamente utilizado pelo Presidente Armando Guebuza durante seus discursos nas “Presidências Abertas”⁸⁴. Consistia em dizer: “nós moçambicanos temos o direito de não sermos mais pobres”. Por certo, isto eu já imaginava. Mas qual foi a minha surpresa ao descobrir que, tanto o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) – que sobrepõe dados relativos às privações de saúde, educação e padrão de vida – quanto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Moçambique, ambos ranqueados pelo Programa das Nações Unidas para o

⁸⁴ “Presidências Abertas” são eventos de “governança descentralizada” que o Presidente promove nas Províncias. Durante uma semana, ele despacha da respectiva província onde está. Como Moçambique não adota o perfil de gestão federativa e o poder político está concentrado sobre a figura do Presidente, essa parece ter sido a forma mais amena de tornar as decisões “mais próximas” e “mais aprazíveis”.

Desenvolvimento (PNUD), continuam entre os últimos da lista dos 187 países analisados – 185 foi a posição do país no Relatório Anual do IDH de 2013.

Mesmo que seja oportuno reiterar que se consideram válidas as críticas de Siedenberg (2003; 2010) com relação aos índices utilizados para “medir o desenvolvimento” e, nesse sentido, suas críticas ao IDH – que podem ser estendidas a praticamente todos os indicadores sociais – são concisas, especialmente quanto à imprecisão destes para reproduzir, em números, realidades sociais com nuances nem sempre tão objetivas. Desse ponto de vista, é possível resguardar Moçambique de uma crítica maior com relação às condições de vida. Muito embora a expectativa média de vida de uma pessoa moçambicana tenha sido, no relatório de 2013, de 50,7 anos; a taxa de alfabetização (considerando a alfabetização formal na língua oficial portuguesa) entre os adultos, 56,1%; e o rendimento per capita de 960 dólares americanos; há que se considerar que o efeito do direito à terra, herança revolucionária da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) nos anos que se sucederam à libertação colonial, tem um impacto significativo para a efetivação de direitos – como o direito humano à alimentação, por exemplo – que, curiosamente, não entram no cômputo do desenvolvimento humano.

Inquiri-me, num primeiro momento, sobre o porquê que, diante da tentativa de combater a pobreza, tantas outras prerrogativas dos direitos humanos – especialmente o direito humano de construir sentidos para os espaços e para as coisas e, por conseguinte, a própria existência no cotidiano – estariam sendo sacrificadas. No exemplo de Cateme, à medida que as tentativas de reunir novos elementos para a construção de sentido são sistematicamente refugadas, há algo importante a ser negado para além da água, do solo e das casas, nega-se a própria possibilidade de construção do sentido que, por sua vez, emana da condição humana definida por Hannah Arendt. Portanto, há uma esfera nova de negação, que fora praticada desde o princípio do reassentamento: a negação da condição humana, a qual deriva do não reconhecimento do outro enquanto humano e, por isso, da sua consequente objetificação. Há um componente de violência intrínseca à Cateme, que reside na negativa à condição humana, haja vista a inexistência de qualquer consulta ampla às comunidades acerca de um assunto que lhes era fundamental à existência. As pessoas afirmam com frequência terem recebido promessas verbais tanto do governo quanto da empresa, as quais não foram registradas e sacramentadas em qualquer meio e, tampouco, cumpridas.

Deram um monte de promessas que não foram cumpridas. Foi dito às pessoas que ia receber comida para a vida toda, casas, transporte para ir e voltar da vila, da mesma forma que nos foi prometido o comboio para trazer o tal bacalhau e até hoje nada! Ninguém consegue viajar a Linha de Sena porque aquilo é mesmo só para carregar carvão. No final das contas, há um conjunto de problemas e de opressões. Separaram as famílias e toda a lógica de convivência muda quando isso acontece e ainda requer adaptação a uma área que nem foi experimentada pelas pessoas. (...) Perde-se tudo isso aqui. E hoje tem problemas que vão além das habitações, que nos sabe os, foram construídas de qualquer jeito e estão uma porcaria mesmo. O dinheiro que foi pago às pessoas foi gasto e não tem a mesma zona para o amendoim e nem a mesma zona de pasto. E hoje mesmo nem se pode cortar a lenha. As pessoas que estavam próximas de Chipanga estavam mais perto das matas, então cortavam e traziam de bicicleta até a vila e as pessoas compravam. Hoje da Vila até Cateme são cerca de 40 quilômetros, quer dizer, é impossível pensar em trazer uma bicicleta a essa distância porque leva muito tempo. Então todas as alternativas que as pessoas tinham, e quando estava mesmo difícil, iam até a vila e faziam um trabalhinho num quintal e tinham algum dinheirinho. (V. - informação local).

Os princípios básicos [dos outros processos de reassentamento] são iguais. O não respeito pela opinião das pessoas, a questão da mudança para zonas piores, a não existência de uma regra para o cálculo das indenizações, uma exclusão das comunidades em relação ao próprio projeto - não há um envolvimento no projeto -, e uma grande fraqueza no diálogo. Tudo isso são aspectos comuns nesses projetos e por isso mesmo que há tantos problemas no país. Há muitos problemas nas zonas turísticas, no norte - Cabo Delgado -, há muitos problemas na outras zonas mineiras, portanto aquilo que se encontra em Tete está replicado em outras zonas. Isso significa que o governo não toma a sério esses aspectos e trata as pessoas de uma forma negligente. Trata as pessoas sem defender os interesses delas. O que se espera do governo é que seja uma instituição que defenda os seus cidadãos e o que acontece é que há muito o governo está ao lado das multinacionais. (J. M. - informação local).

Entretanto, em meio a tudo isso, houve um romper. Em janeiro de 2012, três anos após o reassentamento, as comunidades de Cateme, organizadas em conjunto com as organizações da sociedade civil, fizeram uma manifestação que chamou a atenção do mundo para os impactos sociais dos projetos de mineração na Província de Tete em Moçambique, especialmente em face da reação brutal da polícia moçambicana no sentido de reprimir violentamente as pessoas. Os protestos de janeiro e os demais que se sucederam, inclusive enquanto eu estava a cargo da pesquisa, reproduziram a tentativa radicalizada de reunir condições no espaço - água, moradia digna, acessibilidade e aportes à locomoção, possibilidades de produção da existência através do acesso aos meios sociais e territoriais de produção e de trabalho - para a construção de um sentido, no qual a prerrogativa do direito e, portanto, da cidadania, pudesse imperar. Entretanto, as respostas violentas por parte do governo e a reticência, a restrição ou o completo bloqueio dos canais de comunicação da Vale com as comunidades por parte da própria

empresa – que tem frequentemente se recusado ao diálogo enquanto não são liberadas todas as condições para continuar produzindo e enviando o carvão de Moatize ao porto – levaram a um impasse que ainda perdura. De um lado está a comunidade, insatisfeita com o resultado e incapaz de projetar boas experiências no futuro e, de outro, a renúncia da Vale e do governo no sentido de fazerem qualquer coisa, haja visto que o processo de reassentamento já foi concluído, as indenizações, em sua maioria, já foram pagas e as negociações estariam encerradas.

O sentido das manifestações foi ficando mais claro a medida que se agudizaram as deficiências do espaço para atender às condições dignas de existência que se esperava. Atenuava-se a distância entre o quadro construído no imaginário, o qual havia sido construído para orientar a decisão das pessoas de saírem do local de origem, e a realidade. Foi nesse contexto que a luta social apareceu naquela fração do espaço-tempo. E embora pareça extraordinário que as pessoas tenham se organizado nesse sentido mesmo não dominando todos os códigos oficiais – leis, discursos inteligíveis, conhecimento científico, entre outros códigos repetidamente validados socialmente - que lhes permitiam lançar mão da condição de sujeitos construtores das suas autonomias, Santos (2012) lembra que “a capacidade de enxergar e lutar não decorre da história social que a condiciona, mas da essência humana, comum a todos os indivíduos” (Idem, p. 127).

O sentido da luta coletiva no cotidiano de Cateme é tentar apropriar-se daquilo que restou em termos de conteúdo das relações sociais e, concomitantemente, construir uma significação, um "próprio" (Certeau, 2012) que vá além das resistências táticas individuais - ou ainda que coletivas. A luta social determina o início de um rompimento no ciclo de virtualização e distanciamento da condição humana alheia, de objetificação do outro e de imposição da vontade sobre ele. É através dela que se constroem perspectivas de superação do que Jessé Souza (2012) qualificou como subcidadania, em busca de uma existência pautada na autonomia em termo de consciência e de agência. A luta coletiva determina as referências para a construção de uma humanidade que se reconhece e se reconhece no outro. Após os protestos de janeiro, as comunidades do reassentamento perceberam a necessidade de, ainda que não partilhem os mesmos costumes, é necessário dialogar ao menos sobre a vida cotidiana no local. Surgiu a Associação de Moradores de Cateme, com membros de todas as comunidades e, muito

embora as articulações individuais em torno dos líderes comunitários não tenham deixado de existir, há tentativas de formar cooperativas e, de alguma forma, procurar engajar as pessoas em um projeto coletivo de vida.

Considerando esta experiência, o cotidiano se tornou palco principal para a luta em torno da autodeterminação do sentido, porque é esta a dimensão do espaço que comporta todas as expressões do caos banal, o qual é representado pelo cruzamento de circunstâncias sociais e humanas tão díspares em termos de cultura, sexualidade, raça, individualidade, etc. No cotidiano, as experiências sociais com o trabalho – e com o tempo-trabalho ou com o trabalho dos que estão ausentes no tempo, uma vez que são impossibilitados de produzir a própria existência – e com a exclusão produtiva dão razão à vida dos que acreditam estar, como lembra Santos (2013), vivendo o tempo, posto que consomem os produtos da técnica no compasso em que lhes são oferecidos. Entretanto, o sentido, de fato, só pode ser percebido por aqueles que foram aparentemente deixados para trás. Na verdade, um trocadilho poderia definir tal circunstância: só se conhece a aparência do trem quando se observa o mesmo a partir dos trilhos.

O Moçambique de 2013 não é só a promessa do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional de paraíso efetivo para os capitais ocidentais em meio à inconstância que ameaça desfalecer qualquer dimensão do espaço-tempo vivido. Moçambique é a aposta improvável no apagar das luzes de um casino qualquer: da parte do otimista é a possibilidade de debater a construção de uma cidadania efetiva e da parte do pessimista é a porta aberta para o ocaso. Abriu-se uma fissura irreparável no espaço-tempo em Tete e em Cateme e, a partir dessa fissura, emergiu um vulcão em busca de marcá-lo. Por vezes a marca produzida por uns não tem, aparentemente, o menor efeito sob os outros. Porém, é preciso lembrar que produzir marcas no espaço-tempo, territorializá-lo, é um processo excludente, muito embora, lembra-se, não definitivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante cortejar algumas ideias, não exatamente sobre o que ficou registrado aqui, mas sobre os caminhos vindouros para pesquisas futuras que procurem uma imersão em contextos sociais semelhantes. A academia contemporânea padece de condicionamentos vinculados à racionalidade instrumental, os quais lhe aprisionam todos os dias. Seja nos excessos burocráticos ou na falta de um comportamento democrático respeitoso entre os próprios cientistas. Do ponto de vista metodológico, submete-se a um conjunto de protocolos que, na ânsia de dar muitas respostas, de interpretar, diz menos do que se pode entender. Ora, a arte da ciência é a abstração e deve pertencer à prática científica o sentimento de insatisfação com o ponto final, com o que parece acabado. O trabalho do cientista nunca acaba no primeiro ponto, tampouco cede à primeira vírgula, mesmo que seja um ponto e vírgula.

O ponto de partida estabelecido nesta dissertação foram as reflexões sobre imperialismo, subimperialismo e capital imperialismo, a partir das quais se pode concluir que há papéis sendo imputados sobre a periferia estratificada do mundo contemporâneo, a saber, os países “em desenvolvimento”. Muito embora haja um raio de influência das potências emergentes, como é o caso do Brasil que avança prioritariamente sobre os países africanos de língua portuguesa e sobre a América do Sul, este processo não pode ser definido sob o ponto de vista de uma nova partilha do mundo. Isso porque não estão dadas as condições para que isso ocorra, haja visto Lenin (2012) nos ter informado que uma nova partilha do mundo só seria possível diante de uma nova generalização da violência, que colocaria em xeque o poder das potências estabelecidas. Entretanto, os países emergentes tem assumido papéis dinâmicos que não podem ser definidos à luz do que Marini (2013) chamou de “cooperação antagônica”. Se partíssemos do pressuposto de que há cooperação antagônica, como explicaríamos que Moçambique, enquanto zona de influência do Brasil nos pontos de vista econômico e cultural, possa ter crescido anualmente, durante os últimos 10 anos, pelo menos três vezes mais que o seu “mentor”? Não há sentido nisso porque a história não se repete.

A cooperação antagônica ficou no projeto pitoresco de Brasil-Potência dos militares. As contradições que a originaram, no entanto, não. O Brasil ainda é um país que necessita

exportar seus desajustes internos para compensar a indissolução interna dos mesmos. Porém, o que se vislumbra em Moçambique atualmente não se restringe à conveniência de um ou de outro país individualmente, mas às conveniências das quais todos podem, um a um, gozar. Isso se confirma até mesmo porque, talvez, diante do capital imperialismo eminentemente privado e alimentado por conglomerados do mercado financeiro – gigantescos fundos de pensão, por exemplo – que se nutrem essencialmente da insegurança generalizada do mundo do trabalho e da falência do estado de bem-estar social, já não seja mais adequado falar em imperialismo exclusivamente do ponto de vista dos Estados. Se assim o fosse, o que dizer, por exemplo, da Vale?

A Vale SA é uma empresa da qual o Estado brasileiro é o acionista majoritário, mas, enquanto sociedade anônima, ela executa, concordando com Saravia (2006), uma “política pública” – porque tem um plano de ação e de relacionamento com as comunidades, o qual, seja ele satisfatório ou não, é singular a todos os locais onde a empresa atua – cujas principais características são: ser centralizada e centrada em prerrogativas tecnicistas que reduzem a dimensão humana dos conflitos. Essas características evidenciam a essência dessa “política pública”, que é a inspiração privada nos seus meios e fins. Por causa disso, tudo que se tentou evidenciar aqui em torno da experiência com o tempo, das perspectivas doutrinadoras na configuração do espaço-tempo em Cateme e da respectiva violência com que se tenta impor sentidos às pessoas tem a marca da intenção capitalista que busca padronizar os meios de vida e de condicionar todas as suas estratégias ao mercado.

Nesse sentido, o uso do tempo aparece como uma dimensão a ser controlada na perspectiva do capital, cujo objetivo é “organizar” para desorganizar ou, numa perspectiva mais crítica, doutrinar para caotizar. O cotidiano da cidade de Tete permite essa leitura a partir da forma como expõe o conflito nas experiências individuais com o tempo. São conflitos que se materializam no mundo do trabalho, nas opções de lazer e nas suas respectivas expressões culturais (como a música, por exemplo), nas formas de estabelecer a comunicação e, por último, nos códigos sociais que orientam as relações humanas. O tempo orientado pelo capital, tempo rápido e global das empresas multinacionais, das empresas locais, dos mandatos governamentais e inclusive de quem precisa encurtar suas experiências sensoriais no prazo hábil de 3 meses, contrasta com o tempo de quem, em última análise, se julga próximo do que precisa. O que determina a

pertença à sociedade do capital são signos com sentidos muito diferentes do que a determina numa comunidade. Não se trata de julgar a comunidade a partir de um olhar apaixonado, mas sim de enxergar como a diferença nos usos do tempo trazem sentidos distintos para a existência humana.

É provável que não se possa falar de sentido pleno em nenhuma desses dois mundos – o mundo da comunidade e o mundo do capital – mas são esses mesmos sentidos, por mais inacabados que estejam para realizar com plenitude a existência humana, que nos possibilitam controlar o espaço a nossa volta e imprimir-lhe a marca da qual precisamos para não perder a nossa humanidade. E se a nossa marca está associada à dinâmica perversa de romper as barreiras do passado e do futuro para se viver o presente como eternizado e o futuro como abstração, então somos todos – e a um só tempo – maratonistas na corrida dialética de Alice⁸⁵. Corre-se contra o tempo acelerado na perspectiva de evitar a conversão ao estado metafórico dos “homens lentos” de Milton Santos. Contudo, se o autor tem razão ao dizer que os homens lentos estão mais próximos de descobrir a verdade sobre o sequestro do tempo exatamente em virtude da sua inabilitação para disputar o tempo acelerado, é plausível dizer que se foge também da catastrófica descoberta do mundo. E, diante da negativa à descoberta do mundo, prefere-se perdê-lo, ainda que inconscientemente. Partindo desse princípio, de que há uma negativa inconsciente para a descoberta do sequestro do tempo que, por sua vez, também nega (naturalizando) a descoberta do controle violento do espaço pela assimetria de poder, o que poderia mudar os contornos do mundo?

Os movimentos humanos em todo do mundo tem expressado, nos seus cotidianos, formas de romper com tal estratégia. Contudo, as táticas que podem marcar ações de resistência se inscrevem numa dimensão quase restrita à ação do indivíduo. Para além disso, respostas coletivas tem sido elaboradas em foros mais amplos nos quais o movimento de vários humanos traduz-se em movimento social. Não há novidade no fato de que os movimentos sociais representam uma forma de se apropriar e de buscar a ampliação do conjunto de direitos que garantem a existência cidadã plena. A novidade está no fato pontuado por Castells (2013): os movimentos que tem emergido no mundo, mesmo sem um apresentar ou defender um projeto político, tem operado como criadores

⁸⁵ “É como se seguissem o preceito de Lewis Carroll: ‘Aqui, veja você, é preciso dar o máximo na corrida para ficar no mesmo lugar’.” (BAUMAN, 2007, p. 173).

de sentidos para ressignificar a experiência política em sociedade, especialmente da juventude.

Esse dilema contemporâneo também está presente em Cateme. Os camponeses do reassentamento estão em movimento quando fecham a linha férrea, quando impedem as operações das minas de Moatize. Para além disso, a sociedade moçambicana está em movimento quando faz as marchas pela cidade de Maputo ou, no caso mais recente, quando se expõe a reviver o conflito de 16 anos entre a FRELIMO e a RENAMO. Entretanto, a definição de um projeto político generalizável é um desafio que poucos suportaram até então, provavelmente pela ausência de abertura a um diálogo político franco e democrático com entre Estado e sociedade, o que deveria incluir a dissolução de mecanismos simbólicos e materiais de coerção ou intimidação.

Moçambique é um país que tem procurado reinventar-se a partir da luta contra a pobreza. Contudo a perspectiva que anima esse desejo ainda permanece pouco transparente. Os recursos naturais estão sendo explorados e o trato com as comunidades tem se dado a luz de medidas administrativas esparsas e de negociações monopolizadas pelo governo que priva a comunidade da possibilidade de interveniência no processo. O governo alega não ter se atentado para o amparo legal e necessário às comunidades por desconhecer experiências anteriores de reassentamento. Entretanto, na direção oposta, aqueles que se dispõem a questionar e propor soluções – ou até mesmo uma política de reassentamentos – são identificados pelo próprio governo como representantes de “agendas obscuras”, que se transformou em um codinome para agentes “antidesenvolvimento”.

Tal rotulagem é propícia à alienação das pessoas acerca de possibilidades outras que não o conjunto de sacrifícios que tem sido imposto às comunidades em favor das grandes empresas. Essa situação descreve um questionamento crucial: qual é o lugar do cidadão diante da escolha outorgada entre pobreza generalizada e desenvolvimento excludente? É provável que, na busca pelo rompimento radical com a subcidadania, os movimentos que tem se levantado, procurem romper também com a própria periferia enquanto condição. Porque temos que estar sempre de cabeça baixa? – passam a se perguntar os sujeitos. Porque temos que fazer tantas concessões em nome do bordão constantemente repetido no discurso presidencialista sobre um tal “direito de não

sermos mais pobres” se a agenda desenhada para nos tirar da pobreza está atenuando o nosso estado de privação?

Os cidadãos que tem tentado, nos últimos anos e em todo o mundo, definir esse lugar foram confrontados com uma ordem fortemente interligada mundialmente. Neste ínterim, ficou evidente também para estes a alavancagem constante do sequestro do espaço tempo até o infinito, o terreno ilimitado da expectativa futura e do sonho. Esse fenômeno contemporâneo foi e é mais sentido pelos jovens, dada a condição transitória que esse contexto lhes imputa em quase todos os aspectos das suas existências. A juventude atual foi infectada pela obsolescência de quase tudo - segundo Milton Santos (2013), a técnica que acelera o tempo - e pela perda das expectativas em torno da segurança e do planejamento da vida, os quais foram vilanizados pela flexibilização/expropriação dos direitos ligados ao mundo do trabalho. Diante desse contexto, é plausível que lhes falte algum sentido à existência. Exatamente por isso, os movimentos protagonizados por esses jovens evidenciam sensações, as quais foram e são expressas, por exemplo, na consciente afirmação: “somos os 99%”.

Sensações e sentidos foram parte mais viva desse trabalho, os quais procuramos evidenciar por meio de narrativas. Nelas é possível perceber que a inspiração para as nossas conclusões foi o cotidiano comum, no qual se procurava, diante da experiência sensorial, indícios de processos amplos e duradouros (ou efemeramente duradouros) sobre os usos do tempo, sobre meios de vida, sobre capital imperialismo, sobre expropriação, entre outros. Esse gesto comunicacional capaz de interconectar realidades tão distintas mediante uma experiência sensorial no cotidiano foi o grande desafio. Não apenas do ponto de vista pessoal, mas admitindo a ortodoxia acadêmica dos parâmetros, paradigmas ou cânones científicos o esforço foi duplicado. Por isso, é preciso salientar que este trabalho representa um alento a nossa tentativa primeira de gerar uma trajetória interpretativa que rompesse com a razão indolente e que se inscrevesse, portanto, no rol de ausências apresentadas pela pesquisa social.

Esperamos, nesse sentido, ter contribuído para o conhecimento de um lugar e de um tempo que foram únicos. Cateme será, em algum tempo, algo muito diferente do que foi quando estive lá conversando com as pessoas. Tete também o será. Contudo, esperamos que este trabalho possa sobreviver como memória, embora corroída, jamais obsoleta. E que, por assim ser, contribua histórico ou metodologicamente para a dinâmica científica

que aborda a vida das pessoas (ou dos atores ou dos sujeitos) em primeiro lugar. É essa tarefa interpretativa desafiadora que conduz à leitura dos processos, o sentido que eles têm, e desperta questionamentos que vão além do projeto de pesquisa, incluindo a dimensão pessoal do pesquisador, pois, em última análise, o texto reconhecidamente impactante deverá ter impactado, antes, quem o escreveu.

REFERÊNCIAS

ÁGERE – Cooperação em Advocacy; CONECTAS DIREITOS HUMANOS; INSTITUTO MAIS DEMOCRACIA; JUSTIÇA GLOBAL; PLATAFORMA BNDES; REDE BRASIL ATUAL; REPÓRTER BRASIL. Obligaciones de Brasil frente a violaciones de derechos humanos cometidas por empresas. Examen Periódico Universal 2do. Ciclo – Brasil. 28 de noviembre de 2011.

ARENDDT, Hannah. **A promessa da política**. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. 2 edição. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009. 288p.

ARENDDT, Hannah. **Da Violência**. Tradução: Maria Claudia Drummond. 2004. 71p. Disponível em: [file:///C:/Users/Quantum/Downloads/ARENDDT,%20Hannah.%20Da%20Viol%C3%Aancia%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Quantum/Downloads/ARENDDT,%20Hannah.%20Da%20Viol%C3%Aancia%20(1).pdf) (Acesso em: 09/06/2014 às 10:14h).

BAUMAN, Zygmund. **Tempos Líquidos**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Editora Jorge Zahar: Rio de Janeiro, Brasil, 2007b. 119 p.

BAUMAN, Zygmund. **Vida Líquida**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Editora Jorge Zahar: Rio de Janeiro, Brasil, 2007a. 210 p.

BELLUCCI, Beluce. **Economia contemporânea em Moçambique: sociedade linhageira, colonialismo, socialismo, liberalismo**. 1 edição. Educam: Rio de Janeiro, Brasil, 2007. 280p.

BINZE, Aida Duarte. Família e deficiência no grupo étnico linguístico Yao do norte de Moçambique. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2013.

BOLNICK, Bruce R. Crescimento Económico: Instrumento para a Redução da Pobreza em Moçambique. Quadro Analítico para uma Estratégia de Crescimento. Gabinete de Estudos Ministério do Plano e Finanças República de Moçambique. Discussion Paper No. 12, out/2000.

BONIFÁCIO, Cleovamir José; HENKES, Jairo Afonso. Redução dos remanescentes de Adansonia digitata (Imbondeiro, Embondeiro ou Baobá) no perímetro de Luanda. Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental, v. 1, n.1. Florianópolis, abr-set/2012, p. 156-182.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Tradução: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998. 151p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. São Paulo: Bertrand Brasil Ed, 2006. 322p.

BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. Revista Matrizes, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 73-88, abr. 2008.

BRITO, Luis. Moçambique: uma economia de serviços a uma economia de renda. Instituto de Estudos Sociais e Económicos – IESE, Boletim n 13. Maputo, Maio/2009.

CACCIA-BAVA, Emiliano de Castro; THOMAZ, Omar Ribeiro. Moçambique em movimento: dados quantitativos. In: FRY, Peter (Org.). **Moçambique: ensaios**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out/1998.

CASTEL-BRANCO, Carlos N. Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. In: **Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique**. BRITO, Luís de; CASTEL-BRANCO, Carlos N.; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, António (Orgs.). Maputo, IESE – Instituto de Estudos Socio-Econômicos, 2010, p. 19-110.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 276p.

CASTORIADIS, Cornelius. **Reflexões sobre o Desenvolvimento e a Racionalidade**. Belo Horizonte, COPEC, 1981.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – artes do fazer**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012. 316p.

CFI – Corporación Financiera Internacional/Banco Mundial. **Manual para la preparación de un plan de acción para el reasentamiento**. NW Washington, D.C, 2002.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21 century. IDS Discussion paper, Brighton (UK), 1992.

CHECO, Admiro Bento. O papel do sector informal no desenvolvimento. Caso de Moçambique. Monografia de graduação em Economia. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Ago/2003.

CTV – Centro Terra Viva. 1º Relatório de Monitoria da Boa Governação Ambiental e dos Recursos Naturais em Moçambique 2010-2011. Centro Terra Viva – Estudos e Advocacia Ambiental: Maputo, 2012.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. Tradução: Luiz Roberto Salinas Fortes. 5 edição. São Paulo: Perspectiva, 2011. 342p.

DIAS, Marcelo M. **Glossário de termos utilizados em Desenvolvimento Rural**. Instituto Souza Cruz, 2012 (versão on line).

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; NEAD/MDA – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário. Estatísticas do meio rural 2010-2011. 4ª edição. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011. 292p.

DÖPCKE, W. Lula na África II: o safari do Presidente e a imprensa brasileira. Meridiano 47 (UnB), Brasília, n. 40/41, p. 23-26, 2003b.

DÖPCKE, W. Lula na África: a política africana do Brasil e a cooperação sul-sul. Meridiano 47 (UnB), Brasília, v. 1, n. 38/39, p. 29-31, 2003a.

DUARTE, Pedro Henrique E.; GRACIOLLI, Edílson José. A Teoria da Dependência: Interpretações sobre o (Sub) Desenvolvimento na América Latina. Artigo apresentado no V Colóquio Internacional Marx e Engels. 2007. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf (Acesso em: 11/06/2014 às 15:43h).

ELIA, Gianluca. O subimperialismo brasileiro em África: um estudo de caso sobre Moçambique. Monografia do curso de Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 224p.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo.** Traducción de Diana Ochoa. Santafé de Bogotá: Editorial Norma, 1996.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **Auditoria cidadã da Dívida Pública: experiências e métodos.** Brasília: Editora Inove, 2013. 256p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. 2009. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/index.php> (Acesso em: 05/06/2014 às 01:05h).

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo – teoria e história.** 2 edição. Rio de Janeiro; Editora UFRJ, 2010. 388p.

FORBES, Jorge; REALE JÚNIOR, Miguel; FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. **A Invenção do Futuro: um debate sobre a pós-modernidade e a hipermodernidade.** Editora Manole, Barueri: São Paulo, 2005. 150p.

FRANK, Andre Gunder. **Sociología del desarrollo y subdesarrollo de la sociología.** Barcelona: Editora Anagrama, 1969.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 351p.

GARCIA, Ana E. Saggiolo. A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GARCIA, Ana E. Saggiolo; KATO, Karina; FONTES, Camila. A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique. PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.pacs.org.br/files/2013/03/Relatorio-Africa.pdf> (Acesso: 12/06/2014 às 21:18h).

- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2011, 323p.
- GIANNOTTI, José A. A perda do mundo. Revista Novos Estudos, CEBRAP, vol. 82, p. 69-95, nov/2008.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 281p.
- GOVERNO DA PROVÍNCIA DE TETE - REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Balço do Pano Econômico e Social 2012**. Província de Tete, jan/2013. 106p.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Editora Contexto, 2002. 186p.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. Editora Revista dos Tribunais: São Paulo, 1990. 133p.
- HANLON, Joseph. **Mozambique: the revolution under fire**. Zed Books Ltd.: London, United Kingdom, 1984. 295p.
- HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011. 235p.
- HEBINK, Paul; LENT, Peter. **Livelihoods and landscapes**. Leiden / Boston: Brill, 2007.
- HENRIQUES, Isabel de Castro. **Espaços e cidades em Moçambique**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. 47p.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Produto Interno Bruto dos Municípios 2005-2009. Contas Nacionais, n 36, Rio de Janeiro, 2011. 213p.
- JANOTTI Jr, Jeder. Are you Experienced?: experiência e mediatização nas cenas musicais. Contemporânea – Comunicação e cultura, v.10, n.01, janeiro-abril/2012. 113-128p. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/5933/4365> (Acesso em: 13/06/2014 às 21:50h).
- JUSTIÇA GLOBAL, JUSTIÇA NOS TRILHOS y FIDH. “Brasil: Quanto valen los derechos humanos? Impactos sobre los derechos humanos relacionados con la industria de la minería y la metalurgia en Açailândia”, mayo/2011. Disponível em: <http://global.org.br/wpcontent/uploads/2011/05/rapport-bresil-port-LD.pdf> (Acesso: 08/06/2014 às 12:18h).
- LAUTIER, Bruno. Las empleadas domésticas latino-americanas y la sociología del trabajo: algunas observaciones acerca del caso brasileño. Revista Mexicana de Sociología, vol. 65, n. 4, p. 789-814, Ciudad de Mexico, Oct/Dec, 2003.
- LEITÃO, Luís. “Os milhões da banca”. Revista Exame – Edição Moçambique, número 11, maio/2013, p. 20-32.

LENIN, Vladimir I. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo**. 1 edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 176p.

LIMA, Carlos A. F. Estado, financiamento público e crise. In: SILVA, Maria Abadia da; SILVA, Ronalda Barreto. **A ideia de Universidade: Rumos e desafios**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006. p. 91-138.

LITTLE, Paul. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Revista Horizontes Antropológicos*, ano 12, n. 25, p. 85-103, Porto Alegre, jan./jun. 2006.

MACHEL, Samora Moisés. **Estabelecer o poder popular para servir às massas**. Rio de Janeiro: Codecri, 1979. 55p.

MAFRA, Rennan L. M. Vestígios da dengue no anúncio e no jornal: dimensões acontecimentais e formas de experiência pública na (da) cidade. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. pp 96 -111.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, 4 edição, 2013. 272p.

MARQUES, Álvaro Belo. **Quem matou Samora Machel?** 1 edição. Editora Ulmeiro: Lisboa, Portugal, 1987. 248p.

MARTINEZ, Allier Joan. **O Ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2011. 384p.

MARTINS, Alice Fátima. **Saudades do Futuro – ficção científica no cinema e o imaginário social sobre o devir**. 1 edição. Editora Universidade de Brasília: Brasília, Brasil, 2013. 292p.

MARTINS, Manuel dos Anjos. **Elementos da Língua Nyungwe (Tete-Moçambique)**. Roma: Editorial Além-Mar, 1991. 427p.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélcio Schneider. São Paulo, Brasil, 2011. 176p.

MARX, Karl. **O capital**. Coleção Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MENESES, Maria Paula G. *Poder, direito e cidadania: o “retorno” das autoridades tradicionais em Moçambique*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n 87. Lisboa, dez/2009. P. 9-42.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. Tradução: Ana Cotrim, Vera Cotrim. 1 edição. Boitempo: São Paulo, Brasil, 2007. 398p.

MOÇAMBIQUE. Lei 1392 – Acordo Geral de Paz das Nações Unidas. Boletim da República, série 1, número 42. Maputo, 14 de outubro de 1992. 24p.

MOSCA, João e SELEMANE, Tomás. **El dorado Tete: os mega projectos de mineração**. Maputo, CIP – Centro de Integridade Pública, 2011.

MOTTA, Ronaldo Seroa. **Economia Ambiental**. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2006. 228p.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. Pisos de protección social para la justicia social y una globalización equitativa. Conferencia Internacional del Trabajo, 101ª reunión, Ginebra, 2012. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_174697.pdf (Acesso: 12/06/2014 às 02:17h).

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. 5 edição. Rio de Janeiro; Graal, 1984. 159p.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções?** Relatoria especializada da ONU para a moradia adequada. 2010. Disponível em: http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/01/guia_portugues.pdf (Acessado em 08/06/2014 às 01: 18h).

ONU – Organização das Nações Unidas. **Principios basicos y directrices sobre los desalojos e el desplazamiento generados por el desarrollo**. 2007. Disponível em: http://direitoamordia.org/wp-content/uploads/2012/02/G0710631_guidelines_ES_only.pdf (Acessado em 08/06/2014 às 11: 59h).

PAPAGNO, Giuseppe. **Colonialismo e Feudalismo: a questão dos Prazos da Coroa em Moçambique no fim do século XIX**. Tradução: Maria Regina Louro e Miguel Serras Pereira. Editora A Regra do Jogo Ltda, Lisboa, Portugal, 1980.

PAULANI, Leda M. A crise do regime da acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. Revista Estudos Avançados, vol. 23, n 66, p. 25-39, 2009.

PERONDI, Miguel A. Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

POCHMANN, Marcio. “Estado brasileiro ativo e criativo”. Revista IHU, n. 322, São Leopoldo, 22 mar. 2010. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3079&secao=322(Acessado em 12/06/2014 às 05:15h).

RAMOS, Adriano. Projecto Carvão Moatize. Apresentação feita na Conferência do CASM, Maputo, 2009.

RIBEIRO, Gustavo L. Poder, Redes e Ideologia no campo do Desenvolvimento. Revista Novos Estudos, CEBRAP, vol. 80, p. 109-125, mar/2008.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa – a intriga e a narrativa histórica**. Tradução: Cláudia Berliner. 1 edição. Editora WMF Martins Fontes: São Paulo, Brasil, 2010. 380p.

RODRIGUES, Lincoln Gonçalves. A Agricultura da cana-de-açúcar na Zona da Mata Mineira. Dissertação de mestrado. UFJF, 2012. 180p.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). Revista de Estudos Afro-Asiáticos, CEAA – Universidade Cândido Mendes, n. 17, Rio de Janeiro, set/1989. Disponível em: <http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf> (Acesso: 12/06/2014 às 20:33h).

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 152p.

SANTOS JUNIOR, J R. **Contribuição para o estudo de antropologia de Moçambique:Nhungues e antumbas**. Porto, 1944. 281 p.

SANTOS, Boaventura de S. Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais, n 63, out/2002. 237-280p.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7 edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 176p.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. 285p.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5 edição. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, Brasil, 2013. 175p.

SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y Dependencia**. Caracas: Biblioteca Ayacucho de Clásicos Políticos da América Latina; Banco Central de Venezuela, 2012.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. 1 edição. Fino Traço Editora: Belo Horizonte, Brasil, 2012. 168p.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

SCOONES, I. Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis. IDS Working paper, Brighton, 1998.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 409p.

SILVA, Regina H. A. da; FONSECA, Claudia G. da; FRANCO, Juliana de O. R.; MARRA, Pedro S.; GONZAGA, Milene M. Dispositivos de memória e narrativas do

espaço urbano: cartografias flutuantes no tempo e espaço. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – E-compós, Brasília, vol.11, n.1, jan./abr. 2008.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. 2 edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. 207p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil**. Revista Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM, núm. 54, 2004, pp. 114-139.

STIGLITZ, Joseph E. **Globalização: como dar certo**. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 523p.

TAUTZ, C. SISTON, F. LOPES PINTO J.R., BADIN, L. O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. In **Os anos. Lula: contribuição para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 249-286p. Disponível em: <http://www.garamond.com.br/arquivo/416.pdf> (Acesso em: 13/06/2014 às 13:28h).

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. Revista Outubro, n 7, p. 49-60, 2002. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/07/out7_06.pdf (Acesso: 12/06/2014 às 02:33h).

TAYLOR, Charles. **Imaginários Sociais Modernos**. Tradução: Artur Morão. Edições Texto & Grafia Ltda, Lisboa, Portugal, 2004.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. 136p.

THOMAZ, Fernanda Nascimento. Os “Filhos da Terra”: discursos e resistências nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890-1930). Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2008.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Tradução: Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. Companhia das Letras, São Paulo, 1998. 493p.

VALE. Nossa história. 2012c. Disponível em: http://www.vale.com/PT/aboutvale/book-our-history/Documents/livro/Vale_Livro_Nossa_Historia_cap2.pdf (Acesso em 08/06/2014 às 23:33h).

VALE. Relatório Anual Referente à Cessão 13 ou 15 (d) da Lei de Mercado de Capitais de 1934. Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos, Nova York, 2007.

VALE. Relatório Anual Referente à Cessão 13 ou 15 (d) da Lei de Mercado de Capitais de 1934. Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos, Nova York, 2011.

VALE. Relatório Anual Referente à Cessão 13 ou 15 (d) da Lei de Mercado de Capitais de 1934. Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos, Nova York, 2012a.

VALE. Relatório de Sustentabilidade da Vale Moçambique. 2012b. Disponível em: http://www.vale.com/mozambique/pt/documents/vale_sustentabilidade_mocambique.pdf (Acesso: 04/06/2014 às 03:38h).

VALE. Relatório de Sustentabilidade da Vale. 2013. Disponível em: <http://www.vale.com/PT/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/relatorio-de-sustentabilidade-2013.pdf> (Acesso: 11/06/2014 às 05:11h).

VASCONCELOS, Lopo Antônio Ferreira Trigoso de Sousa. Contribuição para o conhecimento dos carvões da Bacia Carbonífera de Moatize, Província de Tete, República de Moçambique. Tese de Doutorado. Universidade do Porto, 1995.

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias**. 2. Edição. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002. Volume 1. 198p.

VIEIRA, Luciana Gonçalves de Mattos. Moçambique sob o signo da Globalização: transformações Políticas e Econômicas (1994-2004). Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, dez/2005.

VIGNA, Anne. **“Odebrecht, uma transnacional alimentada pelo Estado”**. **Jornal Le Monde Diplomatique**, ano 7, n 75, outubro/2013. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1501> (Acessado em 12/06/2014 às 05:19h).

VILLAÇA, Flávio. **Espaço inter-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001. 361p.

VUNJANHE, Jeremias. Impactos sociais da exploração de minerais em Moçambique: o caso da Vale. Apresentação feita no seminário da Plataforma da Sociedade Civil sobre Petróleo, Gás e Minerais em Maputo, 24 de Fevereiro de 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução: Xosé Manuel García. Madrid: Fundación BBVA, Santiago de Compostela: Universidade, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2006. 264p.

XIE, Boyi. Mining Industry Overview. Apresentação. Mar/2012. Disponível em: http://www.columbia.edu/cu/consultingclub/Resources/Mining_Boyi_Xie.pdf (Acesso: 12/06/2014 às 02:26h).

ZIZEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. Tradução: Rogério Bettoni. 1 edição. Boitempo: São Paulo, Brasil, 2012. 140p.

SITES

COAL INDIA LIMITED. Site da empresa. Disponível em: <https://www.coalindia.in/en-us/company/aboutus.aspx> (Acessado em 07/06/2014 às 23:30h).

DIAGONAL. Site da empresa Diagonal. Disponível em: <http://www.diagonal.net/Conteudo.aspx/Conteudo?idForm=06b2f08f-0d00-4e26-b35e-f96177614fe2&idSub=85e088b9-e65a-48c5-8040-ec83c36032d7&idConteudo=0c8d8081-1819-4eaf-8b92-9a1cabb08290&tipo=1> – (Acessado em 08/03/2014 às 13:35h).

FERROUS. Empresa mineradora. Disponível em: <https://www.ferrous.com.br/index.php/projetos/view/14/14> (Acesso: 03/06/2014 às 23:14h).

JINDAL AFRICA. Site da empresa. Disponível em: <http://www.jindalafrika.com/mozambique> (Acessado em 07/06/2014 às 23:29h).

RIO TINTO. Site da empresa. Disponível em: <http://www.riotinto.com/aboutus/about-rio-tinto-5004.aspx> (Acessado em 07/06/2014 às 22:59h).

RIO+20. Conferência. http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html (Acesso: 03/06/2014 às 23:58h).



Foto 1: Maputo, costa do Oceano Índico. Ana Carolina Rodrigues – 02/05/2013.



Foto 2: Cidade de Tete. Ana Carolina Rodrigues – 11/06/2013.



Foto 3: Mesquita, Avenida 24 de Julho, Tete. Ana Carolina Rodrigues – 10/07/2013.



Foto 4: Machamba à margem do Rio Zambeze, Tete. Ana Carolina Rodrigues – 19/06/2013.



Foto 5: Machamba à margem do Rio Zambeze, Ponte Samora Machel ao fundo. Ana Carolina Rodrigues – 19/06/2013.



Foto 6: Machamba de milho à margem do Rio Zambeze, Tete. Ana Carolina Rodrigues – 19/06/2013.



Foto 7: Ponte Samora Machel, Tete. Ana Carolina Rodrigues – 19/06/2013.



Foto 8: Secagem do milho na espiga, Tete. Ana Carolina Rodrigues – 30/05/2013.



Foto 9: Embondeiro próximo ao Rio Revúboè. Ana Carolina Rodrigues – 12/06/2013.



Foto 10: Cateme 1. Ana Carolina Rodrigues –04/06/2013.



Foto 11: Cateme 2. Ana Carolina Rodrigues -04/06/2013.



Foto 12: Cateme 3. Ana Carolina Rodrigues -04/06/2013.



Foto 13: Comunidade Malabwe, Cateme. Ana Carolina Rodrigues – 04/06/2013.



Foto 14: Rio Mwaladzi⁸⁶, próximo a Cateme. Ana Carolina Rodrigues –04/06/2013.

⁸⁶Consta no Relatório de Sustentabilidade da Vale (2013) a seguinte referência a este rio: “construção de duas represas ao longo do rio Mualadzi para desenvolvimento da agricultura local” (Idem, s/p).



Foto 15: Reservatórios de água, Cateme. Ana Carolina Rodrigues -04/06/2013.



Foto 16: Obra de encanamento da água, Cateme. Ana Carolina Rodrigues -04/06/2013.



Foto 17: Amostra de mancha de solo argiloso, Cateme. Ana Carolina Rodrigues – 04/06/2013.



Foto 18: Amaruleira, próximo a Cateme. Ana Carolina Rodrigues –04/06/2013.

ANEXO III

ROTEIRO DE ENTREVISTAS REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS E REPRESENTANTES LOCAIS

- 1) Entrevistado/a:
- 2) Instituição (se houver):

Camada I: Quebra gelo

- Há quanto tempo você está neste local?
- O que faz aqui?
- Você está vinculado a alguma instituição?
- O que você faz nessa instituição?

Camada II: Relação com políticas e práticas cotidianas instituições no reassentamento

- Qual a relação entre a sua instituição e o reassentamento?
- Quais são os objetivos da instituição junto ao reassentamento?
- Em quais situações se estabelece o relacionamento com o reassentamento?
- Como/por meio do que se dá o relacionamento com o reassentamento?
- Há um canal de diálogo/negociação entre a instituição e o reassentamento?
- Em que momentos se lança mão de diálogo/negociação? Quais as estratégias usadas para estabelecer o diálogo/negociação?

Camada III: A visão das instituições e dos representantes locais em relação ao reassentamento

- O que acha do reassentamento?

Camada IV: Percepção de tempo, relação com o desenvolvimento

- O que significa desenvolvimento para você?
- O que você acredita que o desenvolvimento significa para quem vive em Catene?

Observar as formas de perceber o tempo que podem surgir nos discursos dessas pessoas.

Observar se há, entre essas pessoas, uma identidade de “promotores do desenvolvimento”, que seja notadamente marcada ou que esteja diretamente relacionada com os usos e projeções que os mesmos fazem do tempo.

ANEXO IV

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE COM A COMUNIDADE DO REASSENTAMENTO

Camada I: Rotinas diárias: o tempo da semana, o tempo do final de semana

- Trabalho;
- Lazer;
- Divisão das horas no dia (planejamento do dia);
- Racionalização do tempo por tarefas: hora de comer, hora de trabalhar no campo, hora de descansar.

Camada II: Práticas cotidianas: andar no espaço, viver em conjunto

- Momentos em que as pessoas se encontram;
- O que elas fazem quando se encontram socialmente;
- Existe algum ritual/festa/cerimônia que reúna as pessoas periodicamente;
- Relações associativistas/cooperativistas ou ligadas a movimentos sociais.

Camada III: Tempo passado

- Corte temporal (a mudança do espaço);
- Memórias e recordações;
- Sentimentos.

Camada IV: Tempo futuro

- Projetos de vida;
- Horizonte de expectativas no futuro;
- Planejamento.

Camada V: Tempo e cultura

- “Time is Money” x o tempo das tribos;
- A cultura do tempo, o tempo da cultura;
- Uso do tempo e diferenciações sociais– no sentido de compreender se há diferenças no reconhecimento social entre quem se integrou rapidamente ao ritmo moderno de organização do tempo e passou a vender a sua força de trabalho em uma mina, por exemplo, e quem dedica o seu tempo somente às atividades tradicionais de agricultura.
- Emergência de relações financeirizadas no cotidiano: dinheiro de plástico (uso/presença de bancos; máquinas de cartão de crédito/débito nos

estabelecimentos comerciais locais), movimentações bancárias (abrir conta no banco, entender pra que serve um banco), aplicações (poupanças monetárias);

- O tempo da vida: trabalho, ritos de passagem, percepção da vida em coletividade.

- Do tempo dos afazeres à qualidade de vida: há diferenças entre o tempo que as pessoas levavam e o tempo que levam agora – depois do reassentamento – para acessar os recursos essenciais – água para beber e solo para cultivar? Se sim, em razão dessa alteração, há diferença entre o tempo despendido antes e depois às tarefas cotidianas?